



FLORESTAN  
FERNANDES

EM BUSCA DO  
SOCIALISMO

Últimos escritos & outros textos

Como disse um sindicalista, nem na hora da morte Florestan deixou em paz os inimigos da classe trabalhadora. Ficam conosco o exemplo de uma vida e a fecundidade de uma obra, que permanecerão como fermento de revolta e de pensamento crítico.

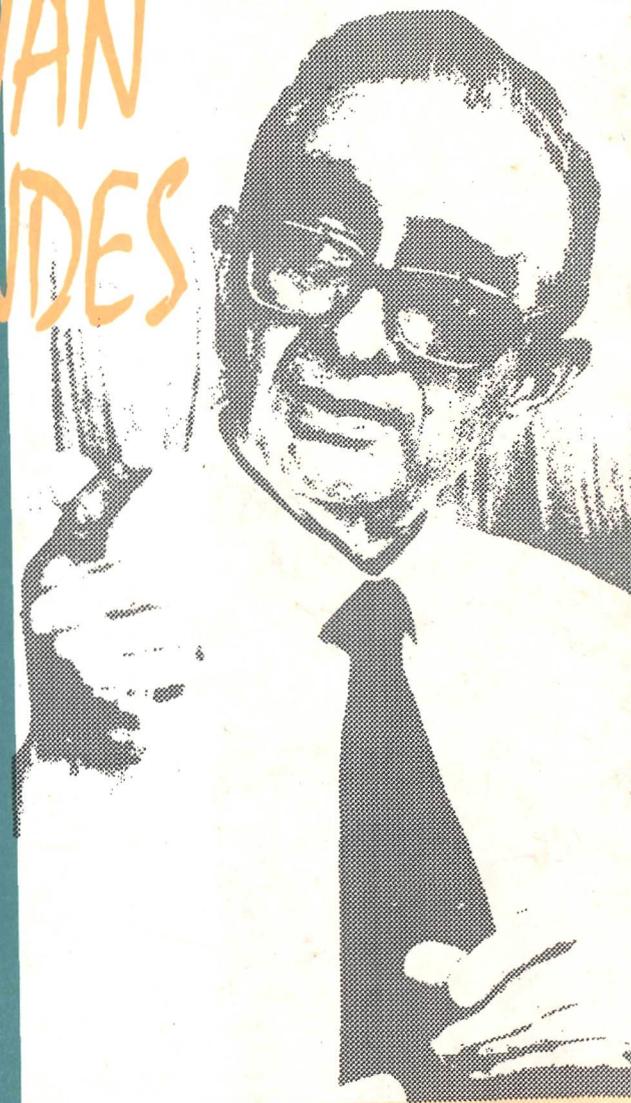
Oswaldo Coggiola



2  
F 063 e  
F 14

FLORESTAN  
FERNANDES

EM BUSCA DO  
SOCIALISMO



Introdução de Oswaldo Coggiola

Últimos escritos & outros textos



“Como professor, vi-me, desde as origens da minha carreira acadêmica, nas franjas do antipoder. Como intelectual radical e socialista, relacionei-me sempre, em todas as oportunidades que tive, com o movimento sindical e com campanhas que punham em questão as reformas sociais (...). No movimento político não quero ser um ventríloquo do proletariado, porém ocupar algum lugar no processo pelo qual esse proletariado se transforma e, ao mesmo tempo, modifica a sociedade brasileira. Desempenhar um papel ativo na ruptura definitiva com um passado que se reproduz constantemente, sob novas formas. Romper de uma vez e para sempre com um passado que nos engata ao colonialismo, à dependência e à subalternização dos oprimidos. Não é uma causa mais importante que o ‘poder’ e um grande sonho para um intelectual que acredita ardentemente na revolução social?”

*Florestan Fernandes*

## EM BUSCA DO SOCIALISMO

Últimos escritos & outros textos

# FLORESTAN FERNANDES



Introdução de Osvaldo Coggiola  
Seleção fotográfica de Vladimir Sacchetta



## ÍNDICE

Edição: Expedito Correia e Carlos Alvarez  
Capa: Expedito Correia  
Revisão: Fátima Bianchi  
Editoração eletrônica: Xamã Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Fernandes, Florestan, 1920-1995.  
Em busca do socialismo : últimos escritos &  
outros textos / Florestan Fernandes ; introdução de  
Oswaldo Coggiola ; seleção fotográfica de Vladimir  
Sacchetta. — São Paulo : Xamã, 1995.

ISBN 85-85833-10-6

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995 2. Socialismo  
I. Coggiola, Oswaldo, 1950- II. Título.

95-4595

CDD-320.531

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo : Ciência política 320.531

Xamã VM Editora e Gráfica Ltda.  
R. Loefgreen, 943 — Vila Mariana  
04040-030 São Paulo — SP  
Tel/Fax: (011) 575-2378

Impresso no Brasil  
novembro/95

Apresentação editorial, 7

Florestan Fernandes e o socialismo, 9  
por Oswaldo Coggiola

À guisa de prefácio, 29

1. A tradição revolucionária, 31

A atualidade de Marx, 33

Marx: revolução e luta de classes, 43

Introdução a Contribuição à Crítica da Economia Política, 75

Lênin e o socialismo, 95

Apresentação a *Que Fazer?*, 101

Prefácio a *O Estado e a Revolução*, 111

Trótski e a revolução, 119

2. As contradições do capitalismo dependente, 123

Democracia e desenvolvimento, 125

Imperialismo e revolução autocrático-burguesa, 133

Capitalismo dependente e imperialismo, 139

As contradições da modernização, 145

Sociologia e socialismo, 159

3. A luta pelo socialismo, 165

Nós e o marxismo, 167

Os desafios da Perestrólka, 191

Intelectuais e proletários no PT, 195

Em defesa do socialismo, 201

Reflexões sobre o socialismo e a auto-emancipação  
dos trabalhadores, 217

Problemas da esquerda brasileira, 247

Seleção fotográfica, 253

## Apresentação editorial

Este livro nasceu da vontade de Florestan Fernandes de reafirmar sua trajetória de militante político a serviço da classe trabalhadora, verdade incontestável ao longo de sua vida, mas vista com reserva por muitos de seus contemporâneos ilustres.

Esta coletânea, com textos escolhidos pelo próprio Florestan, muitos praticamente inéditos por terem sido pouco divulgados, já estava pronta há algum tempo. Foram acrescentados alguns artigos, em particular, sua introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, obra traduzida por Florestan e publicada em 1946, e uma seleção de fotos acompanhando sua militância junto aos trabalhadores, na universidade, no parlamento e nas ruas.

Esta edição tornou-se possível graças à colaboração de Vladimir Sacchetta, colaborador incansável de Florestan, e do professor Osvaldo Coggiola, que possibilitaram à Xamã Editora o acesso aos originais datilografados, corrigidos a caneta pelo autor.

Escritos em épocas distintas, os textos deste livro, ora de teoria pura, ora na palavra viva dos debates, revelam a atualidade de temas como o papel do intelectual na sociedade e a luta pelo socialismo, na clara intenção do autor de recolocar em primeiro plano estas questões.

### Seleção fotográfica

- A. Florestan preside a mesa no doutoramento de Octávio Ianni, ao lado de Caio Prado Jr. e Thales de Azevedo. (arquivo F. F.)
- B. Fernando Henrique Cardoso (à esquerda), Florestan Fernandes e Shmuel Einsenstadt (à direita de Florestan) na Universidade de Münster, Alemanha, 1967. (arquivo F. F.)
- C. Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes no 2º Congresso dos Trabalhadores de São Paulo, 1960. (em pé, à esquerda — arquivo F. F.)
- D. Florestan (de pé) participa de negociações do funcionalismo com o governo Quêrcia. (foto Jamil Ismail)
- E. Na campanha das diretas, Florestan Jr., Florestan, Caio Prado Jr. e Carlito Maia. (arquivo F. F.)
- F. Florestan no ato em defesa da Universidade pública e democrática, durante greve na USP em 1984. (foto Claudomiro Teodoro/Folha de S.Paulo)
- G. Primeira reunião do comitê eleitoral de Florestan Fernandes em 1986. (ao fundo Antônio Candido, Lélia Abramo e Caio Prado Jr., entre outros, com Florestan à direita — arquivo F. F.)
- H. Florestan candidato a deputado federal em 1986. (arquivo F. F.)
- I. Florestan Fernandes discursa na Assembléia Constituinte. (foto Adirp/Brasília)
- J. Florestan expressa seu apoio aos trabalhadores na manifestação em frente ao Congresso Nacional, jogando fora sua gravata. (foto Carlos Menandro/Jornal de Brasília)
- L. Reunião da bancada durante o primeiro mandato de Florestan. (foto Carlos Menandro/Jornal de Brasília)
- M, N. Ato "Em Defesa do Marxismo" no salão nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, São Paulo, em 1991. (arquivo F. F.)
- O. Uma das últimas fotos de Florestan Fernandes, antes de sua internação, em 1995. (foto Eder Luis Medeiros/Folha de S. Paulo)

Capa: Florestan no Congresso Nacional (foto Duca Lessa)

# Florestan Fernandes e o socialismo

*Oswaldo Coggiola*

Um dos conceitos preferidos e mais reiteradamente utilizados por Florestan Fernandes, quer em sua obra sociológica, quer naquela propriamente política, era o de “desenvolvimento desigual e combinado”. Ele está presente na maioria de seus escritos de fôlego, às vezes explicitamente e, às vezes, de modo implícito, como no primeiro parágrafo da sua contribuição na famosa coletânea sobre o Brasil, publicada em *Les Temps Modernes* em 1967: “O Brasil vive, simultaneamente, em várias idades histórico-sociais. Presente, passado e futuro se entrecruzam e confundem de tal modo que é possível passar de um estágio histórico para outro através do meio mais simples: o deslocamento no espaço”.<sup>1</sup>

## Florestan e o PSR

Não é em absoluto irônico que, na hora da sua morte e do balanço apressado da sua obra e do seu significado para o Brasil, o próprio Florestan fosse considerado como uma expressão dessa “lei”, ao ser qualificado como “um dos demiurgos do Brasil moderno” e, também, como o mais irredutível socialista dos seus intelectuais,<sup>2</sup> ou seja, como portador simultâneo (“combinado”) da “modernidade” (burguesa) e da sua negação

1. Florestan Fernandes. “Relaciones de raza en Brasil: realidad y mito”, in *Brasil Hoy*, México, Siglo XXI, 1968, p.123.

2. *Folha de São Paulo*, 11 de agosto de 1995.

## O “intelectual inorgânico”

socialista. Se, por um lado, temos aqui o nó da contradição à qual se viu confrontado, ao longo de toda a sua trajetória, aquele que não poucos consideram o maior intelectual brasileiro do século, temos também, por outro lado, uma das chaves para entender a relação entre o pensamento de Florestan e a luta pelo socialismo no Brasil.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado das sociedades pertence ao arsenal do pensamento de Trótski, e a própria relação de Florestan com o socialismo só se deixa entender pela sua militância inicial (isto é, que precedeu à sua trajetória acadêmica) nos anos 40, no Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional fundada por Leon Trótski em 1938, partido (ou melhor, grupo) liderado por Hermínio Sacchetta até a sua dissolução no início dos anos 50.

Embora o PSR nunca tenha atingido uma estatura político-organizativa realmente partidária, a militância nele marcou Florestan de um modo em absoluto superficial. Ele próprio se referiu verbalmente ao assunto, em palestra num curso de pós-graduação ministrado por Carlos Guilherme Mota, no Departamento de História da USP, no segundo semestre de 1981, quando relatou a “crise de consciência” que lhe provocou a sua saída do PSR no início dos anos 50 para cumprir obrigações decorrentes da carreira acadêmica, então nos seus primórdios (manifestou também o seu agradecimento retroativo ao apoio moral e intelectual que Antonio Cândido lhe dera na ocasião). Em 1986, desta vez por escrito, voltou a adotar o tom confessional para referir-se a essa transição decisiva, que o marcaria para o resto da sua existência: “Passado o período de militância, defrontei-me com uma acomodação improdutiva: ou ser militante, com o sacrifício de minhas possibilidades intelectuais, ou ser universitário, com atividades políticas de fachada, mistificadoras. Uma tormentosa crise foi resolvida com a generosidade dos companheiros políticos, que viam claro a realidade: a esquerda ainda não possuía partidos que pudessem aproveitar o intelectual rebelde de forma produtiva para o pensamento político revolucionário. Por sua vez, Antonio Cândido ajudou-me a conviver com feridas e frustrações, que surgiam como um pesadelo e me levaram a sublimar a castração política parcial com uma prática exigente e (acredito) autopunitiva do significado da responsabilidade do intelectual”.<sup>3</sup>

3. Florestan Fernandes. *Que Tipo de República?*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p.252.

Em 1981, ainda, Florestan explicou que, superado o dilema inicial, e já de retorno de uma experiência acadêmica no exterior, defrontou-se com a inexistência no Brasil de um partido de esquerda ao qual pudesse servir de “intelectual orgânico”, fora do próprio PCB (do qual rejeitava a sua natureza stalinista). Os depoimentos de contemporâneos e a pesquisa deveriam, hoje, ajudar a reconstituir a passagem de Florestan pelo PSR, que teve para ele pelo menos tanta importância, na sua opção político-intelectual ulterior, quanto a sua origem social na classe operária, filho de uma lavadeira portuguesa, obrigado a trabalhar desde criança. A militância no PSR durou uma década (desde 1942-43 até 1952), década que foi também a da formação do Florestan intelectual e acadêmico (que lecionou na Faculdade de Filosofia a partir de 1945).

Em 1991, Florestan voltou a falar sobre esse período em depoimento à *Teoria & Debate*: “Comecei a freqüentar as redações de *O Estado de São Paulo* e, principalmente, da *Folha da Manhã*, onde conheci o Hermínio Sacchetta, que era líder do movimento trotskista, ligado à IV Internacional. Assim, em 43 me tornei militante do Partido Socialista Revolucionário na célula a que pertenciam o Sacchetta, Rocha Barros, Plínio Gomes de Mello, Vítor de Azevedo e José Stacchini... Os comunistas levavam as pessoas para reuniões, festas, conferências, mas havia um elemento autoritário que eu repelia. Com a filiação ao PSR, a seção brasileira da IV Internacional, minha militância se tornou sistemática. Nessa época, fiz a tradução da *Crítica da Economia Política*, de Marx... (No PSR) eu me mantive até o início dos anos 50. Aí os próprios companheiros acharam que não seria conveniente que eu desperdiçasse o tempo em um movimento de pequeno alcance, quando podia me dedicar a trabalhos de maior envergadura na universidade. O Sacchetta, que era um homem esclarecido, me aconselhou: ‘É melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai ser mais importante para nós’”.<sup>4</sup>

A partir daí teria início o dilema que preocupou e, visivelmente (pela freqüência com que aparece nos seus trabalhos e depoimentos), até atormentou Florestan Fernandes durante toda a sua existência: o

4. Paulo de Tarso Venceslau. “Florestan Fernandes” (entrevista), *Teoria & Debate* nº 13, São Paulo, fevereiro de 1991.

dilema da unidade entre teoria e prática, sob o ângulo de um intelectual, ou seja, não apenas o do “engajamento” político-social, mas também o da perspectiva teórica a ser adotada no trabalho intelectual e a vinculação deste com a prática política e o desenvolvimento histórico real. São constantes as suas referências a uma situação histórica que, nas suas próprias palavras, “arranca o sociólogo do gabinete, integrando-o aos processos de mudança social, fazendo-o sentir-se como alguém que possui o que dizer e que, eventualmente, poderá ser ouvido... A sociedade, que não lhe pode conferir sossego e segurança, coloca-o numa posição que o projeta no âmago dos grandes processos históricos em efervescência”.

### Marxismo e sociologia

O dilema teórico teve sempre como ponto de referência o marxismo, na medida em que a teoria (e o programa) marxista aparece como o ponto potencial de confluência entre os intelectuais de esquerda e o desenvolvimento revolucionário do proletariado. Mas essa potencialidade não se realiza de uma vez e para sempre e se encontra acompanhada do fato de Florestan ser considerado, ao mesmo tempo, um dos “pais da sociologia brasileira”, que, segundo Carlos Guilherme Mota, realiza as primeiras “sólidas pesquisas sobre a especificidade dos modos de produção no Brasil”. Mas acrescentando que “o marxismo sempre esteve em seus horizontes intelectuais, mesmo nos anos 40; entretanto, como teoria fornecedora de instrumental conceitual de base só passou a ser mais sistematicamente utilizado a partir do projeto coletivo de pesquisa iniciado em 1955”. Com o mesmo intuito, Florestan tentaria evitar “os bloqueios no campo conceitual que levassem à ortodoxia reinante no pensamento marxista... Não hesitou em buscar recursos teóricos em autores não-marxistas — Mannheim e Weber, notadamente — com os quais articulou conceitos que lhe permitiriam a elaboração de uma obra-chave nas ciências sociais no Brasil”.<sup>5</sup>

Isto tudo equivale a dizer que Florestan defrontou-se com uma tarefa tríplice: 1) Fundar uma sociologia científica no Brasil; 2) Fazê-lo com base no desenvolvimento do pensamento marxista; 3) Fazer ambas as coisas combatendo o dogmatismo, de cunho stalinista, perigo inevitável diante da preponderância do PCB na intelectualidade de esquerda brasileira.

5. Carlos G. Mota. *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Ática, 1980, p. 182-183.

Ele a levou adiante caindo numa espécie de ecletismo teórico, como parece sugerir Carlos Guilherme Mota? Ou a sua vinculação com as “ciências sociais” obedeceu ao padrão definido pelo sociólogo (e, então, também trotskista) Pierre Fougeyrollas: “A pretensa conciliação entre ciências sociais e marxismo — objetivo confesso de um certo ecletismo universitário — é comparável ao casamento da água com o fogo, cujo resultado só poderia ser a extinção do fogo... Entre a ideologia das ciências sociais e o marxismo, como crítica radical de qualquer ideologia, é preciso escolher. E, escolhendo o marxismo, é possível integrar os saberes fragmentários fornecidos pelas ciências sociais, enquanto que, escolhendo as ciências sociais como tais, é completamente impossível integrar o marxismo”.<sup>6</sup>

Florestan foi sempre consciente da separação total entre a sociologia marxista e a não-marxista, partidário declarado da primeira, o que lhe forneceu o conceito-chave para a sua análise diferenciada da “revolução burguesa no Brasil”, definido nestes termos: “Fora da sociologia marxista prevalece o intento de explicar a revolução burguesa somente pelo passado (especialmente pela vitória sobre uma aristocracia decadente e reacionária, variavelmente anticapitalista), ignorando-se ou esquecendo-se a outra face da moeda, com freqüência mais decisiva: a imposição da dominação burguesa à classe operária”.<sup>7</sup>

### Sociologia e política

Não parece, portanto, que tenha estado entre as suas intenções a elaboração de uma “síntese original” entre “Wright Mills, Thorstein Veblen, Max Weber, Karl Mannheim e Karl Marx” para analisar o Brasil, como afirma Emília Viotti da Costa,<sup>8</sup> embora ela acerte em situar o dilema central de Florestan e seu contexto histórico-social: “Como conciliar rigor acadêmico e militância política é uma questão que tem atormentado, senão mesmo paralisado, muitos intelectuais do nosso tempo. São poucos os que, como Florestan Fernandes, conseguiram satisfazer as demandas, por vezes contraditórias, desses dois tipos de envolvimento. A maioria

6. Pierre Fougeyrollas. *A Sociedade*, São Paulo, Ática, 1989, p. 117.

7. Florestan Fernandes. “Revolução burguesa e capitalismo dependente”, *Debate & Crítica*, nº 1, São Paulo, julho de 1973.

8. Emília Viotti da Costa. “Sociólogo conciliou ciência e política”, *Folha de São Paulo*, 11 de agosto de 1995.

acabou por sucumbir ao desafio, ou abandonou o trabalho intelectual para dedicar-se à política, ou sacrificou a militância às exigências da academia. Esse dilema é peculiar ao nosso tempo, quando o intelectual se profissionalizou e suas atividades como professor, pesquisador e escritor tornaram-se cada vez mais absorventes, em detrimento do engajamento político”.

Insistimos em que a dimensão especificamente política dessa “conciliação” (termo pouco apropriado: seria melhor falar em enfrentamento bem-sucedido, se é que se trata disso) foi dada pelo fato de: 1) Florestan ter acedido à militância política antes que à academia; 2) Tê-lo feito apoiado na corrente político-intelectual mais avançada do marxismo e do socialismo internacional (aquela encabeçada por Leon Trótski), embora extremamente minoritária e, justamente por isso, “de vanguarda”, que esteve longe de deixar uma marca apenas superficial no seu espírito:

É notável que essa dimensão esteja ausente no balanço da obra de Florestan, realizada por Octávio Ianni, como introdução à coletânea de textos publicada na coleção *Grandes Cientistas Sociais* da Editora Ática, na qual Florestan é definido como “o fundador da sociologia crítica no Brasil”.<sup>9</sup> Na última etapa de sua vida, no entanto, Florestan voltaria de maneira insistente a essas origens, como no “perfil” traçado pela revista *Veja*, cuja reportagem original foi transcrita na íntegra pelo *Jornal da Tarde*: “Eu venerava muito o partido e algumas das figuras do PC, mas ao mesmo tempo não gostava da conciliação de interesses que levava o partido a ter uma face para o movimento operário e outra face para a burguesia. A organização em que militei era filiada à IV Internacional, tinha uma pequena base operária e uma colaboração de intelectuais... O grupo era relativamente pequeno, caberia na categoria de grupúsculos, segundo os franceses, sem diminuir a importância. Mas tinha operários, não muitos, tinha pessoas empenhadas nos problemas da mulher, nos problemas da pobreza e no combate comum ao Estado Novo... Os meus colegas trotskistas não compartilhavam do sacrifício que exigia o meu trabalho na universidade, por causa até da atividade partidária. Eu sempre dava uma contribuição menor do que a que eles esperavam. Fiquei na organização até mais ou menos 1952. Tinha entrado em 1942”.<sup>10</sup>

9. Octávio Ianni (org.). *Florestan Fernandes*, São Paulo, Ática, 1986, p. 15.

10. Paulo Moreira Leite. “Vida e transformação, as convivas do Florestan”, *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 de agosto de 1995.

Notável é, também, que na véspera de seu engajamento mais aberto no PT e de sua eleição como deputado federal, Florestan tenha vislumbrado no percurso que se iniciava, que marcaria a sua última década de vida, uma volta a essas origens: “No fim da vida fui levado a uma evolução inversa, através de acontecimentos que são conhecidos. O professor que se partia pelo meio busca uma crescente participação publicista especificamente política e naturalmente tensa, insurgente, antielite e contra a ordem social capitalista. Novas esperanças e novas lutas, fora dos quadros institucionais da universidade. Encontrei um equilíbrio entre as duas partes do meu ser e uma resposta aos anseios revolucionários da juventude? Poderei servir ao proletariado e aos humildes como servi à universidade?”.<sup>11</sup>

### A tarefa múltipla

Vejamos mais de perto a tríplice tarefa com que se defrontou a obra de Florestan. De um lado, ele é legitimamente considerado como o principal introdutor da “sociologia moderna” no Brasil. No entanto, ele não se fazia ilusões sobre essa sociologia, cujas origens históricas na crise do capitalismo e da necessidade desse sistema social de adequar-se a ela, ele sabia reconhecer: “A sociologia nasceu da crise do sistema capitalista moderno, no século XIX, como um conjunto de preocupações que apanham a mudança. Trata-se de um sistema de civilização que necessita da mudança para se manter em equilíbrio. O essencial é partir da idéia de sociedades que mudam, que, quando não se transformam, se enfraquecem”.<sup>12</sup> Florestan nada teria oposto à conhecida definição de Anísio Teixeira: “Em rigor, as ciências sociais são ciências políticas, só podendo ser aplicadas quando forem aceitas politicamente, ou seja, quando aceitas pela estrutura do poder”.

Isto significa uma tarefa dupla, ou um desdobramento necessário da tarefa inicial: induzir, junto à necessária introdução da “modernidade sociológica” (sem a qual o pensamento brasileiro ficaria atrelado ao padrão tradicionalista), a própria crítica dessa modernidade. Esta provinha, simultaneamente, de um campo exterior à sociologia acadêmica (o mar-

11. Florestan Fernandes. *Que Tipo de República?*, ed. cit., p.252.

12. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1995

xismo, que em Florestan precedeu à sociologia) e de um campo interior, como manifestação da autoconsciência da crise sociológica, tal como foi sintetizado pelo seu discípulo Octávio Ianni: “Estamos assistindo à decadência da ‘imaginação sociológica’. Com a implantação e expansão da divisão do trabalho no campo das ciências humanas, com a institucionalização dessa atividade científica, com a redefinição social dos significados políticos do co-nhecimento relativo ao social, abandonam-se paulatinamente as possibilidades abertas pelos pioneiros das ciências humanas. Em especial, procura-se abandonar a problemática dos clássicos e a compreensão básica dos tipos de vinculação dos homens entre si e com as configurações histórico-estruturais”.<sup>13</sup>

A possibilidade de sair dessa ambigüidade situacional estaria dada pela prática do que um analista da obra de Florestan definiu como “saber militante”, ou seja, através de uma “sociologia engajada”, cujo padrão básico fora definido por T. B. Bottomore em 1974: “O teste básico de qualquer ‘teoria crítica’ ou ‘sociologia de oposição’ só pode ser o desenvolvimento ou o fracasso em desenvolver movimentos sociais de ampla escala, que busquem criar, e comecem a fazê-lo na prática, uma forma de vida social igualitária, não coercitiva. Neste meio-tempo a teoria permanece hipotética. O que justifica a sua existência atualmente e torna tal investigação teórica válida é a potencialidade que se manifestou no movimento operário e nos novos movimentos sociais da década passada no sentido de uma atividade renovada para transformar a sociedade”.<sup>14</sup>

Deve-se discutir até que ponto a obra de Florestan constituiu efetivamente uma “escola de pensamento”, tal como foi repetidamente assinalado nos últimos tempos. Recentemente, Paul Singer chegou até a tratar com condescendência o seu “marxismo”, chegando até a afirmar que, “apesar de marxista, Florestan era acima de tudo professor” (grifo nosso), e que, “sociólogo de mente aberta, recusava-se a aceitar, no entanto, a atualização do marxismo, mantendo-se fiel às suas posturas básicas, por mais que parecessem extemporâneas”.<sup>15</sup>

13. Octávio Ianni. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p.146.

14. T.B. Bottomore. *A Sociologia como Crítica Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.112

15. Paul Singer. “Professor Florestan”, *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 1995

## Intelectuais e sociologia

Se Paul Singer, agora, reivindica o “sociólogo” contra o marxista, em anos passados era o contrário o que acontecia. A possibilidade de uma “sociologia crítica” realizada dentro dos moldes institucionais foi severamente criticada por Clóvis Moura: “Florestan Fernandes, que no Brasil é o mais categorizado representante dessa corrente de pensamento social, postula, repetidamente, com rara persistência e inusitada erudição, a possibilidade de fazer-se uma sociologia científica mesmo estando os cientistas sociais engastados em uma carapaça social retrógrada, com todos os seus níveis de interação já superados, contanto que haja verbas institucionais suficientes para o florescimento e continuidade de pesquisas autônomas sobre fragmentos da realidade social, dirigidas por equipes rigidamente adestradas nas universidades e institutos especializados. Não vê assim o conhecido professor universitário que todos esses trabalhos, realizados sob o patrocínio ou institucionalizados pela estrutura, à medida que analisam segmentos de problemas ou aspectos parciais e fragmentários de fatos ou processos da realidade social, estão abrindo leques cognitivos para que os grupos e estratos dominantes dessas estruturas tenham possibilidade de ação mais efetiva naquelas áreas onde as condições estão a exigir a substituição de métodos de direção patriarcais por métodos burocráticos refinados, a substituição de formas tradicionais de liderança e controle por outras racionalizadas”.<sup>16</sup>

Como se vê, nem todos são partidários da tese da conciliação entre “saber”, “rigor acadêmico” e “militância”. Isto remete à questão da identidade política da famosa “escola de pensamento”. Num escrito de 1967, Florestan nomeava esperançosamente os potenciais membros da “escola” para a qual se considerava “fio condutor”: “Servi como uma espécie de fio condutor, ligando hipóteses e conclusões fundamentadas em várias investigações, realizadas por mim ou por Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Foracchi, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira, Roberto Cardoso de Oliveira, José Carlos Pereira, José de Souza Martins, José Cesar Aprilanti Gnaccarini, Gabriel Cohn e vários outros colegas (alguns de

16. Clóvis Moura. *A Sociologia posta em Questão*, São Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 70.

outras cadeiras, como Francisco C. Weffort, Fernando Novaes, Emília Viotti da Costa, Nícia Vilela Luz, Gioconda Mussolini, Eunice Ribeiro Durhan etc.) É provável que, no futuro, se possa ir mais longe, corrigindo-se as lacunas do esquema de referência que tentei construir sobre fundamentos ainda relativamente precários".<sup>17</sup>

Como é bem sabido, as identidades políticas construídas pelos membros desse grupo foram as mais diversas, sendo as mais notórias (a começar pelo próprio FHC) diametralmente opostas aos anseios políticos de Florestan. Como quer que seja, nos anos seguintes Florestan seria muito otimista quanto ao futuro rumo político da *intelligentsia* latino-americana e brasileira, em especial sob a influência da revolução cubana, que teria dado "alento às correntes sociais que não se empenhavam, apenas, em combater 'os problemas humanos do subdesenvolvimento', mas em corrigir, simultaneamente, os dilemas materiais e morais da ordem social capitalista; e compeliu os 'círculos de esquerda', de diversos matizes, a reverem e a modificarem a estratégia anterior, de contenção do radicalismo político e de apoio decidido a um nacionalismo econômico desproporcionalmente benéfico aos interesses empresariais".<sup>18</sup>

Nesse quadro, e contra o pano-de-fundo das ditaduras militares, um importante papel histórico estava reservado aos intelectuais. Sobre esse papel potencial, Florestan se expressou em termos claramente otimistas: "As ditaduras militares atuais e seus possíveis sucedâneos não podem evitar um colapso futuro (que poderia ser evitado unicamente se uma revolução burguesa autônoma ocorresse, como sucedeu nos Estados Unidos e no Japão). A consciência política de tal situação histórica não foi alcançada por todos os intelectuais. No entanto, os círculos intelectuais mais maduros e resolutos da *intelligentsia* latino-americana estão aprendendo, através de experiências concretas. De um lado, estão descobrindo os meios potenciais da revolução socialista na América Latina (tão diversos dos modelos 'clássicos' já conhecidos). Por outro lado, estão acumulando novos conhecimentos sobre a estrutura e a dinâmica do sistema de classe sob o capitalismo depen-

dente, ou seja, conhecimentos que constituirão a base para uma teoria viável da revolução socialista na América Latina".<sup>19</sup>

## Intelectuais e socialismo

Uma década depois, Florestan constatava que o colapso das ditaduras não realizava essas previsões, muito especialmente no que diz respeito à inevitável radicalização política da *intelligentsia*. Ele atribuiu às mudanças estruturais do capitalismo a raiz desse processo: "No presente, o capitalismo oligopolista vinculado à automatização e à administração informatizada aumentou, sob esse aspecto, o espaço da classe dominante e reduziu drasticamente a capacidade de iniciativa dos de baixo".<sup>20</sup>

Por outro lado, deve-se constatar que as condições de miséria social que, no seu momento, precederam o surgimento da "sociologia crítica" não fizeram senão piorar. Essas mesmas condições, combinadas com a crise política das ditaduras (o seu "colapso"), foram palco do nascimento de movimentos inéditos dos trabalhadores, pela sua amplitude e profundidade, que propiciaram, por exemplo, no Brasil, o surgimento da CUT e do PT. As condições objetivas e subjetivas, que deveriam favorecer um engajamento socialista da intelectualidade, no entanto, produziam o efeito contrário. Florestan constatou claramente: "Muitos intelectuais e políticos da 'esquerda' — antigas vítimas da ditadura, lutadores de proa da década de sessenta ou no início dos setenta e grandes esperanças do radicalismo democrático e do socialismo — aderiram a esse jogo, sem rebuços. O mesmo acontece com organizações e entidades políticas que deveriam ser proletárias e se mostram 'aliancistas'. Ao que parece, o desenraizamento não chegou tão fundo a ponto de desprender os intelectuais rebeldes, os políticos inconformistas e as organizações e entidades revolucionárias da ordem burguesa, identificando-os com o socialismo proletário. Conformam-se aos papéis de campeões da 'normalidade institucional', como cauda do movimento político conservador, cérebros do 'mudancismo' e mão civil da transição lenta e segura...".<sup>21</sup>

17. Florestan Fernandes. *Sociologia de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 12.

18. Florestan Fernandes. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 220.

19. Florestan Fernandes. *Circuito Fechado*, São Paulo, Hucitec, 1977, p.140.

20. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1995.

21. *Idem*, 27 de abril de 1986

Como explicar essa nova *trahison des clerics*? Na verdade, o problema é bem antigo e seus traços já podem ser encontrados na literatura socialista revolucionária das primeiras décadas do século. Em primeiro lugar, no que diz respeito às características estruturais do problema: “O intelectual adere ao socialismo rompendo o cordão umbilical classista — adere como indivíduo, como personalidade — e inevitavelmente busca a ascensão pessoal. Mas tropeça em obstáculos que vão crescendo com o tempo. Cada neófito, na atualidade, encontra já construído o colossal edifício da democracia operária. Milhares de chefes operários, segregados automaticamente por sua classe, formam um aparato compacto, encabeçado por veteranos meritórios, autoridades reconhecidas, figuras que já são históricas. Apenas uma pessoa excepcionalmente dotada pode esperar, nessas condições, conquistar um posto dirigente. No entanto, semelhante indivíduo, ao invés de enveredar por um caminho que lhe é estranho, seguirá naturalmente a linha da menor resistência, a qual o conduz ao reino da indústria ou ao serviço do Estado”.

A isto deve-se acrescentar que nenhum professor socialista, por brilhante que fosse, poderia combater, isoladamente ou em grupo, a força gravitacional do Estado e do conjunto das instituições burguesas: “Se excluimos a camada da *intelligentsia* que serve as massas operárias diretamente — médicos dos meios operários, advogados trabalhistas etc., que em geral são os representantes menos sobressalientes de suas profissões — a parte mais relevante e influente da *intelligentsia* vive por conta do lucro industrial, da renda agrária e do orçamento estatal, encontrando-se em situação de subordinação direta ou indireta das classes capitalistas, ou do Estado capitalista. De forma abstrata, essa dependência material exclui unicamente a ação política combativa das fileiras inimigas, sem excluir ainda a liberdade pessoal em relação à classe dos escravizadores. Mas na prática não é assim. Precisamente o caráter ‘espiritual’ do trabalho da *intelligentsia* instaura inevitavelmente laços espirituais entre ela e a classe possuidora”.

Para concluir, deve-se dizer que a radicalização socialista da intelectualidade não depende de uma evolução ideológica interna da mesma, mas do desenvolvimento de conjunto da luta de classes: “A atitude da *intelligentsia* com respeito ao socialismo, caracterizada por nós como um distanciamento crescente ao compasso do crescimento do próprio socialismo, pode e deve modificar-se radicalmente como resultado de uma guinada política objetiva que modifique de maneira fundamental a correlação

de forças sociais. A *intelligentsia* não está interessada, direta e incondicionalmente, na conservação da exploração capitalista; apenas indiretamente através das classes burguesas, e na medida em que depende materialmente destas. Ela poderia passar para o lado do coletivismo se obtivesse a possibilidade de contar com a verossimilhança da vitória imediata, se esta aparecesse diante da *intelligentsia* não como o ideal de outra classe, distante, mas como uma realidade próxima, palpável”.<sup>22</sup>

As características individualistas da intelectualidade, aqui apontadas por Trótski, constituem a base do processo que vicejou nessa camada social no Brasil nos últimos anos, e que foi amargamente constatado por Florestan num dos seus últimos artigos: “Os intelectuais, na maioria, quando desligados da prática preferem salvar a pele, para não sacrificar a consciência... Houve um deslocamento nem sempre coerente e encoberto em direção à social democracia, que não seria um mal em si. O mal procedeu na disposição de ceder terreno sem luta e na instrumentalização da social democracia para a condição de mão esquerda da burguesia. Esse processo continua e nos ameaça com a perda das poucas alternativas partidárias de construção de uma sociedade nova”.<sup>23</sup>

## Sociologia e história

Quaisquer que tenham sido as suas contradições, o percurso múltiplo e audacioso de Florestan não poderia ter outro resultado que não fosse a obra mais abrangente de interpretação histórico-social da realidade brasileira realizada na academia. Como bem ressaltou Octávio Ianni: “Florestan Fernandes é o autor de uma nova interpretação do Brasil. Ela está construída com base na pesquisa sobre a colonização, a escravatura e a revolução burguesa. A colonização e a escravatura compõem uma perspectiva particularmente fecunda para o conhecimento da história social brasileira, por todo o período colonial e entrando no século XIX. A revolução burguesa permite descortinar a maior parte da história social desde fins do século XIX e por todo o XX transcorrido até o presente”.<sup>24</sup>

22. Leon Trótski. “La *intelligentsia* y el socialismo”, *Sobre Arte y Cultura*, Madri, Alianza, 1974, pp.42, 43 e 49.

23. Florestan Fernandes. “Revolução, um fantasma que não foi esconjurado”, *Crítica Marxista* nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1995.

24. Octávio Ianni. *Op. Cit.*, p.22

Tanto nos trabalhos sobre a organização social indígena, quanto naqueles referidos à “integração do negro na sociedade de classes” e outros, a obra de Florestan virou ponto de referência obrigatório, assim como base teórica para a elaboração das reivindicações democráticas contemporâneas dos sem-terra, dos índios e dos negros.

A justaposição de weberianismo e marxismo, no entanto, é visível na formulação da abolição da escravidão como a “revolução social” que marcaria a passagem da “sociedade tradicional” para a “sociedade de classes”. Esta formulação se desdobra na consideração de conjunto da história do Brasil contemporâneo como um período de “revolução burguesa”, que reformulava a idéia pré-existente de Caio Prado Jr. de “processo da revolução brasileira”: “De fato, está em curso uma revolução social no Brasil”, dizia Florestan em 1967.<sup>25</sup>

A qualificação de classe da “revolução brasileira” não faz senão tornar a noção mais problemática, na medida em que pretende articulá-la com as categorias básicas do marxismo, inclusive as de Trótski (“desenvolvimento desigual e combinado”),<sup>26</sup> problemática que se amplia ainda mais quando se estende a validade do conceito para toda a América Latina: “Alguns sociólogos, por convicções ideológicas ou suposições teóricas, refutam a existência tanto de uma *revolução burguesa* quanto de uma integração nacional como *processo revolucionário* nos países da América Latina. Em minha opinião, nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, a *revolução burguesa* ocorre como um padrão de evolução estrutural, seja do seu capitalismo dependente, seja de seu sistema correspondente de classes. De outro lado, a integração nacional pode ser expandida dentro das possibilidades estreitas de uma *revolução burguesa* controlada do exterior, já que ela pode ser a fonte de tensões econômicas, sociais e políticas de caráter revolucionário (como uma ‘revolução dentro da ordem’).”<sup>27</sup>

As características apontadas correspondem às do processo de desenvolvimento capitalista, com as suas correspondentes mudanças sociais, políticas e ideológicas. Haverá unilateralidade no termo “revolução burguesa” se se atentar apenas para as suas características “revolucionárias” e não, também, para as contra-revolucionárias e desintegradoras,

25. Florestan Fernandes. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, ed. cit., p.187.

26. Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

27. Florestan Fernandes. *Circuito Fechado*, ed. cit., p.132.

em especial o aproveitamento e reforçamento pelo capital monopolista de todos os elementos pré-capitalistas de atraso e bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas. Estas características se fizeram particularmente visíveis no período de crise da década de 80 (a “década perdida”), reforçando o caráter “combinado” do desenvolvimento. Onde a maioria da intelectualidade se detera apenas no “processo de democratização”, Florestan vai mais fundo, retomando a noção de “combinação” de Trótski e seu corolário necessário, a “revolução permanente”: “O capitalismo não voa em cacos pelos ares. Porém, a ruptura com superposições de estruturas coloniais, neocoloniais e de dependência persistentemente redefinidas, segundo estratégias de determinadas nações hegemônicas, de conglomerados de corporações gigantes e de uma globalização do mundo do capital, deixam de funcionar como ameaças, fatores de deformações e limites ao desenvolvimento capitalista interno. A revolução permanente assume feições complicadas na atual periferia”.<sup>28</sup> No mesmo texto, Florestan questiona “a situação de dependência que desatou aparências de revolução burguesa ao que se restringia à importação de técnicas sociais, culturais e políticas manipuladas em favor de privilégios de minorias organizadas... A questão nada tem a ver, hoje, com a restauração de uma revolução burguesa exógena em pleno trópico”.

A perspectiva teórica de Florestan se modificava no confronto com o desenvolvimento histórico e da luta de classes. Não foi casual que, no 50º aniversário da morte de Leon Trótski, não vacilasse em repor claramente “o conceito de revolução permanente de Marx e Engels em uma perspectiva simultaneamente teórica e prática, indo ao fundo dos dinamismos coletivos das classes despossuídas na impulsão e na fusão dialética de reforma e revolução sociais”, fazendo desta reposição a base para ser “implacável com os ‘fariseus’ que se proclamam socialistas ou ex-marxistas, mas cerram fileiras com as correntes intelectuais da moda a partir dos centros de produção cultural e de propaganda das nações capitalistas centrais. A democracia que nasce do marxismo nada tem a ver com a democracia plutocrática”.<sup>29</sup>

Com toda essa bagagem, Florestan estava mais do que preparado para denunciar o novo álibi ideológico do reformismo e do fari-

28. Florestan Fernandes. “Lula e a transformação do Brasil contemporâneo”, *Praxis* n° 2, setembro 1994.

29. Florestan Fernandes. “Trotsky e a Revolução”, in Osvaldo Coggiola, *Trotsky Hoje*, São Paulo, Ensaio, 1994, p.190.

seísmo, posicionando-se, nas polêmicas ideológicas mais recentes, contra a possibilidade de que “o socialismo desapareça e que o marxismo se torne uma peça de museu, tema de mera reflexão abstrata de historiadores, filósofos e cientistas sociais. Ora, o que é questionável é a existência de um ‘neoliberalismo’. Harold Laski já demonstrou que o liberalismo não sobreviveu à transformação histórica das condições que o engendraram. Hoje, sua argumentação encontra suporte ainda mais sério. Que ‘neoliberalismo’ poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista em seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou dessas metamorfoses do capital?”<sup>30</sup>

### Florestan no PT

De tudo que antecede, depreende-se que Florestan não se incorporou acriticamente ao Partido dos Trabalhadores, sendo seu deputado federal mais votado (depois de Lula) em 1987, exercendo duas vezes esse mandato. No mesmo momento, denunciava que “o socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à ‘reforma capitalista do capitalismo’, ao ‘capitalismo melhorado’ ou ao ‘capitalismo do bem-estar social’. Penso ser esta a principal resposta às indagações, às esperanças e às convicções que nos lançam, dentro do PT, à luta pelo socialismo proletário e revolucionário”.<sup>31</sup>

Poucos anos depois, Florestan posicionou-se claramente contra a expulsão das tendências de esquerda (em especial trotskistas) do PT. Foi diante dos vacilos e adaptações ao Plano Collor que, em artigo à *Folha de São Paulo*, denunciou a perspectiva de o PT virar um “partido da ordem”. Por ocasião do I Congresso do PT, em 1991, reivindicou, contra a opinião dominante, que “foram os próprios bolcheviques que se mantiveram fiéis à

tradição democrática do marxismo revolucionário. Eles se opuseram aos mencheviques, que levantaram bandeiras social-democráticas para trair a revolução, e tentaram impedir — às vezes pagando com sua vida ou sofrendo a prisão, a difamação, o ostracismo e o desterro — a deformação dos soviets, do partido, da transição socialista e do Estado prisioneiro de múltiplas ‘deformações burocráticas’. Por isso, os petistas não devem se deixar iludir. Eles precisam se fazer duas perguntas: 1) A social-democracia, adulterada para servir às nações capitalistas centrais, é viável na periferia e nela perderia o caráter de uma capitulação dos trabalhadores e dos assalariados de outros escalões ao despotismo do capital? 2) O PT manterá a natureza de uma *necessidade histórica* dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a ‘ocupação do poder’ à ótica revolucionária marxista?”

Toda a bagagem política adquirida desde 1942 no PSR voltava à tona. No mesmo documento, reivindicou para o PT uma base programática que deixasse claro que “em sua versão operária radical, o socialismo significa superação e supressão: da força de trabalho como mercadoria; da propriedade privada dos meios de produção; da separação entre trabalho manual e intelectual; da divisão do trabalho; da exploração do homem pelo homem; da deformação da educação para servir à hegemonia ideológica das classes dominantes; do preconceito, discriminação e segregação, com motivos econômicos ou não, de classe, de raça, de etnia, de nacionalidade, de sexo, de idade, de religião ou de convicções filosóficas; do imenso complexo do vício organizado; da fabricação da neurose, da psicose e da alienação social provocada; dos poderosos cartéis das drogas e de sua disseminação; do uso mercantil ou destrutivo da ciência e da tecnologia científica; da existência de classe, da dominação de classe e da sociedade de classes; da indiferença à metropolização intensiva e ao aparecimento de megalópoles, núcleos de concentração da pobreza relativa e da pobreza absoluta, bem como da difusão do vício comercializado; do armamentismo e do militarismo como pilares da tirania, do colonialismo e do imperialismo; da guerra em todas as suas modalidades, nas relações entre povos ou nações e na ‘partilha do mundo’”.<sup>32</sup>

Para Florestan, a progressividade do PT consistia em que “ecloদিu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos”. A coexistência de reformistas e revolucionários no partido era possível devido à progressividade de um programa que “ergue-se como uma ruptura

30. Florestan Fernandes. *Em Defesa do Socialismo*, São Paulo, 1994, p.1. A esse respeito ver também: Osvaldo Coggiola e Claudio Katz. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?*, São Paulo, Xamã, 1995.

31. Florestan Fernandes. “Apresentação desnecessária”, in A. Genro Filho, *Contra o Socialismo Legalista*, Porto Alegre, Tchê, 1987, p.IX.

32. Florestan Fernandes. *O PT em Movimento*. Contribuição ao I Congresso do PT, São Paulo, Cortez, 1991, pp.10 e 19.

com o passado colonial, com o neocolonialismo... e com a situação de dependência”, ou seja, limitado. E também por uma situação histórica em que “o reformismo ofereceu o ponto de apoio para uma política de saltos múltiplos concomitantes dos de baixo, embora o fermento revolucionário definisse utopias concretas realizáveis (ou seja, a superação da opressão capitalista por dentro da ordem). A situação de classe sofria alterações que provinham dos interesses e valores variáveis dos agentes coletivos e sua diferenciação constante. Os movimentos sociais imbricavam tanto na situação de classe condicionante, quanto na diferenciação que atingia, ao mesmo tempo, alta mobilidade e rapidez com habilidade espantosa”.

O direcionamento básico do PT foi discernido por Florestan na análise do papel do próprio Lula, assinalando as suas limitações históricas mas resgatando a sua progressividade diante da situação existente e diante das possibilidades revolucionárias que seriam abertas por uma vitória petista: “A opção de Luís Inácio por visões prospectivas de desenvolvimento capitalista interno — que o incorpora às experiências social-democráticas — são nítidas. A ruptura interna já é, por si mesma, um fardo pesado para um governo e um Estado em crise e desafia a resistência sociopática à mudança estrutural das elites das classes dominantes. O reformismo e o revolucionarismo circunscritos (às relações raciais ou à educação, por exemplo) podem ser aceitos por várias classes sociais e facções de classes sociais. E não negam, por si mesmos, e tampouco impedem a revolução contra a ordem se o clamor pelo socialismo difundir-se como fogo no palheiro”.<sup>33</sup>

Florestan não chegou a colocar que uma estratégia de conciliação de classe (de “aceitação de várias classes sociais” ou de “aliancismo” de classes com horizontes de classe irreconciliáveis) poderia pôr o PT em contradição não só com a “revolução contra a ordem”, mas também com a luta por reformas setoriais (ou, se preferirem, “revolução dentro da ordem”). Se Florestan esteve no vértice de uma escola de pensamento sociológico, não esteve na origem de uma corrente política.

Esta limitação não impediu que a sua luta no PT pudesse ser um ponto de apoio para correntes com um programa definido, no qual diversas proposições teóricas adquirissem formulação política precisa. Inclusive no que concerne à chamada “morte” do marxismo ou do socialismo, pretexto para uma evolução direitista interna. Para Florestan, os

acontecimentos pós-1989 “não significam o fim do socialismo na Rússia, nos países vizinhos, no leste europeu ou no mundo, mas sim que é possível repensá-lo voltando às raízes. Neste sentido, podemos recolocar a questão da herança clássica do socialismo. Marx e Engels sempre defenderam a existência de uma democracia, já que a ‘ditadura do proletariado’ seria uma democracia da maioria, porque a minoria ficaria submetida até que se reeducasse, incorporando-se ao sistema político e à nova sociedade, dando origem a uma sociedade de iguais, onde pudesse compartilhar das mesmas idéias de liberdade e de solidariedade humana. Neste sentido, os últimos acontecimentos na Rússia, na União Soviética e no leste europeu nos trazem lições importantes. E não podemos culpar Marx, Engels, Proudhon, nem qualquer outro socialista ou anarquista, pelo fato de a revolução socialista ter tomado o rumo que tomou”.<sup>34</sup>

### A morte na luta

Na madrugada de 10 de agosto de 1995 faleceu Florestan Fernandes, pouco mais de uma semana depois de ter sido submetido a uma operação de transplante de fígado. A notícia caiu como uma bomba, pois os informes médicos dos dias seguintes à operação afirmavam que não existia nenhum indício de rejeição do novo órgão. O informe oficial mencionou um colapso geral das funções renais. No entanto, na mesma tarde da quinta-feira, dia 10, quando se ia proceder à cremação, oficiais de justiça interoperaram a cerimônia com uma ordem de autópsia, devido a uma suspeita de erro médico ou falha no sistema de hemodiálise, levantada pelo chefe do serviço do Hospital das Clínicas de São Paulo, Silvano Raia.

Há mais de uma década, Florestan Fernandes foi pela primeira vez vítima do colapso do sistema brasileiro de saúde pública, quando, depois de uma operação sem riscos, recebeu uma transfusão de sangue contaminado pelo vírus da hepatite B. A partir desse momento, começou a sofrer sistemáticos problemas de saúde, originados do fígado, que o levaram nos últimos tempos à beira da morte. Os sistemas de detecção e despistagem do vírus da hepatite já eram bem conhecidos na época da transfusão, mas não eram aplicados no sistema de saúde pública, isto em plena época do “milagre brasileiro”.

33. Florestan Fernandes. “Lula e a transformação do Brasil contemporâneo”, *Praxis* nº 2, ed. cit.

34. Florestan Fernandes. *Tensões na Educação*, Salvador, Sarah Letras, 1995, p.46.

## À guisa de prefácio

Desde então, a situação piorou, chegando aos níveis do paroxismo, levando a saúde pública brasileira a ostentar índices situados entre os piores do mundo, começando por uma epidemia sistemática de “infecções hospitalares” que levou milhares de pacientes à morte como conseqüência de coisas tão simples quanto uma operação de apendicite. É óbvio que se tratou de uma política consciente de destruição da saúde pública, a serviço da privatização da Saúde, que assistiu à constituição de enormes monopólios de mercadores do corpo (cujas empresas não pagam imposto de renda por serem “serviços de interesse geral!”).

Florestan Fernandes sempre recusou qualquer privilégio derivado da sua condição de figura pública e deputado (como o famoso expediente de “furar a fila” dos transplantes) e exigiu ser tratado pelo sistema de saúde pública, como exemplo de luta para a sua defesa. Recentemente, inclusive, havia recusado a oferta que lhe fizera Fernando Henrique Cardoso, seu antigo aluno e discípulo, para um tratamento *vip* no exterior, sem gastos de sua parte.

A discussão que o escândalo de sua morte desata é uma ocasião para denunciar a destruição do sistema de saúde pública a serviço dos grupos capitalistas. “Erro médico” ou “falha de máquina”: qualquer um sabe que quanto pior o funcionamento dos instrumentos e equipamento (por falta de manutenção, ou seja, de verbas para a Saúde), maiores são as chances de erro humano. A atitude valente de Florestan deve ter a merecida resposta dos combatentes que permanecem.

A denúncia do segundo assassinato de Florestan Fernandes deve ser uma plataforma para uma campanha de massas em defesa da Saúde e da Educação públicas, contra os monopólios capitalistas e a Igreja, contra o imperialismo espoliador do Brasil, contra o governo que impulsiona a política que acelerou a morte do mestre do próprio presidente da República.

Como disse um sindicalista, nem na hora da morte Florestan deixou em paz os inimigos da classe trabalhadora. Ficam conosco o exemplo de uma vida e a fecundidade de uma obra que florescerão nas novas gerações de revolucionários do Brasil e da América Latina, junto aos quais permanecerá como um fermento de revolta e de pensamento crítico, em todas as circunstâncias, para sempre, Florestan Fernandes.

29 de agosto de 1995.

**P**ara o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.<sup>1</sup>

Por mais que o intelectual não o queira, em sociedades estratificadas ele sempre estará relacionado com o poder. Produtor, transmissor ou mero difusor de idéias, ele será ou “servo” ou “agente” do poder. Pode-se, até, pensar em um caso extremo: Karl Marx, que se recusou a ser incorporado ao “poder oficial”. No entanto, devotado à causa dos oprimidos, ele se inseria na teia da luta pelo poder real dos de baixo. Os proletários contestavam o poder oficial, na forma do despotismo de classe dos capitalistas dentro da fábrica e da supremacia burguesa na sociedade civil ou na forma de poder especificamente político no enfrentamento com o Estado. Em termos negativos, sua contestação engendrava a contraviolência e o contrapoder dos de baixo. Em termos positivos, ambos — contraviolência e contrapoder na luta de classes — eram meios para acumular poder real.

A recusa ostensiva do poder, em um poeta, e o colocar-se em cima do muro, através da “neutralidade ética”, de um cientista social ou de um filósofo, não são apenas modalidades disfarçadas ou sublimadas de participar do poder e de exercê-lo hipocritamente. Elas constituem limites correntes de aceitar o poder maldito ou perigoso da inteligência corrosiva e devastadora.

O aparecimento de movimentos sociais e de partidos políticos tornaram essas relações entre intelectuais, a reprodução e a transformação da ordem social existente mais complexas e explosivas. Ir às raízes das coisas pode ser, para um escritor liberal, descobrir uma maneira inteligente de preservar a ordem social estabelecida, e, para um escritor revolu-

1. *Leia*, outubro de 1986.

cionário, um modo congruente de fazer a ordem social estabelecida voar pelos ares. Nessa proporção seria possível comparar John Stuart Mill e Pierre Joseph Proudhon. É, pois, intrínseco ao intelectual ser mais do que um fermento ou uma promessa de fermento e, se ele não for ao mesmo tempo homem de poder (o que acontece com frequência), ele estará certamente numa relação orgânica com as fontes e o exercício do poder, no âmbito de uma instituição (como a igreja, a universidade, o partido, o sindicato) ou no âmbito da sociedade global.

Como professor, vi-me, desde as origens da minha carreira acadêmica, nas franjas do antipoder (o movimento clandestino contra a ditadura Vargas e como assistente e, mais tarde, como professor-contratado, na oposição à existência da cátedra e, portanto, ao micropoder institucional do professor catedrático). Como intelectual radical e socialista, relacionei-me sempre, em todas as oportunidades que tive, com o movimento sindical e com campanhas que punham em questão as reformas sociais. São Paulo é uma cidade operária e nela será preciso ser de ferro para se ficar indiferente à miséria e à opressão dos de baixo. No entanto, não há uma relação automática entre a existência de proletários, de momentos fortes do protesto operário e das eclosões sindicais e da condição de intelectual orgânico do proletariado. Este depende da cultura e do ímpeto da luta de classes — e se existe ou não um partido revolucionário, que defina o papel do intelectual (como publicista, agitador, dirigente etc.) nas relações com os trabalhadores e os humildes.

No momento atual, o que me impele para o movimento político não é a ambição de poder, mas a compulsão de servir. Servir a quem e por quê? Aos proletários, de onde provenho, e para que eles conquistem peso e voz na sociedade civil, poder real nas relações com o Estado e com a demolição da ordem existente. Enfim, desempenhar um papel ativo na ruptura definitiva com um passado que se reproduz constantemente, sob novas formas. Não quero ser o ventríloquo ou o “outro” de um proletariado que começa a lutar com evidente vitalidade. Porém, ocupar algum lugar no processo pelo qual esse proletariado se transforma e, ao mesmo tempo, modifica a sociedade brasileira. Romper de uma vez e para sempre com um passado que nos engata ao colonialismo, ao neocolonialismo, à dependência, à exploração e à subalternização dos oprimidos. Não é uma causa mais importante que o “poder” e um grande sonho para um intelectual que acredita ardentemente na revolução social?

# 1

---

## A TRADIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

## A atualidade de Marx\*

**A** cem anos de sua morte, a presença ativa de K. Marx irradia-se como uma força viva e criadora. Ele não figura, apenas, como um clássico, entre os fundadores das ciências sociais e do comunismo. É um cientista social e um pensador comunista com o qual impõe-se dialogar: os problemas que ele debateu, os procedimentos de investigação e de ação revolucionária que perfilhou e as conclusões a que chegou fazem parte dos quadros de reflexão científica e de atividade política revolucionária que se reconstituem a cada instante. Como clássico, ele exige atenção meticulosa e ela se revela à esquerda, à direita e ao centro do espectro supostamente neutro ou francamente ideológico e político dos estudiosos. A sua importância é tão grande que as coisas não poderiam ser diferentes: ele subsiste como um autor em estado de perene originalidade, diante do qual o clássico fica em segundo plano e o contemporâneo voltado para a frente ganha relevo central.

O tema que me foi proposto, a atualidade de Marx, precisa ser enfocado à luz dessa crucial situação histórica concreta. Autores importantes, alguns decisivos — todos os clássicos —, viram-se instalados em nichos mais ou menos confortáveis ou postos em fichário. O mesmo sucedeu com grandes figuras — anteriores ou posteriores a Marx — na liderança do movimento proletário, do socialismo reformista e do comunismo. Não estão esquecidos e tão pouco ignorados. Apenas, não fazem parte do cotidiano, da história em processo, dos ódios e das paixões que sacodem um mundo político em convulsões turbulentas, da necessidade de escolher e de acertar com referência ao nosso tempo. Ao contrário do que muitos afirmam — e que gostariam que fosse verdade —, as transformações do capitalismo e as revoluções proletárias que levam ao socialismo de transição não sepultaram Marx, não removeram o seu pensamento

\* Folhetim, *Folha de São Paulo* (13/03/1983)

teórico e prático da cena histórica. Tornaram-no uma viga mestra ainda mais decisiva e converteram a defesa do "marxismo" em um exercício obrigatório, que ocupa milhares de cabeças privilegiadas e impulsiona os movimentos revolucionários mais puros e ardorosos.

Pelas contas de muitos ensaístas e publicistas e, também, de acordo com o que prevalece naquilo que se poderia descrever como o "pensamento oficial" do mundo acadêmico, o capitalismo de hoje nada tem a ver com o "capitalismo de Marx": no centro e na periferia, mudaram a tecnologia e a escala da produção, as estruturas sociais que movimentam toda a economia, em âmbito nacional e mundial. Para eles, até as classes e a exploração capitalista impiedosa teriam desaparecido, como uma triste fase histórica da industrialização incipiente da Europa. Redistribuição de renda, revolução do consumo, crescimento das classes médias, universalização das garantias sociais e dos direitos civis e políticos, democratização da cultura e de um nível de vida "humano", internacionalização do sistema de produção e de poder do capitalismo, modernização do Estado representativo, conjugado à responsabilidade da iniciativa privada e à ação participativa das massas, teriam engendrado uma nova realidade histórica. Na forma e nas estruturas, a sociedade capitalista do século XX livrou-se dos anátemas das "doutrinas de Marx". Por sua vez, as grandes revoluções proletárias caíram nos impasses do socialismo difícil. Contudo, elas também seriam um bom termômetro negativo. Primeiro, das alterações do mundo moderno e da direção para as quais elas caminham. Autores famosos demonstraram, pela comparação "empírica" e pela reflexão amparada em dados estatísticos, que os dois mundos, o capitalista e o socialista, caminham no mesmo sentido e, no essencial, buscam objetivos análogos. Ambos são sociedades industriais e se distinguiram somente pelas diferenças existentes no controle do trabalho ("democrático" ou "autoritário") e pela capacidade maior do capitalismo de afogar a população trabalhadora no ópio do consumo em massa e dos prazeres da vida. Ambos são sociedades conformistas, submetidas a "tecnoestruturas" eficientes, que extinguiram as contradições sociais (ou as congelaram historicamente) e lograram extirpar os conflitos das "relações humanas". Portanto, no ápice das grandes transformações da civilização moderna, a história teria desaparecido como realização coletiva dos seres humanos. Sob o capitalismo monopolista ou sob o "socialismo real", não existiria mais história.

Essa terrível mistificação, que esconde tantas ilusões e confusões, se pudesse conter um só grão de verdade, justificaria a idéia de uma longa e tenebrosa "Idade Média moderna", como subproduto da civilização industrial. Os seres humanos chegaram até aqui e pararam! Algo mais espantoso que a Torre de Babel tomou conta da humanidade, reduzindo-a a um cativeiro dourado, que não ergue nenhuma esperança substantiva quer aos reacionários, quer aos revolucionários. O fim do mundo, não pelo dilúvio, mas pela paralisação do ser humano como entidade racional e moral e da sociedade como elemento impulsionador da mudança social progressiva ou revolucionária. Na verdade, esse é o limiar mais tétrico do "diálogo absurdo" com Marx. Uma condição relativa e provisória das sociedades capitalistas e das sociedades em transição para o socialismo foi absolutizada e estabilizada, à luz de um irracionalismo total, que concede à barbárie sublimada e à alienação o caráter de estado permanente e insuperável da vida humana sobre a Terra.

Essa compreensão deformada e catastrófica de uma situação histórica tão rica de potencialidades e de promessas — por isso mesmo tão dramática e cheia de dilemas humanos — não só responderia ao pensamento teórico e prático de Marx, liquidaria com ele. A sociedade capitalista, cuja produção ele estudou tão cuidadosa e rigorosamente, terminaria nesse melancólico apodrecimento universal, que atingiria a todos e estabeleceria uma nova meta à civilização moderna em convulsão: a robotização global. A perversidade da tecnologia e da ciência só teria paralelo na perversão do ser humano, na vitória final da dominação, na arregimentação dissimulada ou declarada como estilo de vida, reduzindo-se a complicada matriz da sociedade humana em sucedâneo da colméia ou do formigueiro. A liquidação de Marx seria completa, pois "as evoluções sociais" deixariam de ser "revoluções políticas", porém sem o aparecimento de uma forma comunista de associação, que extirpasse a desigualdade e a violência e as substituísse pela auto-regulação e auto-administração dos assuntos coletivos pela comunidade.

Evitei recorrer a citações. Poderia formular uma lista de referências que, da extrema direita à ultra esquerda, arrolaria os principais nomes dos filósofos, cientistas sociais e homens de ação que compartilham dessa visão "sincera" da realidade. É claro que esse estado de espírito não constitui um produto da necessidade de combater Marx ou de comprovar que a "evolução real" está saindo às avessas de sua previsão. De fato, esse

pessimismo subliminar se equaciona como uma “síndrome de decadência de uma civilização”. Ele não é um espelho da perversão humana; apenas retrata uma espécie de moléstia intelectual madura, que compele as melhores cabeças a cultivar certos demônios da inteligência, quanto esta se enrosca na irracionalidade do mundo. Quando a ideologia sobe tanto à cabeça que nem a observação de senso comum, nem a tecnologia mais sofisticada, nem a ciência, nem a filosofia, nem a arte, nem a prática política, nem a religião, isoladas ou em conjunto, conseguem preservar os limites da autonomia relativa do ideológico, a razão perde toda relação instrumental com o real e todos os discursos acabam padecendo da mesma conturbação mental. Só os historiadores, em parte, e os antropólogos, numa escala menor, escaparam a essa síndrome de perversão da razão, por ventura porque se desprenderam menos da tirania dos fatos concretos. A razão ideológica absoluta impera em todos os domínios e instrumentaliza todos os meios de conhecimento formal, funcional ou sistêmico, imprimindo à crise da civilização burguesa o caráter de um cataclisma de fim do mundo e do gênero humano — algo que só a razão ideológica absoluta pode trabalhar tranquilamente e transubstanciar em uma realidade não-ameaçadora.

Esse esboço mais ou menos livre e reconhecidamente incompleto nos põe na cola de Marx. O que se pode retirar, como conclusão, não é que seja preciso, como autodefesa, ler e reler Marx, converter seus escritos em um catecismo. O que se evidencia é a necessidade de restabelecer por completo as preocupações que animaram as obras que escreveu sozinho ou em colaboração com F. Engels, de 1843-1844 a 1850, e, principalmente, a orientação que imprimiu às suas investigações científicas e às suas atividades revolucionárias posteriores. A atualidade de seu pensamento teórico e prático nasce, em suma, de uma necessidade que brota de nossa presente situação econômica, cultural e política. Nada de um “imperativo de ilustração”, de um “modelo a seguir” ou de “doutrinas a completar” (ou criticar, com base nas condições que enfrentamos). Tudo isso surge como coisas que se fazem naturalmente e que devem prosseguir. Mas que não definem a relação peculiar de Marx com a era atual. Há um que fazer que precisa ser refeito e um modo de ser que precisa ser recuperado, em toda a plenitude, na reflexão filosófica, na investigação científica, na atividade política íntegra e radical. É como se, nos dois extremos de um *continuum* histórico, o que marca a época formativa do modo específico de produção capitalista e o que retrata sua época de declínio, a inteligência revolucionária devesse desempenhar funções basicamente idênticas e homólogas.

Necessitamos, de novo, de um pensamento crítico que seja capaz de superar a filosofia em favor da ciência, mas sem abandoná-la, suficientemente compreensivo e objetivo para articular entre si uma atitude materialista consistente, o método científico mais rigoroso e a análise dialética objetiva das categorias de representação e de explicação do real. Em suma, necessitamos de uma ciência social histórica que abarque a totalidade da situação humana, que possa apreender a um tempo natureza e personalidade, estrutura e dinamismo, economia e sociedade, ideologia e verdade, o movimento histórico efetivo como ligação entre passado e presente e como criação incessante de um futuro novo, pelo qual a negação do presente apareça como abolição revolucionária da situação existente pela atividade coletiva dos seres humanos. Uma ciência social histórica que combine, intrínseca e objetivamente, a crítica de si mesma com o conhecimento à crítica da ordem existente tal como ela se produz pela luta de classes, pela desalienação ativa e pela autoliberação coletiva dos oprimidos, ou seja, que se manifeste univocamente como teoria e prática, como expressão autêntica da verdadeira ciência em sua capacidade de transcender ao enquadramento ideológico burguês e de fazer parte do “movimento que abole o presente estado de coisas”, isto é, de ser comunista, de identificar-se com a situação social de interesses de classe dos trabalhadores e com o que ela significa para o advento e o desenvolvimento de um novo ciclo histórico revolucionário.

No ponto de partida das ciências sociais, a ideologia da classe dominante converteu o economista, por exemplo, em “sacerdote da burguesia”. Todavia, o economista distorcia a realidade, mas era possível chegar a esta através da crítica do conhecimento teórico deformado que ele produzia. Dominação ideológica e hegemonia de classe cruzavam-se de tal modo na cena histórica que a instrumentalidade da ciência nas duas direções assegurava à economia política um mínimo de veracidade (embora esta fosse, apenas, uma veracidade burguesa). Nas condições objetivas que cercam o capitalismo monopolista da era atual (que outros preferem chamar de capitalismo tardio) não existe mais um espaço histórico que permita restringir a deformação do conhecimento na esfera das ciências sociais. A objetividade torna-se em si mesma incompatível com a dominação ideológica da burguesia e a sua hegemonia de classe exige uma conversão imediata da ciência em técnica social de controle (como meio de obter consenso ou de dissociar o comportamento das massas de qualquer objetivo independente). Instaure-se, assim, uma evolução regressiva, graças à qual

se dissolve a substância do método científico, embora se mantenham todas as aparências que infundem ao “conhecimento científico” a categoria de uma forma específica de saber. O paradigma de explicação das ciências sociais ou fomenta os “procedimentos empíricos” (naturalmente necessários à coleta de informações indispensáveis para qualquer técnica social de controle) ou exalta os “procedimentos sistêmicos”, pelos quais a história é volatizada e a ciência é convertida em equivalente das divagações filosofantes. A regressão apontada está aí: o novo “sacerdote da burguesia”, o cientista político, por exemplo, opera com um jargão abstrato e formal, reduz a análise funcional a uma operacionalização de categorias mentais arbitrárias, tomadas como “axiomáticas”, e converte a perspectiva comparativa em uma sala de espelhos. O que resulta não é um saber filosófico deturpado pela pretensão científica — é um idealismo inconseqüente, que restabelece o primado da filosofia do espírito, destituindo-a, porém, de qualquer modalidade de razão filosófica e de consciência histórica.

É óbvio que o retorno a Marx não poderia deter semelhante deterioração fantástica das ciências sociais. Estamos diante de um processo histórico: a crise das ciências sociais reflete e acompanha a crise da civilização burguesa. No entanto, através de Marx resguarda-se que essa crise não pode nem deve afetar, como a proposta de uma ciência social histórica rigorosa, precisa e implacável, que não se omita diante de tal crise pela fútil negação do tempo histórico, pelo esvaziamento da realidade e pelo repúdio da causalidade concebida em termos materialistas e dialéticos. Mas que esteja calibrada para crescer embrenhando-se em tal crise, buscando o seu ponto de superação, o qual liga, naturalmente, estrutura e história, teoria e prática, ciência e revolução, dissolução da civilização burguesa e constituição de uma nova civilização. Além disso, a referência a Marx (e o discernimento do que representa, atualmente, a sua solução do problema da explicação nas ciências sociais) abre um campo construtivo para a avaliação do “marxismo envergonhado” ou das várias modalidades ecléticas de “terceira via”, que exprimem a intenção de conciliar as “vantagens da democracia” com a “necessidade do socialismo”. Existem diversas tentativas — intelectualmente atraente, mas científica e politicamente inconsistentes — de “sociologia crítica”, de “sociologia participante” e, até, de “sociologia insurgente”, por exemplo, que são importantes como indícios da fragmentação da ideologia burguesa e da vulnerabilidade da hegemonia de classe da burguesia. Elas não contêm, porém, qualquer or-

ganicidade científica. Chega-se, inclusive, ao paradoxo da condenação unilateral da ciência e da tecnologia científica, com base na dominação a que dão lugar, sem evidenciar-se o outro lado da medalha. O que a ciência e a tecnologia científica significam como ruptura e transcendência dessa dominação? A compreensão de Marx equilibrava os dois pratos da balança, como o demonstram os manuscritos de 1844!

É preciso não esquecer que Marx operou com as condições objetivas da produção e da reprodução do modo especial de produção capitalista. Ou seja, ele apanhou o capitalismo em um momento que permitia considerar todos os dinamismos fundamentais desse modo de produção: os de sua constituição e transformação e os de sua negação, dissolução e superação; portanto, tanto os que levariam ao período de transição socialista, quanto os que iriam exigir, mais remotamente, o advento do comunismo. Hoje, o problema central seria investigar intensamente as revoluções proletárias, as contradições do chamado “socialismo difícil” e o que retarda, e por que, o advento do comunismo. Um verdadeiro “diálogo com Marx” teria de surgir nessa confluência da investigação científica com o desenvolvimento histórico e os fins essenciais do socialismo. A insistência nas sistematizações do pensamento de Marx e a propensão a cultivar uma espécie de “escolástica marxista” nada tem a ver com as premissas filosóficas, científicas e comunistas compartilhadas por K. Marx e F. Engels. Nada lhes era mais alheio que essa forma (pseudo) revolucionária de fomentar academicamente o “marxismo”. Ambos travaram o combate proletário direto e cotidiano. Qualquer “avanço do marxismo” que não percorra este caminho não passa de mero exercício intelectual.

É essencial, pois, que se tome a atividade de Marx sob o ângulo indicado. Não pela espantosa irradiação de influências diretas e indiretas que se descortinam. Mas, precisamente, porque só assim se evidencia o quanto o pensamento teórico e prático de Marx continua plenamente vivo... e atual! Durante a elaboração de *O Capital* e posteriormente, Marx foi levado a estudar seriamente as relações do crescente mundo colonial criado pelo industrialismo com as tarefas centrais do movimento proletário e socialista na Europa. Que sirva de exemplo o seu penetrante estudo da questão irlandesa. Ele considerava vital que o proletariado inglês compreendesse e se solidarizasse com a causa dos camponeses irlandeses. Não via como quebrar a aliança entre aristocracia e burguesia industrial e derrotar a hegemonia burguesa na Inglaterra que o movimento proletário des-

truíse o terrível foco colonial que o manietava, a partir da Irlanda. Portanto, não se tratava apenas de fazer o diagnóstico da “aristocracia operária” ou de verificar como as classes trabalhadoras da metrópole entravam no rateio desigual do espólio colonial, mas de impedir a própria deterioração do movimento operário e o seu aburguesamento progressivo, a ignorância do que é, na realidade, a dominação de classe sob o capital industrial; e, de outro lado, o que é e o que implica a firme independência de classe do proletariado. O capitalismo monopolista e o seu padrão de imperialismo tornaram-se possíveis, entre outras coisas, graças a uma solidariedade de classe operária que se esfarelou por causa de interesses imediatistas, miúdos e destrutivos.

Nada melhor do que partir do próprio Marx para se entender quão difícil e complicado vem a ser o período de transição para o socialismo. A conquista do poder pela maioria não é um ponto final, mas um ponto de partida delicado e complexo, inicialmente emaranhado em interesses, convenções e instituições sociais herdadas de estruturas de classes antagônicas que não podem ser extirpadas em um *fiat*. É fascinante acompanhar a clareza com que certas premissas da dissolução da sociedade burguesa levaram Marx a reflexões tão penetrantes — e que se iriam mostrar mais tarde, em quadros históricos tão distintos, inquestionavelmente exatas. Todavia, o que coloca Marx em nossos dias não é a sua capacidade de previsão, mas o fato de que tenha extraído objetivamente, do movimento comunista visto como abolição de um certo estado de coisas, qual era a essência e o próprio vir a ser do período de transição. Ao contrário do capitalismo, o socialismo não teria a escorá-lo uma ordem social estavelmente fixada no solo histórico. Ele teria de diluir-se, como negação da ordem burguesa e de si próprio, mera antecipação parcial e provisória de uma ordem social que só seria instituível e persistente depois do advento do comunismo (ou seja, depois que o próprio socialismo fosse dissolvido e superado). Aqui temos uma ampla perspectiva para entendermos o nosso presente e, também, o futuro que ele reserva à humanidade, independentemente das visões cataclísmicas que pontilham, nos círculos burgueses ou semiburgueses, as avaliações derrotistas do “socialismo real”.

É claro que essa representação compreensiva do enlace entre transformação e dissolução do capitalismo, emergência, natureza e duração do socialismo, advento e significado do comunismo se assenta sobre uma sólida identificação com o pólo operário da luta de classes e com a es-

tratégia da luta de classes do ponto de vista de uma prolongada “revolução total”. Porque Marx não era, simplesmente, um visionário (como pretendem certas fórmulas, que reduzem o marxismo à “sua época”) e porque ele via a revolução como um processo de dissolução de uma determinada forma antagônica de sociedade de classes e de instituição de uma sociedade sem classes, ele era capaz de diagnosticar as debilidades estruturais do movimento operário e indicar como e onde este poderia sofrer os percalços de um enfraquecimento relativo paralisador. Contudo, se a contra-revolução vencesse, ela poderia anular tudo — extinguir a história e pôr a sociedade burguesa a salvo de qualquer risco? Esse assunto foi aquele ao qual Marx devotou a maior soma de análises históricas (e, também, aquele que abrange situações mais contrastantes, como as que dizem respeito às revoluções de 1848-49 e à Comuna de Paris). A revolução não é um acidente histórico e a “verdadeira revolução” só se produzirá se as classes trabalhadoras souberem defender com intransigência os seus interesses reais na luta contra a velha sociedade. No entanto, a contra-revolução não interrompe o fluxo revolucionário, que aguarda nas estruturas mais profundas da sociedade o momento de eclosão histórica. Ela adentra as classes para uma luta mais ou menos terrível e, em particular, ensina aos assalariados o que podem esperar nos limites da democracia burguesa. De outro lado, a contra-revolução também abre, dentro e através dos antagonismos de classes, as vias reais de sua relação dialética com o movimento revolucionário. Este não é destruído: é, por assim dizer, amoldado às condições concretas dentro das quais terá de desenvolver-se pela atividade inconformista indestrutível das classes oprimidas. O oprimido é o principal elemento dissolvente, produzido pela ordem social capitalista, e dele dependerá a destruição dessa ordem social e os surtos subsequentes da civilização.

Essa concepção anti-intelectualista e proletária da revolução social fez de Marx o representante de uma forma de comunismo que tinha mais que ver com o futuro distante que com o presente imediato. Ela tornou o seu pensamento teórico e prático perene e atual por um longo período de tempo, que iria desdobrar-se do século XIX para o século XX (e, como constatamos agora, para o século XXI). O precursor de uma nova ciência, de uma nova revolução e de uma nova era. Em síntese, o único pensador moderno que não envelheceu, por ser intrinsecamente radical e revolucionário.

## Marx: revolução e luta de classes\*

Acho muito importante lembrar Marx aqui neste momento, neste lugar e para vocês. Para mim uma homenagem a Marx é uma homenagem a um lutador que tem um grande significado para os operários. Não só os operários da metade do século XIX. Os operários que lutaram na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha, nos dias em que Marx viveu, que estiveram congregados na I Internacional, como é chamada a Associação Internacional dos Trabalhadores. Uma homenagem que deveria ter sido feita em todos os sindicatos. Ele é um homem que merece ser homenageado pela sua integridade, pelo sacrifício de toda a sua vida, pela devoção a uma causa — esse é o sentido.

Não se pode pensar em Marx dissociando seu trabalho intelectual da sua dimensão política. Ele era um revolucionário. Ele era um homem de grande integridade como pessoa, no qual seria impossível separar o revolucionário, o cientista, o comunista que estava pensando na transformação do presente e do futuro, que não poderia ser previsto em termos da posição que ele tomava dentro do socialismo.

A minha participação tem este cunho. É uma homenagem que eu quero que vocês sintam como tal; é a comemoração do primeiro centenário de sua morte.

Eu pensei numa exposição que, provavelmente, não vai satisfazer a todos. Supunha encontrar um auditório heterogêneo e vejo que, nos extremos, ele acaba sendo ainda mais heterogêneo. Na primeira parte quero discutir as relações entre classe e revolução de acordo com as interpretações de Marx. Na segunda parte gostaria de fazer algumas reflexões a respeito do modo como Marx revê algumas de suas idéias. Todo revolu-

\* Exposição com debates feita no curso organizado pelo professor Moacir Gadotti, como comemoração ao centenário da morte de Karl Marx (Fundação "Wilson Pinheiro", 25 a 29 de abril de 1983). Transcrição de texto mimeografado.

cionário tende a rever suas posições. Além do mais, era um revolucionário e também um grande cientista social. Por isso, estava aberto às transformações, às lições que podia aprender.

A transformação do marxismo começa a partir do próprio Marx e com uma revisão que não estava sujeita à crítica, porque era uma reformulação. Não vou poder discutir a fundo essa segunda parte, mas ela é importante, porque nos coloca diante de problemas que têm significado até hoje.

Por fim quero evocar, no terceiro tópico, alguma coisa que não é produção de Marx, mas é a continuidade de uma teoria que tinha a ver com o movimento revolucionário do qual ele era uma parte. Uma teoria que não estava adaptada a todas as situações possíveis e que foi alargada e aprofundada pelo próprio processo revolucionário. Vou me referir ao aparecimento de uma tentativa de explicar como as coisas deveriam ocorrer e estão ocorrendo. Há países nos quais o desenvolvimento capitalista não poderia ser exatamente aquele que ficara sob a mira de Marx.

Portanto, o esquema expositivo é simples. No debate vocês poderão ter a oportunidade de suscitar as questões que, naturalmente, não poderia discutir numa exposição muito condensada e elementar.

O mundo estava vivendo uma situação revolucionária, que se ligava às transformações produzidas pela revolução burguesa na Europa, se quiserem usar uma palavra que os acadêmicos gostam. Aquela era uma situação na qual surgiram novas forças sociais; o proletariado estava se constituindo e era a partir de uma nova perspectiva que Marx encarava a revolução. Perspectiva que se vinculava a uma nova classe social. É preciso que vocês façam um esforço de imaginação para pensar que homens viveram e se educaram na Alemanha — a Alemanha que era um país atrasado da Europa, economicamente atrasado e culturalmente dependente, que vivia das idéias políticas, econômicas, filosóficas e científicas importadas de outros países da Europa. Por isso, a Alemanha acabou sendo um país no qual havia uma consciência filosófica do fazer alheio. E é esse o problema todo que Marx discute numa introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. Essa introdução é muito importante.

Ela apresenta as relações entre a filosofia e o proletariado como uma relação recíproca: a filosofia representa para o proletariado a capacidade de uma consciência crítica o proletariado representa para o filósofo a liberação do pensamento.

Aparece nessa introdução o que Marx chama “ser radical”, apanhar as coisas pela raiz. Esse era o modo de ser de Marx, um trabalhador infatigável, um homem que não tomava uma questão para examiná-la abstratamente, ia aos fatos, examinava a fundo esses fatos, procurava ver quais eram os elementos abstratos gerais, e a partir daí começava a pensar e a representar a realidade em termos de categorias abstratas lógicas e historicamente essenciais.

O pensamento revolucionário é produto de uma situação histórica. A mesma situação histórica, porém, não é vivida por todos da mesma maneira. Muitos outros filósofos alemães eram variavelmente conservadores ou aparentemente indiferentes ao processo político. Mesmo os companheiros do movimento hegeliano, da chamada esquerda hegeliana, ficaram no meio do caminho, comprometidos como estavam com a variante idealista ou de um materialismo inseqüente, incompleto. Tiveram uma grande importância no processo de transformação do pensamento na Alemanha, mas, ao mesmo tempo, pararam no caminho. Marx e Engels não pararam, foram além. É preciso compreendê-los na situação histórica que eles viveram, porque eles foram até o fundo, eles pensaram a situação revolucionariamente, fizeram uma crítica ao mesmo tempo abstrata e concreta, teórica e política das posições com que estavam se confrontando na prática e não fizeram o que seria comum na periferia, adotar a filosofia ou a ideologia dominantes no país dominado. Romperam com esta relação — uma relação, por exemplo, que está paralisando o pensamento do Brasil, está paralisando o pensamento em muitas universidades na América Latina. Teima-se em pensar que o modelo de explicação do centro é o modelo correto. E quando se faz a crítica desse modelo, essa crítica é de superfície, impondo-se que ela não pode aperfeiçoar aquilo que já é perfeito. Ora, essa é uma posição tola, não é uma posição revolucionária. É preciso descobrir em que sentido caminha a revolução.

Portanto, há uma consciência revolucionária da história, que nasce historicamente, e à qual Marx e Engels se agregam, primeiro como intelectuais e em seguida como militantes do movimento operário. Assim que eles chegam à França, em 1844, eles se incorporam aos grupos revolucionários, muitos deles de imigrantes alemães, vinculam-se à ampla discussão que ocorria entre socialistas franceses e ingleses e, ao mesmo tempo, começam a descobrir qual era a limitação desse socialismo.

Temos em português várias edições de um pequeno livro de Engels que se intitula *O socialismo científico*. Nele podemos acompanhar o que os dois pensavam das correntes socialistas que eles encontram constituídas na França e na Inglaterra. O socialismo se vinculava a formas anteriores de negação da ordem existente. O materialismo havia exercido um certo impacto, a posição de Marx e Engels era naturalmente uma posição materialista, eles vêem a limitação do materialismo da ciência da época, que eles chamam de materialismo mecanicista, que não era capaz de apañhar um movimento em sua totalidade, como um processo global.

Eles dispunham dessa possibilidade, pois haviam trabalhado com a lógica dialética, a lógica que encontrou um amplo desenvolvimento em Hegel. Casando essa lógica dialética com o materialismo que nascia da ciência e a filosofia que eles encontram florescendo na França e na Inglaterra, eles conseguem elaborar um novo método de análise que, posteriormente, ficou conhecido como a concepção dialética da história ou materialismo histórico.

Vocês precisam se representar como esses dois jovens alemães, um que já tinha vivido na Inglaterra há mais de um ano, Engels, havia escrito um livro sobre a situação da classe operária nesse país, o qual teve muita importância para Marx, pois lhe revelou qual era a condição do proletariado no país economicamente mais avançado da Europa.

Com isso, Marx e Engels saem de um ponto de partida muito rico. Uma filosofia que servira, na Alemanha, para pensar a situação de todo o mundo, não só a da Alemanha — e uma filosofia que eles negam e superam. Eles a criticam, desvendam seus vínculos pequeno-burgueses, desligam-se de seus companheiros neo-hegelianos, exigindo desses filósofos que fossem até o fim na posição filosófica que tomaram. Se acercam do movimento socialista francês mas, ao mesmo tempo, vêem como esse movimento socialista francês e inglês é deficiente, porque ainda se vincula a utopias que tiveram uma importância muito grande no passado europeu ou porque travam batalhas políticas corporativas. Quase sempre se pensava no mundo em termos de alguma coisa que poderia ser modelada idealmente: a cidade perfeita, a idéia de se criar um modelo de sociedade, de convencer os homens idealmente a aderirem racionalmente a determinada concepção ideal do mundo e, por aí, implantar a sociedade perfeita. Ou se concentra a luta na conquista de objetivos demasiado estreitos, de “aperfeiçoamento da ordem existente”.

Os socialistas eram muito importantes naquele momento, embora tivessem aderido a uma visão da sociedade que se poderia representar antecipadamente, da qual possuiriam um modelo pré-estabelecido. Na realidade, comprometiam-se com a ordem existente, vendo no capitalismo a possibilidade de um auto-aperfeiçoamento, de uma reforma, que teria por objetivo eliminar da sociedade de classes os seus elementos, digamos, perniciosos, degradantes, injustos. Qual a posição que Marx toma? Ele dirá: não é possível criar um modelo da sociedade perfeita, pois a sociedade se transforma através de um esforço coletivo dos seres humanos.

Por conseguinte, essa concepção, que propõe um modelo ideal de construção da sociedade, não tem nada a ver com aquilo que se poderia descobrir através da imaginação científica. O que a ciência indicaria? A ciência indicaria que existe uma sociedade na qual um pólo é constituído pelo capital, outro pelo que vende a força de trabalho, o proletariado. De um lado, nós temos os capitalistas, de outro, a classe operária.

Nesse processo, a sociedade terá de transformar-se pela relação dessas duas classes. Não obstante, seria preciso supor que o processo através do qual o proletariado se libertaria fosse proposto pelos intelectuais e aceito pelos trabalhadores. Por assim dizer, a história se interromperia para que as coisas acontecessem...

Marx se coloca contra essa idéia simplista, não científica, afirmando que o processo de transformação é um processo que envolve seres humanos, os quais estão em relação de tensão, de conflito. É necessário, portanto, entender a luta de classes. Esse conceito não foi ele quem criou. Ele próprio demonstra que sua originalidade não vem disso, mas de outras coisas: a explicação que ele dá à luta de classes, ao papel dessa luta na sociedade contemporânea, etc. Adiante vamos aprofundar essa idéia. Não se trata de admitir que seja possível separar o capitalista do capital e, por conseguinte, eliminar as imperfeições da sociedade capitalista. É o que Marx e Engels iriam escrever na mensagem que foi enviada à Liga Comunista Alemã, depois da derrota de 49-50, na qual sublinham: não queremos aperfeiçoar, queremos extinguir as classes. O que quer dizer que a questão é outra e que recusavam qualquer compromisso com esse socialismo utópico, com esse socialismo reformista. Para eles, o capitalismo não é passível de reforma; a revolução é o caminho do proletariado, na medida em que o proletariado traz consigo uma nova época histórica.

Por fim, há todo o problema de uma evolução do seu pensamento científico, que eu não posso discutir aqui. Fala-se muito da importância que teve para Marx a economia inglesa. Realmente ela teve muita importância, mas Marx não foi um economista teórico, no sentido acadêmico e profissional, ele fez o que hoje nós chamaríamos de anti-economia, literalmente, a economia política do proletariado. Esse é o significado de *Contribuição à Crítica da Economia Política* e de *O Capital*.

É a economia vista através da situação de interesse do proletariado, sem a absorção da ideologia, que foi incluída na teoria pelos economistas clássicos. Marx critica severamente já nos seus manuscritos econômicos e filosóficos essa debilidade lógica e científica que leva o economista a ignorar a realidade, concebendo o fato econômico em abstrato, as relações econômicas como universais e ignorando que as categorias econômicas são categorias históricas. Portanto, as explicações que valem para uma economia, a economia capitalista que estava surgindo, poderiam conter elementos de outras economias anteriores, mas não poderiam explicar essas economias. Em vários lugares, inclusive em *O Capital*, chega a fazer referências muito duras aos economistas, porque eles não se preocupam em fazer a crítica ideológica do seu próprio pensamento, da sua relação com a sociedade, com a economia, o que eles pretendiam explicar de uma perspectiva que eles acreditavam científica. Em sua perspectiva, os economistas não passavam de “sacerdotes da burguesia”. Submetendo suas contribuições e teorias a uma crítica severa, ampliando suas pesquisas e principalmente trabalhando com outro método de investigação, análise e explicação, Marx fornecerá sua própria interpretação da sociedade capitalista moderna e de sua dissolução. *A Ideologia Alemã* (escrito em 1845-46), *Miséria da Filosofia* (1847), abrem a rota de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1º vol., 1867; 2º e 3º volumes, editados por F. Engels, 1885-1894).

Filosofia, socialismo e economia estão na raiz da síntese que lhes permite entender a “época histórica” da revolução proletária. Contudo, essa síntese, desde os manuscritos de 1844 e de *A Ideologia Alemã*, é feita segundo uma posição comunista. Eles se identificam com o processo revolucionário como comunistas, isto é, como pessoas que assumiam aquilo que para eles era a definição do interesse do proletariado na sua relação de negação com a sociedade capitalista.

A sua versão de socialismo foi designada como o socialismo científico, porque não endossa nenhuma utopia, não acredita na reforma, postula aquilo que nos manuscritos é chamado de “a auto-emancipação dos trabalhadores”. A desalienação promovida pelos próprios trabalhadores em relação ao seu modo de ser, à sua consciência, à sua relação com o mundo e a sociedade industrial moderna. Nos manuscritos vocês encontram o significado desse conceito. Os ingleses usavam a palavra objetificação, um barbarismo em português, mas acho-a muito boa para fins descritivos. A sociedade capitalista objetifica o homem, transforma o trabalhador em objeto. A desalienação não é só um processo subjetivo — ela é o processo histórico pelo qual, ao libertarem-se, os trabalhadores realizam o movimento comunista, destróem a presente sociedade e constróem uma nova.

Por aí vocês vêem porque Marx afirma que os economistas nunca pensam no trabalhador como ser humano, tratam dele como se fosse um animal, portador de certas energias que são utilizadas na produção. E onde ele chega no caminho inverso, ao tratar o trabalhador a partir da sua condição humana: no que ele é convertido pelo capital e quais são as premissas históricas de sua auto-emancipação coletiva?

O comunismo não encontra lugar nessa sociedade, que objetiva o trabalhador, aliena o trabalhador dos meios de produção e das suas condições de trabalho. O comunismo, que não tem lugar dentro dessa sociedade, é escoraçado, é suposto como alguma coisa má em si, que ofende a moral, a capacidade racional do homem. No entanto, ele é um processo concreto, ao mesmo tempo em que existe um trabalho objetificado, existem, também, as condições que negam esse trabalho. A emancipação do trabalhador é pensada como uma emancipação que se dá pela atividade concreta coletiva do próprio trabalhador. Não é pela capacidade de invenção do intelectual, pela criação de uma fórmula, de uma sociedade perfeita, mas pelo processo cotidiano e o enfrentamento do trabalhador com suas condições de existência.

Quer dizer que todo esse esforço é um esforço para localizar o homem no seu momento, principalmente distinguir esse socialismo revolucionário do socialismo anterior. É um erro conceber Marx como somatória: como filosofia alemã mais socialismo francês mais economia inglesa. Há a crítica de todas essas ideologias e há o engajamento político concreto, através do qual ele se identificava com a posição do trabalhador. E o processo de transformação intelectual dele e de Engels foi tão rápido

que, naquela introdução que citei acima, eles pensavam numa relação de reciprocidade, de complementaridade entre filosofia e proletariado.

Poucos anos depois, ao redigirem o *Manifesto do Partido Comunista*, eles já se colocam numa relação diferente, na relação de intelectuais que estão plenamente envolvidos no processo de luta política do proletariado. Portanto, do intelectual que serve o proletariado, que não pensa mais na filosofia como um pólo diferente. Eles vêem a si mesmos como companheiros de luta política, basicamente como aqueles que servem. Isso define o sentido das vidas de Marx e de Engels, ou seja, as vidas deles são postas posteriormente nesta relação de servir às correntes políticas proletárias mais radicais, mesmo quando elas não coincidam totalmente com a “ótica comunista” que adotaram.

Agora, nós precisamos falar alguma coisa sobre a primeira parte. É claro que, em termos de tempo, não posso fazer uma apresentação completa da concepção de Marx, do que é revolução e de toda a teoria. Se vocês tomarem algumas das cartas, em que ele diz onde está a originalidade do pensamento dele — na qual ele afirma o que não criou, a não ser três coisas que ele menciona —, vocês vão encontrar a importância que ele atribui à explicação da luta de classes.

Falar em classe, escrever sobre luta de classes, é algo que se fazia antes, que ele encontrou como contribuição de historiadores, economistas e ensaístas, que naturalmente viviam em sua época e não podiam ignorar o que acontecia. Portanto, ele aproveita todas essas contribuições e lança-as à frente. Agora, o que faltava? Faltava uma explicação científica da luta de classes. E a sua abordagem vai apanhá-la como um todo, uma totalidade histórica. É impossível reproduzir toda a realidade, a realidade é caótica, é preciso partir do concreto para se chegar ao abstrato e ir, depois, do abstrato à categoria histórica. Então, é preciso conseguir, através de elaborações na cabeça do homem, representar o todo como “unidade no diverso”. É a capacidade de procurar a explicação do todo na situação histórica global que caracteriza a posição de Marx e o leva a descobrir, de uma perspectiva científica, como se explica a luta de classes. Ele procura essa explicação não só na economia política, mas também no próprio dinamismo da “estrutura íntima da sociedade”. Afinal de contas, temos de entender que a sociedade se organiza em termos de relações, pelas quais o ser humano produz o seu modo material de vida. Em cada situação concreta é preciso produzir as condições materiais de existência e sobrevivên-

cia do ser humano. Essa é a perspectiva que Marx e Engels vão elaborar em *A Ideologia Alemã*, em sua primeira parte.

Isso permite conceber que o problema não consiste, apenas, em se falar de determinismo econômico, que a economia determina o comportamento de um homem, das massas, das classes, mas colocar lado a lado sociedade e poder, essas coisas estão todas associadas. E para Marx, quando se fala na produção das condições materiais de vida, nós temos a produção e simultaneamente as relações sociais de produção, o modo pelo qual a produção se organiza socialmente. Vamos encontrar, por exemplo, na sociedade feudal, uma sociedade em que as camadas sociais são compostas distintamente, são constituídas por estamentos, em cuja base econômica e social se encontram o monopólio da propriedade fundiária e da força militar pela aristocracia, a produção servil e a produção artesanal, o comércio regulado pelo consumo, o monopólio do saber pelo clero, etc. Na dissolução da sociedade feudal, as condições objetivas da propriedade privada se alteraram, propiciando a dissociação entre produtor e propriedade dos meios de produção e a crescente subordinação do trabalho ao capital. Pessoas que possuem o capital logram o comando da força de trabalho e transformam a força de trabalho em mercadoria. O problema está em explicar essa sociedade, na qual surge o modo específico e histórico de produção capitalista.

Para ele, o problema não é só adotar uma perspectiva abstrata, como a dos economistas, de apanhar as relações de produção, mas, também, apanhar o modo pelo qual a produção se organiza socialmente, sem abstrair as relações de produção da sociedade, ou seja, apanhar as duas coisas como um todo dinâmico e em transformação.

Portanto, o apropriado é falar de relações de produção. O caminho que ele segue (infelizmente não posso explorá-lo minuciosamente aqui) não é o de partir da economia feudal para chegar à economia capitalista. Mas, ao contrário, de considerar a economia capitalista constituída na sua forma mais avançada, isto é, a partir da Inglaterra, na qual o modo industrial de produção se revela já com dinamismo típico do mundo moderno. Então ele parte desta forma específica e histórica de produção na sua manifestação mais avançada ou “madura”. Vai explicar, primeiro, esse modo de produção e, depois, vai determinar até que ponto a explicação vale para outras sociedades que estão vinculadas ao desenvolvimento capitalista.

Nessa investigação, muito importante na teoria econômica e sociológica, ele ressalta o que é fundamental, específico. Houve toda uma diferenciação da economia, a qual ele não focaliza ao longo do processo, numa abordagem genética, porque ele prefere reter o fenômeno na sua "forma mais avançada, mais desenvolvida, o que muitas vezes ele chamava sua forma clássica" (como as condições de produção industrial na Inglaterra, vista de uma perspectiva econômica, sociológica, histórica e política). Sintetizando todas essas perspectivas, Marx não se adaptava à especialização, à fragmentação do ponto de vista de observação, de análise e de explicação. Tratava-se de explicar o que era característico desse modo de produção, qual era o elemento que explicava essa economia — a capacidade que o capital adquire de governar todo o processo de desenvolvimento econômico. É claro que as pré-condições para isso foram criadas ao longo de um processo histórico que ele iria analisar indo do presente para o passado e vendo como se deu a transição, descobrindo quais eram as premissas dessa formação. O que nos interessa, a explicação evidência a forma moderna e o significado da propriedade privada.

Os meios de produção já dissociados, os produtores já separados dos meios de produção foi um processo que ocorreu antes, mas, graças ao fato de que o produtor foi separado dos meios de produção, o que aconteceu? Havia gente que precisava sobreviver, vendendo trabalho, era a única coisa que tinha condições de vender. Então temos uma sociedade na qual os meios de produção acabam sendo propriedade privada de uma pequena classe, uma minoria, que através do monopólio do capital acaba sendo capacitada a gerir todo o desenvolvimento econômico, inclusive o desenvolvimento do trabalho. O trabalhador fica à mercê do capital, as condições de produção e de reprodução do capital não são determinadas pelo trabalhador e sim pelo capital. Marx vai fazer uma ampla análise desse fenômeno, explicando como se dá a concentração e a centralização do capital, como surge a acumulação capitalista acelerada. Esse é o elemento típico, específico do capital industrial. Como ele se configura historicamente na situação investigada e cuja explicação acaba valendo para toda a economia da época.

Nessa dinâmica, o trabalho era um elemento que podia ser explorado pelo capital, de tal maneira que o capital podia alterar todo o processo de produção de mais-valia. Todas as sociedades possuem certas formas de mais-valia. Claro que nenhum grupo humano pode sobreviver

se não dispuser de algum estoque de alimentos, se não houvesse alguma coisa, que alguns economistas, mesmo não marxistas, chamam de excedente acumulado, alguma coisa que fica acumulada e que a coletividade absorve. Só que numa sociedade onde há uma forma privada de propriedade, pela qual o capital detém os meios de produção individualmente, a "mais-valia" vai sofrer transformações profundas, ela vai ser mudada em sua natureza, em sua intensidade, pela interferência da técnica e através da composição orgânica do capital. Marx esclarece como o capital, que precisa crescer de uma forma constante, vai crescer através de uma constante exploração do excedente produzido pelo trabalho. O trabalhador não só não determina as suas condições de trabalho como, também, ele vai produzir um excedente que sempre ficará nas mãos do capitalista e que vai aumentar, portanto, o capital inicial do capitalista. Só que esse processo, na forma que ele assume na chamada acumulação capitalista acelerada, atinge uma magnitude muito ampla, permitindo ao capital criar uma nova forma de produção, de organização da produção e, inclusive, de subordinação total do trabalho à produção. Surge assim uma classe social cujos membros dependem da sua força de trabalho para produzir os meios de subsistência para si e para sua família. Aquilo que essa classe recebe cobre as necessidades mínimas dessa sobrevivência, o que contrapõe os proletários, destituídos de tudo aquilo que caracteriza o modo de vida, a maneira de ser dos detentores do capital, da classe dos capitalistas.

Portanto, vemos que se trata de uma tentativa de abordar a estrutura da economia da sociedade a partir dessa relação básica que opõe uma classe à outra. O trabalhador não pode em nenhum momento ter interesses coincidentes com os do detentor do capital. A classe dos capitalistas possui interesses antagônicos com referência à classe dos trabalhadores. E esta perspectiva de análise vai ser explorada ainda no sentido de mostrar como o capital é capaz de manipular o excedente de população, de operar o que Marx chama de um exército industrial de reserva, para interferir nos dinamismos específicos do mercado, desvalorizando o trabalho, criando um exército ativo e um de reserva, jogando um setor da classe trabalhadora contra outro. Por aí ele completa todo o circuito de explicação da organização social, das relações de produção na sociedade capitalista. Em um momento de prosperidade, o capital pode conceder várias vantagens ao trabalhador. Porém, essas vantagens são transitórias e relativas, e não extinguem a condição permanente em que fica o trabalhador de ser explorado, dominado e de ser destituído de tudo aquilo que, por assim dizer, vem a

ser o progresso do resto da sociedade. Claro que a civilização cria o progresso, há um progresso, mas esse progresso é partilhado de uma forma extremamente desigual. E a desigualdade não é eliminada pelos dinâmismos normais de crescimento da sociedade capitalista.

Por que a sociedade capitalista, ao se reproduzir, reproduz as desigualdades e engendra novas desigualdades, de tal modo que o capitalismo nunca é capaz de se reformar? O trabalhador tem de tomar consciência histórica da sua situação e se relacionar com o outro pólo em termos desse antagonismo fundamental, a partir do qual só existe uma saída para o trabalhador — a de eliminar essa forma de produção. Para isso, é preciso extinguir a classe, a desigualdade de classe, a dominação de classe, etc.

Por aí vemos que Marx formula toda uma teoria da revolução que está fundada objetivamente na organização das relações de produção e da sociedade de classes, na concentração social da riqueza e na concentração social do poder. E para extinguir tal concentração é preciso explodir toda a estrutura social. Essa é a concepção básica de revolução, que liga o processo de auto-emancipação coletiva do proletariado às formas de organização da sociedade de classes. Mas, ao mesmo tempo, Marx não pensava a coisa só em termos da base econômica, como falam alguns teóricos socialistas. Se vocês lerem *O Manifesto Comunista*, vão ver a sutileza com que Marx e Engels se aproximam da situação histórica real. Eles distinguem uma época histórica revolucionária burguesa de outra época histórica revolucionária proletária. É uma coisa que Marx começa a desvendar no fim de *A Miséria da Filosofia*. Aí ele já sintetiza todas as idéias básicas que iriam ser desenvolvidas em *O Manifesto Comunista*.

Sua descrição assinala como foi complicada e longa a evolução da primeira época histórica revolucionária. Hoje se espera das revoluções proletárias, dentro de dez, vinte ou cinquenta anos, um processo equivalente a um ou dois séculos. Em *O Manifesto*, Marx e Engels mostram como o processo de ascensão e conquista do poder pela burguesia é um complexo processo de longa duração e de múltiplas ramificações. Há uma fase na qual a burguesia se constitui dentro do que Marx chama a “feudalidade”; e há outra fase na qual essa burguesia, como e enquanto classe, afasta a aristocracia do poder, como sucedeu na França, ou entra em acomodação e articulação com a aristocracia, como aconteceu na Inglaterra. Tudo depende do país que vocês consideram, a Inglaterra ou a França e o “modelo clássico” de revolução que for focalizado. Portanto,

temos uma época revolucionária, vinculada à burguesia, e outra época histórica revolucionária que está vinculada ao proletariado, que está ligada àqueles que estão destituídos de tudo e não têm nem a segurança nem o conforto nem o poder das classes possuidoras do capital.

É claro que, no momento em que eles realizaram essa análise, em *O Manifesto*, o problema era ainda de representação teórica. O proletariado na Inglaterra já tinha superado a fase que Marx e Engels chamam de “caótica”, mas ainda não eram uma classe em luta pela conquista do poder. Há uma primeira manifestação do proletariado na qual não existe a classe, nem as condições da constituição da classe. O proletariado vem a ser uma congêrie social. Há uma segunda fase na qual o proletariado já desenvolve meios de associação, criam-se sindicatos, algumas organizações de solidariedade. Inclusive essas associações vão revelar a capacidade do proletário de lutar por alguma coisa além de ganhar mais. Uma coisa que vai desorientar os socialistas e os economistas, como aponta Marx, no capítulo final de *A Miséria da Filosofia*. Para eles, o lógico seria que o trabalhador só se importasse, em suas lutas, em ganhar mais, em conseguir condições mais humanas de trabalho, etc. Mas muitas vezes o trabalhador admite sacrificar esses elementos, tendo em vista outras coisas mais importantes, como a sua capacidade de organização e desenvolvimento enquanto classe. A sua capacidade de lutar de modo independente e em uma escala nacional contra a classe dominante aparece ao trabalhador como algo estratégico e primordial.

Se se fala na tarefa essencial do comunista: o que o comunista precisa fazer? Qual a relação do comunismo com o movimento operário? Ele deve optar por um partido contra outro, ele deve privilegiar a sua própria posição? Marx e Engels afirmam: o que caracteriza a “ótica comunista” é a capacidade de ver o processo numa escala mais ampla. O comunista deve ter uma visão teórica global prospectiva e internacional de todo o processo. Quais são os objetivos que ele se propõe? São os objetivos do comunismo: 1) o desenvolvimento independente da classe; 2) a derubada da supremacia burguesa; 3) a conquista do poder. É claro que esses três objetivos são objetivos que não se dão simultaneamente no processo de constituição e expansão do proletariado. Enquanto os proletários não formam uma classe, a tarefa básica do trabalhador é lutar pelas condições de constituição da classe. Quando a classe já se apresenta como uma totalidade independente, com a faculdade de lutar politicamente por interesses

próprios e de buscar seu desenvolvimento autônomo como classe, torna-se possível lutar contra as condições e os efeitos da supremacia burguesa (é o conceito que Marx e Engels empregam; eles não usam o conceito de dominação de classe). Trata-se então de solapar e neutralizar a dominação burguesa, impedir que pulverize o desenvolvimento do proletariado e as posições políticas independentes da classe proletária. A partir daqui delineia-se a possibilidade da conquista do poder, que é naturalmente o objetivo supremo de todo movimento proletário e do comunismo.

Uma classe que seja capaz de lutar não só pelo desenvolvimento independente da classe, mas sim pela conquista do poder. Uma conquista do poder terá de mudar a qualidade da relação do proletário com a sociedade, porque se passaria de uma sociedade na qual uma minoria detém o capital e comanda toda a vida econômica, social, cultural e política para uma sociedade na qual a maioria assume este comando. Na sociedade em que existir o que eles chamam de ditadura do proletariado, esta se caracteriza, portanto, como uma forma política de democracia social, que é inatingível dentro dos marcos históricos da sociedade capitalista. Naturalmente, aqui nós já estamos no limite da transição da sociedade de classes para a sociedade sem classes, sem a divisão do trabalho, sem a propriedade privada, etc. Mas ainda não estamos no socialismo, e sim no âmbito da dominação da maioria, isto é, de uma sociedade na qual o proletariado ocupa a condição de classe dominante.

Se refletirem sobre essa aproximação, poderão verificar que a luta política acaba sendo a essência do que vem a ser o conflito das classes, na forma de organização e reprodução das relações de produção. Mas, de outro lado, têm-se todos os dinamismos que dizem respeito à existência das classes. É a luta política que marca os objetivos, as tarefas que o proletariado se propõe na transformação da sociedade. O que significa que é preciso pensar não só na organização da classe, mas também na consciência social da classe. Uma consciência que precisa compreender e desmascarar os diferentes aspectos dessa sociedade. Daí a importância de *O Capital*. Ele é uma tentativa de rever a economia, não na perspectiva usada pelos economistas clássicos, porém a partir da visão proletária desse mundo social. Marx usa como referência a Alemanha. Assinala como os economistas não podiam mais ser originais, não havia mais a possibilidade de uma produção teórica original para os economistas alemães. O que ficava, então, como alguma coisa original, consistia em fazer a crítica da

economia política. Esta crítica teria que ser feita em termos da posição da classe revolucionária, isto é, em termos da perspectiva que o proletariado possui da sociedade existente e de sua transformação.

Como vêem, aquilo que uns chamam a base econômica, a base objetiva, é apenas um dos componentes; o outro componente tem a ver com o processo social de manifestação dos conflitos e antagonismos de classe, o sentido político das lutas de classes. Portanto, chegamos àquilo que muitos chamam de “elemento subjetivo”, que é tão objetivo quanto o outro. Ele é subjetivo quando se procura explicitar que se trata do que está na consciência coletiva da classe, concebida numa escala nacional e internacional nas relações e lutas políticas do proletariado.

Aqui temos o essencial, no que se refere a uma nova interpretação da classe. A classe, de um lado, é uma forma de dominação. Através da classe nós temos a manifestação do poder da burguesia. De outro lado, a classe também é uma forma de negação e de contra-posição, é um elemento revolucionário. Dependendo do ângulo em que seja encarada, a classe é uma coisa, quando se tenta interpretá-la numa perspectiva em que é essencial a posição da burguesia; e é outra, quando se tenta interpretar a realidade tendo em vista a condição humana do proletariado. Aqui, temos a classe que nega a classe, que supera a classe, que vai destruir a classe no processo de se realizar e transformar como é enquanto classe. O que delimita uma representação magistral de uma nova concepção sociológica das classes e de uma teoria da revolução, que não tinham sido elaboradas até aquele momento. Com isso dou por encerrada a primeira parte da presente exposição.

A segunda parte diz respeito àquilo que Marx vai agregar posteriormente a esta concepção teórica da revolução. Podemos dizer teórica porque o que é apresentado no manifesto não tinha sido comprovado historicamente. A primeira manifestação verdadeiramente histórica da veracidade dessa descrição aparece em 1871, com a Comuna de Paris. Essa experiência iria mostrar a impossibilidade em que se achava o proletariado, naqueles limites históricos, de realizar a transformação da sociedade de classe, de levar até os últimos limites aquilo que, em *A Miséria da Filosofia*, Marx apontava como dissolução da sociedade civil, eliminação do elemento político inerente à sociedade civil, desaparecimento da classe e da desigualdade de classe, etc.

A primeira experiência concreta dos dois iria mostrar duas coisas essenciais. Primeiro, que a realidade não desmentia a teoria; segundo, que aquela revolução não era ainda tão próxima. São as revoluções que se desenrolam na Europa, principalmente na França, Alemanha, Itália, Espanha, etc., de 1848 em diante. Marx e Engels participam ativamente desse processo na Alemanha e descobrem que a burguesia era capaz de lançar mão de todos os recursos para defender seus privilégios e para perpetuar a ordem. Por covardia e interesse, ela se alia à reação, apoiando-se na violência governamental antidemocrática e contra-revolucionária para conjurar as ameaças das forças populares em rebelião.

Essa experiência não desmente a teoria e mostra que o processo é apenas muito mais complexo, difícil e prolongado, pois o próprio proletariado ainda teria de crescer para tornar-se uma classe revolucionária imbatível. Também revela que esse crescimento envolvia simultaneamente a transformação da própria burguesia. Tudo isso é posto em evidência pela Revolução de 1848 e pelo significado histórico da vitória das classes possuidoras. Não podemos dizer puramente burguesas porque, se na França o esmagamento da revolução é um processo burguês, já na Alemanha ele é um processo ultra-reacionário, porque tem a ver com um poder político muito mais atrasado, muito mais típico de uma organização social que sobrevivia na feudalidade e refletia uma burguesia que se lançava à luta política mas, ao mesmo tempo, se acovardava e encolhia diante da ebulição das forças revolucionárias liberadas pelo levante popular e proletário. Pela primeira vez essa situação histórica se configura na Alemanha. Ambos tiveram, portanto, a oportunidade de observar como o pânico lança a burguesia nos braços da reação e quão fracos são os sentimentos libertários e democráticos dessa classe. Engels escreveu um pequeno livro sobre o assunto (*Revolução e Contra-revolução na Alemanha*), no qual analisa cuidadosamente o processo que os dois viveram, de uma forma que não era extremista, mas ardorosa. Na *Nova Gazeta Renana*, Marx e Engels defenderam o caminho do aprofundamento da revolução democrática burguesa, só que de uma perspectiva proletária firme e congruente. Tratava-se de acelerar esse processo, mas tomando posições proletárias exigentes, pois os trabalhadores deveriam pressionar a burguesia sem desfalecimento e defender a instauração de um novo tipo de democracia, com fortes componentes proletários. De fato a burguesia alemã se intimida e por fim se alia e afina com as forças da contra-revolução, estabelecendo uma composição com o governo e a aristocracia. A contra-revolução vence e domina em

toda a Europa. Os sonhos mais ardentes se desfazem e os revolucionários entram em eclipse. Esse foi um momento de tragédia para os revolucionários europeus. As esperanças se desfizeram na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, na Itália, na Espanha. As revoluções não trouxeram transformações profundas da organização da economia, da sociedade e do Estado. Mas a consolidação reacionária da ordem burguesa ou o apogeu de um liberalismo que dissociava a democracia da revolução social.

Com a vitória das forças conservadoras, a burguesia logra consolidar suas posições. Portanto, a contra-revolução precisava ser examinada com maior exatidão e profundidade. Esse é o exemplo de Marx e Engels. Eles se envolveram no esclarecimento do assunto de maneira exemplar e decidida. Marx devotou ao tema dois grandes livros: *As Lutas de Classes na França* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Imaginem o que aconteceu com os revolucionários, expulsos de novo para outros países. As tensões ferveram e as controvérsias minaram até as relações mais sólidas. A desmoralização política atinge até os mais fortes, vergando e confundindo as forças revolucionárias. Nessa situação, o extremismo infantil eclode naturalmente, como uma forma de compensação psicológica.

Graças a F. Mehring pode-se ter um relato fidedigno desse momento. Marx envolveu-se no debate com os extremistas, e, se foi irônico e terrível com eles, também procurou o caminho mais correto. No início, ele e Engels sofreram a distorção psicológica que afetava todos. Porém, venceram rapidamente essa fase e passaram a combater a posição dos extremistas como derrotista e autodestrutiva. Era preciso analisar melhor a contra-revolução e a relação da contra-revolução com a revolução. Aprender o que os fatos ensinavam e abrir novos caminhos à revolução batida, mas não derrotada e extinta.

Nesses debates, que nós podemos retirar da mencionada biografia de Marx, ele retruca aos extremistas: vocês adulam o proletariado, atacam o proletariado para tomar posições decisivas. E ao mesmo tempo dizem: se a revolução não é possível, vamos dormir. Na verdade, o que nós descobrimos é que essa revolução pode durar muito mais tempo do que foi previsto. Marx chega a falar em mais de dez, quinze ou cinquenta anos. O que era, já naquele momento, uma visão mais ponderada do que iria acontecer.

Em um desses livros e em uma revista que editou em Londres, Marx examina a fundo a contra-revolução. Naturalmente, o que os

revolucionários tinham de fazer era conhecer melhor as forças contra-revolucionárias, interpretá-las com maior rigor para tentar compreender o que representava, naquele momento, a capacidade de luta política dos proletários. Há uma passagem, em *As Lutas de Classes na França*, na qual Marx afirma: os proletários não conquistaram a sua liberdade ainda, o que eles conquistaram foram as condições de lutar por sua liberdade. Era uma maneira muito precisa de colocar a questão historicamente.

Uma coisa é ter atingido a emancipação, outra coisa é ter alcançado as condições de lutar por ela. Essas condições é que haviam sido conquistadas e estavam sendo ameaçadas pelo desenvolvimento do processo contra-revolucionário. A burguesia, que consolidara sua dominação sobre a sociedade, passava então da autodefesa coletiva ao conservantismo e ao reacionarismo. De classe revolucionária convertia-se rapidamente em classe contra-revolucionária e em breve demonstraria, no esmagamento da Comuna de Paris, do que era capaz.

Essa explicação vocês já encontram em *O Manifesto*. A idéia de uma guerra civil latente na sociedade de classes é nele formulada com nitidez. Uma guerra civil, como vocês viram aqui no Brasil em 1964: as classes dominantes sentiram-se ameaçadas e “mobilizaram-se” para se defender. Na sociedade de classes, a guerra civil é uma realidade permanente. Ela existe de forma encoberta (ou latente), mas torna-se fácil e rapidamente aberta, explícita.

Na análise que Marx desenvolve e aprofunda, o elemento principal que devo ressaltar aqui diz respeito à consolidação política da contra-revolução. Se estamos em uma sociedade antagônica, em uma sociedade na qual as classes possuem interesses contraditórios irreconciliáveis, não é possível saná-los dentro da ordem. Se a contra-revolução cresce, o que isso significa? Que a revolução acabou? Não, isso significa que a revolução tem de crescer batendo-se não uma, mas várias vezes com a contra-revolução. O caminho, portanto, não era fácil. E a análise, que vai ser resolvida naqueles dois livros, é uma análise de como revolução e contra-revolução são processos correlatos, em suma, como eles se produzem historicamente pela luta de classes através do enfrentamento político-militar das forças sociais antagônicas. Portanto, a contra-revolução, por si mesma, mostra como a revolução se manifesta e se fortalece historicamente, tendendo a crescer na medida em que as forças sociais revolucionárias aprendem a enfrentar as forças sociais da contra-revolução.

Essa análise traz consigo o “amadurecimento” da teoria marxiana da revolução. Ela promove a adequação histórica dessa teoria às condições criadas pela recente transformação da burguesia em classe dominante, o que é muito importante. De outro lado, encontramos Marx muito menos ingênuo, posto diante da realidade nua e crua, de uma maneira penetrante e ousada. Enquanto os extremistas se apavoravam, se desmoralizavam, ele e seu companheiro viam o que era essencial, o que se deveria fazer a médio e a longo prazos.

Assim se equaciona um trabalho intelectual que iria dominar a vida posterior de Marx. Um trabalho intelectual que se tece através de vários ensaios, artigos e livros que ele escreveu posteriormente. Nessa produção, inclui-se o manifesto que ele elaborou para a Associação Internacional dos Trabalhadores. Não tenho tempo para examinar os temas e o significado dessa produção aqui. Mas basta que vocês se detenham no fato de que ele ganhou novas dimensões para conhecer e interpretar a realidade: o que deveriam fazer os comunistas e o movimento operário para enfrentar a consolidação da burguesia como classe dominante e o novo tipo de Estado, que nascia dessa consolidação.

A experiência das lutas políticas na Alemanha tiveram uma dupla importância. De um lado, evidenciaram os limites do radicalismo burguês e as inconsistências do movimento burguês como fator revolucionário. De outro, mostrou que o proletariado precisava fazer alianças com a pequena burguesia e outros setores radicais da sociedade, mas a partir de posições de classe firmes e de uma estratégia que combinasse sem vacilações a ação parlamentar com lutas clandestinas implacáveis. Pela primeira vez se delineia claramente a natureza do partido revolucionário do proletariado, seus objetivos a médio e longo prazos e seus métodos de atuação política, objetivamente identificados com os interesses de classe do movimento operário.

Muitos pensam que, posteriormente, Marx ficou isolado, dedicando-se às investigações que realizou no Museu Britânico, lidando exclusivamente com dados e só se importando em explicar a economia capitalista. Mas Marx não ficou só nisso. Ele se vinculou ao movimento socialista, que eclodia em várias partes da Europa. Por aí, dispunha de várias fontes de informações e de uma estratégica posição de análise. Tinha também outra posição estratégica paralela, na Associação Internacional dos Trabalhadores, à qual deu ampla e intensa colaboração. Através dessa As-

sociação, que se articulava aos principais núcleos do proletariado europeu, ele examinou a fundo os vários conflitos que minavam as forças das classes trabalhadoras. Podia observar de modo privilegiado as várias migrações que levaram trabalhadores de uma parte a outra da Europa, fomentando o aparecimento de uma nova forma de trabalho industrial de reserva, que começa a ser explorado pelo capitalismo industrial nascente, e as dificuldades dos trabalhadores de compreender os vários dinamismos do desenvolvimento do capital em escala européia e mundial.

Toda essa reflexão é muito importante. Ela mostra a atenção que os dois revolucionários dedicam constantemente às crises, aos períodos de crise e de prosperidade, às suas conseqüências econômicas, sociais e políticas. Como esses períodos afetavam o comportamento político do proletariado. Como essas crises são aproveitadas impiedosamente pela burguesia e, ao mesmo tempo, o quanto os trabalhadores ainda não eram capazes de enfrentar a capacidade organizativa e a atividade política das classes burguesas. Portanto, os ensaios escritos nesse período demonstram como Marx e Engels renovam e aprofundam sua concepção da revolução em termos da atividade concreta da classe trabalhadora. Por sua vez, certos escritos evidenciam como ambos colocavam a dominação externa no eixo central do fortalecimento das classes burguesas na Inglaterra, na França e, posteriormente, em outros países. Se tomarem a questão agrária na Irlanda como ponto de referência, vocês apanham um motivo concreto para analisar. Nem mesmo os trabalhadores ingleses e suas organizações entenderam bem a importância da questão agrária na Irlanda, que lhes permitiria baterem-se com a burguesia e a aristocracia inglesa não diretamente na Inglaterra, mas através da Irlanda, solidarizando-se com o movimento de rebeldia nacional irlandês. Destruindo-se a base econômica da aristocracia inglesa na Irlanda se tornaria mais fácil enfraquecer a dominação burguesa na Inglaterra, enfrentá-la e vencê-la. Essa reflexão não só é muito original e criativa ela nos põe diante dos elementos que explicam como e por que as classes dominantes são capazes de aumentar o seu poder, envolver as classes trabalhadoras numa destrutiva relação de dependência, inclusive comprometendo-as no espólio pilhado na periferia, no rateio da mais-valia de origem colonial. Mais tarde, em uma célebre introdução escrita para *A Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra*, Engels retomou o tema e demonstrou que o rateio desigual desses benefícios era importante para certos estratos do proletariado. É claro

que, se o trabalhador aceita a dominação de sua burguesia nas colônias, ele se submete aos interesses dessa burguesia em outros planos e se enfraquece em sua capacidade de luta política de classe independente e revolucionária.

O alcance dessa reflexão ainda hoje é muito importante. E ela só foi possível graças à posição estratégica que Marx logrou alcançar através da Associação Internacional dos Trabalhadores. Ela permitia analisar as relações de classe em todos os seus níveis e em todos os seus ângulos. E desvendava como, no desenvolvimento do capitalismo, as classes dominantes — por causa da própria centralização econômica e de poder — possuíam vantagens que, praticamente, cresciam de forma geométrica, que lhes permitiam manipular o movimento operário, alterar as fronteiras das lutas de classes e impor os termos de uma guerra civil não declarada. Isso exigia, por sua vez, uma posição revolucionária inquebrantável do movimento proletário. Não tenho mais tempo para me deter aqui. Esses exemplos, porém, indicam a vocês como se deu uma nova elaboração da concepção da relação de classe, de luta de classes e de revolução no pensamento de Marx e Engels. Eles não ficaram presos a esquemas simplistas e fixos; ao contrário, impulsionaram os comunistas revolucionários no sentido de reverem continuamente suas fórmulas e estratégias políticas, como eles próprios fizeram com referência a *O Manifesto*.

Um terceiro tópico deve ser considerado nesta exposição. As apreciações sobre *As Lutas de Classes na França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, as recomendações sobre a Irlanda, as reflexões sobre as colônias (especialmente as perspectivas futuras da Índia), etc. indicam a confiança sobre a revolução proletária na Europa e o advento do socialismo. Essa esperança foi redefinida várias vezes; nunca, porém, o “sentido geral” do processo histórico. De outro lado, a Comuna fortaleceu a teoria da revolução social que é constituída depois da vitória da contra-revolução nos meados do século XIX. Primeiro, só existia uma classe revolucionária: o proletariado. Segundo, a burguesia era capaz de transpor todas as fronteiras para preservar a ordem e fortalecer suas posições no controle da sociedade civil e do Estado. O último quartel do século iria iniciar-se com uma evolução nova: o esmagamento da Comuna e a vitória da contra-revolução alicerçam-se em uma aliança tácita de interesses e de go-

vernos burgueses. O Estado capitalista transpõe as barreiras do patriotismo e as fronteiras nacionais para fazer face e derrotar as classes trabalhadoras.

O fim do século XIX e o início do século XX parecem comprovar que, finalmente, os partidos socialistas e o movimento operário estavam próximos da “conquista do poder”. No entanto, as “revoluções proletárias” não sairão vitoriosas na Europa. Basta que vocês coloquem em perspectiva a Primeira Guerra Mundial: os dirigentes da Segunda Internacional revelaram-se incapazes de pôr em prática o princípio estratégico segundo o qual os operários não seriam carne de canhão e a guerra deveria ser transformada numa guerra civil. O que surge em cada país europeu, um atrás do outro, é a traição dos partidos socialistas à posição revolucionária, a submissão deles ao social-patriotismo, sob a alegação de que “este não é o momento de travarmos a guerra de classes; agora, nós temos que defender o nosso país”. Rosa Luxemburgo fez uma análise clássica dessa capitulação, tomando como objeto o “modelar” Partido Social Democrático Alemão. Assim se exprime e se irradia um processo que impõe identidades burguesas dentro do movimento socialista.

De uma perspectiva marxista, torna-se patente, as transformações do capitalismo tiveram um impacto desigual na capacidade de luta de classes. Nos países capitalistas adiantados as classes possuidoras lograram vantagens relativas muito maiores que as das classes trabalhadoras. Também tiveram o egoísmo e a ousadia de usar essas vantagens em todos os planos, inclusive em níveis que podem ser considerados anti-sociais e anti-nacionais. O panorama nos Estados Unidos foi diferente, pelo menos na superfície. Lá até sociólogos de prestígio negavam a existências das classes, como se a sociedade norte-americana não fosse uma sociedade de classes (embora fosse uma sociedade capitalista). No entanto, o alinhamento se operou na mesma direção. A guerra ofereceu um “caminho sagrado de união nacional”, silenciando todo o clamor reivindicativo de sindicatos ou de grupos políticos radicais. Na verdade, lá como em outros lugares, quando a burguesia nega a existência das classes, o que ela faz, de fato, é praticar a mais refinada e hipócrita luta de classes. Excluir do capitalismo e da democracia o caráter de classe não é só uma artimanha é o meio mais completo de negar aos trabalhadores a condição de classe e de conferir à própria burguesia uma hegemonia de classe acima das classes — in-

discutível e total. Seus partidos passam a ser partidos representativos de “toda a sociedade”. Seu Estado, o Estado de toda a coletividade, um “Estado democrático nacional”. O fenômeno iria repetir-se em outros lugares e ilustrar, paradoxalmente, o quanto uma “sociedade democrática” pode antecipar-se (e refletir) uma “sociedade autoritária”.

O avanço da revolução e, em conseqüência, da teoria revolucionária deslocou-se para fora da Europa. Embora o marxismo tenha sido importado pelos países nos quais as burguesias não se revelaram bastante fortes para vergar e domar o movimento socialista revolucionário, neles vão surgir as grandes inovações recentes na prática e na teoria da revolução proletária.

Cabe nessa categoria o que se chamou, na Rússia, lei do desenvolvimento desigual ou lei do desenvolvimento desigual e combinado (conforme se parta da formulação de Lênin ou da de Trótski). Essa lei punha em questão a relação do desenvolvimento do capitalismo e do regime de classes com a revolução social, enfatizando que, dadas certas premissas, em um país atrasado uma classe social pode desempenhar as tarefas de outra e promover, assim, um salto qualitativo na história. Essa é a forma dialética de resolver o assunto. Não é preciso que o regime de classes esteja “completamente desenvolvido” para que o proletariado realize suas tarefas revolucionárias (e as que não foram alcançadas pela burguesia).

É claro que os bolcheviques, como comunistas revolucionários, sabiam que a revolução não poderia vencer normalmente em um só país. E que, se a revolução se desse em um só país, ela seria deformada. Ela teria que assumir uma trajetória penosa e o período da transição iria ser marcado pelas dificuldades oriundas do fato de a revolução se tornar vitoriosa em um só país. A expectativa era que a revolução se desse em determinado país e, em seguida, em outros; a generalização da revolução criaria todo um sistema de apoio, através do qual essa deformação tenderia a desaparecer. Os países de desenvolvimento capitalista maior poderiam criar alternativas novas para os de desenvolvimento capitalista menos avançado. O que importa é a descoberta que os revolucionários russos fizeram. Vocês precisam refletir sociologicamente sobre a questão: a revolução só é possível em um país no qual o regime de classes esteja totalmente “maduro”, que a classe trabalhadora seja uma classe em si e para si, uma classe na “última fase” da luta pela conquista do poder? A Rússia

nos fornece a resposta. Lá, o proletariado industrial constituía, na massa de trabalhadores, aproximadamente um terço de operários dentro de um oceano de camponeses. A mesma coisa iria acontecer na China ou em Cuba. A hegemonia política do proletariado, que fixa a ditadura de classe, não é uma realidade morfológica, mas um processo ideológico e político.

Ao refletir sociologicamente sobre a questão é preciso evitar simplificações grosseiras. Não se trata, apenas, de um grau de desenvolvimento capitalista que torna a burguesia mais fraca e vulnerável. Existe uma situação histórica que admite (e, talvez, exija) alternativas. Em dado momento, os bolcheviques concordavam em que a "Revolução Russa" era uma revolução burguesa. O fracasso da Revolução de Fevereiro demonstrou que a burguesia perdera sua grande oportunidade, o que Lênin descobriu com rara sagacidade científica e política. Uma revolução que poderia ser "burguesa" configura-se como uma revolução dos operários e camponeses. É claro que uma burguesia "fraca" também é incapaz de corromper econômica, ideológica e politicamente as classes trabalhadoras, seus sindicatos e partidos políticos. Mas, na situação global indicada, estes dispunham de uma ampla gama de possibilidades na criação de forças revolucionárias, suscetíveis de transformar a ordem existente e até de criar uma ordem social nova. Esse paradigma, que se mostrou válido na Rússia de 1917, foi comprovado posteriormente em outras situações históricas e ilumina as grandes esperanças dos países pobres e oprimidos de nossa época, como o Brasil.

Seria ilustrativo discutir a Revolução Russa e explicar melhor, de 1905 a 1917, as várias etapas da luta de classes, com as oscilações que ocorreram na estrutura do poder na sociedade russa. O mesmo se poderia fazer com referência à China ou a Cuba. Todavia, o propósito desta discussão era pôr em debate a teoria da revolução de Karl Marx e salientar sua atualidade. Há quem pense que ele foi um revolucionário "típico do século XIX", que suas "doutrinas" se esgotaram sob o capitalismo monopolista. O que a exposição sugere é exatamente o contrário. A luta de classes não desapareceu — pois ela só pode desaparecer com a extinção do capitalismo. O essencial do seu pensamento revolucionário permanece vivo, já que ainda hoje o comunismo é o "movimento que altera o estado atual das coisas" e o proletariado continua a ser a força vital que explica a existência e o potencial explosivo desse movimento. Como na "época de Marx", ele é o fator residual irredutível que decifra o enigma da história.

## Debate<sup>2</sup>

1) Florestan — Dialeticamente pode fortalecer tanto a classe burguesa como a classe trabalhadora. A classe que reúne condições mais vantajosas nas relações de luta política pode acumular mais forças. E por isso é preciso que a identidade revolucionária do proletariado não se enfraqueça. E foi exatamente esse o "calcanhar de Aquiles" na evolução européia e norte-americana. Você observa nos EUA sindicatos que querem imitar a grande incorporação, organizar-se em bases econômicas para lutar economicamente contra a dominação do capital. Isso significa enfiar o capitalismo e a condição burguesa dentro da cabeça e no modo de ser do trabalhador. Por isso, não é de espantar que em toda tentativa ultra-reacionária e contra-revolucionária nos EUA encontram-se vários tipos de trabalhadores que estão à frente dessas manifestações, quando eles deveriam estar nas trincheiras de combate. Agora, a quem culpar, ao trabalhador? Ou ao movimento socialista, que deveria ter uma identidade proletária inquebrantável? Afinal de contas, a consciência de classe não é um elemento puro, independente. Já em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels escreveram que a ideologia de uma sociedade é a ideologia da classe dominante. Portanto, a classe trabalhadora, para quebrar esse elo, precisa ter uma identidade forte. É preciso que ela seja capaz de se desenraizar do capitalismo, manifestar-se integralmente como classe revolucionária.

2) Florestan — Naturalmente Marx. Ele não se posiciona em defesa do socialismo utópico ou de esquemas cerebrinos perfeitos, que poderiam ser aplicados universalmente. Como ele gostava de pensar rigorosamente, ele concebia a revolução como um processo de auto-emancipação coletiva dos trabalhadores. Um dos trabalhos mais rigorosos que ele escreveu são aquelas críticas aos socialistas alemães no *Programa de Gotha*, no qual ele defendeu firmemente as posições do socialismo e do comunismo revolucionários. Ele impedia aquele casamento do gradualismo com o reformismo, que empobreceram o socialismo alemão em seu ponto de partida.

Suas reflexões nos levam ao âmago dos problemas. O que acontece no período de transição? Há toda uma etapa da transição que é uma etapa de liquidação das instituições sociais, legais e politicamente herdadas da época burguesa. Além disso, hoje temos que pensar nos países

2. Não foram transcritas as perguntas registradas no gravador. (no original recebido — N. E.)

com desenvolvimento capitalista atrasado. É preciso criar riquezas. O socialismo não “socializa a miséria”, não “distribui melhor a escassez”. A fórmula: expropriar os expropriadores possui sentido prático onde há riqueza social acumulada. Caso contrário, impõe-se recorrer a formas de acumulação que dependem do trabalho produtivo e do trabalhador para gerar riqueza socializável. Não se trata de transformar um país cujo desenvolvimento capitalista é insuficiente, a expropriação dos expropriadores oferece naturalmente um ponto de partida muito modesto à revolução. Bukhárin e Preobrazenski elaboraram a teoria do que se chamou, na Europa, de “socialismo de acumulação”, como se os trabalhadores fossem submetidos a uma nova forma de escravização e de esperanças. Na verdade, em uma sociedade em transição para o socialismo e sob uma ditadura do proletariado não existe uma forma equivalente ao “trabalho forçado”, mas a apropriação coletiva do excedente econômico para criar as premissas materiais da igualdade econômica, social e política. “A cada um de acordo com a sua capacidade e a cada um de acordo com a sua necessidade”. Esse é o objetivo a ser alcançado gradualmente.

Se se toma Cuba, um país muito pobre, tem-se um exemplo concreto cabal. No passado, 15 ou 18% da população tinha tudo, como se fosse a elite de um país rico (ou um espelho dos “mais iguais” da sociedade brasileira). Em contraposição, uma grande massa da população tinha só três meses de trabalho por ano e enfrentava uma miséria sinistra. Nesse período de transição, que ainda não é socialista, pois é efetivamente um período de pré-transição, no qual se criam, de fato, as condições sociais e econômicas para a transição socialista em elaboração, estabelece-se uma equidade generalizada. Pensa-se segundo um modelo mecanicista e automático. De repente, uma sociedade capitalista subdesenvolvida pode ignorar suas raízes agrárias, criar uma massa de riqueza capaz de engendrar um sistema de produção industrial moderno, com todas as mudanças tecnológicas sucessivas, que exigem um investimento tremendo!

O exemplo da União Soviética demonstra em que consiste a pré-transição (programa da NEP) e como são criadas as bases da transição propriamente socialista. No entanto, é possível destruir as instituições herdadas, acabar com a velha sociedade e, ao mesmo tempo, construir novas formas de propriedade, novas formas de produção. Por isso, eu não concordo com muitas colocações, que para mim são simplistas, segundo as quais no período de transição vai se viver uma fase burguesa, que não

chegara a florescer anteriormente. Não se vai viver fase burguesa nenhuma, pois a própria ordem burguesa se extingue com a revolução. O que se vai é produzir essas novas riquezas em condições que não têm nada a ver com o controle burguês do poder. Não existindo mais a propriedade privada dos meios de produção, por mais que isso esteja longe do “socialismo avançado”, por mais que isso esteja longe do comunismo, isso quer dizer controle proletário da produção e da acumulação, uma forma de desenvolvimento que não é suscetível de enveredar por “etapas burguesas” não realizadas previamente.

O socialismo precisa ser compreendido como um todo. Na fase de transição surge uma primeira etapa, na qual se destrói a sociedade antiga. Em uma segunda etapa, na qual se constroem novos meios de produção, de distribuição, um novo tipo de homem, uma nova concepção da natureza humana, uma nova forma de poder — poder da maioria, poder proletário, poder popular, revelam-se as forças sociais constituintes da revolução. O socialismo não vem para ficar, ele vem para se extinguir, porque realmente o objetivo não é criar uma sociedade socialista, mas chegar ao comunismo. Esta é a função do socialismo: servir de meio para realizar essa transição, dar esse salto fundamental. Daí em diante é preciso conter a imaginação. Marx se recusou a imaginar a “utopia”, porque essa sociedade comunista só poderá ser criada depois de vencida todas essas etapas. É a revolução dentro da revolução, no seu pico mais alto.

Essa é a resposta que posso dar. Não é muito confortadora, mas é realista. Por que exigir das revoluções proletárias o que não se pode exigir das revoluções burguesas? É do senso comum que as revoluções burguesas se fizeram em termos de engendrar e fortalecer privilégios; enquanto as revoluções proletárias se fazem para destruir privilégios, criar igualdade, a liberdade maior, a felicidade, solidariedade entre os iguais, a base para qualquer outra transformação posterior, nos modos de produção, na organização da sociedade, para se chegar a uma sociedade em que o homem não domine o homem nem individual nem coletivamente. Uma sociedade capaz de autogerir, transformar a administração em autogestão coletiva, elemento que não evoque o poder, a repressão, a opressão. Tudo isso precisa ser posto em questão. Se se pretende exigir da União Soviética ou da China, do Vietnã, de Cuba, que essas revoluções dêem saltos no vácuo, elas são postas fora e acima da história. Ignoram-se os obstáculos reais, nascidos das dificuldades internas e da pressão externa, de um

mundo capitalista que se organiza para travar e impedir o êxito de tais revoluções, sabotando-as em todos os pontos possíveis e voltando contra elas o poder destrutivo fantástico de uma contra-revolução implacável e de escala mundial.

3) Florestan: O socialista não é pessimista. O socialista é uma pessoa que pensa ser possível pelo menos reformar a sociedade na qual ele vive. Se o socialista é marxista, ele pensa que é possível revolucionar a sociedade. Portanto, o socialista não pode ser tratado de pessimista. Ele também não pode ser um otimista infantil.

Pensar que a gente se senta aqui e a sociedade se transforma automaticamente, isso é pura fantasia (ou mecanicismo “vulgar”). Essa idéia de luta faz com que se pense que o capitalista progrida de crise em crise, até que chega a “catástrofe final”. Isso é o avesso do pensamento revolucionário criativo.

A grande vantagem da explicação de Marx: ele põe lado a lado essa condição objetiva (a crise final do capitalismo) e a outra condição essencial, que ele define em termos de luta política das classes. Então, é pelo fortalecimento da luta de classes que se processa a desagregação da sociedade de classes e a formação de uma sociedade nova.

Nas suas formulações existem duas coisas que precisam ser respondidas. Uma, é que nós estamos falando em revolução burguesa; é importante ressaltar: não é que na periferia seja impossível uma revolução burguesa, e que a forma de revolução burguesa acaba não correspondendo às necessidades da massa da população. A revolução burguesa ocorre, mas ela ocorre como uma revolução secundária, uma revolução que se dá a nível de estruturas que são transferidas pelo capital do núcleo central para a periferia. Portanto, o desenvolvimento capitalista promove a transformação do capitalismo da periferia. Burguesia nacional e burguesia estrangeira estão associadas nessa forma de revolução burguesa, que não responde a nenhuma necessidade histórica coletiva, pois só responde às necessidades básicas da dominação estrangeira e do crescimento do capital nacional. Essa modalidade de revolução burguesa é extremamente nociva e precisa ser combatida com a mesma energia com que se combate a dominação externa (ambas são a mesma coisa).

Quanto à diferenciação das formas de desenvolvimento capitalista, seria irracional que fosse o contrário. Se se compara o Brasil de hoje com a Inglaterra do século XIX, estamos diante de uma comparação que

precisa ser feita com cuidado. Nós não comparamos, aqui, os mesmos tipos de feijão ou de arroz, coisas iguais. Mas formas de desenvolvimento capitalista, que é preciso distinguir. No Brasil não se deu um desenvolvimento capitalista auto-sustentado e com os dinamismos que resultavam do saque colonial ou da hegemonia sobre o mercado mundial.

O que se pode comparar? Processos que são análogos, embora transcorram em condições históricas diversas. A formação e o desenvolvimento dos proletários com classe social independente está nesta categoria. A rota percorrida é descrita sinteticamente por Marx e Engels em *O Manifesto*: primeiro, os proletários constituem um conglomerado amorfo, o que os sociólogos chamariam, hoje, de uma “congérie”; segundo, os proletários ganham pela concentração urbana, a expansão industrial e seu crescimento numérico, as condições materiais e sociais de sua constituição e desenvolvimento como classe social independente — aprendem a praticar a solidariedade em defesa de melhores salários, de melhores condições de trabalho, de autodefesa coletiva e criam os sindicatos, passando a lutar econômica e politicamente, em escala nacional, contra os patrões e pelo seu próximo fortalecimento como classe; terceiro, os proletários alcançam, graças ao desenvolvimento do capital e sua atividade como classe social revolucionária, as condições institucionais e políticas para lutar por sua auto-emancipação coletiva. Essas três fases morfológicas e históricas acompanham um longo processo de diferenciação social. Na primeira fase, é-lhes impossível lutar de forma independente; é através dos interesses e das relações com a burguesia que logram realizar certos objetivos políticos. Na segunda fase, a dialética da luta de classes se configura com toda a nitidez. Os proletários constituem uma “classe em si”, pois possuem consciência de sua situação e interesses de classe, defrontam-se com o capital autodefensivamente e contam com capacidade política tanto para defender e expandir a solidariedade proletária, quanto para atacar a supremacia burguesa, impondo-se na sociedade civil como uma força social ativa da revolução burguesa (ou seja, da revolução dentro da ordem). Na terceira fase, que se achava em vias de elaboração quando *O Manifesto* foi escrito, as premissas da existência do proletariado como classe interferem na dinâmica da sociedade civil e nas relações dos proletários com o Estado burguês. Manifestam-se, então, as características do proletariado como classe revolucionária, que deverá, a longo prazo, extinguir a ordem existente (e portanto a propriedade privada em sua forma moderna, o capital, o trabalho como mercadoria, a divisão social do trabalho, a coisificação e a

alienação dos oprimidos, a dominação de classe, a sociedade civil, o Estado, etc.), criar como período de transição uma sociedade igualitária, de dominação da maioria e da autogestão popular e, finalmente, abolir as classes, toda e qualquer dominação de classe e conduzir a humanidade para o comunismo.

Esse resumo contém apenas o que é essencial à presente discussão, que diz respeito à relação entre luta de classes e revolução no pensamento de Marx e Engels. É óbvio que as transformações do capitalismo (contemporâneas ou posteriores à morte de Marx) e a situação dos povos de origem colonial interferem na evolução mencionada (não por suprimi-la, mas por tornar a intensidade das fases mais fluidas e por prolongar a sua duração). Como assinalaram Marx e Engels, a condição de um proletariado forte é a existência de uma burguesia forte, de um desenvolvimento capitalista bastante denso para imprimir à revolução burguesa ritmos históricos intensos. No entanto, Gramsci demonstrou que o esquema se aplica a países que conheceram uma revolução industrial diversa daquela que ocorreu na Inglaterra, como na Itália, e toma-o como um paradigma da explicação marxista das tarefas políticas revolucionárias do proletariado. Essa constatação é comprovada pela história da classe trabalhadora no Brasil. Aqui, a origem do capital e do trabalho livre não está em uma sociedade estamental feudal — mas em uma sociedade colonial e escravista, na qual o trabalho era uma mercadoria, um componente do capital fixo e uma “coisa” (ou fôlego vivo). O trabalho livre aparece, portanto, na esfera dos proletários, como substituto e equivalente do trabalho escravo. Os proletários tiveram de travar uma dura e prolongada luta, seja para retirar o trabalho desse marco ideológico e de opressão social, seja para afastar de si o estigma de “inimigo público número um” (herdado dos antigos proletários, os escravos; Perdigão Malheiros esclarece, em particular, o quanto esse estigma foi responsável por uma predisposição repressiva muito forte da camada senhorial). O trabalhador europeu trouxe consigo toda uma rede de instituições, como as caixas beneficentes, os sindicatos, etc., que acelerou a auto-organização dos proletários, ideologias que facilitavam o reconhecimento coletivo da identidade proletária e os germes de futuras organizações políticas (que surgem com o anarquismo, o solidarismo sindical, o socialismo, etc.). As primeiras greves de envergadura ocorrem já na década de 10, sob o signo de “caso de polícia”, com o qual os patrões reagiram (e continuaram a reagir) senhorialmente às lutas econômicas, sociais e políticas dos proletários. A passagem da primeira fase

para a segunda foi relativamente difícil. Mesmo depois do aparecimento de partidos proletários na década de 1920, as condições favoreciam a instrumentalização dos trabalhadores pelas classes dominantes em suas lutas políticas. Não obstante, o capitalismo monopolista e imperialista proporcionou um desenvolvimento mais intenso e rápido do proletariado como classe independente. Na década de 1970, os proletários atingem o pico dessa transformação e, ao mesmo tempo, começam a lutar pela conquista de peso e de voz na sociedade civil, imprimindo uma nova orientação à transformação da ordem. No bojo desse processo, não só levam a ditadura da crise ao colapso, como revigoram os processos de descolonização, de revolução nacional e de revolução democrática, congelados pela contra-revolução burguesa e por sua República Institucional.

Portanto, os proletários estão em vias de serem uma classe em si e para si. Não são mais prisioneiros de uma grande cidade ou de uma metrópole industrial. A solidariedade proletária transcende esse nível. Uma greve não só encontra ressonância, ela recebe apoio em várias partes do país, mobilizando um sistema nacional de solidariedade e de luta de classes. O desenvolvimento desigual, no Brasil, ainda favorece as classes dominantes e seu aparelho estatal repressivo. Por isso, podem ocorrer dissenções mais ou menos sérias entre os trabalhadores, os sindicatos, as organizações como a CUT e a Conclat, os líderes sindicais. Tudo isso não nega os avanços conquistados nem o crescente potencial de desenvolvimento independente de classe que caracteriza, neste movimento, a situação histórica dos proletários. A fragmentação existe. Porém, também existem forças sociais novas, nascidas das condições de vida e de produção dos trabalhadores que compelem os proletários, individualmente, e seus órgãos de associação e de luta, coletivamente, a tomar uma consciência autônoma dos próprios interesses e dos meios de auto-emancipação em todos os níveis de relação com a sociedade civil, com o Estado e com os problemas de nossa época. As pressões fragmentadoras da burguesia esbarram nessas forças sociais, que mal começam a exigir um sindicalismo de novo tipo e partidos políticos efetivamente proletários, em seus programas e em seus métodos de luta. Essas questões não podem ser discutidas aqui. Contudo, é patente que, no fim do século XX, é dos trabalhadores que procede o que se poderia chamar de uma história nova em um novo século. Os antigos partidos proletários, como o PCB, o PCdoB, o PS, etc., estão sob o influxo dessa força social construtiva. O mesmo acontece com o PT, que

enfrenta o mesmo desafio: ou se torna um partido proletário revolucionário ou será neutralizado e batido pelos “partidos da ordem”.

4) Florestan: A sociedade está vivendo contradições que são típicas de uma sociedade capitalista subdesenvolvida da periferia. Não poderia ser diferente. Se pudesse, você teria não um pensamento revolucionário, mas uma magia; bastava um passe de mágica e todas as sociedades se tornariam perfeitas. É isso, não é?

Eu acho que, de uma perspectiva marxista, você pode compreender objetivamente as divisões existentes e as insuficiências das classes trabalhadoras. O importante é que estão surgindo as premissas de uma auto-afirmação defensiva e ofensiva das classes trabalhadoras e, portanto, da alteração de estilo político da luta de classes.

Uma última homenagem a Karl Marx, um homem que morreu fiel aos seus ideais revolucionários. Havia pouca gente em torno de Marx, no momento de sua morte, há cem anos atrás. Hoje a situação é diversa. Milhões de pessoas cultivam a sua memória, o que evidencia o valor de seu legado às classes trabalhadoras e às revoluções proletárias de nossa época. Através deste debate, evocamos o seu exemplo e o seu valor, como cientista, pensador e político inteiramente devotado aos trabalhadores e à causa de sua revolução social.

## Introdução a Contribuição à Crítica da Economia Política\*

Audácia desta introdução justifica-se como parte da tarefa atribuída pelos editores ao tradutor. Por isso escrevo-a ao mesmo tempo contrafeito e com certo orgulho, ambos muito compreensíveis. Como os prefácios deste tipo são determinados pela natureza da obra, começarei pela própria *Crítica da Economia Política*. Depois abordarei algumas questões gerais suscitadas por este livro e passarei à análise sumária da contribuição de K. Marx e F. Engels às ciências sociais e de sua influência sobre alguns autores contemporâneos. Por causa das dúvidas que estudos tendenciosos ou superficiais da obra científica de Marx transformaram em moeda corrente, senti-me obrigado a estender as indicações bibliográficas e a abusar de citações. Isso, contudo, poderá até ser algo útil a grande parte dos leitores, fornecendo-lhes alguns elementos para aprofundar seus estudos sobre as teorias de Karl Marx, que “tem nas ciências sociais posição análoga à de Galileu nas ciências físicas”, de acordo com a opinião reconhecidamente justa do sociólogo norte-americano Albion W. Small.

A *Crítica da Economia Política* tem uma importância particular na produção científica de Karl Marx. Embora certos autores, como Harold Laski,<sup>1</sup> confusamente a considerem ao mesmo tempo entre os “folhetos secundários” e como fundamento de *O Capital* e principal fonte de informações sobre os seus métodos, esta obra ocupa um lugar de destaque na história da economia política, da sociologia econômica e da metodologia nas ciências sociais. O conteúdo do livro, porém, foi “roubado” pela excelência do prefácio; a maioria dos seus leitores e críticos não tem passado

\* Introdução a *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Karl Marx, obra traduzida por Florestan Fernandes e publicada em 1946 pela Editora Flama, São Paulo.

1. Laski, Harold J.: Karl Marx, Londres, 1922; trad. castelh., México, 1935, p. 42-43.

daí. Todavia, como auto-exposição, esse prefácio é o trabalho mais esquemático e condensado escrito por Marx. Por isso deu origem a inúmeros mal-entendidos, incompreensões e críticas injustas às suas concepções em geral, fora dos círculos estritamente marxistas.

Tanto este livro como *O Capital*, nasceram da necessidade que Marx sentiu de dar bases teóricas mais sólidas ao programa político estabelecido em *O Manifesto Comunista*. E o próprio autor, no prólogo da primeira edição de *O Capital*, apresenta o primeiro volume deste trabalho como continuação da *Crítica da Economia Política*.<sup>2</sup> Há, todavia, diferenças essenciais no desenvolvimento de certas questões nas duas obras, tornando-as de fato reciprocamente complementares. O esboço da *Preliminar de uma Crítica da Economia Política* merece, contudo, uma explicação. O manuscrito foi encontrado após a morte de Marx e publicado por Karl Kautski.<sup>3</sup> Na segunda edição de *Zur Kritik der Politischen Oekonomie* (1907; a primeira edição é de 1859), Kautski introduziu a *Preliminar*. Posteriormente, passou a fazer parte das melhores edições da obra.

Na *Crítica da Economia Política* Marx estuda a mercadoria e a moeda ou a circulação simples, desenvolvendo de modo sistemático completo sua teoria do valor e sua teoria monetária.<sup>4</sup> É também, indubitavel-

mente, uma das fontes mais importantes — a outra é *O Capital* — para o estudo do seu pensamento econômico. Porque a ampla bibliografia aproveitada e discutida por Marx mostra muito bem quais são as proporções de sua ligação com a Escola Clássica, tão exageradas mesmo pelos economistas mais cuidadosos e até pelos próprios marxistas. Verifica-se que principalmente aquela velha representação de Marx como um simples prolongamento de Ricardo não tem nenhuma consistência. É porque os economistas que exerceram influência mais forte, como Stewart, por exemplo, raramente são lembrados. Essa questão pode ser colocada nos devidos termos se considerarmos que Marx recebeu a herança que a economia política poderia dar-lhe no século XIX, após uma longa evolução que começa no mercantilismo — relativamente a Marx podemos situar o início dessa evolução nas contribuições parciais dos gregos — e culmina nos trabalhos de Adam Smith e de toda a Escola Clássica. Esta também era um produto direto da época que mais o interessava, motivo por que deu maior atenção aos seus representantes, à sua crítica e ao seu desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, todavia, a obra de Marx representa uma ruptura profunda com a orientação científica dos economistas da Escola Clássica. As críticas mais severas que esta recebeu, e que têm sido utilizadas posteriormente contra pontos de vista semelhantes, foram na maior parte elaboradas por Marx, particularmente neste livro. O *homo economicus* dos clássicos e as abstrações calcadas sobre ele por Adam Smith e David Ricardo são violentamente rebatidos como “robinsonadas”,<sup>5</sup> depois de uma minuciosa interpretação das suas raízes históricas e sociais. Contra essa concepção individualista, Marx antepõe um novo critério de realismo econômico, o qual situa esta obra como a primeira contribuição séria aos estudos da sociologia econômica: “como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é naturalmente o ponto de partida...” Este é o livro de suas frases famosas por excelência; a seguinte, porém, mostra que entidade econômica substitui aquele ser fantástico, quase hoffmanniano, dos antigos clássicos: “O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon*, não somente um animal sociável senão também um animal que só pode se isolar dentro da sociedade”. Eram, pois, os “indivíduos sociais”, na expressão do próprio Marx, que substituíam aquele homem metafísico no cenário da economia

5. Veja-se o *Preliminar*, etc. em apêndice; citações de Marx, sem referências bibliográficas, são tiradas deste livro. [*Contribuição à Crítica da Economia Política*]

2. *El Capital*, ed. Fuente Cultural, trad. do prof. Manoel Pedrozo, México, s/d, 1 vol., p. 63.

3. Na revista *Die Neue Zeit*, em 1903.

4. Sobre a contribuição da *Crítica da Economia Política* às ciências econômicas consultem-se: Mehring, Franz — *The Life of Karl Marx*, New York, 1936, cap. IX, item 5; qualquer história da economia, como: Gide, Charles — *Histoire des Doctrines Économiques*, Paris, 1920; Hugon, Paul — *Elementos de História das Doutrinas Econômicas*, 2ª ed., s/d, p. 265-303; V. I. Ulianov (Lênin) — “Introdução al Marxismo”, in *El Capital*, op. cit. p. 25-60 (sobre a doutrina econômica de Marx, p. 36-46). É preciso tomar cuidado com certos cientistas muito apaixonados, como, por exemplo, Karl Worth Bigelow — *Economics*, p. 367-373, cap. VII de *The History and Prospects of the Social Sciences*, ed. por H. E. Barnes, New York, 1925. A introdução mais compreensiva, equilibrada e imparcial que conheço à obra de Marx — contendo além disso apreciável aproveitamento do material apresentado na *Crítica da Economia Política* — é a de Eric Roll: *História de Las Doctrinas Econômicas*, trad. cast., México, 1942, p. 287-339. Analisando o problema do método, Roll diz que é impossível entender *O Capital* sem passar antes pela *Crítica da Economia Política* (p. 297). Werner Sombart, economista e sociólogo alemão, submeteu a rigorosa crítica as teorias de Marx sobre a concentração, a acumulação, a proletarização crescente, as crises e a evolução catastrófica da economia capitalista ocidental, usando os dados da economia política moderna, em grande parte os de sua própria investigação. Os resultados da verificação demonstram a exatidão dos estudos de Marx, pois Sombart só teve oportunidade de fazer retificações parciais (veja-se: *El Socialismo y el Movimiento Social*, Santiago del Chile, 1936, p. 75-88).

política. Ao mesmo tempo, fazia severas restrições aos métodos naturalistas dos clássicos, os quais davam uma perspectiva falsa das leis econômicas — transformadas em leis gerais e eternas, numa mal-entendida aplicação do conceito de lei científica, tomado às ciências físicas da época. Marx evidencia que não se tratava apenas de mostrar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, era preciso considerá-la em sua diferenciação temporal e espacial. Como se restringira previamente ao estudo da organização capitalista da sociedade e da economia capitalista correspondente, ajunta mais adiante que se devia estudar a “produção em um grau determinado de desenvolvimento social”. As leis da economia, por conseguinte, se tinham em comum com as leis das ciências físicas um duplo caráter de necessidade e de generalidade, não se confundiam com aquelas quanto à forma e ao funcionamento. As diferenças pareciam-lhe evidentes. O problema não era a natureza, como as ciências físicas, mas os homens diante da natureza e dos outros homens, isto é, de seres dotados de consciência e de vontade, capazes de modificar, inclusive, a natureza e de orientar a sua ação em direções socialmente determinadas.

Isso nos leva às questões metodológicas, onde se concentra o melhor da herança de Marx às modernas ciências sociais e à contribuição substancial do presente livro. As leis a que as “ciências históricas” — todas as ciências não naturais — podem chegar são leis históricas, porque cada período histórico se rege por suas próprias leis. Essa idéia já tinha sido formulada com veemência na polêmica com Proudhon — as leis econômicas manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem. “São produtos históricos e transitórios”.<sup>6</sup> Por isso, no estudo verdadeiramente científico do processo social e do mecanismo de desenvolvimento interno das sociedades, o que importa não é aquilo que é comum, simplesmente, que pode existir em todas as sociedades ou numa mesma sociedade durante sua evolução econômica e social. Marx não nega, ao contrário, a persistência de certos elementos, durante o processo de desenvolvimento acumulativo da cultura. Apenas põe em dúvida o valor explicativo destes elementos comuns, considerados isolada e abstratamente, aos quais os economistas clássicos e os sociólogos organicistas davam tanto valor, por causa de sua concepção naturalista das ciências sociais. Utilizando-se de uma imagem, diz: ... “precisamente o que constitui seu desenvolvimento (dos idiomas) é o que os diferencia destes elementos gerais e

comuns”. Ora, o problema, no fundo, é uma questão de lógica: na concepção naturalista sacrifica-se a diferença essencial à unidade. De outro lado, se Marx fizesse somente o contrário, isto é, se sacrificasse a última à oposição, entraria em conflito aberto com sua concepção da realidade. O impasse foi resolvido dentro da lógica hegeliana: o próprio movimento da realidade estabelece uma lei de interpenetração dos contrários, por meio da qual é possível compreender inclusive o elemento comum e sua validade como fator explicativo. Sem os elementos comuns, o próprio desenvolvimento acumulativo da cultura e as transições bruscas de um período histórico para outro, com as correspondentes mudanças de organização social motivadas pelas transformações das relações de produção, seriam inexplicáveis. Marx deixa isso bem claro na primeira parte da frase acima citada: “sem elas (as determinações comuns) não poderia conceber-se nenhuma produção”...

Dessa forma, o que havia de essencial e de fecundo no “método naturalista”, que permite apanhar o que é geral nas coisas; e o que havia de essencial no “método histórico”, que permite captar as coisas em sua singularidade — deram origem a um novo método de trabalho científico, conhecido posteriormente sob o nome de “materialismo histórico”. Esses resultados a que Karl Marx chegou marcaram uma nova etapa na história das investigações científicas, pois desdobraram diante das “ciências históricas” — ou ciências sociais, como dizemos hodiernamente — novas possibilidades de desenvolvimento científico. Com o emprego deste método a economia política tornou-se verdadeiramente uma ciência social, estando apta para dar uma explicação realmente científica e logicamente válida da moderna sociedade capitalista, por exemplo, a cujo estudo se dedicara Karl Marx. A passagem da economia feudal para a economia capitalista e a concomitante substituição das leis que regiam a vida social nas sociedades feudais pelas leis que regem a vida social moderna puderam receber uma explicação científica. As diferenças, que afugentaram os clássicos e os “comtistas” — obrigando-os a lidar com elementos que, se explicavam a economia e a sociedade, não o faziam completamente — transformaram-se num dos elementos fundamentais, ao lado dos antigos critérios, da investigação e da explicação científica tanto da estática quanto da dinâmica social. Principalmente os erros de Comte e dos “evolucionistas” eram postos de lado, pois as ciências sociais abandonavam os projetos dos filósofos francês — a busca de leis gerais do funcionamento da Sociedade e do desenvolvimento da Humanidade — para estudar apenas um

6. Veja-se: *Miséria da Filosofia*, Ed. Flama, S. Paulo, 1946, p. 103.

tipo de sociedade: a sociedade européia capitalista, num dado período de tempo, mais ou menos delimitado entre o século XIX e toda a fase anterior de ascensão e vitória da burguesia. Outras conseqüências do método introduzido por Marx, apenas implícitos nessa breve exposição, são: primeiro, as condições em que a generalização é legítima: as leis sociais e econômicas só são válidas para determinadas formas sociais e durante um período determinado de seu desenvolvimento; segundo, a noção de determinismo: existe regularidade nos fenômenos sociais, mas a vontade humana inverte nos acontecimentos históricos — só na natureza ocorre o inevitável; em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, escreveu a esse respeito: “os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim em certas condições determinadas”; terceiro, a noção de interdependência dos fatos sociais: os fatos sociais articulam-se entre si por conexões íntimas; a antiga noção de *consensus* de Augusto Comte recebe uma formulação mais objetiva: “o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças numa unidade”; quarto, existência de fatores dominantes: um fator desempenha a função de fator dominante — a produção nas modernas sociedades capitalistas<sup>7</sup> — atuando sobre os demais fatores em termos de “relações recíprocas determinadas” (grifo meu).

Isso não esgota, porém, tudo o que a *Crítica da Economia Política* sugere do ponto de vista metodológico. Nesta obra é ainda possível estudar o método de Marx quando ele se apresenta na forma de processo geral de trabalho. Segundo Marx, pode-se estudar os fenômenos econômicos de duas maneiras — adotando-se um método analítico ou um método sintético. No primeiro caso fragmentamos progressivamente a realidade, atomizando-a, e passando a conceitos cada vez mais simples. Quando se tem estes elementos, porém, é possível uma espécie de viagem de retorno. Assim, pode-se substituir uma visão caótica da realidade constituída de abstrações por um sistema de conceitos e de determinações logicamente sistematizados. Voltamos, de novo, ao problema proposto acima, do conceito hegeliano: “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, diz Marx. Por isso, o concreto

7. Porque Marx dá maior ênfase às instituições econômicas, Frank H. Hankins o situa entre os “deterministas culturais” (veja-se o cap. “Sociology”, in *History and Prospects of the Social Sciences*, op. cit., p. 324).

aparece no pensamento como um resultado e não como um ponto de partida. O conhecimento obtido deste modo é uma verdadeira reprodução da realidade. Marx foi levado à escolha do método sintético por um problema muito sério: a crítica da economia política podia ser feita de duas maneiras — historicamente ou logicamente.<sup>8</sup> É evidente que as bases para a sistematização lógica da economia política podem ser fornecidas pelo desenvolvimento histórico de sua literatura. Esta, todavia, só seria inteligível pelo estudo das sociedades capitalistas modernas.

Isso complica sobremaneira a questão. Por isso Marx preferiu o tratamento lógico, no fundo também um método histórico, por ser dialético. Muito importante a esse respeito parece-me o seguinte trecho de Engels: “a cadeia de pensamento deve ter início com o que a história começa e o seu curso subsequente não deve ser outra coisa senão a imagem exata do curso histórico em uma forma teórica e abstrata, mas corrigida de acordo com as leis dadas pelo curso real da própria história, em que cada fator deve ser considerado na completa maturidade de seu desenvolvimento em sua forma clássica”.<sup>9</sup> Chegamos, pois, aos mesmos resultados anteriores. No campo metodológico, Marx conseguiu fundir dois métodos aparentemente antagônicos e contraditórios em um só método científico — o materialismo histórico. Mas, naquele momento, o principal objetivo era mostrar como Marx chegou à elaboração de um método novo, através da crítica da concepção naturalista em ciências sociais (clássicos, “comtistas”, etc.). Neste passo da exposição podemos compreender, entretanto, agora positivamente, porque Marx chegara àqueles resultados. Isso de fato só foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade — o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana — a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel.

A barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é ao mesmo tempo um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das relações entre teoria e prática. A economia, a sociologia, etc., nasceram e desenvolveram-se sob o

8. Engels, F.: *Sobre el Materialismo y la Dialectica de Marx*, in *Introduccion a la Filosofia y al Materialismo Dialectico*, México s/d, p. 221, veja-se também Marx *El Capital*, op. cit., p. 64.

9. *Ibidem*.

signo da ação; o ideal de seus fundadores era conseguir o controle da vida social para os homens, como já havia sido parcialmente realizado em relação às forças da natureza. Mais do que isso, pensavam em obter, por meio das ciências sociais particulares, técnicas sociais tão perfeitas que se poderia, no futuro, organizar racionalmente a sociedade, segundo planos sociais, econômicos, etc., de modo a reduzir ao mínimo os desperdícios de energia humana e os desajustamentos sociais. Todavia, apesar de toda a nostalgia da prática, teoria e ação são distanciadas de tal forma que, afinal de contas, tem-se o direito de perguntar a que espécie de aplicação aspiram e que eficiência prática pode ter uma teoria cuja prova é sempre ministrada teoricamente. Nos últimos tempos, a posição de um Mannheim e a de um Freyer indicam claramente que essa atitude está se modificando, e que é possível esperar maior coerência para o futuro; também as ciências sociais têm alargado as suas esferas de aplicação. Entretanto, o progresso ainda não foi bastante rápido a ponto de permitir: primeiro, uma redefinição das relações entre teoria e ação em termos da prática; ou segundo, uma compreensão, pelo menos, da posição exata do problema em Marx. Por isso, as críticas que lhe são dirigidas revelam em alto grau o caráter de conflito de concepções antagônicas; como muitas vezes nesses conflitos se descarregam fortes tensões emocionais, alguns autores não têm podido evitar o uso de certos recursos inconsistentes de crítica — saindo, assim, do campo estritamente científico. O método mais seguido é o de afirmar enfaticamente que Marx não contém nenhuma novidade — é um simples erudito que se pôs a serviço de uma causa, o comunismo.<sup>10</sup> Outros são mais circunspectos, e medindo a estatura do adversário, procuram provar que Marx não é um *deus ex machina*; que, ao contrário, suas idéias remontam ao passado longínquo ou pelo menos eram característicos do século XVIII e XIX.<sup>11</sup> Isso, além de não esclarecer nenhum problema na forma porque é feita a exposição, é uma tautologia. Outros ainda acusam-no de racista, de germanista, etc., numa série de desafinamentos ao espírito de cordialidade inerente ao “desinteresse científico”. Tudo isso, porém, é lançado à maneira de exórdio, como uma fase preparatória ao objetivo final: a sua concepção de ciências,

10. Paul H. Furfey: *A History of Social Thought*, Nova York, 1942, p. 298.

11. Pitirim A. Sorokin: *Les Théories Sociologiques Contemporaines*, Paris, 1938, p. 377-384; Edwin R. A. Seligman: *L'Interpretation Economique de L'Histoire*, Paris, 1911, cap. IV; análises equilibradas são as de Lênin, op. cit.; e Werner Sombart: *El Socialismo y el Movimiento Social*, op. cit., cap. III.

das funções da teoria em relação à prática. Quem não se aproxima corretamente de um problema, é claro, também não está em condições de resolvê-lo. Em conseqüência, os autores praticam distorções que só seriam possíveis após uma análise mais meticulosa e objetiva. A mais elementar consiste em separar os resultados obtidos dos métodos utilizados por Marx em nome do benefício da ciência.<sup>12</sup> Quanto às questões que tal conduta levanta: a) seria possível chegar aos mesmos resultados por meio de outros métodos? b) que critérios são usados nas duas situações diferentes na evidência do verdadeiro e do falso? c) os métodos não estão obrigatoriamente conformados a diversas concepções de vida e do universo fundamentadas em postulados distintos? etc. Quanto a tais questões, nada se pronuncia. A mais radical, porém, vai mais longe, oferecendo aparentemente muito menos: procura isolar o fator explicativo usado por Marx e utilizá-lo em sua pureza quase de laboratório. Desse modo, o “materialismo econômico” dá lugar, por exemplo, a uma “interpretação econômica da história” (Seligman). O que este autor faz é digno de nota, porque mostra exatamente como as coisas se passam. G. Sorel, no prefácio do seu trabalho, dá uma idéia clara do conteúdo e da finalidade do livro: “o teórico do método histórico que deseja escrever um tratado inspirando-se nas idéias marxistas, deve começar por afastar tudo aquilo que é especificamente revolucionário”.<sup>13</sup> E como Seligman procura realizar os seus propósitos? De modo bem simples. Primeiro, porém, vejamos duas citações que mostram o que entendia dos métodos e da concepção de ciência de Karl Marx: “a tendência do pensamento moderno é a de pôr em relevo as relações antes que as diferenças” e “é preciso contar com o fator histórico no econômico”.<sup>14</sup> Ora, o caminho escolhido, do ponto de vista metodológico, é exatamente o contrário do percorrido por Marx; a concepção de história de Seligman é naturalista e o método que propõe seguir é um método generalizador. Em segundo lugar, é contraditório. Com o auxílio destes instrumentos de trabalho não se poderia captar o fenômeno econômico nas situações típicas ou singulares. Essa contradição, como foi visto acima, já havia sido superada por Marx. Assim, tinha Seligman que chegar inevitavelmente onde chegou: a uma estreita interpretação econômica da história

12. Charles A. Ellwood: *A History of Social Philosophy*, New York, 1939, p. 328.

13. E.R.A. Seligman, op. cit., prefácio, p. III. Veja-se também pg. XXVIII.

14. Pgs. 2-155-156, respectivamente, op. cit.

que nada tem em comum com a teoria marxista. O fator econômico, *stricto sensu*, determina a vida social e explica o processo histórico. Pode-se, portanto, dizer que esse autor conseguiu separar o lado teórico do lado prático do “materialismo histórico”? Evidentemente não, porque ambos os aspectos foram desprezados. A sua teoria é estranha em relação à primeira e de fato não está em condições de responder à pergunta: é possível separar no “materialismo histórico” a teoria da prática, ao contrário do que formulara Marx? Ainda assim, aceitou-se a experiência como positiva. Muitos autores pensam que esse é um pressuposto sobre o qual tudo foi dito.

Muito menos difícil que separar a teoria da prática deveria ser a tentativa inversa. Afinal de contas, os preconceitos são menores. No mínimo, estaríamos submetendo a ação a uma nova teoria. Essa tarefa foi tentada por Werner Sombart. Por esquisito que pareça, Sombart que é um dos sociólogos e economistas europeus que mais leram Marx, repete aqui algumas noções comuns, embora o faça com certa habilidade. Para ele, o problema consiste em separar o socialismo da ciência. Marx não se dedicou à construção do estado futuro ideal; por causa de “uma repugnância inaudita pelas utopias” e também por falta de imaginação, diz-nos. Isso tem sido fatal para o movimento social do proletariado, acrescenta Sombart, porque exclui os motivos ideais da ação iludindo e enfraquecendo sua vontade pela promessa do advento natural e inevitável do socialismo. De fato, ao contrário dos socialistas franceses que combateu por esse motivo, Marx sabia muito bem que não podia construir a história do futuro em sua cabeça; o caráter científico que procurou dar ao socialismo compreendia submissão à realidade e ação racional. Mas, submissão à realidade como meio e não como fim. Sombart equivocou-se. “A liberdade consiste em compreender a necessidade. A necessidade só é cega enquanto não é compreendida.” Essas palavras de Engels definem maravilhosamente a orientação que ele e Marx deram ao socialismo. Seria inútil repetir aqui o que já foi visto a respeito do papel do homem na história, e de como persegue socialmente os ideais que também são socialmente necessários. O socialismo, como movimento social de classes, devia conformar-se, pois, a estes ideais; e realizá-los. Essa idéia mecanicista de determinismo, levantada por Sombart, é ressuscitada a cada passo e jogada diante de Marx, que entretanto ajudou a enterrá-la. Isso implica uma conclusão correspondente à do caso inverso anterior: ainda aqui não foi possível separar teoria e prática no pensamento marxista e portanto provar a viabilidade dessa separação.

As confusões que um conhecimento apressado da obra de Marx engendra no espírito de certos autores pode ser apreciada no manual de *sociologia* de L. von Wiesse. Este autor situa Marx entre os organicistas e dá especial atenção às influências do positivismo (exemplifica com Comte e Spencer), em seu pensamento científico. Dois lapsos graves, porque falseiam a sua localização na história das ciências sociais. O positivismo exerceu maior influência sobre Marx apenas como filosofia das ciências. Quando conheceu a obra de Comte, Marx já tinha realizado aquela passagem do idealismo hegeliano ao materialismo, através de Feuerbach; isto quer dizer que já estava senhor dos pontos fundamentais de sua concepção do mundo. Principalmente o que alguns autores chamam de “historicismo crítico” em sua obra era já algo bem definido nos seus estudos da época que permaneceu na França. Porém, mesmo no campo restrito da filosofia das ciências, a obra metodológica de Marx é a primeira reação no século XIX contra os métodos naturalistas, em particular em sua forma positivista, e contra a idéia de sua aplicação pura e simples ao estudo dos fenômenos sociais. Esta aplicação, para ser fecunda, devia sujeitar-se às modificações exigidas pela natureza do próprio objeto das ciências sociais. Isso abre caminho para mostrar a improcedência de outra afirmação: Marx nunca poderia ser um organicista, negando-se a aplicar os critérios de explicação e os métodos de investigação naturalista ao estudo da realidade social. A aceitação destes critérios e métodos, sem maiores reservas, levou muitos sociólogos seus contemporâneos (Lilienfeld, Spencer, Schæffle, etc.), ao emprego de analogias abusivas entre organismo humano e sociedade, uma vez que não lhe davam a necessária perspectiva da especificidade do social, tão viva e larga, ao contrário, em Karl Marx. A afirmação parece-me mais estranha, todavia, porque o próprio Marx criticou diretamente os “darwinistas sociais”.

As confusões relativas à filiação histórica de seu pensamento, entretanto, assumem proporções microscópicas diante das violentas distorções de caráter interpretativo, praticadas sem um conhecimento completo tanto da posição de Marx em relação aos problemas científicos do século XIX, como de sua própria obra. Aqui aparece em maior dose um fator subjetivo — o que perturba igualmente o entendimento de afeiçoados e de inimigos propondo questões de raciocínio em termos de preferências afetivas e de classes. De fato, é difícil distinguir quem mais contribuiu para a incompreensão de Marx: se certos pretensos marxistas ou se seus “críticos burgueses”. Os primeiros em grande parte, por necessidades práticas, os

segundos por tomarem como ponto de partida e fonte de informações exclusiva de suas críticas as esquematizações feitas pelos marxistas — ou pelo próprio Marx — ao sabor das lutas políticas. Isso não levaria a resultados tão graves se as críticas fossem proporcionais ao material utilizado ou se se conformassem ao próprio caráter prático deste material. Compreende-se que depois de certo tempo tais autores lidam com fantasmas — com as idéias a respeito de Marx e não com as deste mesmo. Esse mecanismo é facilmente perceptível num crítico como Pitirim Sorokin.<sup>15</sup> A análise das críticas desse autor — apenas as duas primeiras, que têm um aspecto de seriedade — pode levar a conclusões interessantes, ensinando-nos também os atalhos que se devem evitar, para se conhecer Marx.

A primeira observação que o seu esforço nos sugere é que a falta de trato com as obras de Marx o privou do conhecimento de sua terminologia. Daí aparecerem algumas palavras com significados ambíguos, escolhidos pelo autor em seu estoque pessoal ou no das modernas ciências sociais, numa verdadeira orgia de violentações verbais. Assim, por exemplo, atribui a “modo de produção” uma acepção restrita, sensivelmente no sentido que os clássicos, tomavam o termo “produção”. Porém, “modo de produção” não é a mesma coisa que “produção” no sentido positivista, usado pelos clássicos, envolvendo a determinação dos caracteres gerais e a-históricos de uma das esferas da economia. Ao contrário, na terminologia marxista “modo de produção” implica todo um complexo sócio-cultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva. Contra Adam Smith e Ricardo, Karl Marx emprega um conceito sintético, contrapondo-o, como uma “reprodução da realidade”, ao primitivo conceito analítico. Por isso, compreende nele três elementos essenciais, em geral considerados isoladamente por seus críticos: a) as forças materiais de produção (as forças naturais e os instrumentos de produção como máquinas, técnicas, invenções, etc.); b) um sistema de relações sociais, que definem a posição relativa de cada indivíduo na sociedade através do seu *status* econômico; c) um sistema de padrões de comportamento, de que depende a preservação ou transformação da estrutura social anterior. Esses elementos são interativos. Qualquer mudança numa das esferas

15. *Les Théories Sociologiques Contemporaines*, op. cit., p. 384 e segs.; é útil esclarecer que o autor não passou do “prólogo” de *Crítica da Economia Política*, chegando a reproduzi-lo, quase.

provoca mudanças concomitantes nas demais. As duas últimas, nas sociedades capitalistas européias, esclarece Marx, dependem de forma imediata da primeira, que assim constituem a base material do “modo de produção. Mas, a articulação das três com o sistema social geral não é uniforme — a das duas últimas é muito maior. Por isso o que é efeito num momento se torna a causa em outro (modificações no sistema social geral em função de modo de produção). Deixando tudo isso de lado, Sorokin maneja o conceito defeituosamente — reduzindo-o implicitamente à sua primeira esfera, como se fosse possível lidar com os fenômenos sociais como o químico lida com os corpos simples nas experiências de laboratório. Entretanto, indo um pouco mais longe, procura descobrir aí a relação causal mecanicista. Satisfeito com a “descoberta”, “endereça” a Marx todas as restrições que este fizera, no século passado, ao conceito de relação causal unilateral e irreversível, que suprime a possibilidade da transformação do efeito em causa. A confusão é evidente. Sorokin pretende estudar as correlações entre os diversos fenômenos sociais; e os métodos que indica nos mostram em que consiste a sua confusão: onde Marx enxerga uma totalidade em processo, Sorokin vê um sistema de forças inter-relacionadas. Assim, enquanto para o primeiro importava descobrir as leis que explicavam a sociedade capitalista européia do século XIX, que explicariam também a transitoriedade do capitalismo, o segundo quer saber que relações existem entre o fenômeno religioso e o econômico, o fenômeno religioso e o político, etc.; tomando um dos termos como variável independente e o outro como função. As conclusões de Marx indicavam-lhe que essas relações são variáveis de sociedade para sociedade e numa mesma sociedade ao longo do seu desenvolvimento histórico; mas, Sorokin pensava em certa forma muito particular de funcionalismo, capaz de fornecer-lhe verdades universais, leis válidas para qualquer tipo de sociedade. Novamente nos defrontamos com o problema metodológico: Sorokin, ao contrário de Marx, tem uma concepção naturalista das ciências sociais e defende por conseguinte um método quantitativo e generalizador. Entretanto, salta sobre estas diferenças, atacando a obra de Marx de perspectiva falsa.

A segunda crítica de Sorokin está impregnada de acentuado sensacionalismo científico. Todavia, no fundo é um simples prolongamento do equívoco anterior. A sua principal dificuldade, aqui, é o princípio de contradição. Parece-lhe que o “fenômeno econômico” é concebido ao mesmo tempo como uma coisa e o seu contrário, o que negaria a noção científica de relação uniforme de causa e efeito, isto é, a noção do determinismo científico.

Existem aí — não um, mas dois equívocos. As confusões de Sorokin desenvolvem-se segundo uma progressão geométrica. Primeiro, seria de fato uma coisa extraordinária encontrar-se um hegeliano autêntico capaz de pensar a realidade de acordo com os princípios da lógica formal. Segundo, Marx não nega a noção de regularidade dos fenômenos sociais, como foi visto acima.

Verifica-se, pois, que os principais obstáculos à compreensão de Marx pelos autores que encaram as ciências sociais como ciências naturais, são de natureza metodológica. Todavia os autores que têm uma perspectiva histórica estrita, que concebem as ciências sociais ou culturais como eminentemente particularizadoras — ao contrário das ciências naturais — não revelam melhor entendimento em relação à sua obra. A análise superficial da abordagem marxista impede-lhes uma visão adequada e profunda do problema metodológico em Karl Marx. Por isso, a síntese conseguida entre os métodos generalizados, das ciências naturais, e particularizada, das ciências históricas, através do materialismo histórico, assume as proporções irrealistas de um naturalismo exagerado. Heimsoeth, por exemplo, situa corretamente a posição de Feuerbach na filosofia alemã do século XIX.<sup>16</sup> Vê muito bem que, embora as transformações operadas no hegelianismo por esse filósofo corresponderem a um progresso do pensamento ocidental, a questão tal como ele a deixava colocada conduzia à negação do lugar do homem no cosmos e na história. E vê, também, como os perigos implícitos nessa posição foram concretizados pela ciência da época, que dissolveu a liberdade e a responsabilidade do homem num sistema mecanicista. São duas formulações preciosas para o entendimento do papel muito particular de Karl Marx no pensamento europeu. Não obstante, pouco depois o autor evidencia a nenhuma importância que dá aos seus próprios conhecimentos. Na análise da ruptura metodológica e ontológica com o naturalismo, operada no seio da sociologia, considera naturalista o conceito de sociedade de Marx. No fundo, explica, o fato econômico leva em seus flancos toda uma teoria naturalista do ser. O mesmo raciocínio, de caráter exclusivamente dedutivo — não fundamentado na obra de Marx — é feito por Heinrich Rickert<sup>17</sup> que, aliás se define de modo muito vago diante do materialismo histórico. Para este autor os

movimentos econômicos permitem um grau de abstração muito mais elevado que os demais fenômenos estudados pelas outras “ciências culturais”. Por isso, o conhecimento do típico ou do particular cede o primeiro plano, na economia, aos conceitos relativamente universais. O materialismo histórico, portanto, transforma a história em história natural generalizadora, por interpretá-la em função do econômico. As restrições ao materialismo histórico, propriamente ditas, são formuladas após este exórdio. Rickert simplifica o problema à escolha do fator explicativo: separação do que é essencial do que é acessório na história.<sup>18</sup> Ora, esta escolha é sempre problemática, diz; pode depender do “capricho” ou da “política”. No caso do materialismo histórico a seleção do fator explicativo é de natureza política. Os valores econômicos são colocados de modo absoluto, de tal forma que tudo que não for “cultura econômica” é reduzido a “reflexo”. Desenvolve-se, daí, uma concepção metafísica e os valores econômicos são hipostasiados como verdadeira e única realidade. “Com a seguinte diferença apenas: que em lugar dos ideais da cabeça, colocavam-se os ideais do estômago”.<sup>19</sup> O valor do materialismo histórico é de ordem puramente complementar: supre uma velha lacuna, dando maior importância à vida econômica, considerada indevidamente pelos antigos historiadores.

Vindo de onde vêm, essas restrições são espantosas. Rickert caracteriza-se por sua intransigência na fundamentação histórica das “ciências culturais”; em relação à economia, por exemplo, a única coisa que recusa com ênfase é que ela proceda exclusivamente por generalização. Estamos, pois, no âmbito de Marx e do materialismo histórico. O combate irrefletido a uma teoria que tem vários pontos de contato — e alguns, como este, essenciais — com a sua mesma, torna-o de fato bastante contraditório. Deixando de lado esta questão, todavia, há outros reparos a fazer. O fenômeno econômico é tomado abusivamente num sentido restrito e não em sentido lato. Isso tem uma importância particularíssima, agora, por causa da própria noção de historicidade do econômico. Se quiséssemos fazer uma comparação, a idéia de histórico de Marx está para a de Rickert como o masculino se opõe ao feminino. O fato econômico não é histórico

16. Heinz Heimsoeth: “O Homem e a História”, in “A Filosofia no Século XX”, S. Paulo, 1938, p. 95-155. Vejam-se: p. 95-96-135-137.

17. *Ciência Cultural y Ciencia Natural*, Buenos Aires, 1943, p. 183-186.

18. Algumas passagens deste trecho fazem pensar em explosão de recalques; por meio de uma nota de rodapé fica-se sabendo, também, que o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies criticou Rickert de maneira crepitante, sentindo-se “pessoalmente irritado com o acento depreciativo de sua exposição”.

19. Op. cit., p. 185.

apenas porque se pode apresentar de um modo típico (Rickert), mas ele existe de um modo típico exatamente porque é social (Marx). O seu caráter histórico depende diretamente da totalidade das ligações que o articulam à estrutura social e à cultura de um povo em uma fase determinada de seu desenvolvimento no tempo. Pondo de lado aquelas considerações obsoletas, a respeito dos ideais e da reificação da “cultura econômica” no materialismo histórico, mais que rebatidas, constata-se que a única objeção séria é a que dirige às bases valorativas desta teoria. Mas, é verdadeiro que Marx escolheu predeterminadamente o fator econômico e atribui-lhe de modo antecipado a sua validade explicativa? De acordo com o testemunho do próprio Marx — que se dedicara ao estudo da economia depois de passar pelo campo da filosofia, da literatura, do direito, etc. — esse foi o ponto de chegada e não o ponto de partida, conforme indica no prólogo deste livro.

Geralmente as opiniões sobre o valor científico da obra de Marx dividem-se muito. Hodiernamente, entretanto, essa questão não deixa dúvidas. E muitos autores, que nada têm de marxista, como Freyer, Oppenheimer, Plange, etc., têm situado em Marx uma das raízes das ciências sociais modernas — pelo menos em seu desenvolvimento na Alemanha. Assim, Joham Plange escreve a seu respeito: “nunca se esclarecerá o bastante a posição espiritual de Marx na história do século XIX. Marx como teórico, tem além disso um tríplice significado na história do espírito alemão, e por conseguinte na do pensamento em geral. Representa um ponto crítico na história da filosofia, um ponto crítico na história da teoria econômica e um ponto crítico na história da sociologia. Isto além de sua transcendência sobre a política interna na história da sociologia. Isto além de sua transcendência sobre a política interna e externa, acerca da qual é bem expressivo o fato do bolchevismo...” A influência de Marx, contudo, é muito variável de país para país.

Mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais. O agravamento da crise metodológica recoloca o problema do método nas ciências sociais tal como Marx o formulara. Isso pode ser entendido se se considerar que Hegel foi o ponto de partida, na Alemanha, de duas orientações diferentes — uma materialista e outra, digamos, empiricista, ambas historicistas. A primeira, conforme foi analisada acima, é constituída pela corrente de Marx. A segunda, especialmente com Wilhelm Dilthey, procede à sistematização das “ciências do espírito”, enfrentando,

até certo ponto, a mesma problemática de Marx — em particular quanto ao problema da natureza do conhecimento nas ciências do espírito — que implicava igualmente um aproveitamento, uma crítica e uma ruptura com o hegelianismo, de um lado, e com o positivismo, de outro. Por isso, escreve Hans Freyer que “o sistema das ciências alemãs do espírito é filosofia hegeliana do espírito feita empírica e transformada em ciências particulares”. Para o mesmo autor, o retardamento com que essa transição se opera teoricamente nas ciências do espírito, comparada à rapidez com que se realiza historicamente no materialismo dialético, explica-se em termos do tempo em que se operou a superação do hegelianismo nas duas orientações. O fato essencial, contudo, é que os problemas que se apresentaram a Karl Marx se colocaram novamente aos neo-hegelianos e neokantianos, que precisaram submeter a uma crítica rigorosa a antiga concepção naturalista de sociedade e a aplicação de métodos naturalistas ao estudo dos fenômenos sociais. Os marcos na discussão desses problemas são Dilthey, Hermann Paul, F. Tönnies, Karl Menger, Windelband, Rickert, G. Simmel, Max Weber, Georges Gurevich e Karl Mannheim. Embora não se possa falar em unidade de pontos de vista, uma coisa é clara: os fenômenos sociais são apreciados como produtos e como motivos da atividade humana, ao mesmo tempo. Por isso, esta é entendida de uma dupla maneira: primeiro, — sujeita a determinadas condições, criadas pelo próprio viver em comum, que a tornam compreensível e lhe dão um sentido característico; segundo, — os fenômenos sociais, por serem humanos, escapam ao mecanismo rígido das leis naturais. Explicar a ação e a conduta humana em termos das condições e dos fatores sociais quer dizer outra coisa que negá-la simplesmente. Vida em sociedade e indeterminação constituem expressões incompatíveis: tanto a idéia do determinismo mecanicista como a idéia de contingência foram postas de lado. Chega-se, assim, a uma noção nova de processo social completamente livre do seu primitivo teor naturalista. O que é comum interessa apenas à medida que permite entender a passagem de uma forma social a outra numa sociedade determinada (cf. Max Weber, aparecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento de uma mentalidade capitalista numa sociedade de organização social pré-capitalista). Mas, é óbvio, não como fonte de um conhecimento geral, universalmente válido. Daí a reabilitação do método histórico, o meio por excelência de captação do que é característico e específico de uma sociedade ou forma social dadas. Os referidos autores discordam nos limites e validade de generalização nas diversas ciências sociais. Ou seja, exatamente naquilo em

que Marx mostrava maior segurança, atendendo aos limites da generalização até onde eram compatíveis com a explicação cientificamente válida de uma situação particular (o capitalismo) e, mais minuciosamente ainda, dos diversos aspectos compreendidos pela situação particular (as fases do desenvolvimento do capitalismo, as formas sociais correspondentes, etc.). Max Weber, com o método tipológico, precisou o problema na direção proposta por Marx. Isso se torna mais evidente, todavia, num sociólogo como Georges Gurevich, em cujas mãos o método tipológico sofre uma modificação substancial: “O método tipológico é um ponto de encontro, ou antes de entrelaçamento, do método individualizador e do método generalizador”.<sup>20</sup>

Não se chegou, entretanto, com a mesma rapidez às outras conclusões de Karl Marx. Particularmente os neo-hegelianos e neokantianos, como Windelband e Rickert, de um lado, Dilthey e seus discípulos, de outro, bem como Weber, Gurevich, etc., mostram muito bem como as diferenças podem neutralizar qualquer espécie de parentesco. Restringindo-me ao essencial, o ponto de divórcio está no aspecto prático do materialismo histórico, que implica unidade de teoria e ação e, em consequência, resposta positiva à pergunta sobre a possibilidade de se conhecer de antemão, dentro de certos limites e de acordo com os dados da situação vivida, a sua possível tendência de desenvolvimento. Os autores que pensam o contrário, Tönnies, Mannheim e Freyer, se acham todos sob a influência direta de Marx. Aqui, apesar do alcance da obra dos dois últimos — particularmente de Freyer, que chega a afirmar que “só quem quer socialmente algo, vê algo sociologicamente” — a verdade é que ninguém conseguiu repor o problema da unidade de teoria e ação, em ciências sociais, de modo tão profundo e com tanta força como Karl Marx. A mesma coisa não acontece relativamente a outros aspectos. Ferdinand Tönnies, por exemplo, não se limitou ao aproveitamento do material fornecido pelos estudos de Marx sobre a economia burguesa, como afirma Floyd Nelson House. Tönnies aprofundou de maneira incomum entre os sociólogos europeus a análise do materialismo histórico e da interação das três categorias sociais — economia, política e espírito — segundo Marx. Além disso, enriqueceu de modo sugestivo a teoria da transição das formas sociais, sob o aspecto da passagem dos tipos comunitários a tipos societários e as suas sugestões

20. *Las Formas de la Sociabilidad*, Buenos Aires, 1941, p. 11.

sobre a separação da cidade e do campo. A rigor, toda uma parte do manual de Tönnies — a designada sob o título geral de “estruturas de referência”<sup>21</sup> — gira em torno das contribuições de Marx. Mannheim, atualmente, é considerado de uma forma um tanto simplista, a mais produtiva síntese de Karl Marx e Max Weber.<sup>22</sup> Foi de fato o primeiro autor que compreendeu o alcance das descobertas de Marx sobre a natureza social do conhecimento em geral e dos processos de standardização do pensamento humano, um dos temas principais do *Preliminar* deste livro. Os seus trabalhos abriram o caminho para as tentativas de fundamentação filosófica da sociologia, levadas a efeito por Hans Freyer, que mostram até onde pode se estender conseqüentemente, na sociologia, a atividade crítica do conhecimento: ao seu próprio objeto, encarado também como um produto cultural. Freyer desenvolveu além disso uma teoria da cultura,<sup>23</sup> que consiste — foi o que me sugeriu a exposição que conheço — numa nova formulação da teoria marxista da cultura e das formas sociais. Aproveitamentos mais restritos, que mereçam certo destaque, são os de Franz Carl Muller-Lyer e os de François Simiand. O primeiro tentou conciliar as duas orientações que vinham do evolucionismo e do materialismo histórico, em um novo método que chamou faseológico,<sup>24</sup> por meio do qual procurou descrever e correlacionar as distintas fases atravessadas pela humanidade. François Simiand<sup>25</sup> tenta não só introduzir um ponto de vista sociológico no estudo dos fenômenos econômicos, principal característica da reação de Marx contra os clássicos, como, indo mais longe, traz uma contribuição original à teoria marxista da interação de produção e consumo (o movimento geral do salário segue o ritmo das necessidades sociais de cada classe). Isto, por si só, não colocaria Simiand em uma posição tão especial, pois Maurice Halbwachs também mostrara a mesma coisa sob outro ponto de vista: as despesas dos indivíduos na moderna sociedade de representação social das classes a que pertencem. O grande valor de Simiand está na resposta que deu a toda crítica que visar a defesa da antiga concepção naturalista da economia,

21. *Princípios de Sociologia*, México, 1942, p. 291 e segs.

22. Albert Salomon: *German Sociology*, in op. cit., p. 603.

23. *Teoria do Espírito Objetivo 1928*; resenhada por C. Jesinghans, in *La Cultura Moderna*, Univ. Nac. de la Plata, 1943, p. 89-106.

24. Gottfried Salomon: artigo in *Encyclopedia of Social Sciences*, vol. XI, p. 83-84.

25. *Le Salaire, L'Evolution Social et la Monnaie*, 3 vols., Paris, 1932. Veja-se especialmente o post-fácio do terceiro volume.

por meio dos recentes resultados da investigação sociológica. Simiand recusa validade às críticas “evolutivas”, segundo as quais a correlação dos diversos fatores sociais (econômico, político, religioso, etc.), se apresenta de maneira diferente, conforme se considerem povos não-naturais, em que os fatos sociais se entrelaçam de tal forma que constituem verdadeiros “fatos totais”, ou os povos históricos de organização social diferente. A evidência, responde Simiand, é que de fato não se pode provar conexão histórica e a continuidade das experiências desses diversos tipos de sociedade. A objeção, ao contrário, dá inesperadamente uma força nova ao critério de isolar os fatores sociais de acordo com os casos concretos, isto é, tal como se manifestam os sistemas sociais estudados.

Relativamente às conexões dos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, entretanto, como mostrara A. Cuvillier, Marx antecipou-se em *O Capital* às investigações de “Max Weber sobre as afinidades da Reforma e do espírito protestante com o desenvolvimento do capitalismo”. Oito anos antes, todavia, no presente livro, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema. Marx procura explicar o entesouramento pela mentalidade desenvolvida com o protestantismo. Por isso, aponta os seguintes atributos no entesourador: ascetismo, reforçado pelo trabalho árduo; zelo religioso, sendo “eminentemente protestante de sua religião, e ainda mais, puritano”; e desprezo pelos gozos temporais e transitórios em troca da felicidade eterna da vida celeste.

Estas notas, que podiam ser estendidas com a análise da contribuição dos marxistas — especialmente dos bolchevistas — ao estudo da teoria do Estado, das revoluções sociais, das técnicas sociais, etc., dão uma idéia em conjunto do papel de Marx na história das ciências sociais e da importância deste livro em sua obra. Elas seriam incompletas, entretanto, se não contivessem os meus agradecimentos aos editores, que dispensaram ao tradutor uma assistência técnica eficiente, ajudando-o inclusive na comparação com os textos de edições diferentes de *Crítica da Economia Política*. A essa assistência deve-se a supressão de muitas lacunas, que seriam inevitáveis com o uso de uma das edições apenas, e grande parte das prováveis qualidades desta tradução.

## Lênin e o socialismo\*

Pode-se avaliar a importância de Lênin para o socialismo moderno de vários ângulos. O que tem sido mais focalizado é o teórico. Depois de K. Marx e F. Engels coube a Lênin o papel mais importante na sistematização teórica do marxismo a partir de uma posição revolucionária exigente, firme, flexível em sua forma (em política revolucionária as fórmulas só possuem valor se correspondem ao concreto, às possibilidades reais de um avanço, da conquista de uma vitória, da consolidação e aproveitamento inteligente desse ponto de partida, etc.), mas inflexível em seus conteúdos (a política revolucionária obedece a princípios fundamentais, em torno dos quais não há transigência possível). O que tem chamado maior atenção é o ângulo prático. Lênin foi um ativista exemplar e um dos poucos grandes estrategistas políticos do marxismo.

Se se combinam estas duas perspectivas, que permitem aprehender precisamente o papel de Lênin na reelaboração do socialismo, descobre-se quais eram as razões de seu aparente dogmatismo. Ele sabia que a revolução é um processo político de origem social e de natureza histórica: ela só se realiza dadas certas condições (os de cima já não podem comandar, os de baixo se recusam a obedecer, etc.), o que, sob o capitalismo, queria dizer que a revolução constitui o aspecto mais complexo e criativo da luta de classes. Esta se torna revolução quando as classes proletárias conquistam a possibilidade de tomar o poder, de implantar uma nova forma política de democracia (a ditadura do proletariado) e de iniciar o desenvolvimento da economia capitalista, da dominação de classe e do Estado burguês. Imprimir à revolução caráter socialista vinha a ser a tarefa mais importante do proletariado. Os partidos operários tinham de trabalhar nessa direção, dissociando o movimento proletário do reformismo, da

\* Publicado no jornal *Voz da Unidade*, 21/01/1984

conciliação de classes e das meias medidas e promovendo eficazmente a socialização política socialista da classe operária.

O que Lênin repelia eram o oportunismo e o esquerdismo. Nunca poupou aqueles que voltavam às fórmulas do socialismo utópico e lançavam aos operários bandeiras tímidas, em sua substância traidora da situação de interesses dos trabalhadores e dos alvos cruciais da luta de classes para o proletariado, como se se pudesse separar o capital da exploração da mais-valia, da dominação de classe e da alienação social, política e moral das classes trabalhadoras. O oportunismo é uma mercadoria e, ao mesmo tempo, uma arma política da burguesia. Ele pode grassar destrutivamente no movimento socialista, através dos sindicatos, dos partidos e das organizações operárias. Combatê-lo sem concessões vem a ser a pedra de toque do marxismo revolucionário. *Que Fazer?* localiza essa exigência: ela se configura a partir do momento em que a classe operária pode contar com um partido próprio, independente, e colocar-se a questão da luta política e da conquista do poder.

Integralmente revolucionário, Lênin se opunha tenazmente aos que exageravam as condições concretas da história, simplificavam a luta de classes e viam a conquista do poder de maneira leviana (ou como faziam os anarquistas, subestimavam a necessidade da conquista do poder e da exigência do Estado proletário durante um período de transição). O esquerdismo constituía, para ele, uma oscilação mórbida do movimento socialista, uma tendência a partir do objetivo final e de supor que sempre se dispõe de todos os meios necessários para atingir quaisquer fins, como se a imaginação revolucionária, a audácia no uso da violência política e a própria revolução sempre estivessem sintonizadas automaticamente. A condenação do esquerdismo como “moléstia infantil” aparece em vários escritos, por causa de divergências de princípio e estratégicas com os anarquistas e de divergências táticas com companheiros e partidos revolucionários da extrema esquerda. Ela atinge o ápice depois da revolução de outubro, devido à necessidade de resguardar uma vitória ainda ameaçada de aventuras políticas praticamente insustentáveis (vide especialmente *A Doença Infantil do Comunismo, o Esquerdismo*).

O que se nota nessa posição obstinada, que impelia Lênin à ruptura com o centro e a direita da social democracia, com o grosso dos sindicalistas e mesmo com alguns companheiros de fileira e a atritos sérios com os anarquistas e, mais tarde, com os comunistas de extrema-esquerda?

Em primeiro lugar, é patente a congruência de Lênin aos princípios revolucionários sustentados na prática por K. Marx. Não se trata de uma fidelidade à letra morta ou aos princípios vivos; trata-se de uma fidelidade ao modo de ser do homem revolucionário ao longo de sua vida. Marx enfrentou repetidamente situações nas quais se viu obrigado a repudiar reiterada e duramente tanto o oportunismo quanto o extremismo infantil. Por isso essa evidência tem importância histórica: o que está em jogo é o que significa o comunismo para o agente humano que o coloca em prática com a maior pureza e firmeza, ainda que sabendo que a realidade não nasce da cabeça dos homens e que existem situações nas quais as transigências se impõem sem prejuízo — ao contrário, com vantagem — da vitória da revolução. Portanto, o paralelo permite evocar o lado humano do socialismo e do comunismo revolucionários. Ou seja, quais são os mínimos e onde está o divisor de águas que separa o socialista e o comunista coerentes dos outros. Em segundo lugar, é preciso situar Lênin na Rússia e no momento internacional contemporâneo. Se ele fosse uma mera repetição de Marx, a história perderia uma de suas figuras exponenciais. A militância na social-democracia, a participação no movimento socialista mundial, o conhecimento de todas as tendências do socialismo na Europa e em outras partes do mundo levaram Lênin a uma equação diferencial do problema dos meios para a conquista do poder. Há uma terrível ignorância (para não dizer uma ridícula mitologia) sobre a concepção de K. Marx e F. Engels do partido revolucionário. Eles não só se preocupam teoricamente pelo assunto; serviram, pelo menos durante a revolução de 1848-1849, a um partido desses e refletiram sobre sua organização, programa e funções políticas. Lênin não só retoma essa reflexão em condições similares (como o proletariado alemão, o proletariado russo dependia de uma organização partidária forte para compensar suas deficiências como e enquanto classe social), ele a leva às últimas consequências. O socialismo só pode propagar-se e ser plenamente absorvido pelas classes trabalhadoras sob a atividade de um partido revolucionário capaz de reforçar as potencialidades de rebelião da classe operária e de lançá-la, nas menores oportunidades históricas, à luta política. Em consequência, oportunismo e extremismo infantil se viam banidos pela própria dinâmica intrínseca do partido revolucionário, o qual devia dispor de mecanismos democráticos de centralização e de controle das decisões que impedissem oscilações perturbadoras e improdutivas na luta de classes, em qualquer uma de suas fases (e, principalmente, depois da conquista do poder).

Pode parecer que limitei de modo exagerado o âmbito da discussão. Não posso negá-lo, pois o fiz deliberadamente. O leitor precisa ver com os seus olhos a importância de Lênin no cenário político contemporâneo. Para ele, o socialismo não constituía um meio de acomodação “vantajoso” das classes trabalhadoras ao capitalismo, era um meio de ganhar vantagens relativas na luta política, de chegar a vitórias parciais e à conquista do poder e, nesse patamar, revolucionar o Estado para servir à dominação do proletariado e, mais tarde, extingui-lo (vide especialmente *O Estado e a Revolução*). A ótica comunista se concentrava nas tarefas políticas do proletariado. O grau de desenvolvimento do capitalismo, de maturidade do proletariado e de potencialidade revolucionária de uma situação histórica decisiva é que determina, objetivamente, táticas e estratégias a serem utilizadas. O partido surgia como uma alavanca do movimento operário, da insurgência das classes trabalhadoras. O alfa e o ômega da revolução (como de qualquer outro objetivo político) estavam na classe trabalhadora e na sua capacidade de usar corretamente o seu partido revolucionário. O socialismo nunca cairá do céu como uma dádiva humanitária das classes burguesas ou como um rebento do progresso. Ele exige uma luta dura, organizada e prolongada. Por sua vez, o advento do comunismo, o verdadeiro alvo da revolução proletária — mas situado em um futuro mais ou menos longínquo — depende da continuidade da revolução, da capacidade da classe trabalhadora construir um novo Estado e, através da própria dominação, gerar as condições efetivas da liberdade igualitária.

A defesa da revolução proletária delinea-se, assim, como uma tarefa essencial da classe trabalhadora e do partido revolucionário (embora este, por sua vez, também esteja condenado à extinção, juntamente com todo o aparato do Estado democrático do proletariado). Defender a revolução proletária confunde-se, em um momento, com a luta pela emancipação da classe trabalhadora; em outro, surge como um avanço possível onde a burguesia ainda é suficientemente forte para ocupar posições estratégicas na estrutura do poder, mas já bastante débil para impor o monopolismo burguês no controle do Estado; em outro momento, ela se apresenta como luta direta pela conquista do poder e o comando da sociedade; em outro, enfim, ela aparece à luz do produto final, como associação livre de produtores iguais. Essa primazia da revolução não nasce de uma mania ou de um dogmatismo; ela faz parte da ótica comunista da luta de classes e do significado que, dentro dela, deve ter o socialismo. Passada a fase da emergência da classe e de sua consolidação, as reivindicações so-

cialistas de teor reformista, pelas quais o proletariado aprofunda a sua presença e dinamiza suas influências na ordem econômica, social e política da sociedade burguesa, cedem lugar à luta incessante pela transformação revolucionária da sociedade — até que desapareça o capital, o trabalho como mercadoria, a classe e a dominação de classe, a sociedade civil e o Estado.

Dizem que só se pode saborear o pudim comendo-o. Também só se pode avaliar a congruência revolucionária de Lênin nas difíceis situações que cercaram a Revolução Russa — a chamada Revolução de Outubro ou Revolução Bolchevique. Ele viu com clareza, ainda no exterior, os rumos da Revolução Bolchevique. Ele viu com clareza, ainda no exterior, os rumos da revolução e o que o Partido tinha de fazer quanto às palavras de ordem, à sua reorganização e às suas atividades políticas para converter-se na força revolucionária predominante; ele combateu com coragem e com tenacidade as hesitações, as concessões e as contradições dos companheiros; ele foi intransigente no posicionamento do Partido diante da luta de classes, impedindo que fórmulas falsas, de interesse burguês, confundissem os objetivos da revolução proletária. “Todo o poder aos soviets” — não à Assembléia Constituinte e aos partidos da Revolução de Fevereiro. As mesmas características vão marcar a orientação de Lênin na construção do primeiro Estado proletário e na implantação das condições para o desenvolvimento do socialismo na União Soviética. Um historiador francês (Gerard Walter) emprega a fórmula “leninismo, estado supremo do marxismo”, em uma biografia inteligente e bem documentada. Essa fórmula é exagerada e não seria endossada pelo próprio Lênin, que sabia dar a Marx o que era de Marx e a Engels o que era de Engels. No entanto, ela sacode a imaginação. A viabilidade histórica do marxismo ganhou outra dimensão graças a Lênin e hoje ninguém contesta o conceito sintético marxismo-leninismo. Lênin não só retranscreveu politicamente o marxismo, objetivando-o como prática revolucionária vitoriosa, ele abriu uma nova tradição: com a classe trabalhadora no poder, o que passa a ser o grande alvo é o comunismo. Embora sem realizar ainda totalmente as condições do socialismo, o que se abre para a frente, como exigência revolucionária, é a instauração da sociedade comunista, para a qual caminha a humanidade.

## Apresentação de *Que Fazer?*\*

A publicação de *Que Fazer?* no Brasil constitui um acontecimento de grande significação política, malgrado as presentes condições nas quais vivemos e a debilidade crônica do nosso movimento socialista. Está fora de dúvida que essa não é a maior obra de Lênin. Contudo, ela caracteriza o momento no qual o leninismo se revela em seus componentes essenciais: em nove anos de experiência, de lutas constantes, de perseguições e de enorme fermentação criadora, um jovem “publicista” da ala esquerda da social-democracia russa punha-se à frente da vanguarda teórica desse partido. Apenas nove anos? O que se pode realizar quando a história se move para a frente e o pensamento revolucionário é exposto a todas as tensões de forças contrárias, da mais odiosa opressão de um regime autocrático cruel e de sua terrível repressão policial às inquietações da *intelligentsia*, dos estudantes, dos radicais de uma burguesia impotente e, em particular, das pressões crescentes das massas populares do campo e da cidade! Em suma, quando o pensamento revolucionário aceita suas tarefas, enfrenta-as com tenacidade, esclarecimento e coragem, procurando sempre avançar, relacionando meios e fins que podem transformar a “oportunidade histórica” em história real.

Haveria muito que debater sobre este pequeno livro e seu significado no movimento socialista revolucionário. Não obstante, seria fora de propósito ornamentar *Que Fazer?* com qualquer pretensão comentário erudito. Os seus leitores podem ressentir-se da precisão de Marx, por exemplo, nos comentários rigorosos à *Crítica do Programa de Gotha*. No entanto, *Que Fazer?* introduz no marxismo uma nova dimensão política. Na verdade, ele é uma resultante de um acidentado, heróico e construtivo labor coletivo: o que várias tendências do populismo, do radicalismo e do socialismo criaram na Rússia dos meados do século XIX até sua última década. Uma experiên-

\* Apresentação de livro *Que Fazer?*. São Paulo, Hucitec, 19-20 de março de 1978.

cia filtrada por Lênin e amadurecida por sua penetrante acuidade à contribuição do movimento socialista europeu, especialmente na Alemanha, França e Inglaterra. Não se pode ignorar figuras como Plekhanov, Axelrod e Zasulich (além de outros companheiros do *Iskra* e da ala esquerda do POSDR), cuja produção teórica e visão dos problemas práticos do marxismo na Rússia alimentaram a aprendizagem e os primeiros tirocínios de Lênin. Todavia, ele os suplanta com uma rapidez incrível. *Que Fazer?* marca uma nova etapa, que deixa tudo para trás. De sua edição em diante, a Rússia não seria o cenário da transmutação pura e simples do marxismo em movimento revolucionário triunfante. Nascia o marxismo-leninismo como teoria revolucionária e como prática revolucionária organizada. A própria Europa ficava para trás, apesar da importância da II Internacional e dos seus grandes teóricos e da densidade do movimento operário europeu.

Neste breve comentário, gostaria de concentrar-me em três questões mais importantes para os leitores brasileiros no momento atual. A primeira diz respeito ao próprio Lênin: por que ele já estava politicamente qualificado para escrever uma obra tão simples mas de conseqüências tão profundas e permanentes? A segunda impõe-se como decorrência: o que representa a concepção do marxismo que *Que Fazer?* propõe? A terceira vincula-se ao aqui e agora: o que um livro como este testemunha quanto à nossa própria imaturidade e impotência políticas no Brasil e na América Latina?

Quanto ao primeiro tema, se Lênin era um “cérebro político” privilegiado (descrito por Trótski como o único estrategista da Revolução Bolchevique), ele também recebe uma herança política privilegiada e viveu em um momento histórico privilegiado. Não penso em simplificar as coisas para chegar a uma redução determinista do papel do herói na história. Isto seria indigno de qualquer comentário mais ou menos lúcido do significado de *Que Fazer?*; e, em particular, entraria em conflito com o modo pelo qual Lênin se via como um “publicista de partido”. Um livro escrito entre o outono de 1901 e fevereiro de 1902, publicado em março de 1902 — mas que se propunha os problemas centrais da teoria e da prática revolucionárias na Rússia e na Europa —, transcende a uma datação localizada. Ele responde a muitas questões contraditórias e a grandeza criadora de Lênin aparece na propriedade das perguntas que formula e na qualidade das respostas (ou das soluções) que apresenta (numa linguagem que é sempre

simples, direta, embora marcadamente irônica e mordaz: Lênin não se propunha uma “leitura” de Marx — o que ele queria era descobrir os meios mais eficazes de converter uma revolução potencial, bastante forte para deixar a vanguarda teórica deslocada pelas exigências e alguns avanços das massas populares, no ponto de partida da desagregação do regime czarista e de uma revolução permanente na qual o marxismo se impusesse como uma cunha irremovível, capaz de suplantar o liberalismo e o radicalismo burgueses, o populismo, o socialismo moderado ou reformista, o terrorismo etc., e de gerar uma revolução proletária vitoriosa). Quantos revolucionários afirmaram (ou afirmam) que precisam sonhar e exigem a liberdade de sonhar? O importante é que o sonho não estava longe da realidade. Ao contrário, respondia diretamente ao que era preciso fazer para se passar de um “sonho” à sua concretização. Ora, aí temos uma complexa situação histórica. A simplificação e o reducionismo determinista existiriam se se ignorasse a convergência de várias condições e de diversos fatores, imediatos ou remotos, e a função catalizadora de uma personalidade invulgar.

Ao iniciar a redação desse livro, Lênin já era uma figura de relevo no marxismo russo. Ainda não rompera com os principais teóricos contemporâneos e mal começara a experimentar suas limitações no campo da ação revolucionária. De outro lado, através da II Internacional, de sua participação interna e externa na reelaboração da teoria socialista e na crítica do reformismo ou do oportunismo, infundira à sua própria posição uma intransigência marcante, um radicalismo maduro e um espírito prático a toda prova. Não era um “publicista”, apenas, era um político experiente e um revolucionário que sonhava com a revolução procurando como engravá-la no seio de um regime odiado e destrutivo. Como ativista, já tinha demonstrado seu potencial como agitador e sua firmeza diante da repressão (uma repressão desconhecida na Europa, mesmo nas piores circunstâncias). Como teórico, já havia comprovado que ultrapassara o período da aprendizagem: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (publicado em 1899) dissocia a teoria da análise, mas atesta, por si mesmo, o quanto Lênin dominava as doutrinas econômicas de Marx e o quanto, por sua vez, era capaz de interpretar segundo critérios marxistas rigorosos uma realidade histórica diferente, de modo original, independente e construtivo. Na verdade, ele irradiara o seu talento crítico na direção dos múltiplos temas do debate político socialista, imperante dentro da Rússia, e evidenciara um avanço teórico relativo comparável ao nível que prevalecia no exterior,

no movimento socialista mundial. No sentido em que os franceses usam a expressão, ele era uma “personalidade política” reconhecida e impunha-se como uma influência pessoal com a qual se devia contar — e que deveria crescer. A criação da revista *Iskra*, destinada à discussão política e científica, e do jornal operário *Zária*, que se voltava para toda a Rússia, sugere que essa personalidade marcante encontrara um quadro histórico e outros companheiros — em suma, que o movimento socialista na Rússia, apesar das aparências, estava saltando acima do movimento socialista na Europa, especialmente na esfera da ação política direta, de levar a revolução socialista do plano das idéias e das aspirações para o plano prático.

As reflexões contidas em *Que Fazer?* correspondem às “exigências da situação histórica”, não eram fruto de uma especulação “genial” e tampouco uma ousadia “isolada”. Lênin abordara antes os mesmos temas, em especial ao elaborar uma versão do programa da social-democracia russa, ao redigir o projeto de declaração do *Iskra* e do *Zária*, e de maneira mais concentrada no artigo “Por onde começar?” (de maio de 1901). Naquele projeto já se colocara contra “o praticismo estreito”, a dispersão e o caráter artesanal do movimento socialista, batendo-se por uma forma superior mais unificada e melhor organizada da luta política. No artigo, por sua vez, antecipa a substância do livro. Pretende um sistema e um plano de atividade prática, o que o coloca contra o economismo (o sindicalismo reformista estreito), que desemboca na impotência política, e contra o terror, que não condena em princípio, mas caracteriza como “uma arma inoportuna, inoperante, que afasta os combatentes mais ativos de sua verdadeira tarefa” e que “desorganiza não as forças governamentais, mas as forças revolucionárias”. Temos aí toda uma equação política revolucionária que não foi inventada por Lênin. Ela nascia de uma situação histórica “madura”, na qual os problemas de agitação, propaganda e organização impunham a reestruturação do movimento socialista. O fato de Lênin defrontar-se sem nenhuma timidez com essa equação e soltar suas pontas, decifrando o caminho a seguir, diz por si mesmo o quanto ele era a personalidade para desempenhar tal papel. Um “produto da história” que era, também, um fator humano de sua transformação.

Quanto ao segundo tema, está na moda uma visão crítica negativista do “leninismo”. O leitor verá que uma boa parte desse ataque grosseiro (como certa parte das condenações refinadas), eclodiu contemporaneamente: *Que Fazer?* aparece como uma necessidade de desvencilhar o

socialismo revolucionário desse terrível cipoal, continuamente reconstruído por tantas forças contraditórias. Não pretendo travar um combate de cavaleiro andante contra a falta de imaginação. Contudo, convém que o leitor fique atento e compare: como Lênin ridiculariza seus críticos (e os críticos do marxismo) e como ele refuta ou afasta tantas suspeitas com referência à “profissionalização” da atividade revolucionária e à organização do movimento socialista revolucionário. De um lado, temos forças contra-revolucionárias ou conservadoras não só organizadas econômica e socialmente — contando também com a centralização política, proveniente da existência e do controle do Estado. De outro, a “antiordem” desordenada, fiel a fórmulas ideais e abstratas que não são bastante fortes, por si mesmas, para levar de vencida o czarismo. Se avançarmos diretamente na linha profunda do pensamento de Lênin: ele propõe nada mais nada menos que a alternativa do antiestado, a organização de um Estado dentro de outro Estado, ou seja, a organização da revolução. De um golpe, ele supera as várias soluções do radicalismo burguês e do socialismo reformista e os imponderáveis do terrorismo. Para muitos, aí não haveria novidade. A novidade estaria apenas na russificação do marxismo, na “bolchevização”, que eliminaria do marxismo a sua vinculação espontânea com as massas e seu teor democrático. Ora, chegar a essas conclusões por efeito da propaganda conservadora e contra-revolucionária é explicável. Mantê-las, depois de ler *Que Fazer?*, significa uma obliteração da razão socialista (se esta existe, de fato). O que Lênin faz com o marxismo só pode ser definido de uma maneira: ele converte o marxismo em processo revolucionário real. Se o faz tendo em vista as condições políticas do czarismo e da sociedade russa, disso ele não se poderia livrar.

Portanto, Lênin inaugura uma concepção do marxismo: a que rompe frontalmente com o elemento burguês em todos os sentidos, ainda dentro e contra a sociedade capitalista. Os grandes teóricos do socialismo revolucionário europeu esperavam a vitória da revolução para extirpar a condição burguesa que impregnava todos os revolucionários, dos militantes de base ao topo da vanguarda, o que significa que a massa de seguidores poderia oscilar livremente, das opções socialistas às opções democrático-burguesas. O combate aos “métodos artesanais” significa acabar com isso na medida do possível. O que fica de “entranhadamente burguês” em um militante submetido a um treinamento profissional e para atuar clandestinamente? Depois que um partido revolucionário aceita tal evolução, ele tem condições para dar uma volta atrás, procedendo como os socialistas

alemães, franceses ou ingleses, que traíram o socialismo para não traírem seus governos nacionais? De outro lado, um partido revolucionário que organiza a revolução deixa de vincular-se à oscilação das massas populares, de aproveitar produtivamente sua espontaneidade? Ele perde, por isso, seu caráter democrático? De onde vem a estrutura revolucionária e democrática de um partido socialista e da revolução socialista: da ordem que ambos combatem e devem destruir ou dos princípios fundamentais do socialismo? Por aí se verifica que Lênin converteu o marxismo em uma realidade política antes mesmo que o regime czarista se desagregasse e ocorresse a revolução proletária. Os que se apegaram demais às condições “democráticas” da ordem existente e pretendiam avançar suavemente, cultivando o oportunismo, o reformismo, o gradualismo, o obreirismo, o populismo ou, no outro extremo, a violência episódica sem uma estrutura e continuidade políticas, não podiam entender a sua linguagem. Parecia-lhes que a passagem para o socialismo perdia, desse modo, todo o encanto pequeno-burguês e toda a atração heróica. Uma revolução que se organiza politicamente, que centraliza suas forças, surge, como um antiestado, sob a aparência de uma “militarização”, de um despotismo dissimulado sob o centralismo democrático.

Essa “leitura” de Lênin é a de todos os que se identificam com o socialismo como uma fonte de compensação psicológica ou moral. Depois que a burguesia se converteu em classe dominante reacionária ou contra-revolucionária, na Europa e nos Estados Unidos, que utilizou exemplarmente o que Engels descreveu como o “terrorismo burguês”, não existia outro caminho para chegar não “ao poder”, mas à construção de uma sociedade socialista. O que dizer da Rússia? Lênin aponta com sagacidade as diferenças: o que um regime ultra-opressivo deixa como espaço político “democrático” para as reivindicações do povo, das classes trabalhadoras, dos movimentos radical-democráticos ou socialistas. Um espaço zero. O teórico socialista defronta-se com a necessidade de partir desse espaço zero: criar a revolução a partir de dentro da contra-revolução. Ou seja, o combate organizado à contra-revolução institucionalizada e estabilizada politicamente deve ser, desde o início, um processo revolucionário. Daí as frases deste livro: “Sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”; “toda a vida política é uma cadeia sem-fim composta de um número infinito de elos”; “é preciso sonhar”, etc. A contraparte dessas frases famosas: sem organização não se mede a força de um movimento revolucionário e sem movimento revolucionário não se testa a teoria

revolucionária. Lênin completa o marxismo. Introduce a dialética na esfera da ação política direta e do movimento de massas pelo socialismo.

Quanto ao terceiro ponto, *Que Fazer?* é um divisor de águas. Escrito e publicado no alvorecer do século XX, ele sintetiza os avanços do socialismo e do marxismo na Rússia do século anterior e assinala as promessas revolucionárias realmente fundadas. O livro todo constitui uma polêmica com o passado, com os contemporâneos, com os que se voltavam para a construção de uma Rússia democrática ou socialista. Onde se escreve um livro como este, no momento em que um livro como este pode ser publicado, a partir do combate ou da aceitação das idéias contidas em um livro como este, pode-se constatar a existência de um movimento revolucionário denso, inquieto, maduro e indomável. A vitalidade do movimento socialista não nasce de si mesma, apenas, nasce da sociedade em que se constitui e na qual se expande. O requisito histórico e o patamar de um movimento dessa envergadura é a existência de uma sociedade que caminha inexoravelmente, pelas pressões de baixo para cima, pela insatisfação das massas e pelo inconformismo das classes trabalhadoras, na direção da desagregação da ordem existente e da revolução social. Nesses quadros históricos há um socialismo potencial (diria, mesmo, um socialismo revolucionário potencial). O marxismo como teoria e como práxis pode ser facilmente irradiado nas várias direções da sociedade: as tarefas dos militantes, dos “teóricos” e “publicistas” nem por isso é mais fácil. Porque essa potencialidade traz consigo uma repressão feroz, uma autodefesa cega e impiedosa. Contudo, a violência institucional da contra-revolução não consolida a si própria. Ela fortalece as forças antagônicas, os inimigos da opressão e da contra-revolução: ou seja, em um primeiro momento, a revolução democrática de base popular; em um momento seguinte, o controle do Estado pelas forças da revolução democrática e a transição para o socialismo. Em resumo, se não existissem peixes nos rios e no mar seria impossível pescar. O movimento socialista exige um mínimo de condições “objetivas” e “subjetivas” (e o mesmo se pode dizer da revolução socialista).

Dadas certas dessas condições, o que depende dos próprios socialistas para o que seu movimento se consolide, se irradie e, através das massas populares e das classes trabalhadoras, se converta em força política revolucionária? Excluindo-se Cuba e sua experiência, a América Latina foi o paraíso da contra-revolução (da contra-revolução mais elementar e odiosa: a que impede até a implantação de uma democracia-burguesa

autêntica). Hoje, mais do que nunca, ela continua a ser o paraíso da contra-revolução, só que, agora, conjugando o “terrorismo burguês interno” com o “terrorismo burguês externo”. Os partidos que deveriam ser revolucionários (anarquistas, socialistas ou comunistas) devotaram-se à causa da consolidação da ordem, na esperança de que, dado o primeiro passo democrático, ter-se-ia uma situação histórica distinta. Em suma, bateram-se pela democracia-burguesa, como se fossem os campeões da liberdade. Trata-se de uma avaliação dura? Quanto tempo as burguesias nacionais ter-se-iam agüentado no poder se fossem atacadas de modo direto, organizado e eficiente? Ou estamos sujeitos a uma “fatalidade histórica”, que prolonga o período colonial e a tirania colonizadora depois da independência e da expansão do Estado nacional? O diagnóstico correto, embora terrível para todos nós, é que nunca fizemos o que deveríamos ter feito. Os “revolucionários” quiseram manter seus privilégios ou os seus meios-privilégios, sintonizando-se com as elites no poder e com as classes dominantes. Formaram a sua ala radical, sempre pronta a esclarecer os donos do poder sobre o que certas reformas implicariam, para evitar uma aceleração da desagregação da ordem e os seus efeitos imprevisíveis... Não estou inventando. Voltamos as costas à organização da revolução e auxiliamos a contra-revolução, uns mais, outros menos, uns conscientemente, outros sem ter consciência disso. E a “massa” da esquerda tem os olhos fitos no desfrute das vantagens do status de classe média. O que ameaça esse status entra em conflito com o socialismo democrático...

Todas essas reflexões pungentes precisam ser feitas e refeitas. *Que Fazer?* desvenda essa realidade incômoda. Não fomos fascinados pelo “espontaneísmo” das massas: estas exerceram pouca atração sobre o pensamento político propriamente revolucionário, sempre preso a fórmulas importadas de fora, com frequência fórmulas com alta infecção burguesa (para usar outra expressão de Lênin). Fomos paralisados pela idéia do gradualismo democrático-burguês e pelo poder de coação da ordem. O que quer dizer que, na era da polivalência no “campo socialista”, ainda não sabemos quais são os caminhos que nos levarão: à desagregação do nosso capitalismo selvagem e a soluções socialistas apropriadas à presente situação histórica. Um atraso monumental. O que Lênin fez, por exemplo, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* só tentamos no plano da erudição. Por conseguinte, fora de Cuba não se criou um pensamento socialista revolucionário original. A principal tarefa teórica foi negligenciada até hoje, porque líderes, vanguardas e partidos da esquerda ou vivem a

sua integridade socialista com extremo purismo ascético — e bem longe da atividade prática concreta — ou se concentram no “economismo” e, pior que isso, em táticas imediatistas, de composição dentro da ordem, como se o socialismo pudesse ser o último estágio, a quinta-essência da “democracia” burguesa. O reformismo pequeno-burguês como estilo de prática política. Ora, tudo isso está ocorrendo numa época em que a transição para o socialismo ficou mais difícil. Depois das grandes revoluções — da Rússia, da China, do Vietnã, da Iugoslávia e de Cuba — o cerco capitalista ao socialismo se aperta a partir de dentro e a partir de fora. A contra-revolução deixa de ser o produto de uma autocracia secular: a autocracia é organizada deliberadamente, como a barreira, o bastião de defesa e a base política de contra-ataque militar e policial do chamado “capitalismo tardio”. De outro lado, essa contra-revolução corrompe tudo, pelos meios de educação, comunicação de massa, consumo de massa, cooptação etc. Depois de 76 anos, *Que Fazer?* continua válido. Todavia, a teoria revolucionária e a organização do movimento revolucionário precisam ser adaptadas a uma situação política muito diversa. Os que esperam que o “campo socialista” resolverá todos os problemas e dificuldades cometem um equívoco. A cooperação e o auxílio efetivo só poderão amparar os movimentos revolucionários viáveis, que comprovarem sua vitalidade e a sua eficácia. Em outras palavras, é urgente superar a nossa circularidade e a nossa fraqueza inventiva. Os que são socialistas precisam devotar-se à tarefa de construir a teoria revolucionária exigida pela situação atual da América Latina.

Estas ponderações podem parecer exageradas. A partir do Brasil? O país que ficou no maior atraso dentro do movimento sindical, socialista e revolucionário na América Latina? Na época em que Lênin escreveu e publicou *Que Fazer?*, quem pensaria que a Rússia, e não alguma nação avançada da Europa, se colocaria na vanguarda da história? Não penso que poderemos “queimar etapas”. O avanço real só pode ser conquistado graças e através das massas populares e das classes trabalhadoras. A nossa tarefa urgente consiste em propagar o socialismo revolucionário nesses setores da sociedade e, com o amadurecimento da sua experiência política, tentar-se o equacionamento de “por onde começar?” Nem uma coisa nem outra será possível se se mantiver a tática “economista”, o falso obreirismo e o populismo das classes dominantes, a submissão a burguesias pró-imperialistas e entranhadamente antidemocráticas e contra-revolucionárias. Parece claro que voltamos, no momento que

corre, a erros crônicos do passado, lançando as forças vivas de uma revolução democrática na maior confusão, abandono e impotência. Oitenta e nove anos de “regime republicano” já nos ensinaram o bastante. Não serão as classes possuidoras, especialmente os seus setores privilegiados nacionais e estrangeiros, que irão favorecer e levar a cabo a revolução democrática. E esta não pode ser pensada, por um socialista, como um desdobramento de etapas. Onde as massas populares e as classes trabalhadoras se afirmam como as únicas alavancas da revolução democrática, esta só poderá conter uma transição burguesa extremamente curta. Cabe aos socialistas dinamizar a “revolução dentro da revolução”. Hoje, mais que no passado, a civilização de consumo de massas constitui um ópio do povo. As massas populares e as classes trabalhadoras só podem ser educadas para o socialismo através de um forte movimento socialista, dentro do qual elas forneçam as bases, os quadros e as vanguardas, e através do qual elas disputem o poder das classes dominantes, deslocando-as do controle do Estado e do sistema de opressão institucional “democrático”. O que assinala que, se os caminhos são diversos, várias lições de *Que Fazer?* preservam toda a atualidade, sob a condição de que a opção pelo socialismo seja tomada para valer.

## Prefácio a O Estado e a Revolução\*

O *Estado e a Revolução*, uma obra capital dentro do marxismo, não é, entretanto, a “obra mais importante” de Lênin. O livro foi escrito no clímax de sua vida intelectual e política. E é deveras interessante por causa disso. O que escreve um ativista e pensador político do seu porte no momento mesmo em que se lançava, ardorosamente, à frente de um movimento revolucionário que iria abalar tanto a Rússia quanto o mundo em que vivemos?

A localização na história torna-se vital. Lênin chegara a Petrogrado na noite de 3 para 4 de abril de 1917. E, para começar, divulga o resumo de suas *Teses*, as quais subverteram a posição do seu partido diante da revolução russa. Negando a viabilidade do controle revolucionário do poder pela burguesia, ele suscita o problema da transformação do partido, do papel do proletariado na revolução e da tomada do poder pelas classes trabalhadoras. Na verdade, um vulcão desabou sobre a Rússia com a sua chegada, vergando-a sob o peso do marxismo, resgatado em toda a sua pureza com força revolucionária. A primeira versão desse avanço está contida nas *Teses* e na forma mais elaborada que elas tomam na brochura *As Tarefas do Proletariado em nossa Revolução*.<sup>1</sup> A outra expressão entrelaçada do mesmo avanço é esta obra, escrita alguns meses depois e sob o impacto da mesma fermentação histórica. No auge das lutas políticas, Lênin vê-se compelido a proceder àquele resgate, libertando o marxismo de uma longa tradição oportunista, que ia diretamente de Lassalle a Bernstein, Kautski e Plekhanov, ou travando um combate teórico necessário com os anarquistas.

Por isso, este livro contém um cunho didático e polêmico. Em primeiro lugar, ele se volta para o restabelecimento da verdadeira dou-

\* Prefácio (escrito em 6/11/1978) ao livro de V. I. Lênin, publicado pela editora Hucitec.

1. Ver V. I. Lênin, *Oeuvres*, tomo 24 (abril-junho de 1917, pp. 9-16 e 47-84, respectivamente), Paris, Editions Sociales e Moscou, Editions du Progres, 1966.

trina de Marx e Engels sobre o Estado e o papel da ditadura do proletariado na revolução socialista. Como escreve, queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje. Era preciso ir direto à consciência das massas e converter o marxismo em uma força política real, revolucionária em sua forma, em suas conseqüências e em sua marcha para diante. Em segundo lugar, era preciso limpar o terreno. De um lado, afastando o centro da reflexão teórica e da atividade prática de qualquer concessão reformista. Quando se pode tomar o poder revolucionariamente não se deve ficar com um sucedâneo do poder revolucionário. De outro, demarcando os limites que separam teorias afins ou convergentes mas que são opostas entre si e se excluem na prática política. Quando se pode tomar o poder revolucionariamente impõe-se combater todas as confusões e todas as esperanças falsas. As utopias podem ser perigosas e a revolução proletária não pode entregar-se ao erro de fortalecer um inimigo encastelado por trás do poder do Estado capitalista.

Não é de estranhar-se que *O Estado e a Revolução* tenha preenchido sua função educativa, de esclarecer a consciência das massas populares e das classes trabalhadoras, e ao mesmo tempo tenha recebido uma multiforme campanha de difamações. Dentro do marxismo, os expoentes e os campeões do reformismo, do gradualismo e do oportunismo atacaram o livro sem piedade. O menos que disseram (e foi repetido como um realejo) é que Lênin falsificou os textos de Marx e Engels, que extraiu do marxismo a dialética, o fundamento progressista e o espírito democrático. Algo duro de entender e de engolir, quando se verifica o escrúpulo com que ele fica rente ao marxismo genuíno e o cuidado com que forra as suas interpretações. Cai, mesmo, no excesso de transcrições e até da repetição. Por acaso algumas das transcrições foram falsificadas? Ao repetir, com suas palavras, deformou algumas vez argumentos essenciais? Impossível provar: ele conhecia os textos de Marx e Engels de dentro para fora... Externamente ao marxismo, os ataques equilibrados procedem do anarquismo. Ele próprio revela um grande respeito pela doutrina anarquista do Estado e concentra-se nas insuficiências dessa doutrina, quando comparada, passo-a-passo, com as interpretações dos dois fundadores do socialismo revolucionário e do movimento comunista. Além disso, procura prevenir o delírio político, a confusão entre sonhos e realidades, os saltos impossíveis como o descarrilamento prematuro da revolução proletária. Os pensadores "liberais" e os vários representantes do conservantismo político

também atacaram a obra. Os seus ataques não nos devem comover — pois defendiam a sua bastilha e o seu pão de cada dia, dentro da lógica das coisas.

O que se impõe forçosamente à nossa atenção, nesta breve nota, é o significado didático do livro. Depois que as revoluções proletárias se alastraram e irromperam por todos os continentes, ele não perdeu o seu valor. Ao contrário, nunca mais apareceu alguém com a envergadura teórica de Lênin e tão capaz de ligar criadoramente a teoria com a prática política. É preciso, em conseqüência, que o leitor se ponha à altura do livro. Ele não é uma mera reprodução de idéias e de doutrinas. Nada haveria de mal se fosse. Ocorre que não é. Ao estabelecer, tão escrupulosamente, o que era central ao marxismo genuíno, ele também alarga e aprofunda a teoria marxista do Estado. Por que? Se não quisermos ficar nas representações de senso comum, porque a sistematização da teoria voltava-se para uma prática revolucionária concreta. Era preciso caracterizar bem o Estado que devia ser conquistado e, em seguida, transformado e destruído. Essa vinculação política define o giro leninista. O marxismo sai de suas mãos enriquecido: ele não poderia servir à revolução proletária sem estender e aprofundar as análises e as interpretações de Marx e Engels. Não há nenhum desabono em reconhecer esse fato. Os dois fundadores do marxismo tinham como ponto de referência maior a Comuna e o Estado burguês do capitalismo competitivo. Lênin experimentara o malogro de 1905 e contava com os marcos — ou o solo histórico — do poder dos soviets, ou seja, da organização do poder popular e das classes trabalhadoras na marcha da desagregação e da reconstrução da sociedade russa. Portanto, o seu élan inventivo possuía outra rotação, como parte intrínseca às revoluções proletárias do século XX.

Desse ângulo, Lênin não retoma, apenas, o que se poderia designar como as idéias fundamentais de Marx e Engels sobre o Estado capitalista, em suas diversas formas políticas, e a ditadura do proletariado. Se é verdade que ele não cria uma "nova teoria", realizando um salto sobre o pensamento básico que lhe serve de ponto de partida, é preciso reconhecer o que ele fez de original. Primeiro, no terreno da sistematização: cabe-lhe o mérito de ter codificado (ou sistematizado) as descobertas, conclusões e ensinamentos práticos de Marx, Engels e outros pensadores marxistas nessa área tão essencial para a explicação e a transformação da realidade. Ao sistematizar, ele saturou claros, superou lacunas e, principalmente, atualizou a teoria com que lidava, pondo-a em dia com as exigências do

século XX. Embora na discussão de textos apanhe como ponto de referência a Comuna, o capitalismo competitivo ou as formas políticas do Estado capitalista do século XIX, o pensamento político de Lênin opera a partir e contra o desafio do capitalismo da “era do imperialismo”. Segundo, graças a seu papel criador na esfera lógica da codificação (ou da sistematização) da teoria: teve de demarcar a importância relativa de certas concepções políticas no *corpus teórico* do marxismo. Atente-se, a este respeito, para a compreensão e a interpretação da conquista do poder pelo proletariado, do tipo de Estado resultante da ditadura do proletariado, das funções desse Estado de democracia de maioria (e do significado político dessa mesma democracia, destinada à superação e à destruição) e do definhamento do Estado mediante o desenvolvimento socialista e a implantação do comunismo. Dirão, alguns, que suas idéias são “lineares” e “simplistas”. Todavia, ele se ocupou da sistematização com vistas à ação revolucionária concreta. Não como “teórico de gabinete” e, muito menos, como o “cientista político” que cava um fosso entre a ciência e a revolução social. O que se deveria lamentar, no caso, não é a ausência de contribuições originais de importância, em vários pontos específicos, mas que a ocasião não lhe permitisse ir além de uma pedagogia política. De fato, foi uma pena que o texto de *O Estado e a Revolução* tivesse ficado tão afastado das análises concretas de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo, o caráter da revolução burguesa e as vias da conquista do poder pelo partido do proletariado na Rússia. Terceiro, no terreno puramente prático: nenhum estrategista político ou estadista chegou a cruzar tão bem as fronteiras mútuas entre teoria e prática e, o que é crucial, nenhum analista político encontrou na prática uma comprovação tão completa da teoria. *As Teses, As Tarefas do Proletariado em nossa Revolução*, o êxito do Partido Comunista na “Revolução de Outubro”, a vitória sobre a contra-revolução (incluindo-se nesta também o cerco impiedoso da *Entente*) e as previsões sobre os ziguezagues ou as dificuldades do desenvolvimento socialista ulterior comprovam o quanto é correta sua formulação final da teoria marxista do Estado e da revolução proletária. Em conjunto, este breve arrolamento sugere algo patente: o fogo de combate não impediu que *O Estado e a Revolução* viesse a contar seja na história intelectual das revoluções seja na história da construção de teoria nas ciências sociais. Os que não enxergam isso necessitam alterar sua ótica para ver a ação propriamente política como uma fonte de observação, análise e verificação de conhecimentos sobre processos políticos em determinadas condições históricas.

O outro lado essencial, que devemos contemplar nesta nota, refere-se às circunstâncias. Pode-se indagar: qual o interesse de tal livro, não obstante sua importância teórica e prática para o marxismo, onde a revolução proletária não se desencadeou ou foi congelada? Os epígonos da II Internacional já fizeram tantas “revisões” de Marx que até seria embaraçoso ignorar o assunto. Muito antes do aparecimento deste livro, Bernstein, por exemplo, demonstrara como o capitalismo dos trustes e das grandes organizações resolvia os problemas do proletariado. Em suma, o capitalismo maduro nada tem a ver com o capitalismo dos meados do século XIX. Um argumento que todos os oportunistas converteram em dogma de seu catecismo político (que eles proclamam socialistas, apesar de tudo!). Ora, esse revisionismo, apesar das críticas de Rosa Luxemburgo e outros, só tem crescido, como resposta reativa do cerco capitalista às revoluções proletárias e socialistas. Hoje, parece-lhes pacífico que, fora da transição gradual, não há socialismo democrático (sic!); e a maioria dos partidos socialistas já se contenta com a reforma do capitalismo, esquecendo a proclamação de Marx e Engels: “Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classes, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova”. Um texto de 1850! Por acaso, foi ultrapassado pela “solução da questão operária” no capitalismo maduro? Ou o socialismo revolucionário, como força histórica, estabelece exigências incompatíveis com a capacidade de luta dos socialistas reformistas e pseudo-democráticos? Desse ângulo, o livro, escrito sob a tensão da revolução social em processo, preserva toda a sua necessidade e utilidade. É evidente que mesmo as nações socialistas poderão encontrar nele ensinamentos para enfrentar os dilemas colocados pela construção do socialismo e pela despolitização do Estado.

Por fim, há uma ponderação marginal. Muitos poderão pensar que um livro como este só será necessário e útil quando existirem condições maduras para a tomada do poder revolucionário pelas classes trabalhadoras. Até lá, seria melhor manter o livro à distância das massas, dos quadros e das vanguardas do movimento socialista. No entanto, o que cria o que? São as classes trabalhadoras que criam as condições de uma revolução social ou, vice-versa, são estas que criam as classes trabalhadoras? Pensar dentro de tal esquema seria o mesmo que subjugar o movimento operário a uma ótica estreita, estanque e determinista, cega para a história produzida pelos homens. A revolução proletária não é como

uma fruta madura e não basta erguer a mão para apanhá-la. Esse raciocínio é de aplicação universal e tem valor axiomático na periferia do mundo capitalista, na qual o capitalismo não oferece nem alternativas nem compensações. Como educar as classes trabalhadoras para o socialismo? Como levá-las a compreender a sua tarefa revolucionária na tomada do poder, na destruição do Estado capitalista e na preparação da transição socialista? Quanto tempo se deverá esperar que o capitalismo amadureça (ou apodreça)? É óbvio que a mencionada linha de argumentação não possui consistência; e que é preciso divulgar o mais possível a leitura de *O Estado e a Revolução*. O desemburguesamento do proletário deve começar a partir das lutas contra o capitalismo e pelas reformas de conteúdo anticapitalista. Se já se pode enumerar as experiências concretas das nações socialistas, que não são contempladas pelo livro — e nem poderiam ser — o papel revolucionário do proletariado continua ativo, tanto no capitalismo maduro quanto nessas nações. Portanto, parta-se de onde se partir, a conclusão será a mesma. Esta obra continua fundamental para a dinâmica das revoluções proletárias e sua importância aumenta quando a avaliação se faz em termos das situações predominantes na periferia do mundo capitalista e nas nações em transição para o socialismo.

A presente reedição<sup>2</sup> aproveita um trabalho feito com notável dedicação, talento e probidade intelectual por Aristides Lobo. Ela surge em um momento propício: a pressão operária e o protesto sindical situam sob uma nova luz a questão do espaço político-democrático no seio de uma sociedade capitalista relativamente subdesenvolvida e dependente. Esse espaço político nunca fora criado antes, por vias burguesas. Ao contrário, os setores dominantes das classes possuidoras sempre procuraram impedir, por todos os meios, o aparecimento e a consolidação desse espaço político democrático no Brasil, anulando ou esmagando todas as tentativas históricas no sentido de conquistá-lo. Preocupados com o monopólio do poder econômico, cultural e político, esses setores das classes dominantes impuseram seu próprio padrão de paz social, de estabilidade política e de organização do Estado. Assim, lograram excluir as classes subalternas de uma participação política eficaz e submeteram à dominação burguesa todas as organizações dos trabalhadores. A divulgação de *O Estado e a Revolução* é extremamente necessária em um momento como esse, no qual o avanço operário colide com as contrapressões vindas tanto das “ilusões consti-

tucionais” quanto das “manipulações populistas”. Concebido como arma de luta, o livro poderá desempenhar um papel deveras importante no despertar de uma consciência proletária socialista, sem a qual a pressão operária e o protesto sindical estarão condenados ao malogro. A ligeireza com que se confundiu o “desenvolvimentismo” com a redenção nacional exige que se instrua os trabalhadores, os líderes sindicais e a juventude contestadora em textos de reflexão crítica tão aguda sobre as limitações do sufrágio universal, as debilidades intrínsecas da democracia constitucional e representativa, o caráter opressivo e repressivo da República democrática, a necessidade da revolução violenta para a instauração de uma democracia da maioria, etc. Em particular, cumpre que se denuncie, sob todas as formas e com a força possível, a “fé supersticiosa no Estado”, algo a que Lênin se propõe de ponta a ponta, seguindo a trilha dos fundadores do socialismo revolucionário. A leitura é tanto melhor quanto ela contempla também como e por que o proletariado deve primeiro conquistar o Estado burguês para, em seguida, transformá-lo e destruí-lo. Se não existissem outras razões, esta bastaria para dar a *O Estado e a Revolução* um lugar incomum em nossa estante dos clássicos do socialismo.

2. *O Estado e a Revolução*, editora Hucitec, 1978 (N. E.)

## Trótski e a revolução\*

**E**m um período histórico no qual o socialismo é posto em questão, em termos de cultura comercializada de massas e de marketing, é deveras importante invocar a figura de um revolucionário como Trótski. Depois dos livros de Isaac Deutscher, não existem mistérios a desvendar. Além disso, o próprio Trótski cuidou de sua biografia, em obras que se voltavam para a sua vida, a Revolução Russa — na qual teve participação decisiva. — e a trajetória de suas lutas pós-revolucionárias, inclusive os desdobramentos da fundação e evolução da IV Internacional.

Dois temas devem ser ressaltados como ponto de partida. O primeiro refere-se à sua condição de intelectual brilhante e de revolucionário ardente. Um grande orador e agitador, era também das figuras mais cultas e refinadas quanto à erudição literária e ao saber filosófico do movimento revolucionário. O outro relaciona-se com algo típico. Os revolucionários russos romperam com suas origens sociais: seu desenraizamento era total. Não mantinham liames com a ordem social existente, seja a que prevalecia na Rússia, seja a que sustentava o esplendor da Europa. Marxistas experientes, estavam convictos de que a revolução deveria assumir proporções supranacionais e defendiam com ardor o internacionalismo proletário. Por isso, combatiam de forma implacável a autocracia czarista e todas as acomodações com a democracia burguesa que tivessem por objetivo a “melhoria” das classes e da sociedade de classes. O apoio dado em 1905 e posteriormente à revolução burguesa continha o teor de um recurso tático.

Trótski ficou famoso pela previsão, feita de modo independente também por Lênin, do curso da revolução. Em sua formulação sobre o desenvolvimento desigual e combinado estabeleceu que, em sociedades atrasadas, as classes trabalhadoras e destituídas podiam acelerar o

\*Texto apresentado no Seminário Trótski Hoje. Departamento de História — USP, 1991.

processo histórico, desempenhando as tarefas negligenciadas ou repelidas pelas classes proprietárias. Em conseqüência, cabia-lhes desencavar processos históricos latentes à ordem existente, infundir-lhes maior velocidade e encetar a criação de uma sociedade nova. Repunha o conceito de “revolução permanente”, de Marx e Engels, em uma perspectiva simultaneamente teórica e prática, indo ao fundo dos dinamismos coletivos das classes despossuídas na impulsão e na fusão dialética de reforma e revolução sociais.

Ele foi um dos gigantes do desencadeamento e da condução da Revolução Russa. Incansável, imaginativo e inventor de inovações imprevistas, revelou-se um gênio político e militar. Dirigiu o exército vermelho em suas mais difíceis e retumbantes vitórias. Empenhou-se em múltiplas tarefas complexas, como o tratado de Brest-Litovski com os alemães, e encargos que exerceu depois de ultrapassado o “socialismo de guerra”. Tido como um homem vaidoso, no entanto reconheceu em Lênin o único estrategista da revolução. Sua monumental obra sobre a Revolução Russa não se apresenta como um pedestal de suas atividades heróicas. Representa a tentativa de um participante, situado em uma posição ímpar, de reconstituir os diversos momentos cruciais da revolução, articulá-los em uma totalidade e interpretá-los segundo a ótica marxista, isto é, revolucionária. Em seguida, tornou-se um dos críticos dos “desvios burocráticos”, identificados por Lênin, e um oponente implacável das deformações da revolução (a qual, não obstante, defendeu com vigor, mesmo no exílio e em confronto de vida e morte com Stálin).

O que pensaria Trótski, hoje, diante dos artifícios e traições intrínsecos ao debate sobre o “fim do socialismo” e a “morte do marxismo”? Ele, que apontou precocemente a necessidade de uma revolução política corretiva, seria certamente muito duro na condenação de um “revisionismo” cego e destrutivo, que não busca a renovação do socialismo revolucionário, mas a sua transformação em joguete de uma guerra ideológica suja. Não deixaria de assinalar que há uma colheita desastrosa de erros acumulados, que poderiam ter sido evitados se a herança de Marx e Engels e o exemplo de Lênin tivessem sido postos em prática.

Mas ele seria implacável com os “fariseus”, que se proclamam socialistas ou ex-marxistas, mas cerram fileiras com as correntes intelectuais da moda, a partir dos centros de produção cultural e de propaganda das nações capitalistas centrais. A democracia que nasce do

marxismo nada tem a ver com a democracia plutocrática e militarista, que combina promessas com repressão (no dizer de Miliband). Elas se alternam e se anulam, dentro de um sistema capitalista de poder que comporta regularmente manifestações assustadoras de fascismo potencial. Trótski converteria sua caneta em uma chibata, desmascarando os defensores inconseqüentes de um social-democratismo que destina à periferia (e aos pobres “absolutos” ou “relativos” de seus próprios povos) a “mudança social conservadora”. Ou seja, a mudança social que reproduz a ordem existente e proscree as alternativas radicais à civilização sem barbárie.

**2**

---

**AS CONTRADIÇÕES  
DO CAPITALISMO  
DEPENDENTE**

## Democracia e desenvolvimento\*

Os sociólogos nunca tiveram ilusões a respeito do significado das palavras — mesmo das palavras-chave de uma época, de um tipo de sociedade ou de civilização. Pois a sociologia começou como um exército crítico de desmascaramento semântico e ideológico, pondo em evidência o fosso que separava os fundamentos reais das aparências ideais da sociedade burguesa. Esse fosso não desapareceu e, com a passagem do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista, ele não fez senão aumentar e se aprofundar, complicando a obscura selva da razão que cerca tão contraditoriamente o chamado “mundo moderno”.

No entanto, essa selva da razão teve a sua utilidade, a sua própria razão de ser, nos momentos de eclosão, de consolidação e de expansão do capitalismo nos países avançados da Europa ou nos Estados Unidos. Foi graças a ela que burguesias audaciosas tentaram novos rumos na elaboração desse “mundo moderno” e definiram um estilo de revolução nacional que teve a sua grandeza. Mesmo que se lembre que em tais países as burguesias atuaram sob pressão e que os méritos finais precisam ser ponderadamente divididos, entre várias classes e segmentos de classe, é óbvio que elas não empregaram o mascaramento ideológico para congelar a história. Por meio dele, pretendiam melhores condições para o uso estratégico do poder econômico, social e político que detinham; ou seja, dominar sem destruir o espaço político do resto da sociedade e sem suprimir os ritmos turbulentos de uma história que flui através do conflito social.

Não se pode afirmar a mesma coisa com referência a outras situações históricas, nas quais as burguesias tiveram de arcar com idênticos papéis econômicos, sociais e políticos, mas a partir de um horizonte cultural diferente e de um ponto de partida mais ou menos medíocre. Tanto

\*O autor perdeu o controle da publicação em português. Traduzido e publicado por *La Opinión Cultural*, 30/09/1973, sob título “El Dilema Brasileño: Democracia e Desarrollo”.

na Europa quanto nos demais continentes, a irradiação do capitalismo revelou a outra face: em escala internacional, nem todos os comensais podem ser iguais. Para que uns floresçam, outros crescem atrofiadamente. As burguesias dos países capitalistas atrofiados (ou subdesenvolvidos) defrontaram-se com os riscos da revolução nacional em verdadeiro estado de pânico, como se ela fosse uma catástrofe social. Como não podiam impedi-la (isso é impossível sob o capitalismo), movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do “mundo moderno”, convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária e o Estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força. Temos aí, sem dúvida, uma forma prática de desmascaramento ideológico. Contudo, isso interessa muito pouco: o importante é a emergência de um tipo específico de dominação burguesa, que não faz história através da revolução nacional e de sua aceleração. Mas, ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento.

Esta modalidade de revolução burguesa não busca autonomia do crescimento econômico capitalista, mas crescimento econômico rápido (ou tão rápido quanto possível) nas condições permanentes (embora constantemente renovadas, a partir de fora e de dentro) do capitalismo dependente. Por isso, ela não visa nem leva à mobilização econômica, social e política dos setores mais ou menos marginalizados e excluídos da nação. As suas “fronteiras internas” são outras: os setores mobilizados pelo privilégio e incorporados à dominação burguesa, tanto econômica e socialmente quanto politicamente. Assim, para atingir seus fins, a dominação burguesa dissocia a revolução econômica da revolução política, o que faz com que a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário do poder de classe, que elimina, de fato ou de direito (ou de fato e de direito), o resto da sociedade do espaço político e suprime os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social. Nesse processo, ela também se dissocia da revolução nacional e “fecha a história” dentro de estreitos limites econômicos, como se o presente e o futuro de uma nação pudessem gravitar em torno da eficácia, da segurança e da eternização da dominação burguesa.

Essa descrição é muito sumária e não introduz (deliberadamente) todos os componentes internos e externos desse subtipo de dominação burguesa. Isso não vem ao caso, agora. O quadro é suficiente para situar os traços globais e universais de um fenômeno que se repete sob o

capitalismo dependente: como processo econômico, social e político, a revolução burguesa mostra-se incapaz de atender, em níveis profundos, interesses particulares do conglomerado dominante das classes privilegiadas e a média de interesses do resto da nação como um todo (para não se falar, especificamente, dos interesses particulares do proletariado ou, de modo mais amplo, das classes possuidoras, completamente olvidadas como e enquanto tais). Já se gastou muita tinta e papel para demonstrar em que sentido “burguesias conquistadoras” (nos quadros do capitalismo dos países europeus avançados) conseguiam mesclar os dois tipos de interesses, realizando a sua revolução de tal maneira que, pelo menos, alguns interesses gerais da “nação como um todo” podiam ser atendidos ao mesmo tempo que os interesses mais egoísticos e individualizados da “alta burguesia”. Não obstante, tem-se ignorado o avesso da medalha, que converte a revolução burguesa sob o capitalismo dependente e sob o subcapitalismo em caminho irreversível para uma ditadura de classe sem reboços, maior centralização do poder, maior eficácia e mesmo modernização intensiva no uso do poder de Estado contudo, não para introduzir padrões verdadeiramente nacionais de relação e de integração das classes, mas para manter os padrões freqüentemente pré-capitalistas de desigualdade econômica, social e política, associados a um estado pré-nacional de articulação da coletividade como um todo. Aí está o busílis da questão. Algo que nos obriga a ver a burguesia como um conglomerado autocrático, pronta a usar a sua reserva de poder social totalitário da maneira mais cega e exclusivista, como se a nação não fosse um complexo requisito do “desenvolvimento capitalista”, mas um simples feudo do Estado, articulado e submetido à dominação burguesa.

Como nos coube compartilhar dessa tendência, nas transformações do “mundo moderno” temos de refletir seriamente sobre o modelo descrito de revolução burguesa. Já em 1962, em uma comunicação presidencial de abertura do Segundo Congresso Brasileiro de Sociologia, afirmamos: “A expansão da ordem social democrática constitui o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural da sociedade brasileira. Se não conseguirmos fortalecer a ordem democrática, eliminando os principais fatores de suas inconsistências econômicas, sociais e políticas, não conquistaremos nenhum êxito apreciável no crescimento econômico, no desenvolvimento social e no progresso cultural. Estaremos, como agora, camuflando pura e simplesmente uma realidade triste, que faz da insegurança social, da miséria material e da degradação moral o estado normal

de existência de três quintos, aproximadamente, da população brasileira. Da democratização da riqueza, do poder e da cultura dependem, de forma literal, primeiro, a desagregação final do antigo regime, que recobre geográfica, demográfica e mentalmente a maior extensão da sociedade brasileira, e a consolidação do regime de classes e, segundo, a emergência de novos controles sociais, a que se subordinam a continuidade e o aperfeiçoamento do estilo de vida social democrático no país. Em conseqüência, lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente. A própria economia continuará sufocada se não nos revelarmos capazes de alterar o arcabouço social que a aprisiona, retendo ou comprimindo o impacto do crescimento econômico sobre o progresso social e cultural. Além disso, revela considerar que haveria pouco interesse social em substituir o antigo regime por um simples sucedâneo, que apenas modificasse a categoria econômica dos entes privilegiados. Para que a democracia desencadeie efeitos seculares é necessário que ela adquira vitalidade indestrutível, um ímpeto irrepresável de desenvolvimento e capacidade de aperfeiçoamento contínuo. Em um país que ainda não conseguiu sequer envolver os cidadãos, os partidos e o aparelho estatal na prática corrente dos princípios democráticos elementares, aí se acha um tremendo desafio" (cf. *A Sociologia em uma Era de Revolução Social*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962, p. 85-86).

Nessa afirmação tínhamos em mente o padrão de revolução burguesa dos países capitalistas adiantados, que dela fizeram o eixo e o ponto de partida de sua revolução nacional, e defendíamos explicitamente o que se convencionou chamar de "democracia burguesa". Hoje se critica tal sociologia populista, ignorando-se as realidades históricas, que não podem ser vencidas literariamente. Porém, como negar, em nossos dias, o temor de uma evolução que substituísse o antigo regime "por um simples sucedâneo"? Esse temor não era fictício. E a dissociação dos dois processos (o desenvolvimento ao nível econômico e ao nível político) permitiu, como se pode verificar claramente, continuar a revolução burguesa em um plano (acelerando-se o ritmo do crescimento econômico e da transição para o industrialismo), enquanto se promovia a contra-revolução pura e simples no plano político (transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial-militar ultra-repressivo). Depois que os fatos provaram a hipótese implícita, não nos parece demais ressuscitar o tema e pedir para ele maior atenção política.

Em uma sociedade de classes, nem o desenvolvimento econômico nem a democracia constituem um fim em si e para si. Cada classe possui certos interesses particulares a serem atingidos mediante o "desenvolvimento econômico" e a "democracia"; e pode (ou não) dispor de meios de acomodação para mesclar tais interesses com os interesses que decorrem do enquadramento nacional das classes, de suas aspirações sociais e de suas estruturas de poder. Quando uma classe (ou um conglomerado de classes) destrói esse enquadramento nacional (por meios revolucionários ou contra-revolucionários), ela (ou ele) se sobrepõe e se antepõe ao todo. Então, cumpre indagar quais são as conseqüências do processo, aonde ele leva. Ora, quando a ruptura se dá por via contra-revolucionária, o pólo democracia é, pelo menos enquanto durar tal deslocamento do poder de classe, sufocado em favor do pólo desenvolvimento. Os meios políticos continuam a ser empregados concentradamente, mas nessa direção unilateral, como se a taxa do crescimento econômico não fosse uma função da nação como um todo e devesse ser fixada tão somente a partir da compulsão acumuladora e espoliadora dos setores privilegiados. O desenvolvimento econômico perde, ao mesmo tempo, a sua base social e o seu regulador político. Ele não se definirá mais através de meios e fins nacionais ou nacionalizáveis; nem responderá a qualquer controle político que estabeleça algum equilíbrio entre meios e fins em termos de interesses médios de caráter nacional. Tudo se passa como se ocorresse uma regressão parcial (ao nível político; e necessariamente provocada pela ruptura contra-revolucionária), pela qual uma classe adquirisse plena liberdade para manipular "legitimamente" o poder do Estado nacional, como se ele fosse substantivamente poder político privado e simples base institucional de uma "oligarquia perfeita".

Esse desfecho mostra aonde leva a aceleração do desenvolvimento capitalista dependente, concebida e posta em prática pela dominação burguesa como um fim em si e para si, e em condições nas quais o resto da sociedade não pode impedir o monopólio exclusivo do poder do Estado por um conglomerado de classes privilegiadas. A democracia se equaciona, como realidade histórica viva, ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as suas elites). De outro lado, o desenvolvimento, que é a única esfera realmente "aberta" de semelhante sociedade de classes, torna-se o alfa e o ômega do superprivilegiamento da

dominação burguesa. Por seu intermédio, o capitalismo faz as pazes com o particularismo de regimes sociais anteriores, reimplantando-o no coração do Estado “moderno”, e chega, mesmo, a desdobrar o próprio “desenvolvimento” em equivalente histórico da luta pelo botim na guerra colonial.

Pelo que se infere da situação brasileira, “esse esquema de revolução burguesa (mantido na exposição deliberadamente afastado de determinantes externos) é nocivo à nação como um todo, nos três níveis simultâneos: econômico, social e político. No nível econômico, ele acelera o crescimento econômico mantendo e até aprofundando a distância relativa entre as classes possuidoras e não possuidoras; no nível social, ele preserva ou agrava as funções da desigualdade como obstáculo ao equilíbrio e à expansão do regime de classes propriamente dito; no nível político, ele impede o verdadeiro enquadramento nacional das estruturas de poder do Estado, já que se limita a identificar essas estruturas com a dominação autocrática da burguesia. Todavia, dados sua extensão, o tamanho de sua população, o volume e a variedade de suas riquezas potenciais, o grau de expansão de sua economia e de sua sociedade, o Brasil não só é uma nação, como é uma das nações mais complexas do “mundo moderno”. Tem de crescer como e enquanto nação, o que repõe o velho dilema: o que é bom (ou até ótimo) para suas classes privilegiadas, não é nem por isso bom para ele como um todo. Desequilibradas e invertidas, constantemente, as relações entre os dois pólos mencionados — a democracia e o desenvolvimento — vemo-nos permanentemente afastados do “ciclo normal” da revolução nacional, mantendo-se a prosperidade e o poder para pequenas minorias; a miséria, a insegurança e a exclusão para a massa. O típico, porém, quando se trata de sociedades nacionais como o Brasil, é que a revolução nacional acabe se concretizando: onde a dominação burguesa a impede ou a contém, ela termina se realizando, mais cedo ou mais tarde, por outra via. A questão que se levanta diz respeito, pois, ao vulcão que se abre sob o regime de classes. O conflito reprimido e sufocado nem por isso deixa de existir, de irradiar-se e de subir à tona. Apenas, transições que se poderiam dar por formas mais ou menos pacíficas — muitas dentro da “ordem burguesa” e através da “democracia burguesa” — comprimem-se para aguardar a “justiça do povo pelas próprias mãos”, quando a verdade histórica se estabelece de maneira explosiva e violenta.

No limite, portanto, é possível prever-se sociologicamente que “a revolução burguesa frustrada” não interrompe a história. Mesmo

sob o capitalismo dependente, a integração nacional constituiu um processo social revolucionário. Onde a dominação burguesa colide com ela, não só deixam de existir as bases políticas do desenvolvimento capitalista: o próprio capitalismo se condena a crises de extinção. Iniciada sob o impulso do capitalismo, a integração nacional continuará por outros meios, segundo ritmos que se impõem pelas oscilações de seus dois pólos congênicos (democracia e desenvolvimento). Até o presente, pelo menos, essa é uma tendência que não parece ter sido neutralizada pela implantação de regimes de franca “ditadura burguesa”, pela internacionalização dos mercados e da produção capitalista ou por combinações conhecidas de ambas.

## Imperialismo e revolução autocrático-burguesa\*

Já houve época em que os sociólogos confundiam a aceleração do crescimento econômico com o “bem-estar da sociedade”. Tomando como paradigma o desenvolvimento do capitalismo em países como a Inglaterra ou a França, mantinham praticamente intocável o otimismo dos precursores das ciências sociais e do socialismo utópico. Não só supunham que certos requisitos sociais, culturais e políticos da revolução burguesa seriam universais e invariáveis, o que garantiria o conteúdo e o sentido “democrático” e “nacionalista” dessa revolução. Também pensavam que a revolução burguesa conduzia à gradual mas constante aceleração tanto da democratização da renda, do prestígio social e do poder, quanto da integração nacional das estruturas de poder, que servem de base material e política ao crescimento do Estado segundo padrões democráticos.

Os vários estudos de Lênin sobre o papel da burguesia antes, durante e depois da revolução de 1905, na Rússia, foram os primeiros a abrir um novo caminho da análise histórico-sociológica. Eles revelaram que, em certas condições concretas, a burguesia pode não dispor de espaço político para promover a criação de uma democracia burguesa e para transformar a revolução nacional no eixo político da industrialização. Nessas condições, as facções mais poderosas e influentes da burguesia se esforçam por dissociar a revolução econômica da revolução política, acomodando-se aos padrões de dominação autocrática e reacionária da nobreza, da burocracia e do governo central. Produz-se uma articulação entre os interesses da burguesia e os interesses das outras classes dominantes,

\* Texto ou entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* (28/02/74), publicado parcialmente em 14/4/74.

que redundava na neutralização da burguesia como “classe revolucionária”, mas que possibilita conciliar o desenvolvimento capitalista com a preservação ou o recrudescimento de formas autocráticas e reacionárias de dominação política. Em outras palavras, em tais condições deixa de haver forte correlação (ou qualquer correlação) entre aceleração do crescimento econômico, a eliminação ou a diminuição de privilégios pré-capitalistas e a intensificação da democratização da renda, do prestígio social e do poder. Outras investigações posteriores, que focalizaram o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, comprovaram que essa análise era correta. Muitas das condições que explicam o caminho seguido pela revolução burguesa na Inglaterra e na França não eram “estruturais” mas “históricas”. Por sua vez, as investigações sobre os povos de origem colonial ou que foram submetidos à colonização contribuíram para ampliar as concepções teóricas resultantes.

Nestes países, a distância entre as elites no poder e o resto da população e a associação íntima de interesses capitalistas internos e externos forjam uma situação estrutural e dinamicamente muito similar à que existiu na Rússia de 1905: A burguesia tende a maximizar seus alvos puramente econômicos nas fases de transição do capitalismo e a minimizar suas identificações ideais ou utópicas com a “democracia” e com a “revolução nacional”. Todavia, é em condições concretas de tal natureza que ela se vê compelida a criar um espaço político seguro, seja para enfrentar e debelar a pressão de baixo para cima (de massas mais ou menos excluídas e oprimidas), seja para ter base política de barganha e de auto-proteção nas relações com as nações capitalistas hegemônicas e com a burguesia internacional, seja, enfim, para vincular o rápido crescimento de um Estado fortemente intervencionista aos seus próprios interesses de classe e ao padrão de dominação de classe. A diferença básica consiste, portanto, em que essa burguesia só é débil para promover a revolução burguesa segundo o modelo “clássico”, nacionalista-democrático. Ela é bastante forte para preservar o seu poder real, usar o Estado nacional para se proteger e, especialmente, para estabelecer políticas econômicas que assegurem continuidade e aceleração do crescimento econômico sem maiores repercussões no grau de democratização e de nacionalização das estruturas de poder. Muito mais que na Alemanha e no Japão, a dominação burguesa torna-se, nos países em questão, uma dominação autocrática, ferreamente empenhada em conseguir a transformação capitalista sem “riscos políticos”. De outro lado, ao contrário do que sucedeu na Alemanha e no Japão, o seu foco de dinamização e de potenciação econômica e cultural é externo. As

transições se tornam possíveis graças a um patamar conseguido pelo desenvolvimento interno. Mas, elas se desencadeiam e se regulam através de dinamismos econômicos e culturais que operam de fora para dentro, através da incorporação ou da reincorporação ao espaço econômico e cultural das nações capitalistas hegemônicas.

Entre os povos de origem colonial, o Brasil é o que representa melhor esse modelo histórico de revolução autocrático-burguesa. Nele, a militarização do poder estatal serviu de fulcro à reaglutinação e à reorientação da dominação burguesa, adaptando-se às complexas e drásticas exigências de uma rápida transição para o capitalismo monopolista, sob impulsão e controle econômicos externos. O crescimento capitalista foi acelerado até o ponto do “milagre econômico”; e a estabilidade política foi lograda, por sua vez, em limites de “quase” estagnação” (não se trata de uma estagnação real apenas porque os dinamismos políticos que interessam às classes dominantes são muito fortes, em contraste com os dinamismos políticos que interessam às classes assalariadas e às classes marginalizadas ou excluídas, que são muito débeis e foram sufocados). Difícilmente se poderia conceber (ou encontrar) melhor ilustração empírica da mencionada dissociação entre dinamismos econômicos e dinamismos políticos do desenvolvimento capitalista. A transformação capitalista pode precipitar-se, sob grande rapidez e intensidade, mantendo-se, aparentemente, estáveis as demais condições de organização da sociedade e do poder. De imediato, aliás, tal transformação só poderia ser desencadeada, intensificar-se e ser mantida sob controle se se desse esse requisito histórico: as “demais condições” do desenvolvimento econômico capitalista permanecerem “estáveis”.

Isso nos indica qual foi o rumo seguido. A sociedade brasileira nunca enfrentou, antes, uma fase e transformação tão revolucionária, do ponto de vista da organização e da expansão das relações de produção. Contudo, ela nunca conheceu, anteriormente, um complexo tão extremo de compressão política, pelo qual se “unificou” a vontade da Nação, fazendo-a girar em torno da articulação de interesses da grande empresa nacional e estrangeira. Diante de semelhante quadro, a pergunta freqüente do sociólogo: “a quem aproveita a transformação capitalista?”, responde-se por si mesma. Os dois pólos da dominação burguesa, representados pela burguesia das nações capitalistas hegemônicas e pela grande burguesia brasileira, e as classes médias que forneceram os quadros

humanos da burocratização e da tecnocratização das estruturas de poder (inclusive ao nível estatal), é que se beneficiaram, direta e imediatamente, da aceleração do desenvolvimento capitalista. As demais classes ficaram na penumbra e serão contempladas de modo muito lento e desigual, à medida que os efeitos indiretos da transformação capitalista descrita atingirem todas as funções integrativas e classificadoras do mercado e do sistema de produção sob o capitalismo. Em termos de conjuntura, estas classes “servem o banquete”. Não participam dele.

É preciso colocar as perguntas que me foram feitas contra esse pano de fundo, que evidencia uma estranha combinação de monopolização de vantagens, no tope da sociedade, com o incremento da participação sócio-econômica e política dos setores intermediários e com a sobrecarga do fardo do homem pobre, assalariado ou não (isto é, classificado ou não no “sistema”). Se uma fase de intenso crescimento econômico e de profunda mudança sócio-cultural não é, por si mesma, uma fase de aumento da igualdade econômica, sócio-cultural e política, no caso ela surge e se particulariza, historicamente, de forma negativa perante os requisitos centrais de um “estilo democrático de vida” ou da “integração nacional” da sociedade brasileira. Pois o que se vê, nos últimos dez anos, é que o intenso crescimento econômico e a profunda mudança sócio-cultural acarretaram, continuam a acarretar e irão acarretar no futuro, mantidas as presentes condições: agravamento das desigualdades econômicas, sócio-culturais e políticas em todas as direções (de classes, raciais e regionais); revitalização de privilégios de ordem colonial ou neocolonial e criação de privilégios novos, com a marca do “antigo regime” (como se a ordem vigente não fosse uma ordem social competitiva, mas uma ordem social mista, combinando critérios de organização e de controle estamentais e de classes); enrijecimento da opressão de classe como arma de controle econômico, social e político, como se as fronteiras da nação e da ordem legal coincidissem com os interesses privados de uma minoria de 10 ou 20%.

As modificações da sociedade brasileira engurgitaram o setor remodelado das grandes cidades e das metrópoles sem repercutirem substancialmente na universalização das garantias e direitos fundamentais requeridos pela ordem econômica, social e política de uma sociedade de classes, que deveria ser, estrutural e dinamicamente, “aberta”, “competitiva” e “democrática”. A criação de mais empregos ficou presa a esse setor remodelado e à sua expansão na direção do mundo rural, mantendo-se cega aos interesses coletivos dos assalariados, dos sindicatos e da sociedade

nacional como um todo. A renda sofreu oscilações que refletem o que ocorre em uma “sociedade nacional” quando interesses privados deslocam os interesses coletivos e se impõem no lugar deles (a renda se comprime ou deslancha no sentido inverso das probabilidades de acumulação capitalista das classes sociais em presença). Os hábitos alimentares, as normas de higiene e o padrão de vida, por sua vez, são também apanhados por essas determinações: numa era de crescimento e de mudança, as duas ou três nações coexistentes dentro da sociedade brasileira distanciam-se de modo acelerado, ainda mais que no passado, ao mesmo tempo em que um consumismo destrutivo impregna o tope e os setores intermediários, que passam a devastar recursos escassos como se aí estivesse a mola do desenvolvimento capitalista e da “institucionalização da revolução”. Por fim, a cultura é reprimida, industrializada e condicionada segundo um código egoísta e obscurantista, que repôs a imitação servil e a colonização cultural no centro das opções históricas. A dominação externa e a imperialização atinge, aí, o âmago de nossa vida e de nossa sociedade, levando a satelização ao fundo de nossas almas, de nosso horizonte intelectual e de nossas aspirações coletivas, porque absorvemos em massa o que nos impingem de fora para dentro. Que futuro pode restar a uma nação capitalista dependente que confunde “interdependência” com uma política irresponsável de repressão da cultura e de desenvolvimento cultural?

Isto quer dizer que as perguntas formuladas levam, fatalmente, a uma visão catastrófica da realidade, a um beco sem saída? Não — decididamente, não! Estamos diante de um início, não de um fim. A transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista teria, naturalmente, que tomar esse rumo: uma burguesia que é bastante forte para conduzir a revolução burguesa sob o capitalismo dependente, mas que não é capaz de criar, por sua ação histórica, uma alternativa de desenvolvimento capitalista relativamente autônomo e auto-sustentado, teria de conduzir a nação por esses caminhos. Ao fazê-lo, porém, quebrou muitas amarras e despertou muitas forças sociais, que só se farão sentir dentro de algumas décadas. Ela pode conter e reprimir a competição ou o conflito entre as classes hoje. De outro lado, a “unificação” artificial de interesses divergentes não pode transcender ao imediatismo a que respondeu historicamente. O essencial não está no lado sombrio. Está nos processos histórico-sociais que nenhuma classe conseguiu domesticar até o presente. Se isso chegasse a ocorrer, o homem não teria história, mas um padrão vegetativo de vida. Os poderosos ou os “donos de poder” diriam, para

agora e para sempre, como deveria ser o resto da sociedade e plasmariam, a partir de si mesmos e por si mesmos, os demais seres vivos. Ora, se isso pudesse acontecer o homem não seria portador de cultura nem existiria quer civilização quer desenvolvimento cultural.

A lição que se deve extrair desse desfecho é bem outra. Ela marca os limites da revolução burguesa sob o capitalismo dependente. Os problemas que o capitalismo pode resolver, a nível estrutural e funcional ou a nível histórico, não podem ser resolvidos na escala do capitalismo dependente. A burguesia autocrática e revolucionária “de cima para baixo”, “institucionalmente”, abre caminho por meio de tempestades, que depois ela não tem como conjuntar. Talvez o processo seja terrivelmente doloroso. Porém, ele não extirpa do homem sua condição humana, esta sim central, que o faz superar a si próprio na luta pela dignidade da pessoa, do trabalho e da própria existência humana em sociedade. Nesse sentido, é importante que se reconheça que o sentimento coletivo “antiburguês” irá nascer e crescer como força histórica daqui para a frente, à medida que as frustrações e as humilhações se irradiarem socialmente, mostrando à maioria o que uma minoria tão pequena imagina e impõe como alternativas à revolução democrática e nacional. Pode-se, pois, falar de “dez anos de revolução” como o reverso da medalha e o prelúdio do autêntico despertar de um povo.

## Capitalismo dependente e imperialismo\*

As “questões de desenvolvimento” interessam aos países que possuem autonomia ou desfrutam algum grau de hegemonia dentro do mundo capitalista. Os demais países — não importa onde estejam: na Europa, na América Latina, na África ou na Ásia — devem preocupar-se não com essas questões, mas com os efeitos negativos de uma modernização controlada de fora, a qual sempre exige e acarreta algum crescimento econômico, e com as próprias possibilidades de uma revolução nacional através do socialismo.

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhes são próprios.

Em tal conjuntura, a dominação econômica, sócio-cultural e política inerente ao imperialismo torna-se uma dominação total, que opera a partir de dentro dos países neocoloniais e dependentes e, ao mesmo tempo, afeta em profundidade todos os aspectos de sua vida econômica, sócio-cultural e política. Pequenas minorias de privilegiados, organizadas como as classes dominantes dessa nova modalidade de “sociedade competitiva”, detêm na verdade um poder colonial, que lhes permite incorporar a si próprias e às suas infortunadas nações nas estruturas de poder do capitalismo internacional. Daí resulta um capitalismo típico, extremamente “moderno” (pois ele extrai sua modernidade do capitalismo industrial

\* Publicado por *Économie et Humanisme* (nº 216, março-abril de 1974, p. 10-14) sob o título “Les bourgeoisies périphériques au service du capitalisme international”.

avançado) e por vezes extremamente dinâmico e flexível (já que ele reflete as estruturas e os dinamismos internacionais do capitalismo monopolista), que é um “capitalismo difícil” (escravo de uma acumulação espoliativa, que constitui um processo sem fim e sem compensações) e, por isso mesmo, um capitalismo selvagem. Ele concilia o desenvolvimento capitalista, a transição industrial e a aceleração do crescimento econômico segundo as exigências do capitalismo mais maduro e avançado, mas faz isso através de formas de exploração do homem pelo homem que inoculam no “capitalismo moderno” o que havia de pior na ordem colonial. A transformação capitalista liga-se, assim, à revitalização e à intensificação de privilégios que pareciam condenados pelo capitalismo e que muitos supunham banidos da cena histórica pela revolução burguesa.

Portanto, é inócuo o apego a pequenas ou a grandes fórmulas, como “a salvação pelo desenvolvimento” ou, ainda, “a revolução pelo desenvolvimento”. Sob o capitalismo dependente, o neocolonialismo retira a eficácia econômica, sócio-cultural e política do próprio capitalismo. Ele já não é mais capaz de provocar grandes transformações niveladoras, de sentido nacionalista e revolucionário; não engendra qualquer modalidade de democratização da renda, do prestígio social e do poder, e muito menos qualquer realidade política que lembre uma autêntica democracia burguesa. Se provoca e acelera a descolonização, isso se dá dentro dos limites de uma necessidade econômica imperiosa, pois não se pode modernizar a produção e a circulação sem recorrer ao trabalho livre, à produção de escala e a mercados nacionais. Todavia, a descolonização é contida ao nível social, cultural e político, para que a imensa maioria possa continuar uma presa fácil de uma arregimentação fascista, que se inculca “racional”, “humana”, “cristã” e “democrática”. Uma hegemonia compósita de classe liga os interesses capitalistas dominantes externos e internos, colocando o Estado nacional no cerne mesmo da nova opressão colonial, pela qual a acumulação capitalista converte-se em realidade política e é garantida (e não limitada ou impedida) pelo emprego sistemático do poderio policial-militar dos governos.

Tudo isso faz com que a autonomização nacional e a revolução nacional se desloquem, deixando de ser um elemento ou um componente da transformação capitalista. Sem dúvida, esta preencheu tais funções em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão. No entanto, as condições que tornaram tais funções possíveis não são inerentes

ao próprio capitalismo, e, ao que parece, são incompatíveis com o capitalismo selvagem da periferia. Na América Latina, na África e na Ásia, em nossos dias, o verdadeiro desenvolvimento significa liberação revolucionária dirigida contra o capitalismo e suas seqüelas. Ele implica em levar a descolonização até o âmago da economia, da sociedade, da cultura e da personalidade, de modo a não deixar vivo nenhum liame colonial de exploração do homem pelo homem (mesmo “impessoal e racional”, que é como se justifica a supremacia da acumulação capitalista sem qualquer influência contrabalancadora do poder assalariado ou do poder operário); e também a não deixar nenhuma via de restabelecimento às composições da opressão neocolonialista. Aí está o busfili da questão: impedir que a dominação burguesa imponha um neocolonialismo disfarçado e com uma racionalidade própria em nome da “revolução pelo desenvolvimento” e da “modernização” em si e para si.

Semelhante deslocamento histórico exige que o Estado e a nação dos países subdesenvolvidos deixem de gravitar seja na órbita do capitalismo internacional e do imperialismo, seja na órbita dos interesses estreitos de burguesias “nacionais” tacanhas, para exprimir, ao nível mais profundo possível, os anseios revolucionários das grandes maiorias silenciosas, destituídas e oprimidas. Nesses países, o Estado e a nação precisam libertar-se primeiro de suas matrizes históricas, que lançam raízes nas origens coloniais do capitalismo moderno, e em seguida da sufocação que suas minorias privilegiadas e a dominação externa levam aos dinamismos da vida política, social e econômica. O que quer dizer que o Estado e a nação precisam ganhar dimensões próprias, para exprimirem livremente as pressões populares e servirem como canais de novas evoluções econômicas, culturais e políticas.

Eis aí um resumo muito tosco do que pensa um sociólogo brasileiro<sup>1</sup> e, portanto, um sociólogo que tem diante de si um caso nacional que possui o significado de um *experimentum crucis*. Por superficial que seja a enumeração, ela evidencia claramente qual deve ser a natureza da “pesquisa teórica” para nós. O capitalismo selvagem não reproduz o passado; se nele há lugar para a “revolução burguesa”, esta se apresenta de outra

<sup>1</sup> Para uma descrição mais completa, vejam-se: F. Fernandes, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973); *The Latin American in Residence Lectures* (Toronto, University of Toronto, 1969-1970); *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, esp. 2).

forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica. Essa pesquisa teórica deve começar por estabelecer com a maior precisão e objetividade o quadro histórico específico, sem impor-se, ingenuamente, a ambição de criar uma teoria “independente”, “válida só para si mesma”. Na verdade, o capitalismo está aí, presente e estuante. O que se precisa explicar é sua evolução em quadros particulares, que não levam à “revolução burguesa” clássica, nem ao Estado representativo democrático burguês ou à autonomia nacional. Se é preciso romper com o “modelo clássico”, isso é necessário para compreender-se o capitalismo da periferia e aonde ele conduz. Estamos diante da “revolução burguesa” (se entendermos o termo de uma perspectiva estrutural): mas de uma revolução burguesa que, ao atingir o clímax, é tão instrumental para a aceleração do crescimento capitalista quanto para a intensificação do imperialismo.

Portanto, a pesquisa teórica precisa ser redefinida e reorientada. Ela não pode gravitar em torno de um falso modelo, de um modelo que “não se repete”, nem “é universal” e tampouco “pode ser universalizado”. Um ideal simplista de cientificação levou sociólogos, historiadores e economistas a suporem que as sociedades nacionais são totalidades autônomas e autodeterminadas, que contêm dentro de si mesmas todas as forças de sua organização, expansão e evolução. Esse ideal mecanicista está em crise e não explica nada, em particular quando o objeto da análise é o capitalismo difícil e selvagem da periferia. O que acontece com o desenvolvimento capitalista quando as burguesias nacionais partem de uma situação basicamente dependente, estão destituídas de autonomia real no plano das estruturas internacionais de poder e não se defrontam (ou ainda não se defrontam) com um poder operário institucionalmente forte e organizado? Essa burguesia pode suportar o jogo democrático e a revolução nacional enquanto ela própria dirige todo o processo e não se vê, em nenhum ponto essencial, ameaçada quer pela pressão externa do capitalismo internacional, quer pela pressão interna de um Estado potencialmente dinâmico ou de uma força operária reivindicadora. No entanto, ela se torna facilmente totalitária quando esse frágil equilíbrio se rompe, e evolui depressa para formas de controle do Estado e de opressão política que só en-

contram paralelos em momentos de crise da evolução do capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos. Militarização e fascismo surgem como respostas alternativas, que podem facilmente encadear-se, engendrando um padrão de dominação burguesa rígido, “revolucionário” como mistificação ideológica (porque, de fato, o que se procede é à institucionalização da pressão contra-revolucionária) e aberto à modernização da qual se constitui um veículo natural (porque ainda aqui a modernização só pode dar-se de fora para dentro e controlada a partir de fora). Todavia, bem ponderadas as coisas, é esse o papel da burguesia nacional em tal contexto da transformação capitalista e essa é a função da revolução burguesa em semelhante contexto histórico. Essa burguesia é a digna descendente da “burguesia clássica” e é tão útil para a continuidade e o aperfeiçoamento do capitalismo quanto o foi aquela.

Aí também está evidente a ruptura com a sociologia da “revolução burguesa clássica”. Os países de capitalismo dependente importaram a ideologia e a utopia das burguesias hegemônicas no plano das estruturas internacionais de poder. Era fatal que o fenômeno atingisse a explicação científica e, em especial, o arsenal teórico dos cientistas sociais. Os sociólogos dos países subdesenvolvidos tardaram a descobrir de onde provinha a sua alienação e o que deviam fazer para libertar seus esquemas de descrição e de interpretação do falseamento ideológico-utópico básico. Antes que eles próprios pudessem elevar sua consciência crítica, impunha-se que os movimentos de descolonização atingissem certa profundidade, permitindo o desmascaramento simultâneo das burguesias nacionais e da dominação imperialista, com um desdobramento analítico fundamental que começasse do ponto zero de tal processo, que é o caráter da revolução burguesa sob o capitalismo dependente. Ao se dar esse avanço, conquista-se uma autonomia de visão crítica, libertando-se as explicações da sociologia, da história ou da economia de condicionamentos regulados por constelações culturais externas. O desmascaramento começa por atingir as burguesias nacionais dos países capitalistas dependentes, mas ele acaba alcançando também a burguesia internacional e a dominação imperialista. Os falsos paralelos caem por terra e, com eles, a mistificação da realidade histórica. Ao lograr tal resultado, os cientistas sociais desses países entram em conexão real com os movimentos de transformação política — que não são movimentos pró-desenvolvimento capitalista, *stricto sensu*,

mas movimentos revolucionários de destruição de uma ordem econômica, social e política que torna o capitalismo responsável pelas piores injustiças sociais e pela opressão política mais odiosa. Nesse sentido, o lado positivo dessa descrição sociológica não é propriamente a negação de tal ordem, mas a vinculação com o processo revolucionário que nasce das contradições da dominação burguesa e do conseqüente colapso do capitalismo selvagem.

## As contradições da modernização

Nas décadas de 1940 e 1950 os estudiosos de ciências sociais travaram uma batalha terminológica que abrangia os conceitos de mudança social ou cultural — progressiva e regressiva — e a distinção entre crescimento e desenvolvimento (frequentemente referente às estruturas e aos dinamismos econômicos). Também se dava atenção às diferenças entre conservantismo cultural, reforma social e revolução (embora nos cursos não figurassem processos de mudanças sociais revolucionárias, a que me dediquei, de vários ângulos, na pós-graduação da PUC, depois de 1975). Os que se preocupavam com a interdependência de sociologia, psicologia, antropologia, história, geografia, política e economia também cuidavam das origens das mudanças sociais e culturais, focalizando a invenção e a difusão como processos fundamentais de criação, expansão, disseminação, eclipse e colapso das civilizações.

Em um país de passado colonial, no qual a independência acarreta as condições políticas da redefinição e persistência de estruturas sociais coloniais, do apogeu no modo de produção escravista (inserido, a partir da vinda da Corte, no “comércio triangular”) e da formação de um setor novo de conexão da economia interna com o mercado mundial e com a prolongada hegemonia britânica, de transição neocolonial, a modernização sempre esteve maciçamente presente. Como processo sócio-cultural, ela tanto pode nascer da invenção endógena e da difusão regulada através das metrópoles. Em povos e nações aptos a financiar e a aproveitar as aplicações das descobertas e criações originais, ela promove a produção de civilizações de porte e sua proliferação pluralista interdependente. Em povos e nações destituídos dessa capacidade, parcial ou totalmente, ela promove a inovação institucional e a renovação constante do contexto cultural, desde que se forme alguma continuidade entre os centros de produção original e os centros de absorção seletiva de traços ou complexos culturais orgânicos importados. A modernização, no

entanto, volta-se para a diferenciação cultural, o desenvolvimento econômico e do progresso dos núcleos civilizatórios centrais. Estes absorvem a periferia em seu processo de evolução, pois a modernização originária se desenrola em seu benefício e para atender as premissas históricas de sua reprodução e evolução. A modernização secundária, não obstante, nunca é um processo passivo. Ela se realiza ativamente, através das redefinições e reintegração dos bens culturais e psicossociais assimilados. A sociedade modernizada por influxos externos investe muitos recursos inventivos para conferir sentido e enriquecer a modernização provocada a partir do exterior. A fragilidade da modernização secundária se evidencia ao considerar-se que o *cultural lag* (a distância ou a brecha cultural) erige-se em barreira à recomposição e à coalescência do todo. Pode-se importar idéias, valores e ideologias, técnicas e instituições sociais, modelos de estratificação da sociedade, religiões, etc. É impossível, contudo, importar as premissas históricas e as bases sócio-econômicas de seu funcionamento, transformação e transfiguração orgânica, o que alarga continuamente a demora cultural e produz processos mais ou menos intensos de desorganização social. O que quer dizer que, enquanto se mantiver a demora cultural, a modernização secundária não proporciona condições de competição recíproca real entre os centros e a periferia de uma mesma civilização.

Esse esboço sugere que há uma correlação entre o grau de diferenciação do modo de produção, de organização da sociedade e de autonomia relativa do Estado e o padrão e os ritmos históricos da modernização. Há uma inegável herança cultural indígena, africana e das populações mestiças, mergulhadas na economia de subsistência. Essa herança não pode ser subestimada nem ignorado o pouco afluxo da invenção cultural espontânea, determinado pelas condições internas de existência e os sucessivos ciclos que marcaram a nossa história econômica. Não se pode avaliar nem qualitativa nem quantitativamente esse afluxo na esfera das *growing institutions*. O certo é que o Brasil se incorporou ao espaço civilizatório das metrópoles através do antigo sistema colonial e do *indirect rule*, que iria assumir várias formas, graças às exigências dos dinamismos do mercado mundial e das nações hegemônicas, que incluíram o Brasil em diferentes modelos geo-econômicos e militares de sua “expansão nos trópicos”.

Os interesses que prevaleceram, na Colônia, durante a transição neocolonial e através das relações de dependência, necessárias à ab-

sorção da “economia moderna” (primeiro, sob o capitalismo competitivo, depois, sob os dois estágios distintos do capitalismo oligopolista), foram sempre muito vinculados ao apetite de estados investidores, de comerciantes ou de empreendimentos de escala estrangeiros. E continham, naturalmente, a mesma natureza de cobiça ávida na cabeça do dono de engenho ou plantações, dos criadores de gado e exploradores do ouro ou de pedras preciosas, dos comerciantes urbanos (durante largo tempo portugueses ou saídos das elites locais, como os “homens de negócios” surgidos depois da Independência), dos fazendeiros e dos industriais, que começam a aparecer em maior número no eixo Rio-São Paulo. A mentalidade econômica (ou “espírito capitalista”) dessa variedade de empresários (impropriamente falando) era mercantil e mercantilista, por isso, o conceito de Sombart seria mais adequado se se pusesse em relevo seu teor tradicionalista e subcapitalista. As inconsistências psicossociais e culturais do “espírito capitalista” rústico conduzem o agente econômico a operar com pouca segurança, priorizando o lucro pessoal, como se fosse ave de rapina, e a resistir à mudança social de maneira sociopática, movido pelo temor de perda de posição na estrutura social e de poder na sociedade.

As conseqüências dessa situação social estimulam a exacerbação do caráter político da mudança social. A partir de fora e de dentro prevalecem elementos econômicos fortemente extorsivos e especulativos e uma propensão exorbitante à defesa intransigente do *status quo*, a busca por quaisquer meios da estabilidade política, mesmo quando ela se mostra negativa para o equilíbrio dinâmico de uma sociedade capitalista em construção e consolidação. Reflexões desse alcance revelam que há sentido em usar dois conceitos, por vezes impugnados ideologicamente pela extrema-esquerda. Um deles é o da “mudança desencadeada e controlada a partir de fora”. O conceito é claro e tópico para “nações emergentes” (na linguagem ambígua dos sociólogos e politólogos da ordem), as quais internalizam centros de decisões sem contar com a faculdade de exercer comando direto e global sobre elas. O comando fica no exterior, nas matrizes das corporações gigantes, nas organizações financeiras, culturais e políticas das nações hegemônicas e nas mãos de suas elites políticas, dirigentes dos estados imperialistas. O processo se precipita, aqui, com a atrofiação da “soberania nacional”, fictícia em todos os seus níveis, da sociedade civil ou do Estado. O outro conceito é o de “mudança social conservadora”. Ele pressupõe exterminação parcial ou global dos componentes reformistas-radicais e revolucionários da inovação e da mudança”. Al-

terações tecnológicas ultramodernas tendem a gerar concomitantes muito avançados e intrinsecamente revolucionários. Eles são ou expurgados, por diversos mecanismos de controle explícito ou latente, ou eliminados, por manipulações da consciência e da percepção dos estratos sociais e raciais subalternizados. Submetidos ao padrão da “moda” e à rápida substituição, tais inovações e mudanças não “contaminam” mentes e corações. A “mudança conservadora” merece uma análise que não pode ser feita neste escrito. O essencial consiste no fato de que o raio da mudança é circunscrito e suas manifestações são canalizadas para um contexto psicossociológico, cultural e político especificamente autoritário e imobilista. Abortam, assim, os principais efeitos criadores potenciais da mudança e se multiplicam as interferências de controle intolerante, indireto ou direto, que a limitam à reprodução da ordem social vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a tradição cultural e com as estruturas de poder existentes. O elemento conservador ganha, pois, uma enorme vitalidade graças e através da mudança social, que o deveria modificar rapidamente ou suprimi-lo por impactos imediatos.

Parece curioso que tudo isso aconteça dentro de um ambiente carente de inovações e mudanças profundas e de larga duração, especialmente nas diferenciações da economia, da sociedade, da cultura e do Estado, suscetíveis de converter o crescimento linear do desenvolvimento propriamente dito. A diferenciação em profundidade, veloz e transcendente à conjuntura, constitui o requisito número um de transformações irreversíveis da ordem existente. Não obstante, a mudança progressiva e o desenvolvimento acelerado deixam de encontrar um terreno propício. E, o que é pior, ambos podem desencadear-se sem conseqüências construtivas definidas ou inevitáveis sobre a estrutura, as tensões e os conflitos de uma sociedade de classes. A massa de alterações definitivas mostra-se muito menor do que se poderia esperar como certo. Tivemos uma acentuada ênfase no desenvolvimentismo, coadjuvada a intentos “populistas”, de “melhorismo” e mesmo de reforma social. No entanto, o desenvolvimento acelerado adquiriu um padrão perverso. Algumas transformações ocorreram nas relações de classes e nas lutas de classes. Mas não houve nenhuma alteração substantiva na concentração de renda, da riqueza e do poder. O elemento diferenciador viu-se estrangulado, sob circunstâncias deliberadamente manipuladas. Sob a ditadura militar, os fatos puseram em evidência modificações significativas nos padrões de organização das classes sociais e de suas lutas políticas. Porém, o modelo econômico era

calculadamente concentrador (de renda, de prestígio social e de poder). A aceleração do desenvolvimento econômico deixou de redundar no desmoronamento da ditadura militar e do despotismo burguês. Faltava a inclusão da democracia nos projetos globais das classes trabalhadoras, das classes dominantes e dirigentes, na organização e intervenção do Estado. Os estudos sobre a distribuição de renda, de ocupações, de educação, de poder, etc., demonstram que a democracia foi asfixiada (como condição da aceleração do desenvolvimento econômico) e que os efeitos diferenciadores que esta produzia eram incontornavelmente “pioristas” e não “melhoristas”, o que levou o movimento sindical, os trabalhadores e os excluídos tanto ao desalento e à submissão, quanto à rebeldia e à auto-organização. O mundo burguês de “paz social”, construído pelo Estado Novo (o de Getúlio Vargas) ruiu, mas ainda somos vítima de um impasse: a crise política que grassa na sociedade, na economia e na cultura. A correção desse impasse terá de vir dos de baixo, porque os de cima só agravaram a crise e mantêm-se cegos em como enfrentá-la e resolvê-la.

A digressão feita até agora é inegavelmente árida e incompleta. Apesar de seu teor abstrato, ela permite compreender o mundo fabricado pela desagregação da ditadura militar e da recuperação de suas diretrizes estratégicas na política da transição lenta, gradual e segura. Sem dúvida, tudo isso parece ser muito favorável às classes dominantes nacionais e estrangeiras. A modernização representa uma extensão do mercado mundial, das instituições, valores e técnicas sociais das nações hegemônicas — em particular de sua superpotência — e do espaço histórico transnacional de que seus Estados precisam para poder operar, em escala mundial, todos os complexos políticos do capitalista oligopolista da era atual. Por isso, convém que eu ponha em evidência: primeiro, como e por que a modernização (que não é produzida por via endógena) se impôs à periferia como uma extensão do espaço histórico das nações centrais, mediante métodos imperialistas (deixarei de lado os aspectos relativos ao modo pacífico ou violento da “conquista global” de espaço); segundo, o que singulariza a modernização no contexto das correntes históricas que aplicam a incorporação autoritária (via FMI, por exemplo) e a privatização como requisitos funcionais do modelo nascente de desenvolvimento dependente e associado, dito impropriamente “neoliberal”. Não posso ampliar e aprofundar o debate, como seria recomendável. Peço desculpas por isso e conforta-me a idéia de que, malgrado as limitações, tocaremos em pontos essenciais à compreensão do mundo que o imperialismo moderno e uma

tacanha burguesia de viés mercantil forjaram no Brasil, impedindo alternativas de projetos internos de autonomia nacional relativa e todas as melhorias, reformas e revoluções típicas da “racionalidade capitalista”, as quais poderiam ser realizadas pela associação sem capitulação passiva.

A colônia, por exemplo, não contém apenas os elementos que compõem a comunidade tradicional mais os que derivam da presença de estranhos e coexistem em interação com os nativos. Nos Estados Unidos ou no Brasil, a economia de plantação exigia uma diferenciação do espaço geográfico, humano e cultural que emergia do modo de produção dominante e da formação societária resultante desse modo de produção. Caio Prado Jr. insistia, com razão, no tipo de colônia — de exploração e de povoamento (poderíamos acrescentar: misto). À herança cultural nativa agregava-se aquela que era transplantada, com suas instituições sociais, suas técnicas mais ou menos complexas, os valores dos estratos dominantes e “conquistadores”, suas mentalidades, as estruturas da formação social e o seu potencial de aglutinação e de evolução. A sociedade colonial explode como uma realidade histórica nova. A questão do trabalho pode ou não ser resolvida com excedentes demográficos nativos ou mediante a importação de “trabalho por dívida”, trabalho escravo, trabalho assalariado do interior ou de fora do país. A isso há que se ajuntar os produtos, o seu armazenamento e sua exportação: a colônia é incorporada necessariamente ao mercado mundial e a alguns de seus dinamismos financeiros e comerciais. A média do lucro apurado, o quanto poderia ficar nas mãos dos donos das plantações e o quanto ia para o exterior, para companhias ou empresários metropolitanos ou de outros países (como sucedia em Portugal). Esse montante, por sua vez, decretava o grau de prosperidade inerente ao crescimento da colônia ou seu sufocamento. Algumas regiões “produtivas” (da perspectiva imediata) eram “desenvolvidas” como foi o nordeste dos engenhos; outras, não correspondiam a essa condição e sofriam uma satelização, como o sul do Brasil, uma região “subdesenvolvida”, de bandeirantes toscos, aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas, criadores, predadores de indígenas, prontos para servir, em fornecimentos de escravos ou em serviços de guerra defensiva, os senhores de engenho.

Esse quadro rápido esboça em que consistia a modernização. Tratava-se de expandir na colônia certa porção do mundo dos “colonizadores”. A ela cabia ordenar a colonização como processo social. Através dela, a colônia fazia parte da metrópole, pois dentro dela iriam escoar-se

aspectos típicos da vida social, econômica e cultural metropolitana. Como pensar a produção e o comércio sem sua existência? Só que não convinha nem era necessário à metrópole reproduzir-se totalmente na colônia. A metropolização interrompia-se nos limites mais estreitos da satisfação das necessidades da produção, do comércio, do governo, da vida social, cultural e religiosa, etc., que se transferiam de uma parte a outra. Em particular, seria um contra-senso dotar a colônia de autonomia equivalente àquela dos padrões civilizatórios metropolitanos. Isso levaria rapidamente a colônia à secessão. Só se transplantavam, em capital, em instituições e em valores o que fosse indispensável para que a colônia crescesse como e enquanto tal (isto é, como colônia). Os portugueses foram os “colonizadores” mais estritos na interpretação e prática desses limites, o que suscitou críticas vivas do Padre Vieira. O inverso, reproduzir na colônia todo o estilo de vida da metrópole só se tornava um objetivo coletivo dos “colonos” nas colônias de povoamento ou nas colônias de exploração “maduras”, ou seja, depois de um acúmulo de crescimento prévio e nas proximidades da época de independência. Contudo, esse não era um afã alentado pelas metrópoles, mas aspiração comum a uma “pátria livre” e à posse plena de dado padrão de civilização.

O crucial, em todo esse cenário, vinha a ser o limite da interrupção. Ele permite inferir que o crescimento por via colonial, neocolonial e da dependência não contém por si mesmo as energias da diferenciação possível do desenvolvimento em sua plenitude e escolhido em estado de liberdade. Os três tipos de dominação imperialista externa cortam ou estrangulam o crescimento, tendo somente em conta os interesses mercantis, financeiros ou de poder das metrópoles. É uma modernização estuante do ponto de vista da produção da colônia (ou de um país neocolonial ou de uma nação dependente). O filtro das inovações é restringido racionalmente e com frequência duramente contido. Por essa razão é que a modernização implica em crescimento econômico, sócio-cultural e político. Acima do crescimento assim determinado, a colônia (ou o país ou a nação) deixa de ser funcional para o desenvolvimento metropolitano e pode tornar-se um fator de autonomização precoce e de desenvolvimento independente dos satélites mencionados. Trata-se de uma característica universal, nas “nações capitalistas modernas”, desde o mercantilismo. A dialética da relação da metrópole e da colônia (ou do país neocolonial e da nação dependente) é específica e cruel. A colônia só pode crescer indefinidamente, diferenciar-se (em termos de estruturas históricas) e alcançar algum

grau significativo de desenvolvimento próprio quando ela alcança poder real para impor-se sobre e contra a metrópole, ignorar e esmagar seu absolutismo e caminhar sobre seus próprios pés. O estratagema das nações capitalistas mais dinâmicas e dominadoras sempre consistiu em imprimir à civilização ritmos muito rápidos de evolução: os laços coloniais se redefiniam em liames neocoloniais ou em uma pluralidade de relações de dependência sucessivas, o que provocou o inferno dos chamados “países pobres” ou “periféricos”. Sempre perto da utopia, da plenitude da fruição da civilização *in flux*; nunca dispondo de meios para superar a brecha comercial, o “atraso” e o “subdesenvolvimento”. Pois, quando logravam as condições para o salto decisivo, as cadeias da situação colonial, neocolonial ou dependente redefiniram-se em um nível mais alto e inatingível de desenvolvimento. Só os Estados Unidos e o Japão escaparam desse destino, cortando a partir de dentro a submissão existente ou possível. Os laços invisíveis da modernização como capitulação fundam-se no consentimento recíproco dos que lucram e retiram poder nos dois pólos dessa relação poder, os privilegiados nativos e seus parceiros do exterior.

Avançando nessa discussão, há os que sustentam, nos países centrais e nos países periféricos, que a civilização “pós-moderna” derrubou todas as barreiras, forjando um mundo só. Essa é uma verdade de superfície e de extensão do conceito. A ideologia das nações dominantes converte-se na ideologia das nações dominadas. O imperialismo penetrou fundo em todos os recantos da terra: na razão e na percepção da realidade; nos padrões de vestuário e nos estilos de vida; nos hábitos de comer e de morar, etc. Isso para os que podem fazê-lo. Os excluídos das nações pobres e proletárias só se servem dos restos do banquete. Os de cima e as camadas intermediárias comungam, através da mídia televisiva e impressa, de uma supra-realidade que não é a dos seus torrões natais. A descolonização, onde ela varreu as cabeças e os pensamentos, algumas vezes derrotou essa universalidade postiça, que envolve uma dualidade ética chocante. Só revoluções nacionalistas, onde elas foram libertárias, conduzidas por valores religiosos arraigados, por ideais socialistas em crisálida ou firmes, forçaram a descolonização a limpar modos de ser, de agir e de pensar, apontando como referência a desalienação coletiva do cárcere de luxo do capitalismo avançado. Todavia, esse processo entrou em colapso. As revoluções na ciência pura, na ciência aplicada e na tecnologia de ponta conferiram ao capitalismo oligopolista da era atual um poder de sedução e de conquista jamais alcançado por qualquer civilização conhecida.

Não é o objeto deste escrito o estudo dessas revoluções. Mas é preciso mencionar o que elas representam para povos e nações que não são sujeitos da história em processo. É preciso insistir: capitalismo oligopolista da era atual. Por quê? Pela simples evidência de que o capital oligopolista em suas origens, quando realizou a “partilha do mundo” e alicerçou as tragédias dos dias que correm, não possuía a força vital capaz de virar o mundo de cabeça para baixo. Ele se entrelaçava com uma forma de imperialismo que brotou das conquistas e das riquezas obtidas nas colônias e voltava-se para a intensificação da produtividade do trabalho ou para a associação entre capital financeiro, industrial e comercial, que fariam subir a acumulação de capital a patamares nunca vistos. Redesenhava o mundo e punha o universo diante de outra realidade histórica, o poder das nações capitalistas avançadas, por cima das contradições de interesses e das guerras, erigiam-se paulatinamente, com a ajuda dos geógrafos e dos “heróis” da tragédia moderna, na constituição de um ordenamento jurídico internacional (ou na semente de um sistema capitalista mundial de poder). Essa foi a primeira etapa de uma evolução, que se exhibe com o maior vigor possível em nossos dias, malgrado os obstáculos e os conflitos. Esse mundo universal alterou-se e contém dentro de si os germes de sua própria autodestruição. Mas a humanidade ainda não alcançou esse ápice alvissareiro. O capital oligopolista da era atual abate-se sobre as nações pobres e periféricas dentro de uma versão que oculta os elementos coloniais diretos e indiretos e esconde a dependência, minimizando-a como uma espécie de “transição de amadurecimento na comensalidade”.

A incorporação assume outro modelo, muito mais sutil — nem por isso dissimulável. Redefinem-se os laços e os alvos da dependência e o modo de concretizá-la. Não obstante, seus dois pré-requisitos são arrasadores. Primeiro, o imperialismo hoje quer a rendição total. Inventou-se uma lógica própria, a da privatização. Tudo o que foi laboriosamente montado nos países “em desenvolvimento” da periferia melhor aqinhoados deve ser privatizado, isto é, deve entrar numa partilha da riqueza, oculta por trás de operações financeiras espoliativas e de negócios de interesse mútuo e equivalente... Toda a infra-estrutura do sistema de produção e de circulação da periferia passou a ser obsoleto. Os parceiros estrangeiros manejam, através de agências bancárias, de firmas gigantes e da diplomacia estatal quem pode entrar nesse jogo e como os que entram devem comportar-se. Não há meio termo. Primeiro, pôr a economia interna em ordem. Segundo, definir as prioridades das operações estratégicas (na economia,

na sociedade, na cultura e no Estado). Terceiro, realizar o processo de sucessão como um trator, não poupando nada nem ninguém. No passado, cunhei o conceito de “capitalismo selvagem”. O capitalismo oligopolista da era atual é “super-selvagem”: a barbárie em coexistência com a civilização, que contém uma modalidade explosiva comparável à da bomba de hidrogênio mais destrutiva. Negociantes, empresários, tecnocratas, governos dos países sucateados, para ganhar uma dimensão pós-moderna, são instrumentais para atingir esse fim, com a cooperação inteligente, organizada e despótica dos organismos internacionais competentes. Estamos vivendo essa experiência. Dispensamo-nos de descrevê-la.

A privatização é o símbolo mágico, a senha que abre as vias de acesso garantido ao primeiro mundo. Só que, ainda neste universo transfigurado pela ciência e pela tecnologia de ponta, a modernização permanece presa às cadeias de Prometeu. O “país hospedeiro” não recebe as descobertas, os capitais e os meios para se erigir em nação pós-moderna. O que nele se expande são os componentes do espaço para que a florescente civilização invasora atinja e incorpore a periferia a seu próprio desenvolvimento. Os parceiros periféricos são desiguais e ficam com um rateio de benesses que os promove em entidades desprezíveis. Há uma mancha em suas esperanças róseas: eles compartilham o que entra em vias de obsolescência. Podem criar muitos processos e produtos ultramodernos, mas nunca serão “competitivos”, em escala mundial, para fazer frente às corporações gigantes em suas cidadelas estratégicas e às nações centrais (e, por enquanto, à sua superpotência, os Estados Unidos). A privatização é o novo “negócio da China” para as grandes potências. É uma ilusão medíocre para os seus imitadores baratos, condenados a colher os restos do banquete (pela associação ou pela compra de patentes e a aquisição de empréstimos). Portanto, no contexto histórico de hoje, preserva-se como forte equívoco a idéia de “decolagem para o desenvolvimento avançado” mediante a privatização. O que esta provoca são dois processos translúcidos: transferência de riqueza nacional mais ou menos gratuitamente aos parceiros preferenciais estrangeiros. Transferência de parcelas da riqueza nacional de maneira compensatória para as empresas gigantes nacionais e o capital financeiro, como uma função de legitimação. O Estado recua covardemente de seus deveres de defesa nacional — em territórios, gente e riqueza acumulada. Cede-as ao usufruto da “iniciativa privada”.

Mas há, ainda, outro elemento perturbador. O novo padrão de imperialismo não se contenta com a lei dos pequenos números. É tão grande e variada a massa de decisões sumamente complexas que ele precisa erguer tecno-estruturas, que exigem pessoal técnico e científico altamente treinado. As decisões não são só internalizadas, elas devem contar com extenso número dos talentos das nações centrais, capacitados para tratar dos negócios, do governo à mídia. Esse é um desdobramento regressivo da dependência, na direção de componentes específicos coloniais e neocoloniais ultrapassados. É o que singulariza a privatização como crescimento linear. Ela só ostenta as aparências de “desenvolvimento avançado”, nos limites da diferenciação econômica, psicossocial, cultural e política dentro dos parâmetros estabelecidos pelos acordos e controles das nações centrais.

Como se desenrola nos núcleos imperiais, a natureza e as conseqüências do processo global devem ficar fora do campo de visibilidade do senso comum. A “neutralidade ideológica” emerge como uma imposição primordial. Não que os agentes do capital oligopolista e de seu padrão de imperialismo queiram enganar-se ou obscurecer a razão dos nativos, ou que eles tenham reavaliado o debate intelectual falso sobre o “fim das ideologias”. Nada disso! É que a realidade aparece aos seus olhos de forma brutalmente pragmática e realista. O apelo ao “neoliberalismo” constitui, assim, uma resposta enfiada. Quem não tem razões a dar recorre àquela menos desacreditada e que está mais à mão. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e também no Japão o liberalismo resguarda um encanto lírico e tocante. O capitalista visa ao lucro vorazmente, mas não esquece de suas funções sociais diante da pobreza e da solidariedade humana exemplar. Por que não? O liberalismo serviu como ideologia dos impérios nascentes. Por que descartá-lo no momento em que o capital ganha uma forma refinada de acumulação originária (em todos os países mencionados e em outros) e no qual ele dita suas próprias regras morais às custas dos serviços sociais e das funções legitimadoras do Estado capitalista? Quem esqueceu ou poderá esquecer as palavras ríspidas e impiedosas da senhora Thatcher, dirigidas aos trabalhadores das minas de carvão e aos países periféricos, sujeitos à decadência ou escravizados por um débito diabólico; e quem não sabe como o presidente Reagan diminuiu os direitos sociais com uma mão, prejudicando os pobres mais miseráveis, e reduziu os impostos dos investidores mais ricos? Portanto, o “neoliberalismo” foi produzido como um artefato e como um artifício, por seu apelo

democrático e humanitário, pela ausência mesma de uma ideologia autêntica. Mas ele cobre o mesmo significado que esta última: afasta os interesses e os alvos reais dos olhos de maiorias que estão prontas a ouvir sem entender e a dissimular-se atrás do silêncio que consente.

Este mito especular não tem fundamento lógico. Disseminou-se como uma operacionalização formalista de cientistas econômicos e políticos, que se confraternizam como servos e sacerdotes do capital financeiro e oligopolista. E está dentro das fronteiras das probabilidades, porque as superpotências, como os Estados Unidos e as nações capitalistas hegemônicas em busca de seus mercados integrados, se acham material e belicamente preparadas para cortar o curso natural da história e introduzir variantes que escapam à história concreta “possível” (examine-se a Guerra do Golfo e a situação do Iraque e do mundo diante dessa manifestação de nazismo “democrático”). O totalitarismo foi além da reflexão racional: onde Hannah Arendt situaria essa manifestação de violência concentrada estúpida e amoral? Chega-se por esse atalho à noção do “fim da história”. Por dentro do “neoliberalismo” só se pode concluir que a história não existe mais. O capitalismo oligopolista da era atual supre todas as necessidades materiais e espirituais dos seres humanos, da cabeça aos pés. Por que ceder à história como realização da liberdade com igualdade e como produto das atividades práticas coletivas de massas humanas, entregues ao irracionalismo do senso comum? Seria um contra-senso! As elites que comandam e dirigem as tecno-estruturas extraem a história pronta e acabada das entranhas do capital oligopolista. Entre muitos reparos que seriam implacáveis, prefiro as conclusões de Harold Laski. O liberalismo desapareceu junto com as condições históricas que desvendaram seu invento e condicionaram o seu desenvolvimento como ideologia. Não há mais lugar para um “neo” — nem necessidade disso. E como conciliar qualquer irradiação do liberalismo nas estruturas de poder e de maldição do capitalismo oligopolista de hoje? Onde medram as condições históricas que lhe atribuam ideologicamente uma segunda natureza ética, se ele próprio repele a historicidade, projetando-se acima do bem e do mal? Ouço um murmúrio: tosquiemos os seres humanos em toda parte e em todo o mundo, ou eles sucumbirão, vítimas de sua compassividade e de objetivos mesquinhos, que afastam a felicidade do prazer. Os tecnocratas e os dirigentes coproprietários das corporações gigantescas são os equivalentes dos “senhores da guerra” de nossos dias. Praticam a devastação a sangue frio. Mas se julgam os “heróis míticos” da civilização pós-moderna, já no seu estágio “eterno” de maior

esplendor. Como conciliar seu temperamento e moralidade com os clássicos do liberalismo, como Adam Smith ou John Stuart Mill? Nenhum “neo” redivive uma teoria ou uma concepção de mundo, onde elas não existem nem podem existir! Essa é uma desgraça que se abate sobre nós, que devemos contra-atacar e defendermo-nos com denodo. Se perdermos esse combate, o Brasil voltará à estaca zero e quase 7 gerações se reduzirão a “gerações perdidas”.<sup>1</sup>

1. Iniciando-se a contagem em 1822 e calculando-se a geração segundo a duração aceita, de 25 anos.

## Sociologia e socialismo\*

A crise da civilização capitalista se processa através de duas formas contrapostas de tensão. De um lado estão as forças que operam a partir da “estrutura íntima” da economia capitalista, da sociedade de classes e do Estado burguês. São as forças tão bem conhecidas e explicadas, que promovem, ao longo de uma duração secular, o “desmoronamento” dessa civilização. De outro estão as forças que nascem das alternativas socialistas, parcialmente internas e parcialmente externas a essa crise, e que constroem, dentro de um mundo histórico em desagregação, um novo padrão de civilização (ou seja, de organização socialista da economia, da sociedade e da cultura).

Essa crise estabelece uma coexistência tormentosa entre forças intrinsecamente contraditórias e que se chocam em todos os planos da vida, suscitando terríveis impasses intelectuais. E é esta tensão que torna difícil a autonomia crítica do intelectual, que nos interessa aqui, de modo direto. Não podemos fugir a ela, qualquer que seja a nossa condição econômica, social ou política. E o sociólogo se defronta, por sua causa, com uma dura realidade permanente: seus papéis intelectuais específicos são apanhados nas malhas dos impasses com tal intensidade que ele se vê na contingência de refletir sobre as conseqüências do condicionamento externo sobre as exigências do pensamento inventivo na ciência e de procurar meios para defender os requisitos da indagação científica objetiva em seu campo de trabalho. No entanto, as conseqüências negativas do impacto e do condicionamento externos já foram tão longe que os sociólogos não podem mais defender sua responsabilidade intelectual a partir das chamadas “liberdades fundamentais”. O que eles precisam descobrir e dizer exige uma proteção mais complexa, que põe em jogo a sua liberdade de comunicar-se

\* *Opinião*, 20/07/1975 (publicado sob o título: “Sociologia — Tirando o socialismo da quarentena”).

e de interagir com os grupos e classes que tornam o “desmoronamento” uma realidade histórica. A práxis política se desdobra, portanto, engolfando o pensamento inventivo e a atividade intelectual criadora dos sociólogos que respondem ao apelo de estudar objetivamente e de colaborar praticamente nos grandes processos de transformação revolucionária da ordem existente.

Em tal situação, ao contrário do que afirmam os corifeus de uma pretendida “neutralidade científica”, é impossível (e também indesejável e improdutivo) separar a investigação sociológica do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo. A realidade impõe que ambos avancem interligados, influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda. Na verdade, pode-se ser sociológico sem ser, ao mesmo tempo, socialista; e, reciprocamente, o movimento socialista pode passar fora e acima da investigação sociológica institucionalizada. No entanto, a análise e a explicação sociológicas dos grandes processos históricos de nossa era não só têm de levar em conta as premissas teóricas e as conseqüências práticas do socialista, elas precisam se abrir para os vários aspectos do desmoronamento e da construção do socialista, seja como “dados empíricos”, seja como elemento da estrutura do horizonte intelectual do sujeito-investigador (o que pressupõe não só uma metodologia especial mas, também, uma atitude ou orientação política). Além disso, tendo-se em vista a complexa resistência do capitalista monopolista e do Estado capitalista moderno ao desmoronamento e à transição socialista, hoje nem o “socialista revolucionário” pode prescindir das contribuições da investigação sociológica, resulte ela de uma produção improvisada do publicista e do intelectual de partido ou da colaboração do sociólogo profissional engajado.

Isso explica as duas oscilações que se observam no chamado “mundo acadêmico”, tanto nos países do núcleo quanto nos países da periferia da ordem capitalista mundial. Os clássicos do socialismo, postos de quarentena ou excomungados, voltam à tona e se incorporam de maneira crescente à teoria geral corrente. Não é só Marx, Engels, Proudhon, etc, que ganham nova proeminência. Quebrou-se a ruptura que eliminava a contribuição teórica das correntes socialistas ao pensamento científico: os “críticos da sociedade” são, de novo, incorporados às várias tendências da sociologia, como sucedia no século XIX, não importando o consenso dos especialistas a respeito de seu *status* profissional (sociólogos, filósofos, economistas, agitadores etc.). Em conseqüência, ocupam o centro do palco

autores cujas contribuições nunca deveriam ter sido negligenciadas ou ignoradas, como Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukhárin, Trótski, Stálin, Mao Tsé-tung, Kautski, Hilferding, Lukács, Marcuse, etc. E, concomitantemente, restabelecem-se os nexos entre um certo tipo de investigação histórico-sociológica e o movimento socialista. Os sociólogos que se definem perante “as exigências práticas da situação”, como se diz, perderam a liberdade de omissão. Ao repudiar a “neutralidade científica”, eles se defrontam com um compromisso intelectual que se equaciona, de modo imediato e imperativo, como um dever de objetividade crítica, de responsabilidade política e de participação militante, que forçam o “mundo acadêmico” a romper com o isolamento intelectual e político, ao mesmo tempo que colocam um paradeiro à ritualização da investigação sociológica institucionalizada. As duas oscilações conduzem, pois, a um mesmo resultado, evidenciando que os critérios de verdade da ciência valem tanto para a explicação da realidade quanto para a sua alteração.

Em conseqüência, o socialista penetra nas áreas de trabalho intelectual do sociólogo como processo vivo (não como “objeto morto”), que põe a sociologia em interação com a transformação real da sociedade e infunde à investigação sociológica uma dimensão prospectiva e política. Trata-se, aqui, de uma transição concreta, que não se apresenta do mesmo modo nas várias sociedades de classes do centro e da periferia. Onde o movimento socialista é fraco e ambíguo, o sociólogo fica livre, apesar do novo jargão “crítico”, “militante” e “participante”, para dar pleno curso a novas modalidades de ritualização da investigação sociológica e de neutralização política do pensamento científico. Ele continua a ser funcional para os interesses da ordem estabelecida e converte-se no fiador de um sucedâneo pobre do antigo “socialista de cátedra”, fomentando, por exemplo, a corrupção burguesa do marxismo, mesmo em nome de Marx e da casuística marxista mais rigorosa. Onde o movimento socialista é firme, o sociólogo encontra novos suportes externos à revolução de sua autonomia intelectual, ganhando, assim, a base material a partir da qual pode conjugar a “explicação” com a “alteração” do mundo.

As peculiaridades brasileiras, a esse respeito, são bem conhecidas. Aqui, não é só o movimento socialista que é débil; a própria revolução burguesa se realiza em conexão com os dinamismos da economia capitalista mundial, sob uma dominação de classe fortemente pró-imperialista e dissociada dos incentivos à crítica da sociedade que

poderiam nascer ou ser fomentados pelo nacionalismo revolucionário de tipo burguês. Os arroubos “críticos” ou “militantes” dos sociólogos tiveram de submeter-se a uma censura externa ultra-intolerante e ultra-repressiva, fato que foi ignorado no início da experiência universitária, mas se tornou patente nos últimos dez anos. Não obstante, os sociólogos brasileiros não constituem exceção à regra. Eles também se viram apanhados pelas duas oscilações apontadas e não podem recuar diante de suas implicações teóricas e práticas. A crise da civilização burguesa não constitui um fenômeno isolado: ela atinge, ao mesmo tempo, o núcleo e a periferia do mundo capitalista. Por isso, ao se alcançar o clímax da revolução burguesa, ainda que combinando a intensificação da dominação externa com a variante brasileira da autocracia burguesa, também se alcançou, concomitantemente, o limiar de um novo desabrochamento crítico da investigação sociológica.

A explicação dessa concomitância paradoxal não reside nas tendências do nosso movimento socialista propriamente dito. Este existe, pois, no mínimo, estaria embutido no processo de desmoronamento secular da civilização burguesa, que se repete tanto nos “países velhos” quanto nos “países novos” e leva à mesma direção. O sociólogo brasileiro participa, por aí, da inquietação socialista do mundo moderno. De outro lado, o subdesenvolvimento e a dominação externa compelem os sociólogos da periferia a se dedicarem mais intensamente à observação, análise e interpretação dos mecanismos da imperialização da dominação e da revolução burguesas (o que explica a importância que aí se deu à chamada “sociologia da dependência”). Mesmo sem um forte impulso externo do movimento socialista organizado, os sociólogos acabaram praticando uma investigação sociológica rebelde à ritualização e francamente identificada com a herança intelectual do socialista. Por fim, deve-se levar em conta os fracos impulsos que o sistema das ciências pode dar, nos países capitalistas da periferia, à investigação propriamente objetiva e crítica da realidade. Só do socialista o sociólogo pode retirar uma autêntica vocação sociológica crítica, suscetível de romper com o monolitismo cultural do pensamento conservador e com uma visão do mundo intrinsecamente contra-revolucionária, que exclui a ciência do momento de vontade política, que tende a unir o inconformismo intelectual às propensões revolucionárias das classes despossuídas.

É nesses termos, aliás, que se coloca a tão discutida questão da “imaginação sociológica”. A verdadeira imaginação sociológica só existe

e floresce onde há plena compreensão crítica da ordem existente e uma projeção responsável dos papéis intelectuais dos sociólogos nos processos de transformação revolucionária dessa ordem. Situar a imaginação sociológica em um plano estritamente formal, como uma espécie de embate abstrato de tendências ontológicas e metodológicas em pugna, representa também uma forma de evasão. Qual seria a eficácia prática da contribuição intelectual do sociólogo se ele se omitisse diante dos “grandes dilemas históricos”?

Em suma, o sociólogo brasileiro não possui qualquer motivo para eximir-se das conseqüências ideológicas e políticas da crise da civilização burguesa. Ele pode opor-se a qualquer movimento e combatê-lo, ou aceitar congruentemente que a crise dessa civilização afeta a todos e que é melhor, portanto, estar preparado para dela participar como e enquanto sociólogo. Esta última posição permite várias opções (para as quais venho chamando a atenção desde o início da minha carreira), que redefinem o significado da objetividade e da neutralidade no campo das ciências sociais. Qualquer que seja o caminho escolhido — o de Gilberto Freyre ou o meu — haverá uma irrupção dos grandes conflitos sociais no horizonte intelectual do sociólogo e na performance da explicação sociológica. No fundo, temos de arcar com a responsabilidade de saber em relação a que somos funcionais (ou instrumentais): ao pensamento conservador, que se converteu, inexoravelmente, num pensamento contra-revolucionário nos últimos 45 anos, ou ao pensamento socialista, o único que encarna as potencialidades da transformação revolucionária da ordem social imperante no Brasil.

O que não possui sentido é a internalização da repressão, sob o argumento de que a uma repressão absoluta seria mais adaptativo e “inteligente” antepor-se uma acomodação passiva também absoluta. Na verdade, nunca existiu nem existirá historicamente, nos marcos da civilização burguesa, uma “repressão absoluta”. Quando a repressão invade o íntimo da vontade e da organização da responsabilidade, chegando a anular a essência do pensamento inventivo e da objetividade crítica na ciência, então ela deixa de ser uma realidade externa, imposta de fora para dentro. O próprio sociólogo absorve e legitima a repressão, infundindo nela uma “dimensão absoluta”, que não significa outra coisa que o comércio puro e simples com a ordem existente (como recurso de autodefesa e como meio de preservação de vantagens, que seriam destruídas de outro modo). Nesse

passo, a omissão não leva apenas à neutralidade intelectual: ela conduz à neutralização da ciência e à associação do sociólogo aos processos espúrios pelos quais se corrompe a investigação sociológica.

Há, portanto, um limite que separa, claramente, a repressão imposta por controles “autoritários” ou “totalitários” do colapso da vontade e da responsabilidade intelectual do próprio sociólogo. Esse limite, em nosso caso, implica certos deveres, que são bem conhecidos. Eles constituem o ABC da iniciação ao pensamento científico e podem ser facilmente formalizados de maneira sintética. Primeiro, é obrigação fundamental do sociólogo impedir, por todos os meios possíveis, toda e qualquer corrupção da investigação sociológica. Ele não pode absorver e dar validade a formas de controle do pensamento que destruam a eficácia do pensamento científico (ou seja, do pensamento sociológico). Segundo, o sociólogo pode (isto é, dispõe de meios intelectuais de autodefesa) e deve exercitar uma militância profissional intransigente, para resguardar a imaginação sociológica (no sentido indicado), de qualquer forma sistemática de corrupção espontânea ou institucionalizada. A deterioração reativa da imaginação sociológica — mesmo por medo ou através de formas aparentemente respeitáveis de cooptação — significa uma limitação externa da autonomia de que o sociólogo carece para corresponder livre e criadoramente a seus papéis intelectuais. No conjunto, não são os “donos do poder”, mas os sociólogos que devem determinar a natureza e o alcance de sua contribuição à crítica e à transformação da sociedade.

### 3

---

## A LUTA PELO SOCIALISMO

## Nós e o marxismo\*

Entre as discussões ideológicas da crise do marxismo sobressai uma tendência: a que se firma na idéia de que “Marx está superado”, independentemente do valor intrínseco de suas idéias. Ele só poderia tomar em conta as condições em que aparece e se desenvolve inicialmente o capital industrial. Ora, posteriormente o capitalismo sofreu sucessivas transformações tecnológicas, organizatórias e se internacionalizou, acompanhando a evolução do mercado mundial. Em consequência, as idéias de Marx valem, tanto teórica quanto praticamente, para “o capitalismo de sua época”. Seria inútil pretender enfiar a realidade em fórmulas que não possuem mais existência real, para restabelecer a validade do marxismo, na economia ou na prática política revolucionária, seria preciso construir uma nova teoria e uma nova práxis, que mantivessem algumas premissas das idéias originais de Marx, mas partissem da situação existente.

Poder-se-ia chamar tais revisionistas de “revisionistas orgânicos” — e o protótipo continua a ser Bernstein, embora a envergadura da revisão, em nossos dias, cinda muito mais a teoria da prática. No entanto, essa teoria se propõe um objetivo que não caía no horizonte intelectual de Marx, ou seja, edificar uma ciência da economia; e a “nova prática” se perde no recuo (ou aburguesamento definitivo) do socialismo reformista (como “socialismo democrático” *tout court*). Não pretendo levantar, aqui, uma discussão sobre as duas questões. A crise do marxismo, hoje, afeta muitos fatores que não podem ser avaliados simplesmente em um pequeno artigo. E o essencial, para quem se localize em uma posição verdadeiramente marxista, ainda consiste em separar o que nessa crise procede do crescimento inevitável do marxismo, nas condições revolucionárias atuais,

\* *Nova Escrita Ensaio*, Ed. esp., Ano V — nºs 11 e 12: “Marx Hoje”, São Paulo, 1983, p. 125-146.

da mistificação ideológica que se procura passar por “marxismo”, a qual assume várias formas (a partir da Europa e dos Estados Unidos ou, mesmo, dos países em transição para o socialismo). No interior de uma posição marxista coerente, a crise é um processo normal e necessário — e não pressupõe a negação das “idéias de Marx”. Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as “suas idéias” se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe etc., tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. As contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo assumem dimensões aterradoras exatamente por isso. Todas essas condições objetivas foram postas em um contexto internacional, o que conferiu às contradições básicas do capital industrial o gigantismo e uma magnitude ultradestrutiva, que ele não podia ter na época de Marx. De outro lado, essa evolução fortaleceu o capital contra o movimento operário revolucionário. Isso é evidente. Contudo, ainda aí, a lição comprovada de Marx preserva o seu valor. Ao manifestar-se contra a existência e o desenvolvimento de “nações socialistas”, a contra-revolução do capital centuplica as proporções da revolução social. Portanto, ao contrário do que pensam os adeptos do reformismo “democrático”, a necessidade da revolução contra o capital nem desapareceu para sempre, graças às “reformas capitalistas do capitalismo”, nem se atenuou ou foi vergada pelo novo sistema de poder mundial do capitalismo. Essa necessidade se mantém tão viva e tão forte que a contra-revolução em escala mundial não logra atingir mais do que seus fins superficiais, ainda que isso só seja bem visível nas nações capitalistas da periferia. O que importa: a “verdadeira revolução” cresce juntamente com a modernização e a internacionalização do capital; a contra-revolução ativa ou reativa o seu contrário, o que faz com que hoje o marxismo seja tão verdadeiro e ameaçador na esfera da práxis quanto na da teoria.

Estas considerações surgiram à minha cabeça quando recebi o convite de José Chasin para “escrever alguma coisa” destinada a este número de *Nova Escrita Ensaio*. Oscilei entre redigir uma evocação a Marx ou em aproveitar as anotações de alguma das aulas que venho dando no curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Por fim, fixei-me no segundo alvitre (que permite mostrar qual é a

natureza da “crise do marxismo”...) e escolhi como tema o roteiro de uma aula sobre “desenvolvimento independente de classe e luta de classes”, exposta em 16 de março de 1981 (e rerepresentada em 10 de agosto do mesmo ano). É claro que o roteiro não poderia ter, aqui, o mesmo aproveitamento que em uma aula de três horas ou três horas e meia. Além disso, várias citações tiveram de ser omitidas (embora não todas!). Pareceu-me esse um bom modo de homenagear Karl Marx no centenário de sua morte. Não preciso provar que suas idéias são vivas e atuantes. Basta estabelecer que elas suportam o confronto com uma situação histórica tão distante e distinta para se concluir que o pensamento teórico e prático de K. Marx não perdeu veracidade interna e histórica e ganhou maior eficácia revolucionária. A vantagem de uma discussão deste tipo é transparente. Ela evidencia qual é a nossa relação com o marxismo. O Brasil, como outros povos dependentes e explorados da América Latina, tem de estar do lado do marxismo revolucionário, o marxismo autêntico, que retira sua possibilidade teórica e seu sentido prático da existência do oprimido e da capacidade auto-emancipadora dos trabalhadores assalariados. No limite histórico de sua manifestação como força social revolucionária, eles não aperfeiçoam a sociedade burguesa — a destróem. Essa é a essência do capitalismo do século XIX, do século XX ou do século XXI! Ele não tem nem pode ter outra, pois o contrário exigiria que o próprio Estado capitalista fosse capaz de “extirpar o despotismo do capital sobre o trabalho, condição de sua própria existência parasitária”, como escreveu Marx <sup>1</sup>.

### A perspectiva do Manifesto do Partido Comunista

Esta exposição se propõe retomar a perspectiva da *Manifesto do Partido Comunista*. Ainda hoje, ela é a que melhor permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletários como classe em si e a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes. Não é nem uma perspectiva “eurocêntrica” ou “superada”, historicamente, pois as classes não desapareceram e tampouco a luta de classes deixou de existir; nem é uma perspectiva “eurocêntrica”, inaplicável nos países de desenvolvimento capitalista secundário e satelizado, porque o que entra em jogo são as condições mesmas da existência

1. K. Marx, *La Guerre Civile en France*. 1871 (La Commune de Paris), Paris, Éditions Sociale, p. 72.

das classes e de suas funções sociais negativas e construtivas, o que, como Marx indicou expressamente, pode variar com o grau de desenvolvimento das classes trabalhadoras e assumir formas mais humanas ou mais brutais.<sup>2</sup>

Duas coisas se impõem à discussão preliminar: primeira, a forma do desenvolvimento capitalista; segunda, o estágio (ou fase) relativo da constituição da classe trabalhadora. Não se pode tomar o desenvolvimento do capital industrial na Inglaterra como padrão histórico; este era, como descrevem alguns economistas, auto-sustentado, dispunha de várias vantagens relativas, entre outras a capacidade de controle sobre o comércio exterior, a impulsão de imensas colônias e dos dinamismos da espoliação colonial, a precocidade de sua hegemonia industrial e política etc... De outro lado, os ritmos do desenvolvimento e a vitalidade do capital se refletem nos ritmos do desenvolvimento e na vitalidade da classe trabalhadora. Seria paradoxal que uma "burguesia fraca" tivesse como oponente, na cena histórica, um "proletariado forte", pois a coalescência e o vigor da classe trabalhadora repousa, literalmente, no grau de desenvolvimento da produção capitalista como um todo. Além disso, seqüências históricas não são prefixadas, de uma vez por todas, ou válidas universalmente. Marx assinalava, no texto citado, que não se preocupava com a intensidade maior ou menor dos antagonismos sociais inerentes às "leis naturais da produção capitalista". Mas, com estas leis mesmas, com as "tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade" (daí a descrição que apresenta: um país industrialmente mais desenvolvido mostra aos de menor desenvolvimento a imagem de seu próprio futuro).<sup>3</sup> O que quer dizer: é preciso buscar nos fatos concretos essas tendências, que retratam o que ocorre graças ao desenvolvimento da produção capitalista e, também, inversamente, graças à insuficiência do seu desenvolvimento.<sup>4</sup>

Se se trata de aproveitar a perspectiva de descrição, de interpretação e de luta política contida no *Manifesto do Partido Comunista*, é conveniente explicar a comparação entre a situação existente no Brasil hodierno e a que prevalecia na Inglaterra, quase no limiar da segunda

2. Cf. *El Capital*, trad. do prof. M. Pedrosa, México, Ediciones Fuente Cultural, s.d., o prefácio da 1ª edição.

3. Op. cit., p. 65.

4. Idem.

metade do século XIX. Existem similaridades estruturais e dinâmicas, no confronto das respectivas classes operárias. Estas atingem finalmente, graças aos efeitos da industrialização intensiva e da modernização provocadas pelos grandes conglomerados industriais, privados ou estatais, os requisitos econômicos, sociais e políticos da classe em si (ou seja, não somente "uma classe diante do capital", mas uma classe "em si mesma").<sup>5</sup> Em termos comparativos, trata-se de uma evolução lenta, de aceleração oscilante e plena de ambigüidades. Se se toma a década de 1910 como ponto de referência, foram precisos 75 anos para que a classe operária alcançasse esse patamar histórico. Os elementos diferenciais não aparecem, porém, apenas na constituição dos proletários como classe. Eles se desenham com igual ou maior força na evolução da burguesia, que não é uma burguesia nacional e "conquistadora", mas uma burguesia associada, dependente e pró-imperialista. Portanto, as diferenças específicas externas dizem respeito ao contexto histórico: procedem da estrutura e dos dinamismos do capitalismo monopolista na era atual, da existência de um setor hegemônico da burguesia que é agente da dominação imperialista, do papel ativo desempenhado pelo Estado (nas mãos dessa burguesia associada) no desenvolvimento econômico, na propensão em tratar as classes oprimidas, em geral, e o seu setor operário, em particular, como um "inimigo da ordem" — travando deliberadamente, assim, o seu desenvolvimento de classe, reprimindo as manifestações de autonomia do movimento operário e convertendo a luta de classes em "questão de polícia" — etc. A burguesia como um todo vê a sua revolução como "desenvolvimento com segurança", excluindo pela violência extrema, se necessário, a classe operária de qualquer intento de criação de uma comunidade política nacional (no sentido em que esta é conciliável com o despotismo do capital) e de realização de uma revolução democrática (no mesmo sentido). Ela própria se incorpora a um sistema de poder mundial, que solapa institucionalmente estas tendências, e confere eficácia duradoura ao controle violento da ordem por parte dos estratos estratégicos das classes dominantes.

Portanto, a comparação desemboca em constatações rigorosas e muito duras para os anseios revolucionários das classes trabalhadoras. Ao atingir um estágio de desenvolvimento que lhe oferece uma

5. Cf. *Miséria da Filosofia*, trad. M. Macedo, São Paulo, Editora Flama, 1946, p. 155.

nova realidade histórica, nem por isso o proletariado brasileiro conquista automaticamente vantagens imediatas e diretas. Seria interessante meditar sobre a seguinte passagem de Marx: ela joga muita luz sobre as conquistas recentes dos operários do ABC e de seus sindicatos. “O proletariado, ao impor a República ao Governo Provisório e, através do Governo Provisório, a toda a França, apareceu imediatamente em primeiro plano, como partido independente, mas, ao mesmo tempo, lançou um desafio a toda França burguesa. *O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas não, de modo algum, a própria emancipação*”<sup>6</sup>. Ao enfrentar a ditadura e ao desobedecê-la, o proletariado vergou o arco do despotismo burguês — mas assustou todo o sistema de poder capitalista, em suas ramificações nacionais e internacionais, e não conquistou outra coisa além do espaço político que abocanhou para lutar como classe plenamente constituída, que exige sua autonomia como e enquanto classe e a liberdade para travar tal luta em todas as direções necessárias. A “revolução secundária” da burguesia não absorve naturalmente (ou sob a pressão dos fatos consumados) esse avanço do proletariado e, por conseguinte, não o assimila como uma força social de equilíbrio e de transformação progressiva da ordem existente. Por sua vez, o proletariado vê-se compelido a sustentar as posições ganhas com sacrifícios extremos, por assim dizer arriscando tudo para livrar-se, coletivamente, de um retrocesso e das tenazes da repressão, que buscam atrofiar sua capacidade de lutar por sua emancipação de classe, o que não impede que essa capacidade de luta, apesar de incipiente e ainda frágil, possibilite, pela primeira vez na história do Brasil, que o proletariado aproveite em seu benefício as contradições da economia capitalista, da sociedade atrasada, miserável e subdesenvolvida que ela montou no país, do Estado burguês, títere do capital estrangeiro, da dominação imperialista e permanentemente ditatorial, qualquer que seja a coloração de sua “legitimidade”. Em suma, no pólo operário a “revolução secundária” da burguesia é refugada, sendo posto em seu lugar um processo alternativo de revolução dentro da ordem, fundado nos interesses de classe dos trabalhadores e da imensa maioria dos oprimidos, quase todos, na verdade, trabalhadores semilivres, mais ou menos destituídos de garantias econômicas, de condição civil e de direitos políticos.

6. “As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850” (cf. *Textos*, São Paulo, Edições Sociais, 1977, vol. III, p. 93-198), citação extraída da p. 177. O grifo é meu.

Por aí o Brasil penetra na fermentação política da luta de classes na América Latina de nossos dias. Vive as crises da dominação burguesa de dupla face: a do Estado “nacional” títere e ditatorial; e a do sistema de dominação externa, com frequência sob hegemonia norte-americana. A primeira ruptura desse esquema se manifestou nitidamente em Cuba<sup>7</sup>, com a conquista do poder pelo exército rebelde. O fulcro popular, democrático-nacionalista e antiimperialista da revolução aplastou o antigo regime e o aparentemente invulnerável centro de poder neocolonial norte-americano. No momento, o processo se repete: Nicarágua, El Salvador, Guatemala... O revolucionarismo democrático-popular, o nacionalismo revolucionário e o antiimperialismo fomentam a desestabilização desse duplo sistema de poder associado. Só que no Brasil, como em alguns outros países com maior desenvolvimento industrial e maior densidade da classe operária, o recorte do processo apresenta peculiaridades. As classes operárias servem definidamente de pião ao agravamento insolúvel da crise do poder burguês. Enquanto os estratos radicais da burguesia e da pequena burguesia se compõem com a ordem, satisfazendo-se com os compromissos do “gradualismo democrático”, os setores mais firmes e decididos da classe operária e seus órgãos de luta política rompem frontalmente com a ditadura e combatem a recomposição do poder, com todas as suas forças. A instabilidade — o terror da burguesia nacional e estrangeira — configura-se como um objetivo central. A ordem existente nada tem a oferecer. Instabilizá-la é o primeiro passo para levá-la à derrocada, o ponto de partida da revolução dos oprimidos nas áreas nas quais o capitalismo nasceu, cresceu e atingiu sua maturidade vinculando o capital a várias formas mascaradas de colonialismo.

Esses são dois exemplos da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Por enquanto, só um deles patenteia, através de Cuba, como se processa a desagregação do monstruoso Estado burguês, que a partilha do mundo implantou na América Latina. O outro esteve a ponto de mostrar-se às claras no Chile, mas a relação entre contra-revolução e revolução pendeu para o lado mais forte, mais organizado e, também, mais resolvido à luta impiedosa. Todavia, isso tem pouca importância: as tendências históricas se revelaram por completo. O poder burguês pode

7. Ver. G. Pierre-Charles, *Génesis de la Revolución Cubana*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1976, passim. Cf. também J. Riverend, *La República. Dependencia y Revolución*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 3. ed; 1971, caps. XXII-XXIV; F. Fernandes, *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979, cap. III.

muito e logra paralisar a história prolongadamente. Alcançado um ponto decisivo de ruptura, contudo, ele se deteriora e se esfarela rapidamente. A retaguarda imperialista não pode impedir essa evolução, pois, se pudesse, ela selaria o destino da civilização e da humanidade. Depois que consegue completar o ciclo de sua transformação em classe em si mesma, a classe operária converte-se no fator principal de alteração da ordem, e o faria em sentido capitalista, se o capitalismo tivesse para elas, de fato, “uma face humana”. A obstinada resistência da burguesia nacional e estrangeira, em conjunto, não deixa alternativa. A “revolução dentro da ordem” se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. A desagregação do Estado burguês é fatal. Perdido ou anulado pela maioria da população o esteio da violência institucional encarniçada, ele desaba. Os que sempre foram tratados como “inimigos da ordem” e sempre foram excluídos da sociedade civil só acham uma saída: construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e antiimperialista à emergência e à vitória do socialismo.

Em resumo, nem tudo é negativo nas condições de “clamorosa injustiça social” nas quais florescem o que batizei, há tempo, de capitalismo selvagem. Refletindo globalmente sobre essas condições, é fácil constatar que, por trás das dificuldades do desenvolvimento da classe operária, existem compensações frutíferas. Os proletários, ao se constituírem como classe relativamente autônoma e capaz de desenvolvimento independente, abrem novos rumos para toda a sociedade. Suas estratégias de luta de classes são típicas da periferia; não poderia ser de outra maneira, porque aqui está o cerne da socialização política que lhes restou e do próprio fechamento histórico da revolução burguesa pelas elites das classes dominantes, nacionais e estrangeiras. Não é esta a ocasião de discutir se a violência implacável da minoria, por séculos, “justifica” a violência efêmera da maioria. O que importa é reconhecer que esta violência é construtiva, ela abre novas evoluções e transforma a rebelião dos oprimidos em condição objetiva de emancipação de toda a sociedade. De outro lado, o que sobressai, de todo o quadro, é a vulnerabilidade da “transformação capitalista” na periferia. O que podem prometer as classes burguesas quando elas estrangulam a sua revolução, se elas não são capazes de oferecer às outras classes as condições de liberdade intrínsecas à existência do capital e à exploração do trabalho como mercadoria? Que confiabilidade ou “aliança”, mesmo precária, podem elas obter quando a ordem que representam aprisiona o “trabalhador livre” a um odioso cativo, sob a chibata da

miséria, da espoliação desenfreada e da crueldade? O ímpeto à emancipação de uma classe trabalhadora formada nessas condições objetivas dissolve todo e qualquer vínculo do operário com a sociedade burguesa, funde anticapitalismo e antiimperialismo e impulsiona todos os oprimidos à “revolução total”. Não é o fantasma de Marx que desvenda essa realidade. São os fatos crus e duros de uma América Latina que não pode forjar a sua própria história sem antes libertar-se do despotismo do capital, convertido aqui em despotismo pleno e global.

### As tarefas políticas da classe operária

As ponderações feitas acima possuem dois objetivos. Primeiro, salientar que o *Manifesto do Partido Comunista* continha uma proclamação revolucionária válida para o presente imediato e para o futuro distante da Europa e, também, para situações ulteriores, associadas à difusão do capitalismo nas antigas colônias e à expansão posterior do industrialismo. Marx e Engels tinham em mira tendências que eram simultaneamente históricas e estruturais. A nova história, tanto na Europa quanto nos países de origem colonial, iria exprimir, em primeiro lugar, estas tendências estruturais, que se amoldou a modos de produção pré-capitalistas e, mais tarde, os transformou e os destruiu. Em toda a parte, ao constituir-se, a classe operária convertia-se em porta-voz natural dos oprimidos, qualquer que fosse a sua proporção no conjunto da população local, e da mensagem política do socialismo proletário. Segundo, se é importante recuperar o *Manifesto do Partido Comunista* como um “clássico das ciências sociais”, mais importante ainda é preservar a sua leitura política. Nesse ponto, o aparentemente incurável entusiasmo revolucionário de Marx e Engels batia na tecla certa: a sociedade de classes produz os seus coveiros e o fantasma que rondava a Europa soltou-se, com o correr do tempo, por todo o mundo. Lograda as condições de um desenvolvimento independente de classe, os operários têm de lançar-se à arena política por suas próprias causas, libertando-se do patrocínio burguês e da relação de cauda política com os interesses e as forças da ordem existente.

Essas tendências estruturais, que procedem da organização social do modo de produção capitalista, não terão as mesmas repercussões nos países-chave do capital industrial e financeiro e nos países “hospedeiros” da colonização capitalista. Naqueles, independentemente do atraso ou

do avanço da burguesia, a revolução burguesa abriu caminhos reais à luta de classes. Os vários estratos da burguesia (e mesmo da aristocracia ativa no mundo dos negócios, em seus vários níveis) se aproveitaram da “causa do povo” e das grandes promessas que antecederam e acompanharam a conquista do poder por suas elites. A pressão proletária cavava, pois, sobre o sulco pós-revolucionário e existia espaço histórico para formas variadas de composição política. Quando essa pressão foi além da “revolução dentro da ordem”, ameaçando a segurança e o controle do poder pela burguesia, esta mostrou sua verdadeira face revolucionária: esmagou, primeiro na França e depois em toda a Europa, as rebeliões populares e proletárias, que pretendiam dar permanência ao aprofundamento da revolução. Ainda assim, o socialismo proletário (e, inclusive, outras correntes do socialismo) desempenhou uma função construtiva, obrigando as classes burguesas a constantes alterações da ordem econômica, social e política. Por isso, a revolução democrática de conteúdo burguês só é burguesa na contenção do impulso revolucionário das massas populares e proletárias. Em posições clara e firmemente contra-revolucionárias, as classes burguesas absorveram seletivamente as reivindicações revolucionárias que vinham de baixo para cima, diluindo-as e anulando-as através de um reformismo de autodefesa, freqüentemente complementado pela aplicação retificadora da força bruta ou de controles indiretos, mais ou menos eficientes. O capital procurou fortalecer-se, concentrando seus esforços no sentido de aburguesar a aristocracia sindical e operária, de manter os operários iludidos pela causa nacional (lembrem-se do caso irlandês), de fragmentar de todas as formas possíveis a solidariedade operária, de afogar o socialismo no descrédito político e na perseguição policial etc. O que não impedia que a burguesia tivesse de continuar a aprofundar a revolução burguesa, sob um contexto histórico reacionário e contra-revolucionário (às vezes com a guerra civil a quente ajudando as “reformas burguesas”...), concedendo aos movimentos proletários e socialistas posições estratégicas de contra-ataque militante e de interferência nos dinamismos do Estado representativo.

Ora, esse não é o panorama a partir dos países mais atrasados da periferia européia e, com maior saliência, no mundo colonial e dependente. Os estratos burgueses se formam através dos empreendimentos coloniais e de seus agentes deslocados para a periferia ou se originam de vários tipos de aristocracia agrária e de intermediários corruptos. Essa gente é constantemente aumentada pelas correntes migratórias, que renovam os estoques de talento das elites dos estamentos dominantes (como

sucedeu, de outro lado, com a renovação da força de trabalho, do escravo ao trabalhador forçado, ao “trabalhador livre” etc.). As transformações que a economia mundial levou à periferia colonial engendrou, assim, o aparecimento e a consolidação de tendências a longo prazo de implantação do capital comercial, industrial competitivo fora da Europa. Por conseguinte, instituições econômicas, sociais e políticas produzidas graças à revolução inglesa e francesa, ou nascidas da revolução norte-americana, foram incorporadas a sociedades escravistas ou semiescravistas e deram lugar a ultraparências ideológicas, que têm iludido até os analistas marxistas. Essas instituições serviram para frear as lutas populares, primeiro, e para impedir as classes trabalhadoras nascentes de se tomarem mais ou menos independentes, mais tarde. A “institucionalização” adquire o caráter de um processo “legal” e “legítimo”, que confina e esvazia os movimentos dos oprimidos, forçando-os a escolher entre a opressão paternalista e o esmagamento brutal. As sucessivas “revoluções”, que vêm do tope da sociedade, são manipulações de defesa direta ou indireta do *status quo* e elas não deitam raízes profundas, pois são interrompidas naturalmente (pelo próprio desenvolvimento da sociedade) ou são recolhidas por seus fautores, depois de obtidos os seus objetivos reais. São instituições-biombo, que se alimentam de constituições-ideais e que separam, no corpo da sociedade, “o que é” do que “deveria ser”: (por exemplo, o México e o Brasil reais, do México e do Brasil ideais).

Por aí se verifica algo sociologicamente essencial. A formação da classe operária e a aquisição, por ela, de condições relativas persistentes de independência mais ou menos efetiva são por si mesmas elementos corretivos na história da sociedade de classes na periferia. Antes de ameaçar e negar politicamente a ordem existente, os operários e suas organizações sindicais e políticas, ainda que precárias, compelem as classes burguesas a saírem do seu isolamento egoístico, autoprotetivo e anti-social. Cobram, primeiro, uma transposição a limpo das instituições, dando combate incessante à sua ilegitimidade congênita (isto é, buscando eliminar as aparências sobrepostas às aparências ideológicas originais). Atacam, em seguida, o fechamento da sociedade civil — o seu caráter ou a sua essência não-civilizada, tanto quanto os privilégios que excluem a massa dos que não se classificam socialmente como “gente” ou “pessoas de escol”. Por fim, desatam as revoluções e as reformas burguesas típicas, como requisito *sine qua non* da liberdade do trabalho, do desenvolvimento independente da classe trabalhadora, da luta política aberta e legal contra a opressão direta do

capital e a opressão indireta do “Estado democrático”. Esse curso histórico é rico de acidentes e contém uma função regeneradora. Seria inconcebível em países nos quais tais tarefas e funções foram historicamente vividas e cumpridas pela burguesia, com apoio ou sob a pressão das massas populares. Contudo, nem sempre ele se torna possível. Com freqüência, é interrompido ou eliminado por cruéis “banhos de sangue”, de registro conhecido. Outras vezes, ele chega até certo ponto e aí é esmagado, em nome da defesa da propriedade privada, da ordem, da família, da civilização e do cristianismo! Na linguagem de Marx (no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*) ou de Engels (na última parte de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*) poder-se-ia dizer que esse é o começo do fim da pré-história das sociedades coloniais e dependentes.

Isso quer dizer, literalmente, que a primeira tarefa política da classe operária em sua constituição, no aparecer e configurar-se como classe em si mesma, consiste em revolucionar a velha sociedade em sentido especificamente capitalista e burguês. O processo global da constituição da classe compreende essa regeneração da ordem existente, que não pode resultar da ação política espontânea das classes burguesas e, tampouco, equacionar-se politicamente como um desdobramento normal das “revoluções interrompidas”.<sup>8</sup> O bloqueio dessa regeneração não tem importância real. Ao contrário, ele ajuda a fomentar a mobilização política da massa de oprimidos, a colocar as classes operárias à testa das insurreições e a politizar revolucionariamente os seus setores mais firmes e decididos. No conjunto, durante certo tempo, as reivindicações socialistas propriamente ditas possuem mais uma função educativa do que representa uma força real de revolução da ordem (como sucedeu na Europa). A capacidade de autodefesa e de iniciativa independente da classe operária é essencial, por sua vez, porque disso depende a continuidade dos dois processos concomitantes e que caminham juntos (o da constituição da classe operária e o de regeneração da ordem existente). No limite, se a resistência obstinada das classes burguesas (incluindo nelas todos os seus componentes, inclusive a burguesia internacional e os órgãos externos de dominação imperi-

8. Cf. O. Fals Borda, *Las Revoluciones Inconclusas en América Latina. 1809-1968*, México, 1968; A. Gilly, *La Revolución Interrompida. México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*, México, Ediciones “El Caballito”, 1971; F. Fernandes, “Reflexões sobre as Revoluções Interrompidas (uma rotação de perspectivas)”, em *Poder e Contrapoder na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981, cap. 3.

alista) revelar-se implacável, dadas certas condições de continuidade do desenvolvimento capitalista, ou, ao inverso, do colapso deste, a luta de classes terá de desencadear-se no terreno da guerra civil revolucionária.

Essa situação histórica, que se concretizou no Brasil e em outros países da América Latina, requer cuidadosa atenção dos marxistas. Ela não significa que o trabalhador assalariado se moveu (ou foi movido) da posição de cozeiro para a de parteiro do capitalismo difícil. Ela apenas indica que a formação e o desenvolvimento da classe operária descarrega sobre os ombros do trabalhador a complexa tarefa de conciliar a formação e o desenvolvimento da classe com a defesa intransigente de certas condições gerais de liberdade política. Portanto, não existe o dilema segundo o qual ou o operário defende a normalidade da ordem e o desenvolvimento capitalista ou a “sociedade nacional” periclita. Um capitalismo que depende da atividade do operário para crescer e reformar-se, que não se revela suficientemente maduro para concentrar nas classes burguesas os dinamismos reais da sociedade de classes e do Estado burguês é um capitalismo condenado à crise permanente e ao desaparecimento precoce. Sem dúvida, existe o risco de uma sub-socialização passiva do trabalhador; ele pode propor-se uma identidade errada e danosa, de defesa do “nosso capitalismo” (algo mais difícil hoje que no passado, por causa da presença maciça das multinacionais e da visibilidade negativa do imperialismo). O normal, porém, é que a formação da classe em si, barrada e bloqueada por tanto tempo, ao apresentar seus frutos, torne os operários mais ou menos conscientes de quem são os agentes finais das grandes transformações históricas. Que passem paulatinamente da descoberta da debilidade orgânica de sua “burguesia nacional” para uma consciência clara de que a força motriz da história está, afinal, nas mãos das classes oprimidas e na capacidade de luta política dos seus setores mais organizados.

O próprio aparecimento da classe operária como classe independente já é, por si mesmo, uma manifestação da “revolução dentro da ordem”, uma vitória contra o despotismo cego da burguesia. Todos os progressos no sentido de fortalecer e dar continuidade à revolução nacional, à revolução democrática e, por conseguinte, à descolonização total e à liberação de todos os oprimidos contém o mesmo significado. Nessas condições, a percepção clara das contradições que opõem capital e trabalho, reprodução da acumulação capitalista acelerada e intensidade da exploração da mais-valia relativa etc, apontam na mesma direção. É preciso

## A ótica marxista da luta de classes

Para a consciência burguesa e para a economia política, o capital cria tudo: o desenvolvimento capitalista, a massa de trabalho, o progresso tecnológico, a liberdade política, o Estado democrático, o florescimento da cultura etc. Na verdade, o capital só se produz e reproduz quando surgem as condições especiais e históricas da existência da propriedade privada, da acumulação capitalista acelerada, da constituição de um exército industrial de reserva etc. Portanto, a burguesia se atribui a criação de condições que a produzem e a reproduzem, bem como produzem e reproduzem o trabalho como mercadoria. Uma representação ideológica da realidade permite ao capitalista (e, em consequência, ao economista, o seu “ideólogo”) propalar essa portentosa mistificação e, ao mesmo tempo, roubar ao trabalho toda a sua importância histórica ativa e criadora. A mensagem de *O Capital* é clara: não existe esse mundo, no qual o capital pudesse prescindir do trabalho ou, vice-versa (como pretendia o socialismo reformista), o capital pudesse sobreviver à eliminação ou à substituição do capitalista. Trabalho e capital estão presos um ao outro no modo específico de produção capitalista, não só estruturalmente, mas dinamicamente, por meio de contradições que impõem, com o crescimento constante do capital e do trabalho, a rebelião auto-emancipadora dos trabalhadores. Por conseguinte, a dialética do trabalhador livre não se concilia com uma reforma providencial nem com qualquer regeneração do capitalismo que levassem ao melhor dos mundos possíveis. A socialização capitalista encontra seu limite na apropriação privada dos meios de produção, no trabalho como mercadoria desvalorizada e na concentração de classe da riqueza e do poder nas mãos da burguesia. A socialização proletária tem o seu ponto de partida nos interesses comuns dos trabalhadores, antagônicos aos do capital, na solidariedade de classe dos trabalhadores, em escala nacional e internacional, e na negação da ordem existente em todos os níveis, o da produção, o da organização da sociedade e o do Estado democrático, que funciona como um órgão de ditadura de classe. Essa relação contraditória com base estrutural e dinâmica econômica faz com que a história da sociedade de classes seja uma história de luta de classes, e a converte na forma antagônica de sociedade mais vulnerável a conflitos sociais profundos e irreconciliáveis. De outro lado, ela impede que se possa pensar o desenvolvimento capitalista abstratamente, como um processo que dependa somente ou do capital ou do trabalho. É claro que o papel de um ou de outro constitui uma função do grau

que as organizações operárias sejam capazes de introduzir conteúdos socialistas específicos na consciência de classe dos operários e de definir com clareza os objetivos socialistas que devem pairar acima de processos mais ou menos circunstanciais e imediatistas de luta econômica e política. Qual é, por exemplo, o conteúdo proletário da democracia? O que deve fazer a classe operária para converter-se no setor principal de todos os oprimidos e dirigi-los não só na conquista de garantias sociais e políticas, na transformação da sociedade civil existente (uma sobrevivência atenuada da sociedade escravista), na “democratização” do Estado representativo etc.? Em poucas palavras, só o socialismo proletário e revolucionário, só a “ótica comunista” exigente podem infundir à consciência teórica de classe dos operários e às suas lutas políticas uma dimensão do que não seja contingente e imediatista, que envolva a tarefa maior e essencial dessa classe, o combate que dissolve a propriedade privada, o trabalho como mercadoria, a exploração de classe, a dominação de classe, o Estado burguês etc.<sup>9</sup>

Por aí se delimita o percurso mais complicado do socialismo proletário e revolucionário. É preciso criar condições que o desenvolvimento capitalista associado não engendra para fomentar a solidariedade de classe operária em escala nacional e de alcance internacionalista. É preciso que o próprio trabalho chame a si e exerça funções históricas que o capital deixou de desempenhar na construção de uma sociedade civil burguesa e de seu Estado democrático. É preciso, também, dissociar as organizações operárias de qualquer amolamento pela ordem existente, como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos, para que a competição individualista não forneça os moldes e os conteúdos dos sindicatos ou da “identidade operária”. Além disso, é preciso dar pleno curso ao socialismo proletário, única arma real na luta da classe operária com a filosofia e a ação prática da livre iniciativa e da livre empresa. O operário não pode ser “mais ou menos socialista”, socialista “democrático”, “gradualista” e “reformista”. Ele precisa aprender quais são as fronteiras atuais e as fronteiras futuras da história, que ele está construindo com suas mãos, com seus sacrifícios e com a sua miséria. O marxismo precisa colocar-se diante desse quadro histórico total para apresentar-se com sua verdadeira e única fisionomia às classes trabalhadoras e conquistar, dentro dela, a importância que deve ter na dinamização e na orientação revolucionária da luta de classes.

9. Se o leitor tiver interesse em aprofundar essa discussão, com referência ao Brasil veja F. Fernandes, *Brasil: em Compasso de Espera*, São Paulo, Editora Hucitec, 1980, introdução (p. 1-36).

de desenvolvimento do capitalismo. Todavia, a partir da existência do modo especial e histórico de produção capitalista, toda evolução essencial — regressiva ou progressiva — do desenvolvimento capitalista depende conjuntamente do capital e do trabalho e, mais especificamente, da relação recíproca antagônica de um com o outro. Os mitos sobre o “empresário criador” e do “capitalista como inventor” encontram seus limites no âmbito do que Marx designou como a “época da revolução burguesa”, durante a qual se constituiu a moderna sociedade de classes. Desde que a acumulação simples se tornou uma estrutura elementar e subjacente do capital e a acumulação capitalista acelerada domina toda a cena histórica, a transformação e a negação da sociedade burguesa pelos proletários passa a ser um elemento central do crescimento das forças produtivas e do novo tipo de revolução social engendrado pela sociedade de classes.

A recuperação daquilo que se poderia chamar de perspectiva marxista original de descrição sociológica revolucionária da luta de classes é fundamental. Marx e Engels viram a luta de classes como investigadores científicos e como revolucionários que possuíam uma posição comunista. Graças à primeira condição, recusavam toda utopia; graças à segunda, transcendiam ao moralismo abstrato, ao radicalismo burguês e ao socialismo reformista, voltando-se diretamente para os processos de revolução social intrínsecos à luta de classes e às tendências históricas de dissolução da sociedade burguesa. Podiam fundar as suas análises e previsões sobre as forças sociais que as duas classes antagônicas eram capazes de mobilizar historicamente e logo se deram conta das vantagens relativas que favoreciam à burguesia, em escala européia e mundial (em escritos posteriores ao *Manifesto do Partido Comunista*), as quais não podiam, entretanto, suprimir o caráter antagônico da sociedade burguesa e tampouco extirpar o significado revolucionário da luta de classes. Por sua vez, sua posição comunista não só implicava uma ruptura ideológica e política total com a ordem existente: ela exigia que a luta de classes fosse projetada em seu desdobrar histórico, do presente ao futuro próximo e ao futuro distante, segundo os três objetivos que devem centralizar a colaboração dos comunistas com os movimentos operários. Eis como eles são formulados lapidarmente: “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”.<sup>10</sup> Esses são naturalmente

objetivos realistas, que mostram que a revolução não é uma aventura: ela é um produto da atividade coletiva dos trabalhadores, a principal força produtiva dentro do capitalismo e a única força realmente revolucionária no seio da sociedade burguesa. Na medida em que se transforma a relação da classe operária com a sociedade burguesa é que se transita de uma etapa a outra de um mesmo processo revolucionário que é, por sua natureza e objetivos, um processo histórico de longa duração. Esses objetivos, por assim dizer estratégicos, calibram a atividade transformadora da classe operária em cada uma dessas etapas, mas pressupõem univocamente uma rejeição (e, portanto, uma negação e uma superação) total da sociedade burguesa (por conseguinte, da alienação do trabalhador, da “objetificação” que a propriedade privada, o capital e o trabalho como mercadoria lhe impõem, da existência das classes e da dominação de classes, da hegemonia ideológica da burguesia, do Estado democrático etc.). A seguinte citação, à qual recorro pela terceira ou quarta vez, por causa de seu valor exemplar, esclarece de modo cabal o valor dessa rejeição dentro da ótica marxista da luta de classes. “Os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os operários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. *Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de abolí-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova*”<sup>11</sup>

Seria conveniente examinar a estrutura do horizonte histórico e político do observador-agente ativista revolucionário. Estariam Marx e Engels projetando a sua vontade de transformar o mundo na realidade da luta de classes? Ou, ao revés, graças à sua posição diante desta realidade e à relação ativa com ela logravam apanhar “o movimento real” em todos os seus aspectos e em todas as suas direções? Havia uma deformação ideológica na economia política. Não existiria uma exageração científica da verdade ou uma exorbitância política no interior da ambiciosa interpretação marxista da luta de classes?

10. K. Marx e F. Engels, *O Manifesto do Partido Comunista* (In: H.J. Laski, *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978), p. 105.

11. K. Marx e F. Engels, “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” (*Textos*, op. cit., vol. III, p. 86-87). O grifo é meu.

De fato, pela primeira vez, na ciência social histórica, o esquema interpretativo usual (presente/passado) era posto de lado, substituído por um novo esquema interpretativo dialético: presente/passado em conexão direta com presente/futuro. E pela primeira vez, outrossim, esse esquema servia de princípio interpretativo e como critério de ação, fundindo ciência e revolução (ou teoria e práxis). Não se tratava de colocar uma utopia ou de um tipo ideal no lugar da realidade (algo criado pelo pensamento, com base nos acontecimentos mas sem as suas "impurezas"). Porém, de apanhar a luta de classes como totalidade histórica, representando-a e explicando-a como tal, em consonância com um método que Marx descreveria, mais tarde: "o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da percepção e da representação".<sup>12</sup> A luta de classes, vista do pólo proletário e revolucionário, não só transforma o presente: ela incorpora em si mesma os elementos do futuro que estão engendrados, pelo menos parcialmente (em termos estruturais e dinâmicos), na existência das classes, de seus antagonismos sociais e no movimento social comunista, ou seja, nas impulsões dos trabalhadores no sentido de alterar a sociedade existente e de criar uma sociedade nova. Por isso, a prática política revolucionária exigia um conhecimento teórico específico, capaz de apreender a situação histórica como totalidade, que revelasse a luta de classes em suas múltiplas determinações e em suas vastas conseqüências, no plano cotidiano e imediato e em seu "sentido histórico geral".<sup>13</sup>

### Algumas questões candentes

Para completar esta sondagem sobre a ótica marxista da luta de classes é essencial debater três questões de grande atualidade na presente situação política brasileira. A primeira questão diz respeito às fases e aos seus

12. K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, tradução e introdução de F. Fernandes, São Paulo, Editora Flama, 1946, p. 220 (texto do posfácio).

13. No roteiro da aula, seguia-se aqui uma discussão das frases: "os trabalhadores constituem ainda uma massa incoerente e disseminada por todo o país, dispersa pela concorrência mútua"; "o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores e toma consciência disso"; por fim, os "períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva" (cf. *Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 100-105). Essa excursão pelos textos foi suprimida, para não alongar ainda mais este artigo.

desdobramentos. A luta de classes não se dá no vácuo. É preciso determinar os componentes da conjuntura e, em especial, aferir o potencial relativo de luta política de que a classe operária dispõe, em função das tarefas que lhes são possíveis nos confrontos econômicos, sociais e políticos com as classes burguesas. De outro lado, o referido potencial depende também de forças externas, ou seja, de alianças com outros setores das classes subalternas, como o "homem semilivre" do campo, a pequena burguesia e setores radicais dos vários estratos das classes burguesas. O que comanda tais alianças é, naturalmente, a possibilidade que esteja ao alcance da classe operária concretizar seus objetivos de conjuntura e de longo prazo na cena histórica, na qual entram tanto as correntes internas de transformação da sociedade quanto as correntes da história mundial. A segunda questão refere-se a algo que tem ocorrido reiteradamente: o bloqueio da passagem de uma fase a outra da luta de classes. O capitalismo monopolista em sua fase de apogeu do imperialismo tem lançado mão de técnicas de controle social que dificultam ou impedem as mencionadas passagens (não como "efeito normal do capitalismo organizado", certamente, mas graças à utilização abertamente contra-revolucionária ou reacionária dos meios de opressão e de repressão da classe operária, compelida pela socialização ideológica e política a identificar-se com a democracia burguesa). A essa evolução agrega-se a situação dominante na periferia: a ditadura de classe do capital aí aparece, aberta ou disfarçadamente, na forma política do governo ditatorial. A própria constituição da classe em si mesma é dificultada ou solapada de várias maneiras e as últimas duas fases, com as tarefas políticas correspondentes da classe operária, encontram uma oposição sistemática e impiedosa. O terrorismo burguês assume, então, proporções e intensidade que culminam em combinações "coloniais": o biombo do Estado democrático oculta uma democracia restrita persistente e se sustenta com base no despotismo institucionalizado. Não obstante, é nessa fronteira que o pólo operário pode ativar com maior ardor e firmeza os processos revolucionários, que sacodem essas sociedades, e chegar mais facilmente à conquista do poder pela maioria. A terceira questão relaciona-se com a forma da insurreição dos oprimidos. Para vários tipos de conservadores esclarecidos, de rebeldes moderados e de revolucionários extremistas, não existe mais espaço histórico para a luta de classes e, em particular, para que os trabalhadores possam desempenhar as tarefas políticas revolucionárias de dissolução da sociedade de classes, de instituição de uma sociedade de autogestão (requisito e ponto de partida do advento do comunismo). Nesse caso, o *Manifesto do Partido Comunista* continuaria a ser um dos picos do "humanismo revolucionário" do século XIX. Mas pertenceria ao museu da história.

O propósito que me anima consiste em suscitar toda a problemática da luta de classes, como ela se repõe cem anos após a morte de Marx (embora o leito precise levar avante, por sua conta, a reflexão crítica e política sobre o assunto). A nossa situação histórica continental e nacional é rica de experiências frustradas, de omissões de sindicatos e partidos operários, de ausência de identidade proletária e verdadeiramente socialista ou comunista, de sacrifícios que deságuam em composições dóceis com os donos do poder, na colaboração de classes e no “populismo”, e, aqui e ali, de eclosões que desembocam no extremismo político compensatório e suicida, que confunde revolução social com grandeza, auto-imolação e desespero. Por isso, esta digressão é tão pertinente. Um convite ao leitor para que reflita sobre essa situação em termos marxistas, quando menos para reeducar-se objetivamente no uso da imaginação revolucionária, que não se desprega do movimento histórico real nem exorbita intelectualisticamente em relação às verdadeiras forças revolucionárias que operam, de fato, de modo silencioso mas implacável. Os donos do poder não se iludem quanto aos riscos que correm. Contudo, subestimam essas forças, pois supõem que elas sempre poderão ser detidas — como sempre sucedeu desde o remoto passado colonial até hoje — pelo emprego selvagem da violência crua ou da violência organizada e “modernizada”.

Quanto à primeira questão, parece-me suficiente que o leitor leia e releia a seguinte descrição de Gramsci, e que medite maduramente sobre ela. “Sabemos que a luta do proletariado se desenvolve sobre três fases: de resistência contra o capitalismo, isto é, a fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controle operário sobre a produção; de luta pela eliminação do capitalismo através da socialização. A luta política também possui três fases principais: luta para frear o poder da burguesia no Estado parlamentar, isto é, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes que permita ao proletariado organizar-se e desenvolver-se; luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário; isto é, uma situação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si toda força social anticapitalista (em primeiro lugar a classe camponesa) e a conduz à vitória; fase do proletariado organizado em classe dominante para eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais que se interpõem à realização do comunismo”<sup>14</sup>. Pode-se

14. A. Gramsci, *Scritti Politici*, Roma, Editori Riuniti, 1973, vol. III, p. 119.

argumentar que a separação didática entre o econômico e o político não seja “marxista”. Todavia, ela é congruente e permite especificar a correlação entre as transformações do poder, deixando patente, além disso, que o processo revolucionário infunde ao político um caráter determinante (algo que Lênin salientara em seus escritos de diversas maneiras). Por fim, indica a lógica política inerente a cada fase: o partido revolucionário dos trabalhadores terá de montar várias estratégias e táticas de luta (nos planos econômico, político e ideológico), que se modificarão de uma fase a outra. Gramsci apanhou bem a coisa: não se trata de aplicar um catecismo revolucionário. Trata-se de acompanhar as transformações do proletariado em sua revolução e levá-lo a aproveitar seu potencial de luta revolucionária de maneira decidida e criadora.

Quanto à segunda questão, cumpre ter sempre em mente que, de uma perspectiva marxista, o bloqueio da evolução indicada em uma das fases não significa inviabilidade da revolução social da classe operária. Com as transformações do capitalismo, graças às grandes corporações, à internacionalização da produção e do mercado e à coalescência do Estado democrático nacional com o sistema capitalista mundial de poder, a autodefesa do capital ganhou maior eficácia e o padrão histórico da contra-revolução burguesa assumiu uma nova forma histórica. Desse prisma, não foi a revolução das classes trabalhadoras, produzidas sob o capitalismo, que “desapareceu” ou se “evaporou”. Ao que parece, foram as classes trabalhadoras que se atrasaram na modernização e no uso eficaz de suas técnicas de luta de classe. As burguesias dos países capitalistas centrais (e da superpotência, os Estados Unidos) e dos países capitalistas da periferia ganharam mais que um respiro. Conquistaram muitas vantagens relativas, significativas em termos das alterações dos padrões de guerra, de repressão e de opressão direta ou indireta. Somente o marxismo deslinda esse problema: à nova envergadura da contra-revolução corresponde um “processo natural” de desenvolvimento quantitativo e qualitativo da revolução. Não se trata de um processo automático nem de uma fatalidade. As contradições intrínsecas às relações entre o capital e o trabalho atingiram seu ponto mais explosivo e não se pode ter — em tais condições — uma estabilização artificial da ordem existente *ad infinitum*. Essas contradições transcendem, em muitos pontos, o esquema restrito da luta de classes, o que lança na cena histórica novas forças sociais de dissidência e de instabilização política e fortalece, a longo prazo, o potencial revolucionário das classes trabalhadoras. A situação é ainda mais complexa na

periferia, na qual as massas populares não têm outra saída senão o recurso à contraviolência organizada; ou seja, os trabalhadores desfrutam de uma base material e política ainda mais propícia a um surto revolucionário incontrolável pelo tope. Portanto, o bloqueio de uma fase não impede a revolução proletária. Ele prolonga as “crises burguesas” e incentiva a “queima de etapas”, tornando inevitável a coexistência de fases ou, mais frequentemente, provocando uma passagem mais rápida ou a eliminação da fase intermediária, a ida direta à conquista do poder. Se se toma como referência o exemplo da Revolução Russa, comprova-se que tal bloqueio não protege a ordem estabelecida. Ao contrário, ele faz o trem saltar dos trilhos com maior facilidade, desde que a situação histórica revolucionária se agrave e se aprofunde. Então, a única saída que fica aberta conduz o partido da revolução, em nome e com o apoio ativo das classes trabalhadoras, à tomada do poder e à instituição de um governo revolucionário.

A terceira questão reporta-se à situação histórica hodierna: dois sistemas políticos em confronto — o do capitalismo monopolista da era atual (ou “capitalismo tardio”) e do socialismo de transição (o “socialismo difícil” ou o “socialismo real”) — teriam engendrado uma espécie de coexistência estática e paralisadora. O que conduziria a história (ou o seu equivalente funcional) não seria a luta de classes, mas o “poder de dissuasão militar” desses blocos. Nos dois lados a caça do inimigo interno teria o mesmo significado que a neutralização (ou, em última instância, a destruição) do inimigo externo. Não se pode ignorar o quanto o advento de regimes de identidade proletária e socialista — sem uma revolução concomitante nos países capitalistas mais avançados — fortaleceu a capacidade de autodefesa e até a terrível força agressiva do capitalismo. Do mesmo modo, não se pode deixar de lado a significação do “cerco capitalista” na complicação e na dificuldade do desenvolvimento revolucionário do socialismo. Todavia, aí estão as novas molduras da história e, portanto, do desenrolar e do sentido da luta de classes. Esta continua a fluir nos dois mundos, o capitalista e o socialista, nem poderia ser diferente. No primeiro mundo, porque a luta de classes só pode desaparecer com a dissolução da própria sociedade de classes; no segundo, porque a extinção da luta de classes não é conciliável com o chamado “período de transição”, no qual a classe trabalhadora exerce — ou deveria exercer — suas principais tarefas revolucionárias, seja na destruição e extinção das velhas instituições legais, da dominação de classe, do Estado democrático burguês etc., seja na criação das condições materiais, políticas e morais necessárias ao desen-

volvimento da dominação da maioria e, mais tarde, ao aparecimento da “associação livre de produtores iguais”.<sup>15</sup> É claro que a revolução proletária e socialista se defronta com novos obstáculos, nascidos dessa situação histórica mundial. E não basta ver e exagerar unilateralmente a influência limitativa ou mesmo negativa do chamado “socialismo em um só país”. Hoje existe uma variedade de países em transição para o socialismo e o maior dilema que eles suscitam está na ausência de um sistema internacional de poder socialista que pudesse lançar o seu peso na proteção e na aceleração das correntes revolucionárias da história. O cerco ao inimigo interno e externo fica assim muito mais fácil para os países capitalistas, porque não há uma força capaz de exercer, no plano internacional, influências criadoras de longa duração na correção dos desequilíbrios gerados pela forma capitalista de dissuasão político-militar.

Isso não quer dizer que as três fases da evolução da classe operária e da luta de classes — a dos trabalhadores como uma congêrie, como uma classe em si e como uma classe empenhada em “derrotar a supremacia burguesa” e em “conquistar o poder” — tenham desaparecido ou, ainda, que a última fase seja atualmente impossível. A seguinte afirmação, por exemplo, descortina essa possibilidade: “na situação mundial contemporânea já não é possível conceber nem mesmo as tarefas imediatas dos movimentos socialistas em termos da conquista política do poder — ao contrário do que ocorria quando a tarefa histórica mundial era romper o primeiro e ‘mais fraco elo da cadeia’ — mas em termos das alternativas estratégicas sócio-econômicas, com implicações globais de longo alcance”.<sup>16</sup> Não obstante o que contém de verdadeiro, quando são levados em conta os conflitos e as conseqüências do confronto entre os dois sistemas mundiais de poder, essa afirmação ignora duas coisas. De um lado, que essa forma de atrito dos dois sistemas é típica de um período de “fase de transição”, o qual conferiu vantagens relativas às potências capitalistas e aos seus satélites. Estamos ainda nesse período, cuja função tem sido a de adiar e deter a generalização de processos revolucionários, que acarretariam a morte mais ou menos rápida da civilização burguesa. De outro lado, que a sobrevivência e a revitalização desta civilização, nos países cen-

15. Frase tomada de F. Engels (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, trad. de L. Konder, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., p. 196).

16. I. Mészáros, *Marx: A Teoria da Alienação*, tradução de W. Dutra e superv. de L. Konder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, p. 22.

## Os desafios da Perestróika\*

trais e na periferia, em vez de tornar desnecessária ou inútil a luta de classes, a convertem em um fator histórico crucial. Como pensava Hegel, a agonia é uma situação trágica e contraditória. Não se pode esperar que uma civilização tão rica e cheia de recursos aceite o declínio e o colapso passivamente. Nesses limites, de onde surgirão as forças motrizes da história? Da “revolução de cima para baixo”, nascida de ocupações militares, como sucedeu no Leste da Europa?<sup>17</sup> Ou diretamente das classes trabalhadoras que só precisam recuperar o controle dos meios de sua auto-emancipação coletiva e readquirir a confiança em si próprias, em sua revolução e no comunismo? Um dos grandes méritos de Marx foi o de não ter tomado a revolução burguesa como paradigma da revolução proletária.<sup>18</sup> A universalização desta deverá acompanhar a propagação das insurreições operárias e não ser um subproduto da existência de um ou de alguns centros dominantes de realização e de difusão do socialismo.

**M**arkus Sokol tenta algo difícil. Realizar uma investigação e uma crítica da Perestróika logo no início de sua implantação. Suas posições críticas favorecem a observação de erros do presente, que nascem de erros acumulados desde a guinada stalinista na política revolucionária dos bolcheviques. O stalinismo, que não se resume nem se confunde com Stálin como indivíduo e chefe dos que herdaram o poder pós-revolucionário, correspondeu a uma desbolchevização dos soviets e da ditadura do proletariado. Ele subiu na onda das “deformações burocráticas”, que substituíram a prioridade da revolução pela centralidade do desenvolvimento econômico com segurança e culminaram no terror como técnica social de condução do Estado, de esmagamento dos adversários e de aceleração do crescimento econômico a qualquer preço. Portanto, Stálin, de um lado, e o stalinismo, de outro, colocam-se no núcleo do questionamento que se faz hoje, na URSS e no exterior, do significado da Perestróika e das perspectivas da Glasnost.

Reconheço o esforço de Sokol de penetrar a fundo nessa complexa realidade, utilizando o materialismo dialético como arma do entendimento teórico e prático. O público brasileiro tem acesso, através do seu ensaio, ao diagnóstico negativo, que não se surpreende com a Perestróika e a dilui no pano de fundo global da renovação da burocracia e da hegemonia incontestável do partido único. As raízes trotskistas de sua análise completam-se com as contribuições de outros autores, inclusive de Lênin, o “caminho do meio” no marxismo revolucionário, para a avaliação das origens das “deformações burocráticas” e de suas conseqüências para a União Soviética e para o movimento socialista e comunista no exterior.

\* Prefácio ao livro de Marcus Sokol, *Revolução e Contra-Revolução no País de Outubro, Perestróika & Glasnost*, Florianópolis, 1989, p. 9-14.

17. Cf. I. Deutscher, *Stalin. A Political Biography*, N. York, Oxford University Press, 2ª ed., 1966 (reimpressão de 1967), p. 533 e segs., esp. p. 542-543 e segs.

18. O que fica patente nas explicações das funções das classes na sociedade burguesa (cf. *A Ideologia Alemã, Miséria da Filosofia e Manifesto do Partido Comunista*). Tomando a questão em termos de contrastes históricos, Marx sugere conclusivamente que as duas revoluções diferem em suas exteriorizações e em seus dinamismos, bem como a especificidade da revolução proletária como construção do presente em devenir e do futuro (cf. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, Paris, Éditions Sociales, 1945, p. 9-10).

Sokol possui razão em alguns pontos. A linguagem “direta”, “franca” e “honestá” de Gorbachev lembra mais os especialistas e os técnicos de administração que os clássicos do socialismo e do comunismo. Suas citações didáticas de Lênin são frias e desligadas da tradição marxista-bolchevique. O livro, que se incluiu entre os *best-sellers* do ano e ainda se vende torrencialmente, foi escrito com uma intenção calculada, de restabelecer a “imagem da União Soviética” e de sua potencialidade de atuar internacionalmente como um parceiro sério e confiável. Enfim, uma saída publicitária para superar o isolamento e resolver problemas que dependem do intercâmbio econômico, tecnológico e político-diplomático com as nações do mundo capitalista. Não há um mal nesse objetivo e Marcuse já assinalou com penetração que a União Soviética recorreu a ele, em flutuações sucessivas, para assegurar-se um clima de paz que favorecesse o investimento maciço em fins reprodutivos. Tampouco se pode deduzir que esse passo represente uma capitulação. A URSS é uma potência em transição para o socialismo e nada poderá desviá-la do seu curso, ao qual se vê impelida pela própria natureza da economia e da sociedade soviéticas. Além disso, já é tempo de remover os últimos baluartes da “guerra fria” encoberta, que só conferem dividendos às nações capitalistas, que crescem mais rapidamente sob economia de guerra, declarada ou dissimulada.

O que é crucial é o presente: a relação da Perestroika e da Glasnost com um salto qualitativo na transição difícil para o socialismo e com a democratização radical, embora progressiva, da economia, da sociedade e do sistema de poder na URSS. O ideal comunista foi fixado por Marx e Engels e reafirmado, no calor da revolução e da conquista do poder, por todos os teóricos bolcheviques. Lênin escreveu um livro memorável, que descobre o roteiro da extinção do Estado e, por conseguinte, da dissolução concomitante do partido da revolução. Não penso que se possa fazer um balanço crítico comprovável na situação atual. A “nova política econômica” de Gorbachev e seus reflexos ou repercussões a médio e a longo prazos ainda não podem ser postos em questão. Ainda é incerto, inclusive, que essa política vença todas as resistências que se erguem contra ela nos bastiões da burocracia, dos centros de poder e na alienação provocada por tantos anos nas mentes e nos corações das massas de trabalhadores. Que ela é uma mudança profunda e estrutural torna-se evidente. Que essa mudança é essencial para a continuidade da transição socialista e a conquista de uma posição histórica muito mais avançada também é óbvio. Que ela indica futuros desdobramentos de uma revolução

política parece-me indiscutível, pois esse é o sentido da democratização generalizada que ela pressupõe.

Por isso, perfilho uma atitude interpretativa mais otimista, que circula mesmo entre marxistas revolucionários intransigentes. Acho que a revolução russa foi interrompida, em alguns dos principais níveis políticos e culturais da construção de um Estado soviético (de conselhos populares). Mas não sufocada e suprimida. Aí, é preciso voltar a Marx: apanhar a revolução russa como o concreto em sua totalidade, no vir a ser das transformações históricas que ela gerou ou que ainda não subiram à tona. Aliás, Lênin e Trótski, para não falar de Bukhárin, tomaram essa posição interpretativa, a única compatível com o materialismo histórico. Pode-se seguir um caminho diverso: construir um modelo ideal da revolução e cobrar dogmaticamente os “desvios” decorrentes das inviabilidades geradas no solo histórico e nas condições adversas previsíveis ou imprevisíveis (por exemplo: a revolução não se realizou na Europa industrial e a URSS viu-se condenada ao “socialismo em um só país”, uma via considerada impossível à vitória da revolução). Deste ângulo, o concreto é substituído pelo modelo ideal e as condenações dogmáticas podem ser reiteradamente consideradas verdadeiras, no confronto com fatos, sujeitos às projeções procedentes da “visão teórica” do sujeito. A realidade se apresenta como uma construção, algo que Marx cotejou com a metafísica da história, em uma carta incisiva, e que ele e Engels refugaram, no painel que fundamenta a ruptura com Hegel e com os historiadores oficiais em *A Ideologia Alemã*. O exemplo de Trótski vai nessa direção, em suas interpretações militantes e sangüíneas da ascensão do nazismo, da aliança com o Kuomintang e com o que era positivo e negativo na Revolução Russa, apesar dos recuos burocráticos e dos métodos terroristas do stalinismo.

Aprecio muito as intuições e as descobertas de autores como Ernest Mandel e Isaac Deutscher sobre as transformações ocorridas na URSS, depois do advento do socialismo de transição e, em especial, da II Guerra Mundial. Ambos mostraram que as contradições no período de transição são incontroláveis e construtivas. Elas transcendem à repressão ou à opressão, ultrapassando o imobilismo dos dirigentes e seus erros mais graves. Mandel apontou precisamente que as alterações da infra-estrutura iriam exigir mudanças paralelas mais ou menos drásticas nos níveis da distribuição e da repartição. Deutscher assinalou profeticamente que as transformações na esfera cultural média da massa da população implicava

efeitos criativos crescentes. Novas aspirações surgiam e fermentavam. Por isso, as pesquisas sociológicas acabaram sendo insuficientes como técnica social de mudança antecipada. De outro lado, a rigidez dos planos excessivamente centralizados no tope e dirigidos autoritariamente chocaram-se com a realidade da situação histórica em ebulição. De crise em crise, a economia plantou dilemas que floresceram na recusa das imposições, das restrições e da perenidade da acumulação socialista originária. Não se pode criticar Gorbachev por falta de audácia na descrição dessas conturbações, que serviram como fundamento da necessidade premente da Perestroika e da Glasnost. Seu livro é parco de informações quantitativas. Faltam dados estatísticos. Mas eles seriam supérfluos, diante do quadro perturbador que Gorbachev pinta vividamente, como se fosse um muralista. Mesmo Sokol, que desmascara a montagem da moldura histórica e da armação descritiva, não chega tão longe na “franqueza socialista” de contar a verdade sem meios-tons. É que essa linguagem, objetiva mas confiante no futuro da URSS socialista, impusera-se como parte da possibilidade de mudar os rumos da economia, da sociedade e da cultura soviéticas, dadas as condições históricas vigentes no interior e no exterior.

Peço ao leitor que me conceda um crédito de confiança. Markus Sokol envia a sua mensagem com muito vigor intelectual e com impacto político. Eu não conto com uma mensagem. Sou um observador distante, que acredita na vitória final do socialismo revolucionário e no marxismo como seu instrumento. Não resolvi todas as minhas dúvidas, porém encaro com entranhada simpatia a modificação do curso da Revolução Russa, as promessas contidas na Perestroika e na Glasnost. O começo é decepcionante, por parecer modesto? Mas ele não é nem uma coisa nem outra. Acredito que a Revolução ganha, pois, um respiro histórico prolongado, se as inovações vencerem. Trata-se de algo muito melhor, como opção histórica, do que ficar parado. Os homens, isto é, os seres humanos, fazem as revoluções. Entretanto, sob a condição de que não sejam paralizados, inertes: que se agitem e lutem, que despertem para as vitórias (e as derrotas), forjando por sua atividade outras esperanças e outros fins, que o socialismo não atingiu mas terá de alcançar para ceder espaço ao advento do comunismo.

## Intelectuais e proletários no PT\*

Naquela biblioteca pequena, nos fundos da casa, Florestan nos faz sentar entre prateleiras repletas de livros e, sob o olhar atento de um enorme retrato do Che, falamos sobre os mais diversos assuntos. Florestan fala pausado, com uma organização de raciocínio brilhante. Florestan é simples, nos deixa a vontade, nos fala como amigos.

Aquele homem modesto, simpático e fraternal é considerado, nada menos, que o “pai da Sociologia brasileira”. Vamos ver o que um intelectual desse porte pensa sobre a classe trabalhadora e sobre qual deve ser a função dos intelectuais no partido operário.

Pergunta — Por que você escolheu o PT?

Florestan — Havia poucas alternativas... eu poderia ter entrado para o PT antes, se o PT tivesse antes se definido em termos de posições socialistas mais esquerdistas. Neste momento, a pressão conservadora de extrema direita é tão forte que ou eu entrava para o PCB ou para o PC do B ou entraria para o PT ou o PDT. Para mim pareceu que o PT é um partido que tem, além de uma identidade proletária, um potencial muito grande de desenvolver o socialismo em linhas proletárias. É muito importante que o socialismo não seja apenas um nome. Que o socialista esteja vinculado à luta de classes e principalmente que ele erga bandeiras das classes trabalhadoras. Parece-me que o PT está mais próximo de fazer isso, pelo menos a partir de algumas cidades com desenvolvimento industrial mais forte, como é o caso de São Paulo.

P — Dentro do PT, Florestan, qual seria o papel dos intelectuais?

Florestan — Infelizmente, aí eu preciso dizer com franqueza. Eu não tenho preconceito contra intelectual, porque eu também sou intelec-

\* Entrevista concedida ao jornal *Convergência Socialista* (nº 91, 10/7 a 16/7/1986).

tual. Mas tenho a impressão que o PT tem uma quantidade muito grande de intelectuais, o que significa que, por enquanto, o PT seduziu mais a imaginação dos intelectuais do que a imaginação das classes trabalhadoras. Nós vimos que o PT tem uma boa votação operária, tem bases populares não só em São Paulo, pelo Brasil inteiro, mas há uma forte concentração de intelectuais — e intelectuais jovens. O grande problema do intelectual não está no intelectual e sim na relação da classe trabalhadora com o partido. Se essa for uma relação orgânica e ela conseguir capturar o intelectual para as atividades políticas-chave e segundo linhas que sejam firmemente socialistas, a presença do intelectual até que é vantajosa. Agora, se o intelectual ficar desligado da prática política ou se ele tiver uma influência excessiva na retórica do partido, na criação de uma retórica reformista ou mesmo revolucionária, ele se torna um perigo.

P — Você vê que existem possibilidades concretas do PT se desenvolver numa linha mais proletária, que ele consiga crescer mais entre os trabalhadores?

Florestan — O que dá esperança no PT é o crescimento na direção das classes trabalhadoras, não só das grandes cidades, mas também do trabalhador da terra. Essa é a esperança que pode levar alguém que defenda o socialismo proletário a se engajar no PT. Se eu gostasse só de intelectuais eu ficaria dentro da Universidade, porque aí é um lugar onde se concentram os intelectuais. Agora, o problema chave, como eu disse antes, é o da relação do partido com as classes trabalhadoras. Se essa for uma relação forte, então o partido proletariza o intelectual. Ele se torna um intelectual orgânico das classes trabalhadoras. Não há outra maneira!

P — E ele se coloca a serviço da classe trabalhadora, e não o inverso?

Florestan — Isso. Exatamente. Agora, qual é a maneira do intelectual se tornar orgânico das classes trabalhadoras? Consiste em ele se proletarizar. Uma vez eu usei a frase “proletarizar-se em seu coração e em sua consciência”. Porque se o intelectual não se desprender das raízes burguesas e pequeno-burguesas, ele transfere para o PT o que a gente poderia chamar de atrofia burguesa; o aburguesamento do intelectual é muito forte no Brasil, mesmo que ele seja socialista. A proletarização exige uma vida

política proletária. Então, só um partido socialista que tenha uma ampla base operária pode aproveitar o intelectual nessa direção.

P — Você procurou se proletarizar?

Florestan — Bem, eu sou um homem de origem menos que proletária. Sou de origem lúmpen, e nunca perdi a ligação com minhas origens. Hoje sou um homem de classe média. Não adiantaria dizer que sou outra coisa. E houve um momento de minha vida em que isso me causou muito embaraço, muita crise de consciência, até. A compatibilização de meus ideais políticos com minha situação social não foi fácil para mim num período de crise profunda da personalidade, crise política... Agora, o intelectual não escolhe nem o país no qual ele nasce, nem o proletariado a quem ele pretende servir. O proletariado pode ser mais ou menos forte... Até hoje, o que se pode dizer é que os partidos ou fizeram mau uso dos intelectuais ou os intelectuais foram fetiches dos partidos. Só num congresso sindical, por exemplo, que houve em 1960, aconteceu essa coisa espantosa de eu e o Caio Prado Jr. ficarmos de pé, atrás da mesa onde estavam sentados os líderes sindicais. A tendência é prestar homenagem. Eu acho que, naquele momento, os operários ali estavam agindo corretamente, estavam pondo os intelectuais na posição de assessores. Nem precisávamos ser chamados para a mesa.

P — Você não acha que essa supervalorização do intelectual também não reflete a falta de confiança na própria classe operária, na sua própria força para construir seu partido, dirigi-lo?

Florestan — É algo pior que isso. É falta de socialização socialista. Daí o fato de ela ver no intelectual o homem que sabe. Se houvesse uma socialização socialista do proletariado ele poderia ter uma relação com o intelectual no plano político igualitário. Muitas vezes os operários se subalternizam diante do intelectual, estabelecem distâncias de classe. É claro que se um intelectual está no PT, ou ele eliminou a distância de classe ou essa distância deve ser eliminada. A relação precisa ser igualitária. Não deve haver diferenças entre o que faz o trabalho manual e o que faz o trabalho intelectual. Com isso eu não quero dizer que a gente deva ser obreirista, que a gente deva inverter a relação e transformar o operário em equivalente ao santo, se ajoelhar diante dele; porque tanto o operário quanto o intelectual podem estar errados. É preciso, então,

que haja uma relação sadia de parte a parte. Agora, o que define a posição do partido define a posição do intelectual; são as tarefas econômicas, sociais e políticas da classe operária. Essas tarefas definem o comportamento político do operário e, por sua vez, também definem o comportamento político do intelectual. A tendência é procurar fórmulas na cabeça do intelectual. Mas o intelectual tem de procurar agir em função das tarefas políticas das classes trabalhadoras. Agora, eu devo dizer uma coisa: se nós compararmos o Brasil de hoje com o Brasil da década de 50, de 60, houve uma melhoria muito grande... Os trabalhadores cresceram muito, não digo que de maneira homogênea, mas os setores de vanguarda dos trabalhadores já são capazes de definir com objetividade o seu papel no movimento político e de descobrir, por meios próprios, quais são as tarefas essenciais das classes trabalhadoras. Por aí é que eles definem o grau de compatibilidade que existe ou que possa existir entre eles e os intelectuais. O intelectual que não corresponda à expectativa é alijado, posto em segundo plano. Quer dizer que houve um amadurecimento que se explica não só pelo desenvolvimento da classe, que foi muito grande apesar da ditadura, e também porque a luta política entrou numa esfera mais avançada. Porque o trabalhador, enquanto classe, hoje está enfrentando a supremacia burguesa dentro da fábrica, na sociedade civil, no Estado. Ele não está lutando pela conquista do poder. Ainda não chegou lá. Mas ele já está lutando contra a subalternização, por condições de igualdade política e jurídica, em termos da ordem existente. Quer dizer que o nível da luta de classes se tornou mais complexo e por isso a relação do trabalhador com o intelectual se tornou mais sutil e ao mesmo tempo mais independente do que foi no passado.

P — Em que nível você colocaria, então, as classes trabalhadoras agora, com o governo Sarney indo à ofensiva com o pacote econômico?

Florestan — É uma relação natural da luta de classes. Eu não acho que o governo Sarney tomou a ofensiva. A Nova República não conseguiu tomar a ofensiva em nenhum plano, e realmente as transformações que ocorrem, a nível de política econômica, não são ditadas somente de dentro do país. Esses planos todos estão surgindo em muitos países da periferia do mundo capitalista. Seria uma explicação idealista dizer que condições aparentemente iguais criam conseqüências aparentemente iguais,

quando, na verdade, as superpotências estão interessadas na “segurança” da periferia. A periferia é a fronteira dessas nações. É o limite dentro do qual elas arriscam a garantia de sua reprodução e de seu crescimento. Então, o que está acontecendo aqui é que o centro está procurando saídas na periferia e essas saídas têm que ser adaptadas às condições, às peculiaridades de cada economia. Uma coisa é na Argentina, outra na Espanha, outra em Israel, outra no Brasil, outra no México. Agora, os princípios que orientam essa política são os mesmos. Havia uma crise que abriu um precipício para a economia capitalista na periferia. Então, era necessário controlá-la. O que o governo fez foi salvar o capital de um risco muito grande.

Com a inflação, perdem as classes trabalhadoras, com a deflação, perdem de novo as classes trabalhadoras. Só que elas perdem de maneira diferente. Realmente, o Plano Cruzado, no caso brasileiro, foi feito por uma via que a gente podia chamar de “psicologia de guerra” uma propaganda massiva por meio de comunicação cultural e da operação militar, e até hoje os “fiscais do Sarney” são identificados como os fiéis do atual governo. Quer dizer, a carneirada. Cabia à oposição operária tomar uma atitude mais firme nesse momento, mas não se pode exigir tudo das classes trabalhadoras, porque o sufoco que havia nesse momento era tanto, tanto, que a alteração da política por si mesma já era alguma coisa que criava ilusões.

P — Quais as possibilidades concretas que você vê de construção do socialismo no Brasil?

Florestan — Hoje o Brasil conta com condições objetivas e subjetivas para que a luta de classes se desenvolva num nível mais amplo. Agora há pouco eu estava dizendo que o proletário hoje está atacando a supremacia burguesa. A posição da classe operária não é defensiva, ela já é ofensiva. Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels falam nos três grandes objetivos da ótica comunista: o desenvolvimento independente da classe, a demolição da supremacia burguesa e a conquista do poder. Esses objetivos não estão inter-relacionados como numa seqüência, não são fases, mas eles acabam dependendo de condições de fortalecimento da classe. Uma classe subalternizada na sociedade não pode lutar contra a supremacia da classe dominante se ela não conquistar o desenvolvimento independente de classe. Mas nós podemos dizer que hoje já estamos no clímax desse processo. As classes trabalhadoras já contam com um grau de con-

solidação que lhes permite se tornarem independentes com relação à burguesia. Isso significa que já estamos alcançando condições objetivas que permitem pensar no socialismo revolucionário não mais como um delírio, uma retórica, mas como uma possibilidade prática.

## Em defesa do socialismo\*

O título deste escrito lembra Mariátegui, que reuniu vários ensaios em um famoso livro: *Em Defesa do Marxismo*. As oscilações históricas provocam essas recorrências. A grande esperança dos que se chamam neoliberais consiste nisso: que o socialismo desapareça e que o marxismo se torne uma peça de museu, tema de mera reflexão abstrata de historiadores, filósofos e cientistas sociais. Ora, o que é questionável é a existência de um “neoliberalismo”. Harold Laski já demonstrou que o liberalismo não sobreviveu à transformação histórica das condições que o engendraram. Hoje, sua argumentação encontra suporte ainda mais sério. Que “neoliberalismo” poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista em seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou dessas metamorfoses do capital? É indubitável que o capital e os capitalistas se tornaram os beneficiários das últimas revoluções da ciência e da tecnologia avançada. Elas fortaleceram as grandes corporações, o controle ideológico monolítico do tope da sociedade civil sobre as classes e a dominação de classe, o Estado capitalista moderno, com sua versão cruel de “bem estar social” e de imperialismo. Não suprimiram o trabalho como mercadoria, a expropriação do excedente econômico (ou da “mais-valia relativa”) pelo capital, a classe e a dominação de classe como instrumentos da supremacia burguesa, a democracia restrita ou de participação ampliada, o Estado como núcleo de poder das elites das classes dominantes, a partilha capitalista do mundo etc. O neoliberalismo não possui nenhum espaço para concretizar-se, porque nessa situação histórica o liberalismo foi liquidado. A revolução burguesa foi interrompida nas nações capitalistas centrais como requisito da continuidade da dominação econômica, social, ideológica e política das classes burguesas, bem como da reprodução da

\* Opúsculo divulgado durante campanha eleitoral à Câmara dos Deputados, julho de 1990.

“civilização industrial”; e nas nações capitalistas periféricas, porque as burguesias associadas e dependentes não podiam arriscar-se à alternância de “promessa e repressão” diante da virulência da rebelião popular e por causa de sua rendição silenciosa aos interesses e às pressões do sistema capitalista mundial de poder.

Portanto, nunca houve um “fim das ideologias”. O liberalismo cessou de expandir-se e entrou em colapso porque o imperialismo da era atual passou a definir como “inimigos mortais” tanto os dissidentes e os revolucionários internos quanto os que propagavam praticamente a dissolução do capitalismo nos países da periferia alinhados ou que se achassem em transição para o socialismo. As ideologias estão vivas. Só que o liberalismo foi substituído por concepções agressivas de “defesa da democracia no mundo livre”, que ocultam e mistificam um equivalente psicológico e político do “fascismo potencial” (para uso interno e externo). E o socialismo preservou-se como a única alternativa viável de superação do capitalismo em seu apogeu histórico. O capital não gera nada mais além de sua negação pelas contradições que nascem do trabalho e da associação que se constituiu graças à articulação e, por vezes, à fusão de trabalho manual e trabalho intelectual nas grandes corporações transnacionais. Assim, os trabalhadores, em sentido restrito ou em sentido lato, são os portadores dos ideais socialistas e os agentes históricos da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem. O socialismo continua vivo e o marxismo contém o mesmo significado científico, ideológico e político que sempre teve, seja como o meio de descoberta e de difusão da compreensão global dos processos gerais de transformação da civilização existente, seja como organização partidária dos portadores da “ótica comunista” da auto-emancipação coletiva dos trabalhadores e de sua revolução social. Esse parece ser, em síntese, o quadro atual da oposição entre os capitalistas, na era em que perderam a sua concepção originária do mundo e das funções criadoras da burguesia, e os trabalhadores assalariados, depois que descobriram que a transição para o socialismo só pode realizar-se plenamente nas condições apontadas pelos clássicos do socialismo utópico e do socialismo científico. A volta aos clássicos e a compreensão do presente com as categorias de explicação e de ação que eles inventaram revela a congruência lógica e a força histórica do socialismo. E sugere os rumos da civilização em crise: de seus escombros brotará uma civilização sem barbárie, na qual a democracia terá como premissa histórica a liberdade com igualdade e como objetivo a fraternidade humana e a felicidade de todos.

Essas cogitações não são extemporâneas. Elas devem estar na cabeça de todos os militantes e simpatizantes do PT, no momento em que começamos a aprofundar a questão da natureza do partido, de sua relação fundamental com as classes trabalhadores e de seus papéis históricos no Brasil, na América Latina e no mundo. Muitos estão confusos com o que acontece na União Soviética, no leste da Europa, na China ou na Nicarágua. E tiram conclusões precipitadas, que mais respondem a um enquadramento ao radicalismo burguês, em que os nossos adversários pretendem encerrar-nos, do que àquilo que o PT deve ser para desempenhar coerentemente e firmemente as tarefas históricas que lhe cabem, em virtude de seus elos com as classes trabalhadoras e com as massas populares. Falar em socialismo “moderno” ou em socialismo “democrático” não passa de uma farsa. Só se moderniza o socialismo colocando-o em prática e forjando as fronteiras da revolução anticapitalista. Por sua vez, o socialismo é, por sua essência, a “democracia da maioria” e deve assegurar, quando esta se dissolve por desnecessária, a democracia plena. Os acontecimentos recentes abalaram as convicções até de militantes exemplares. Foram buscar nos paradigmas da Europa Ocidental as retificações que lhes parecem imperativas. E tomaram do radicalismo abstrato de professores universitários ou de intelectuais brilhantes do pensamento socialista europeu “moderno” — distanciados da militância partidária reformista ou revolucionária e com frequência meros “críticos revisionistas” dos clássicos do anarquismo, do socialismo e do comunismo — o sistema de referência teórico para a nossa prática socialista. Por maior respeito que tenhamos por esses companheiros, devemos condenar a sua rota e traçar outros caminhos para o PT. Não há duas vias a seguir: primeiro, devemos partir dos fatos crus de nossa realidade histórica; segundo, temos de interpretá-los à luz da ótica intrínseca ao pensamento socialista revolucionário (admitindo-se a contingência introduzida pelas peculiaridades da situação histórica vigente). Ir do particular ao geral e chegar ao concreto por meio da interpretação e da representação do real. Isso conduz à recuperação dos clássicos sem a mediação de autores que nos distanciaríamos da versão íntegra do socialismo proletário e revolucionário (afastando as conhecidas “infecções burguesas”, muitas vezes associadas ao labor acadêmico mais sério). Ao mesmo tempo, abre a rota da incorporação das concepções anarquistas, socialistas e comunistas ao solo histórico brasileiro, latino-americano e mundial de nossa era. Feita essa fusão, haveria lugar para trabalhar com os epígonos, como diria Gramsci, porque suas contribuições positivas

poderiam ser filtradas com rigor. Em suma, discutir o socialismo e o PT não nos obrigaria a atravessar duas modas concorrentes — a dos pensadores críticos, que não são militantes e com frequência se acomodam ao drama de não poderem ser revolucionários de forma confortável; de apañar o PT em sua *via crucis*, de ver-se compelido a tirar a revolução social de elementos crus dos dilemas das classes trabalhadoras e das massas populares. O partido revolucionário não produz as premissas históricas da revolução social necessária, mas opera como principal agente coletivo de sua estimulação, propagação, amadurecimento e eclosão.

A Europa industrial caminhou na direção do aburguesamento da social-democracia e do socialismo. Em seguida, fomentou a social-democratização do comunismo. Nos dias que correm, até na Itália todos os gatos são pardos. É forte o movimento de fusão, talvez porque se pense que o grande capital enfrenta todos os riscos (porque conseguiu vencer, em condições propícias, os obstáculos à sua reprodução e expansão). Abandonou-se tanto a guerra de posições quanto a guerra de movimento para adotar-se o desgaste insidioso a partir de dentro e de cima (segundo o paralelo do cavalo de Tróia). Tudo isso não leva nem levou a nada, porque só se reforçou a reforma capitalista do capitalismo, remédio que até agora só os Estados Unidos e o Japão puderam dispensar, combinando miséria, riqueza e segurança segundo padrões próprios. Aceitar esse modelo implica em desistir do socialismo e de sua utopia axial, o advento do comunismo. Há um consolo: esperar que o capitalismo feneça por seu êxito, não por suas contradições (de acordo com a engenhosa hipótese de Schumpeter). É claro que nos deparamos, neste limite, com a cruel “infecção burguesa” do anarquismo, do socialismo e do marxismo. Há tempo marxistas importantes tornaram-se dissidentes ou abandonaram as antigas posições em nome da democracia. Não obstante, sabiam as limitações da democracia que está ao alcance de uma sociedade burguesa, mesmo civilizada (no sentido de um conhecido contraste estabelecido por Bobbio). Ora, há na essência da concepção socialista uma relativização do conceito de democracia. A democracia é, sem dúvida, um valor; mas ela não escapa às determinações da sociedade civil. Por isso, não pode ser representada como um valor em si e, muito menos, como um valor absoluto. Há uma tendência a ver com desconfiança o contraste entre democracia burguesa e democracia operária ou popular. Lênin tem sido crucificado mesmo pelos que nunca leram *O Estado e a Revolução*. O que dizer depois que Miliband, Colletti e alguns sociólogos norte-americanos tiraram a má-

cara do Estado capitalista em exemplos tidos como modelares? As carências e as vicissitudes brasileiras atropelaram as reflexões e as investigações mais sérias, e nos conduziram a uma visão míope da democracia, que não leva em conta que, se ela é essencial, como valor e como meio para outros fins (da grande burguesia, das classes intermediárias, dos trabalhadores e dos excluídos), ela jamais poderá ser convertida no que ela não é (nem pode ser) sob o capitalismo e sob o socialismo desvirtuado pela burocracia. Esse “culto da democracia” convém à reprodução da ordem e ajuda os partidos de esquerda a galgar posições na competição institucional. Todavia, ele não se cruza com as tarefas históricas das classes trabalhadoras em um país que se defronta com os dilemas sociais que imobilizam o Brasil. Daí ser tão imperioso afastar as conquistas democráticas da capitulação calculada inerente a fórmulas antioperárias de reforma social e de revolução dentro da ordem.

Pior que ter medo de ser socialista vem a ser a mercantilização política da social-democracia e do socialismo democrático, segundo paradigmas tidos como de “centro esquerda”. Vivemos um momento da história humana muito rico de promessas e de transformações profundas em processo. Os que vaticinam que “não há mais história” recaem no *wishful thinking*. Descortina-se a decadência próxima dos Estados Unidos como “nação imperial”; o mercado europeu e a unificação da Alemanha engendram tensões mas apontam para novos dinamismos históricos no coração da Europa; a ascensão do Japão sacode todo o mundo capitalista, no centro e na periferia, e suscita a indagação: por quanto tempo?; a formação de um sistema mundial de poder capitalista transfere revoluções contra a ordem para diante, mas não as anula, compelindo a periferia a submeter-se a novas rendições passivas, enquanto fermentam dentro dela rebeliões e revoluções que escapam do compasso ditado pelas nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência. Em resumo, a história explode por dentro do mundo capitalista e só o futuro permitirá decifrar se as novas correntes civilizatórias conciliarão continuidade e mudança. De outro lado, a União Soviética entra em convulsão: a “revolução interrompida” (na aceção de Deutscher) sofre um estilhaçamento, que se patenteia como o principal processo histórico dos últimos anos do século XX. Os que especulam negativamente vêem nesse processo o “desmoronamento do comunismo” (o feitiço voltando-se contra o feiticeiro, pois o esperado “desmoronamento do capitalismo” não se concretizou — poderíamos acrescentar, ainda). Na verdade, ele põe a nu a vitalidade de uma revolução

política latente, que sempre conviveu com uma forma multiplamente deturpada de transição para o socialismo. O processo atinge todo o mundo, o centro e a periferia, os países capitalistas e os países em transição para o socialismo ou para regimes de nacionalismo libertário e revolucionário. A América Latina também sofre suas conseqüências. Os Estados Unidos, já sob a compressão do “perigo amarelo” (por enquanto, só nipônico) e da expansão do mercado europeu, sentem-se acuados: voltam sua atenção para o seu “quintal”, indo além do Caribe e da América Central. Retorno ao *big stick* sob outras formas e práticas violentas aberrantes (contra o Panamá, a Nicarágua, El Salvador), afiando suas garras para ir mais longe e mais fundo. Portanto, o aquecimento da revolução política dentro da União Soviética esmigalha o edifício da guerra fria e rasga novos horizontes para todos os países do mundo.

Dentro dessa moldura, as interpretações difundidas a partir do núcleo capitalista e neoliberal são reconfortantes. Contudo, a história oscila e possui faces desconcertantes e assustadoras. Feita pelos seres humanos, ela transcende objetivamente as suas esperanças e a todos os freios. O caldeirão está fervendo na União Soviética. Não obstante, é visível que o alçapão irá alcançar as nações capitalistas e as certezas infantis do neoliberalismo. Dentro da União Soviética ela não é só destrutiva. Ela restabelece os liames da revolução com suas origens históricas, exigindo que as promessas dos bolcheviques sejam cumpridas de fato. As alterações ocorridas vão nessa direção, indicando que o partido único — seu monopólio do poder em detrimento dos soviets — e a autocracia dos burocratas sofrerão reveses profundos. A autogestão provavelmente se alastrará e os componentes autoritários do plano centralizado tenderão a perder seu monolitismo e a desvanecer-se. Os avanços conquistados no crescimento de infra-estrutura, por sua vez, irão refletir-se mais profundamente na estrutura da sociedade soviética e em sua superestrutura. A questão das nacionalidades apresenta dificuldades evidentes, mas a autodeterminação das etnias e nacionalidades satelizadas fazia parte das bandeiras da Revolução de Outubro. Se é certo que a União Soviética não superará rapidamente seus dilemas econômicos, culturais e políticos, constitui uma falácia a propaganda ocidental de que a revolução será vendida a varejo, a preços baratos. Ao contrário, a flexibilização da produção e do mercado já foi experimentada pela NEP, com resultados positivos. Hoje, a União Soviética dispõe de uma base econômica e social capaz de oferecer lastro para inovações na estrutura e funcionamento do Estado que foram excluídas no

passado, sob a falsa bandeira do combate à contra-revolução. O avanço na implantação de medidas democráticas terá fatalmente de impor constrangimentos e sacrifícios. Mas não pairam dúvidas de que tal avanço indica que a transição para o socialismo ganhará novo impulso, o qual ajudará a remover os estigmas (tão difundidos no exterior pela contrapropaganda política) de que o socialismo e democracia não se conciliam. Por isso, os burocratas encontrarão cada vez menor espaço para deter a revolução política, que se impôs a partir de baixo e ganha crescente apoio na classe operária e na massa dos cidadãos soviéticos.

A situação dos chamados “países do leste” apresenta outros contornos. Em alguns deles, a experiência histórica com o marxismo e a revolução chegou a acender-se, como aconteceu na Hungria. No entanto, tradições culturais, religiosas, étnicas e nacionalistas reduziram, com freqüência, as formações socialistas reformistas ou revolucionárias a grupúsculos políticos. Aqui e ali surgiram combatentes corajosos e produtivos, que deixaram um legado intelectual e exemplos políticos modelares. A “revolução” não eclodiu como parte de um processo histórico em ziguezague, de longa ou curta duração, mas da ocupação militar soviética. Uma “revolução de cima para baixo”, sem sentido, conteúdos e paradigmas revolucionários. Constituíram-se partidos políticos improvisados, que de socialistas ou comunistas só tinham o nome. Na realidade, eram instrumentos da agregação dos países, como satélites, à União Soviética. Curvavam-se a manipulações diplomáticas, que não poderiam evitar, e integravam-se às suas organizações internacionais econômicas, políticas e culturais. Apesar disso, puderam participar de transformações que reproduziam os modelos soviéticos de transformação agrária, industrial e educacional. Desprenderam-se, assim, dos marcos capitalistas ou semicapitalistas anteriores e se assimilaram às novas matrizes, de origem e cunho soviéticos. Dadas as condições reinantes, para os de baixo as inovações foram construtivas, embora as rivalidades políticas, étnicas, religiosas etc. conduzissem a avaliações negativas e de resistência cultural. Serviços sociais fundamentais foram difundidos e a orgulhosa disciplina aristocrática reprimida (ou abafada). Alguns países, como a Checoslováquia e especialmente a República Democrática Alemã, lograram adiantar-se por conta própria, com referência às inovações soviéticas. Possuíam um ponto de partida mais sólido e dispunham de perspectivas para acelerar sua evolução interna. O edifício ruuiu não só por causa das contradições que exigiam valores socialistas na organização da produção, na repartição em todos os níveis e na expansão

da democracia operária (ou popular), mas da escassez, que tornou permanente a norma espoliativa decorrente do “socialismo de acumulação”, que não permitiu nem a observância da norma “a cada um de acordo com sua contribuição”, nem a passagem para o objetivo mais elevado “a cada um de acordo com a sua necessidade”. Ou seja, as razões do colapso são as mesmas que estão presentes na crise da União Soviética. Só que o sistema de poder centralizado não exibiu a mesma eficácia defensiva e o mínimo de flexibilidade que no centro hegemônico.

O valor dos casos dos “países do leste” para o diagnóstico do experimento socialista está muito mais distante que o da União Soviética (e que o da China). O que se pode aprender é óbvio: o socialismo não se difunde, se aperfeiçoa e se consolida com base na ocupação militar e por métodos comparáveis aos usados pelas nações imperialistas em suas colônias e territórios dependentes. A emulação socialista é revolucionária, trate-se de reforma social ou de conquista revolucionária do poder *stricto sensu*. Se ela não atinge as cabeças e os corações dos seres humanos, ela oscila e se aniquila. Operários e camponeses se ofereciam para ir morrer nas frentes de batalha, na defesa da Revolução Russa. O mesmo jamais poderia ocorrer no leste da Europa, porque as inovações, por confortáveis que fossem aos trabalhadores e aos mais pobres, recebiam rejeições justas e injustas. Pois não há “revolução de cima para baixo” sob ocupação militar, a menos que os “invasores” sejam encarados, pela imensa maioria, como exércitos libertadores. Os que se beneficiaram, guardaram ainda assim ressentimentos. Os que se viram prejudicados e ficaram nos países, converteram-se, desde o início (mesmo quando retiraram vantagens de sua “adesão”), em uma crescente massa contra-revolucionária. Nesse sentido, é possível afirmar-se que Isaac Deutscher equivocou-se no emprego da analogia. Ela remontava a Lênin, porém se referia a alterações internas possíveis no complexo institucional do poder (e também falhou na experiência concreta, já que não se comprovou tal oportunidade de composição dos de baixo com os de cima em uma sociedade tão estratificada e autocrática quanto a Rússia). As conclusões que se evidenciam são claras. A revolução de cima para baixo carece de condições complexas, que não se deram no leste da Europa. O repúdio do regime vigente não põe em questão o socialismo, mas sua implantação e desenvolvimento em condições adversas, que desacreditam o seu significado psicológico, social e político, independentemente de êxitos relativos em um ou em vários aspectos da transição.

O debate que se tem travado no Brasil suscita, ainda, dois temas interligados. O primeiro tem a ver com a condenação do comunismo e dos clássicos do marxismo. O segundo passou despercebido, porque não foi ventilado nas ondas da moda “crítica” procedentes do exterior. Trata-se dos requisitos funcionais ou das premissas históricas que condicionam a eclosão, a persistência e a renovação do socialismo em países de desenvolvimento capitalista desigual.

Quanto ao primeiro tópico, os malogros não afetam nem a essência do socialismo, como regime de transição, nem implicam, lógica e historicamente, a liquidação do comunismo. Este é o ponto fundamental da questão. Após a vitória dos bolcheviques, Lênin apontou a necessidade de trocar o nome do partido e chamá-lo comunista. Com isso, não pretendia insinuar que se saltaria, de um golpe, da conquista do poder ao comunismo. Queria salientar que a imaginação política revolucionária deveria sofrer uma rotação de perspectivas. Empenhados no desmantelamento da herança czarista e capitalista, bem como na edificação de uma sociedade nova, os bolcheviques e seus aliados haviam deslocado o foco histórico do processo revolucionário. Este não poderia mais ser o socialismo: o alvo revolucionário, dentro do marxismo, teria de ser o advento do comunismo. Ele, que escrevia que socialismo era igual a soviets mais carvão ou mais eletricidade etc. sabia muito bem quais eram os limites realistas do governo revolucionário. Longe de ter se esvaído com a crise do Leste ou da União Soviética, o comunismo permaneceu intocável ao longo desses dramáticos acontecimentos. De outro lado, os clássicos não são responsáveis por soluções que eles próprios não endossavam. É conhecido o eurocentrismo doutrinário de Marx e Engels e o quanto ele restringiu o crescimento teórico e prático do marxismo. De repente, os mesmos autores que apontaram tal falha viraram a boca do canhão, desviando a mira em uma escala de 360 graus! Que os meios culturais de comunicação de massa, sob controle capitalista, façam isso, é compreensível. Todavia, os arripios éticos e ontológicos de socialistas e antigos marxistas são de provocar dó. Mudaram subitamente suas lealdades políticas e suas concepções do mundo ou pretendem atrelar-se à social-democratização do radicalismo burguês?

O segundo tópico possui maior pertinência para países da periferia, de origem colonial ou não. Os clássicos do anarquismo, do socialismo e do comunismo concentraram suas últimas análises sobre a Europa em industrialização e sobre as perspectivas de países que eram grandes

potências, como a Rússia. Por isso, negligenciaram vários problemas, como o das nacionalidades e do nacionalismo, do racismo, do desenvolvimento dependente etc., que só aos poucos foram se incorporando às reflexões teóricas e às implicações práticas de suas concepções. Um exemplo de como isso transcorreu nos é dado pelos vários ensaios coligidos na *História do Marxismo*, por Hobsbawm. A preocupação sistematizadora, a orientação eurocêntrica e o caráter dos enfoques (puramente teóricos ou predominantemente práticos) deixaram à margem a observação sistemática da existência ou não de condições objetivas para a passagem do capitalismo para o socialismo. O único escrito pioneiro são algumas passagens de Marx em *Crítica do Programa de Gotha* e certas contribuições que resultaram de trabalhos de Bukhárin e Preobrajenski. É certo que Trótski e Lênin, preocupados com o atraso da Rússia, fizeram várias excursões que podem ser unificadas na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Mas eles se interessavam pela tática e estratégia do movimento revolucionário. Subestimaram ou omitiram os desafios históricos que estavam por trás do atraso e que iriam, mais tarde, fomentar a deformação da transição e a importância de sucessivas revoluções políticas, que foram bloqueadas pelo aparato repressivo estatal e do partido. Deutscher, por sua vez, em sua biografia de Stálin, realizou uma radiografia das descontinuidades do processo revolucionário e de suas causas. Mas ficou no ar que a revolução proletária teria o condão de forjar as condições históricas de seu desenrolar e, portanto, as pontes imediatas da transição para o socialismo.

Essa lacuna teórica parece espantosa. Ao contrário da revolução burguesa (em suas formas históricas “clássicas” e atípicas), que cresce por dentro da sociedade que a incuba, a revolução proletária e socialista só pode crescer (ou estagnar) depois da conquista do poder. É algo essencial, assim, conhecer de antemão como os obstáculos resultantes do colonialismo, do atraso cultural e do desenvolvimento desigual tenderão a interferir no processo revolucionário, retardando-o, deformando-o ou interrompendo-o. Os “elos frágeis” mostram-se fortes ao transcender os limites impostos pelo solo histórico, saltando-os e compensando-os pelo ardor da luta social e política. Mas também salientam onde a fragilidade assemelha-se a uma muralha intransponível, por tempo indeterminado. A União Soviética permite conduzir tais observações muito longe, por ter se imposto como a tentativa mais avançada de chegar ao socialismo e por receber impacto da herança cultural negativa com maior força. A sociedade russa era uma sociedade grávida de revolução, tanto quanto a sociedade soviética

contemporânea também o é. Todavia, os economistas e os planejadores não investigaram a permanência de obstáculos, que derivavam de atrasos herdados e acumulados. Os sociólogos se absorveram em trabalhos que favoreciam o tratamento de tensões superficiais e permitiam “melhorar” o ajustamento dos operários e outras categorias de cidadãos insatisfeitos. Os historiadores mergulharam no estudo do passado ou de problemas mais ou menos tolerados pela crítica oficial. Os filósofos dedicaram-se à reformulação constante da versão de “pensamento dialético” fixada pelo padrão estabelecido de “marxismo-leninismo”. A autêntica análise dialética refluíu ou perdeu seu impulso inventivo. Em consequência, o que havia de mais delicado e difícil no exame dos efeitos da ausência de premissas históricas para acelerar a transição acabou soterrado nos subterrâneos dos institutos de planejamento, de investigação científica e das universidades.

O “elo frágil”, que não impediu a revolução, interferiu de modo profundamente negativo em sua evolução. Dizer que não havia um clima de liberdade intelectual para ir tão longe parece ser apenas uma parcela da verdade. O assunto escapuliu do horizonte crítico, como se a “marcha da revolução” fosse uma totalidade mecanicista. Ora, a transição só poderia caminhar e fortalecer-se, ganhando ímpeto crescente, sob a condição de que os trabalhadores e as instituições-chave identificassem o que restava demolir do passado e o que era imperioso construir para que o socialismo se desenvolvesse e chegasse ao ponto histórico de autodissolução. Os países do Leste oferecem exemplos ainda mais contundentes. As condições que deveriam ser criadas para que a própria transição se tornasse possível e alcançasse uma aceleração ininterrupta neles sobressaem com maior nitidez. Somando-se os casos: o agente histórico humano cria as condições que poderão (ou não) tornar a transição possível. Conforme for a situação, ele cria as condições da pré-transição, para chegar, mais tarde, à transição propriamente dita (o que consegui observar e analisar na Revolução Cubana). A continuidade e a descontinuidade não são um produto puro e simples do fluxo histórico. Elas são o fruto daquilo que o agente histórico humano pode produzir graças às condições herdadas e aquelas que ele pode engendrar coletivamente, através da luta de classe ou da cooperação entre iguais.

Portanto, o assalto e a conquista do poder aparecem como mais acessível que dar continuidade à revolução, levando-a até o fim e até o fundo. O custo histórico do malogro inspira que se dê um balanço cui-

dadoso ao que se quer e ao que se pode lograr. Quanto mais magras forem as condições favoráveis a forjar continuidade, maiores são as responsabilidades dos revolucionários. Eles podem ficar prisioneiros da idéia de revolução e acabar interrompendo o processo revolucionário voluntária ou involuntariamente. Quanto mais ricas forem as condições favoráveis à revolução, maiores são as probabilidades de êxito, se a vontade revolucionária estiver na cabeça de todos (e não apenas do pequeno número que toma o poder, o qual então se converte em poder deles, não em poder da coletividade). A relação entre promessa socialista e repressão defensiva depende dessa proporção. O mesmo acontece com a relação entre a promessa socialista e a repressão contra-revolucionária, sempre ao alcance das mãos. O que se pode afirmar da União Soviética, pelo que se sabe, é que a vitalidade da Perestróika e da Glasnost consubstancia uma tentativa de descongelar a interrupção do processo revolucionário de longa duração. Quanto ao Leste, a escolha que não foi feita no decorrer da ocupação militar poderá (ou não) ocorrer agora. A história não volta ao passado. Na situação atual, tanto o capitalismo poderá desvendar o que se perde através de uma escolha amarga, quanto o socialismo poderá ser encarado como um pesadelo. O mais provável é que as condições imperantes dificultem os dois tipos de avaliação e que as correntes históricas encaminhem alternativas nas quais a opção pelo socialismo brote das experiências truncadas e de baixo para cima.

Talvez essa seja uma visão muito otimista. Mas não devemos esquecer que houve momentos nos quais os rebeldes sustentaram que não queriam destruir o socialismo, porém democratizá-lo (dadas as circunstâncias). O mundo capitalista oferece compensações materiais que são paupérrimas como sucedâneos de promessas calcadas em utopias igualitárias e libertárias, de fraternidade e felicidade entre os seres humanos. Se as nações capitalistas não jogarem muito dinheiro para sufocar as tensões por igualdade, liberdade e humanismo integral, os anseios pela construção do socialismo terão fortes probabilidades de assumir um caráter ético e de tomar conta das consciências e do comportamento coletivo. O que a "revolução de cima para baixo" não poderia consumir, dentro das restrições que a anulavam, ações e aspirações espontâneas coletivas possuem chance de implementar. Não devemos esquecer que essas são sociedades de uma periferia muito especial, marcada profundamente por traumas e por muitas esperanças, ambas (traumas e esperanças) curtidas pela contra-revolução em surdina e por lutas sociais explosivas em campo aberto.

Ao cabo dessa sumária discussão, resta uma verdade irrefutável. Desapareceram as razões, falsas ou verdadeiras, que expunham o anarquismo, o socialismo e o comunismo à condenação irremissível. O marxismo, aceito até por círculos espiritualistas como um método e como ciência social, recobra sua estatura original. A moda interfere na recuperação do equilíbrio da razão. Mas todas as modas são passageiras... Ganhou-se com essa terrível crise a liberdade de pensar o impensável. De outro lado, a estigmatização do socialismo e do comunismo perdeu sua razão de ser. Os lobos alimentados não uivam à noite. Vão dormir sob a neve. A "história como proeza da liberdade" delinea-se como uma possibilidade. Ruíram o muro de Berlim e a guerra fria. Os dois símbolos e as duas trincheiras da intolerância cederam lugar a uma nova compreensão da realidade e de aceitação da história como produto das ações conflitantes dos seres humanos. A democracia deixou de ser imposta como vestal, pelos "neoliberais", e como hipocrisia, pelos socialistas e comunistas. O século XX termina sem resolver os dilemas que nasceram com a revolução burguesa. Todavia, deixa todas as aberturas já inventadas para que o século XXI não se perca tentando decifrar a Esfinge, passatempo perigoso dos egípcios...

Resta saber onde ficamos nós, perdidos nos submundos da América Latina. O "quintal" dos Estados Unidos sai dessa história muito mais ameaçado que na era colonial. Os Estados Unidos perdem a sua grandeza imperial, pois sua posição de superpotência esboroa-se com velocidade. Durante o seu fastígio imperial, foram mais duros que Roma e mais piratas que a Inglaterra. Ainda desfrutarão o outono de um imperialismo decadente. Depois, a humanidade terá de fazer a última escolha: o Império das multinacionais ou a Civilização sem barbárie do comunismo? Nesse ínterim, o Brasil e os demais países da América Latina precisarão proceder a sua escolha: "ser quintal" ou "marchar para o socialismo"? Dentro desse contexto, descobre-se que o marxismo não está morto. A internacionalização da economia, da cultura e do Estado significará, para nós, a rendição incondicional aos Estados Unidos. As compensações serão atraentes quanto ao nível de vida material dos estratos sociais situados acima do nível de pobreza (sem distinguir entre a pobreza "relativa" e a "absoluta", que seria o mesmo que separar a cadeira elétrica da força). O diabo é que o capitalismo oligopolista contém todos os componentes nocivos da subalternização (ou da heteronomia) nacional: a dominação colonial, a dominação neocolonial e a dependência se entrecruzam e alimentam a mudança social

destituída de qualquer compulsão coletiva revolucionária. Nessas condições, o que é indesejável nos Estados Unidos renascerá aqui como estilo de vida. Impõe-se não esquecer: a alienação ou a brutalização produzida no trabalhador sob o capital industrial nos Estados Unidos resulta de todas as instituições-chave em conjunto. Não se configura, aí, uma transação vantajosa. A desumanização constitui o produto final de muitos fatores convergentes incontroláveis. E eles são absolutos, disfarçados, endeusados: da educação à igualdade de oportunidades e à democracia erigem-se vários biomboes que escondem a realidade (que os cientistas sociais explicam para a minoria esclarecida e “responsável”, interessada em manter por qualquer meio o *status quo*) e sacrificam a pessoa ao culto da competição, do lucro e da lei do mais forte.

Estamos, portanto, entalados entre um presente odioso e um futuro pior. O mandonismo de uma classe dominante insensível hoje; e sua intermediação de uma dominação externa repelente amanhã. Somente o socialismo — e note-se: o socialismo revolucionário — contém a chave de uma alternativa para a vontade de viver! As classes e a luta de classes ainda oferecem uma oportunidade histórica para as massas excluídas, os trabalhadores e outras categorias de assalariados. O “pós-moderno”, em termos capitalistas, ainda não bateu em nossas portas e não empreendeu a internacionalização que quer dizer norte-americanização (mesmo que tenhamos comércio com outros povos). Os sinais emitidos na Guatemala, no Chile, no Panamá, na Nicarágua e em tantos outros lugares devem ser interrogados atentamente. Os processos históricos internos se tornam rapidamente não-determinantes. Enquanto isso, os processos históricos norte-americanos se internalizam e ganham envergadura a cada dia que passa: em torno e através deles se equacionam os “centros de decisão”. Não se trata de uma contingência de um governo infantilmente desorientado, como o do presidente Fernando Collor de Mello. Mas de um complexo cultural que se orienta de fora para dentro, segundo a moral da estória do sapo e do ouriço-cacheiro. Diante dessa perspectiva, o marxismo ganha plena atualidade e necessidade. Só que o desfecho se apresenta em um quadro no qual já conhecemos a natureza das revoluções e do desenvolvimento do socialismo na periferia mais pobre do mundo capitalista. O PT e os demais partidos de esquerda não podem eximir-se de unir massas populares excluídas, classes trabalhadoras e setores radicais da pequena burguesia ou das classes médias em um processo que é de liberação nacional e de liberação dos oprimidos e dos menos iguais. Desse ângulo,

ainda não existe “um socialismo petista”. Não se pode ignorar as classes dominantes nativas. Entretanto, o socialismo terá de ser calibrado à luz do inimigo mais forte e hegemônico, que não são os donos do poder brasileiros. Mas os detentores do sombrio “destino manifesto”, seus aliados, pertencentes à grande potência do norte. O mesmo sucede com outros países da América Latina, que têm de fazer a mesma escolha ou inspirar-se no modelo do Panamá.

## Reflexões sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores\*

**E**xiste uma crise profunda em toda a civilização ocidental. Seria algo estranho que essa crise não se refletisse no marxismo. O dialético também seria que a crise atingisse o marxismo. Muitos dos argumentos usados para desqualificar o marxismo são mais de natureza capitalista que de natureza operária e não têm uma base objetiva, que poderíamos chamar de lógica ou científica.

Se se toma a melhor enciclopédia que já se publicou em ciências sociais, que não é a mais recente — foi editada no final de 1929 em 15 volumes e trazia uma contribuição internacional de primeira ordem —, sobre a palavra socialismo vem uma discussão a respeito do que é a concepção marxista do socialismo. Isso é um ponto de referência muito importante para que se entenda que, no quadro da produção das idéias que conduziram à formação do socialismo, o marxismo foi considerado a tendência mais importante. Em torno do socialismo de orientação marxista vai se constituir a social-democracia européia, no início, e os partidos socialistas que surgiram em diferentes lugares da Europa e, depois, em outras partes.

Aqui tentarei sintetizar a visão originária do socialismo, que considerava a classe trabalhadora como a única classe revolucionária na sociedade capitalista e a única classe que tinha interesses e potencial de luta política suficientemente forte para transformar a ordem social existente e destruir o capitalismo.

\* A presente versão não reproduz fielmente a exposição oral. Ela foi condensada ou ampliada em algumas partes e refundida, para adaptar-se aos requisitos de um texto escrito.

Publicado em versão resumida pelo Departamento de Formação Política e Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

É necessário lembrar que a desagregação da sociedade feudal produziu a separação do produtor dos meios de produção. Considerando uma área da produção, de tecidos ou de sapatos, por exemplo, vamos supor que existissem trabalhadores artesãos que produziam em pequenas oficinas, como as costureiras que produziam em suas próprias casas. No fim do mundo feudal, através principalmente de uma acumulação de capital que se dá pela via comercial, surgiram recursos e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento do conhecimento, surgiram técnicas que permitiram uma nova forma de produção. A sociedade feudal era uma sociedade que dispersava o poder dos senhores e permitia que a burguesia crescesse e se fortalecesse, através do comércio local, nacional e internacional, ou da exploração de regiões coloniais. Mas o fato é que no fim há um problema mais complicado, porque com uma forma de acumulação de riquezas que se dá ao longo da sociedade feudal, onde o próprio senhor feudal assaltando, cobrando direito de passagem e segurança, com o aparecimento de uma religião que valorizava a austeridade, que foi o protestantismo, a existência do entesouramento, que se expande através da acumulação de riquezas, que procediam da usura, do comércio e das primeiras grandes tentativas de "colonização", envolvendo as navegações, a descoberta da Ásia, América e África. Então, surgiram várias formas de acumulação de riquezas, inclusive a dos artesãos.

Entre os mestres artesanais apareceram pessoas que usavam os aprendizes ou mestres que não possuísem recursos para ter suas próprias oficinas ou seus próprios estabelecimentos. Aqueles mestres, então, acumularam riquezas.

Constituiu-se, então, um ser humano com recursos econômicos para concentrar em suas mãos riquezas suficientes para comprar os meios de produção e gerar um novo tipo de economia. Essa evolução é muito complexa e exigiria um curso de história econômica. Mas os trabalhadores, os produtores diretos, por exemplo os servos, o artesão que trabalhava individualmente, o artesão que não tinha recursos para gerir um estabelecimento em condições de expandir-se, servem de pilar para uma forma de apropriação que excluía o produtor dos meios de produção.

Formam-se vários modos de expropriação, de onde nasce um novo tipo de propriedade, que é a propriedade privada moderna. Em torno dessa propriedade moderna individual dos meios de produção é que vai desenvolver-se a produção capitalista.

Exemplo: um negociante numa cidade inglesa, que conhecia pessoas que produziam um determinado produto em suas casas, criava uma empresa, uma fábrica, e comprava desses trabalhadores suas máquinas. Esses trabalhadores iam vender depois o seu trabalho, como mercadoria, para aquele negociante. De outro lado, toda a gente que morava no campo e se viu expropriada de suas terras vai parar na cidade e servir de mão-de-obra. Emerge o embrião da empresa moderna, na qual há uma concentração dos meios de produção. É uma invenção, dentro da tecnologia existente, que tornou possível criar essa nova maneira de organizar a produção e de submeter, através do dinheiro, aquele agente econômico fraco à condição de vendedor da sua força de trabalho. Esse agente econômico pode ficar morando no próprio local ou se desloca e mora em uma cidade, em áreas muito miseráveis, como é descrito em vários livros, inclusive o de Engels, sobre o trabalhador na Inglaterra em 1844.

Quer dizer, as cidades se diferenciavam, há uma concentração maior da população nas cidades e ocorre, também, a importação simultânea de artífices mais qualificados, por exemplo, franceses e espanhóis, que eram hábeis em certas especialidades. Existe um grande movimento na população e ela cresce tanto por via da migração quanto da reprodução.

Esta nova forma de propriedade, ligada ao capital, é o recurso que permite o início do processo capitalista de produção. O trabalho transforma-se em mercadoria, pois o produtor deixa de produzir para si próprio e para a família e passa a vender sua capacidade de trabalho para o proprietário do capital. O que caracterizava o sistema feudal era que quem quisesse um par de sapatos iria a um artífice e encomendava-o; poderia esperar um ou dois meses, mas obteria o par de sapatos. O processo era esse, não havia estoques de produtos em todos os ramos.

Com a nova invenção, o produto cresce em massa e descobre-se um mercado diferente, que iria crescer, aumentar e difundir-se por toda parte em seguida.

Assim se compõe a nova forma de produção, ligando capital e trabalho entre si. O capitalista, graças a essa nova forma de produção e de propriedade, passa a administrar uma fábrica. Ele não comprava a pessoa do trabalhador, mas as horas de trabalho dele, por exemplo, 12 ou 15 horas. Nesse período de tempo, o trabalhador não produzia só aquilo que o capitalista estava lhe pagando, ele produzia o equivalente ao que recebia

e mais uma certa quantidade de produtos. Um exemplo, com doze horas: em seis horas ele produzia o equivalente do que recebia; nas outras seis horas ele produzia um excedente econômico, que ficava com o capitalista. Essa é a nova forma de exploração: o produtor não recebia todo o equivalente por aquilo que produzisse, mas apenas a metade, dois terços ou um terço, etc. Quando se trata de acumulação simples, o capitalista elevava a exploração, aumentando a jornada de trabalho. Em vez de ficar 12 horas trabalhando, ele ficava 16 ou 18. O que ele produzisse a mais pertencia ao capitalista. A extensão da jornada de trabalho permitia intensificar a exploração do trabalho não pago.

O capitalismo, no sentido específico, surge quando a acumulação acelerada do capital se dá. Quer dizer, além do que foi descrito: quando a ciência, a tecnologia, a organização da produção fazem com que o indivíduo, em vez de produzir o equivalente do que ganharia em seis horas, iria produzi-lo em três ou quatro horas, e a extração do excedente, a mais-valia, expandia-se constantemente e o dono do capital se apropriava de todo o produto. Essa é a chamada acumulação capitalista acelerada — ela revoluciona a produção moderna. À medida que a técnica evolui e multiplica a produtividade do produtor direto, o capital cresce com maior rapidez.

É isso que caracteriza o aparecimento do capitalismo em termos históricos e estruturais. O produtor é despojado dos meios de produção, que passam para as mãos do capitalista. Através da técnica, este utiliza os meios de produção, gerando um produto maior, enquanto o trabalhador se vê despojado desse excedente. Isso quer dizer que a exploração se localiza ao nível da produção, no qual se dá a espoliação do agente de trabalho sob o capitalismo. E é muito importante entender esse esquema para se compreender que aquele que trabalha está numa situação tal que vai ser sempre explorado, qualquer que seja o progresso da organização da produção. Pois a acumulação simples desaparece, mas fica embutida na acumulação ampliada e acelerada; e esta acumulação atribuirá ao capital industrial maior dinamismo. Portanto, capital e trabalho vão ter uma relação dialética entre si. O capital precisa do trabalho assalariado para crescer e o trabalho assalariado, por sua vez, precisa do capital, porque o trabalhador não tem meios de subsistência e reprodução dele próprio como trabalhador e de sua família. Dentro dessa estrutura há um antagonismo entre capital e trabalho que é irreduzível, porque a função do capital con-

siste sempre em exercer uma espoliação, que se tornará cada vez mais concentrada à medida que a tecnologia eleva a produtividade.

O trabalhador, por sua vez, especialmente nas condições originárias da produção capitalista, terá que se contentar com um salário muito baixo, compatível apenas com um padrão de vida paupérrimo. Engels, pela investigação sobre as condições de vida dos operários na Inglaterra em 1844, descobriu as áreas onde viviam os trabalhadores, mais ou menos distantes de outras áreas, praticamente isoladas e segregadas, de modo que os burgueses podiam ir para seus escritórios ou destes para suas mansões sem ver a miséria que ocasionavam aos trabalhadores.

Existe uma relação dialética entre o capital e o trabalho que é inevitável. Qualquer modelo de capitalismo, no qual o capital só cresce espoliando o agente de trabalho e, por sua vez, o agente de trabalho só pode se reproduzir e sobreviver na medida em que ele encontra um mercado de trabalho, que converte sua força de trabalho em mercadoria. Não é o trabalhador que é a mercadoria: ele não é um escravo nem um servo, em sentido literal. Ele só vende sua força de trabalho. Com essa força de trabalho, o agente capitalista obtém um produto que ultrapassa de muito o que ele paga ao trabalhador.

O que se deve ressaltar é que esse antagonismo irreduzível opõe entre si o trabalhador e o capitalista, adversários em termos econômicos, políticos e culturais. Essa situação, naturalmente, foi enfrentada pelos trabalhadores ao tentarem se organizar socialmente. Primeiro, criaram as uniões ou as associações, os sindicatos. Nem os economistas nem os socialistas conseguiram entendê-las: como é que os trabalhadores desenvolveram essas organizações, às vezes prejudicando seus próprios interesses? Ao se unirem em associações e sindicatos, sofriam pressão dos patrões; havia flutuação na oferta (o “não, eu pago um pouco mais para você”); ou, então, os próprios trabalhadores se viam obrigados a se cotizar para manter a associação; ou eram obrigados a aceitar condições de trabalho em que a remuneração era menos vantajosa, exatamente para poderem formar o sindicato, porque havia entre os mesmos profissionais qualificações variadas (uns poderiam ganhar mais que outros e, de repente, todos começavam a defender os interesses coletivos). Tanto os socialistas como, principalmente, os economistas não entenderam isso. Marx e Engels os chamavam proletários, colocaram em primeiro lugar a sua organização. No início a reação foi diferente, pois o trabalhador não compreendia o

complexo mecanismo exigido pelas circunstâncias: quebrava as máquinas, às vezes destruía a própria fábrica. Depois entendeu que o problema não estava na máquina, na fábrica, mas no capitalista e na propriedade privada dos meios de produção. Ele tinha que atacar o capitalista e a relação de exploração imposta pelo capital. Não podia conseguir isso individualmente, tinha de ser coletivamente. Deviam, portanto, associar-se. Constituem-se, assim, as primeiras formações proletárias, que promoviam a luta econômica, social e política coletiva e organizada.

Esse esboço é muito sumário, muito superficial, mas contém a essência da concepção marxista do socialismo. Existe uma base econômica, social e política que não é inventada, é extraída da própria formação e evolução do capital e do trabalho na sociedade moderna.

Como dispomos de pouco tempo, não vou expor a primeira parte do *Manifesto Comunista*, que é muito importante, onde vêm descritas as etapas da evolução das classes. É claro que os trabalhadores são uma classe, os capitalistas são outra e vai haver antagonismos entre elas. Aparecerão também classes intermediárias e, destas classes, algumas têm interesse em se unir com o capital ou com os trabalhadores. A única classe, porém, que possui interesse em revolucionar e acabar com a sociedade burguesa é a classe trabalhadora. Por isso, a classe trabalhadora é tida como classe organicamente revolucionária. As outras podem participar de uma luta por reformas e até por revoluções, mas, atingidos os seus objetivos, retraem-se. Os trabalhadores precisam eliminar essa sociedade e organizar a produção de tal maneira que o capital não prejudique mais o produtor.

Agora, quais são os objetivos centrais dos socialistas e daqueles que tomam essa posição? Existem coisas que não foram citadas sobre o embrutecimento do trabalhador que, submetido às condições de trabalho que praticamente brutalizam a pessoa e bloqueiam o desenvolvimento da consciência social, impedem a aquisição de cultura e a auto-emancipação coletiva da classe. Já nos primeiros trabalhos de Marx e Engels são feitas essas análises da alienação social. O embrutecimento do trabalhador, a necessidade do trabalhador de tomar consciência de sua situação social e o fato de que essa situação só possa ser alterada pelo próprio trabalhador coletivamente. Portanto, ele precisa se organizar em sindicatos, partidos, forjar outras organizações culturais para poder propor uma sociedade de caráter diferente, com uma nova forma de produção, com uma infra-estrutura que não seja espoliativa, que assegure a igualdade

e a liberdade como algo generalizado e que envolva a autogestão coletiva dos meios de produção, na qual se consagre a construção da democracia (não da democracia apenas para uma minoria, mas a democracia da maioria e, com a evolução socialista, a democracia universal). No *Manifesto Comunista* há uma parte que recebeu o subtítulo "A Ótica Comunista". Nela, Marx e Engels expõem a idéia de que os comunistas não pretendem construir um partido para dirigir a classe operária. Os comunistas são aqueles que têm uma visão geral das tendências de transformação da economia e da sociedade e que cooperam com todos os partidos de trabalhadores no sentido da transformação da sociedade e na criação de uma sociedade nova.

E quais são os objetivos que eles salientam como essenciais do socialismo proletário? Primeiro, a organização da classe. É claro que, para o trabalhador transformar a sua condição de existência e a sociedade na qual vive precisa proceder como faz a burguesia, isto é, organizar-se como classe. Esse processo é espontâneo, mas possui componentes que dependem da consciência social dos agentes históricos. O trabalhador precisa compreender que o sindicato é um meio de luta, mas que é insuficiente e que é necessário inventar outros meios de luta, que são os partidos políticos. Há um momento, como se deve lembrar no Brasil do passado, por exemplo, na época getulista, em que o trabalhador não podia ter capacidade de se organizar autonomamente e pela base. Havia, então, uma tendência de aliar-se com a burguesia, utilizando os conflitos entre os setores da burguesia para alcançar objetivos propriamente operários. Aí surge o pelego, o sindicato atrelado, a burguesia nacional, tudo isso que já conhecemos. É claro que o quadro diferia na Inglaterra, na França, etc. Mas os problemas básicos eram os mesmos. Assim como o capitalista tem uma situação de interesses de classe, o trabalhador também possui uma situação própria de interesses de classe. E essa situação não está confinada à existência do salário, à melhoria do salário, a ter sindicatos, partidos, etc., mas mudar a sociedade de modo que as iniquidades econômicas, as desigualdades sociais e a subalternização política desapareçam. Portanto, os trabalhadores precisam se organizar como classe para usar o poder real de classe na luta contra o capital. Esse é o requisito número um para que o trabalhador, que constitui maioria na sociedade, possa modificá-la, utilizando sua força no sentido de uma revolução social.

O segundo objetivo a que os comunistas se propõem é a demolição da supremacia burguesa. Marx e Engels utilizam o conceito de supremacia e não o de dominação, embora o conceito de dominação seja prevalescente na sociologia. Para se derrubar essa supremacia burguesa, o que é necessário fazer?

Não basta ao trabalhador se desenvolver como classe, dispor de sindicatos, partidos e organizações culturais, educacionais, de segurança, de recreação, etc., próprias. É necessário que ele adquira a consciência social da subalternização, da importância de adquirir todos os direitos concedidos pela cidadania e acabar com o despotismo na fábrica e com o despotismo na sociedade civil, porque esses dois despotismos caminham juntos. Seria ilusório pensar que o despotismo na fábrica é uma contingência da vida burguesa, porque ele se reproduz na comunidade onde vivem os trabalhadores. A pessoa é obrigada a usar ônibus, a ter um meio de transporte no qual vai apinhada e arrisca a vida, é obrigada a ter uma alimentação ruim, não ascender à educação ou a receber uma educação inferior, para si e para os filhos. Tudo isso impede o trabalhador de contar com uma situação de confronto eficiente com o burguês. Daí a necessidade de limitar, primeiro, o poder da burguesia na fábrica, na sociedade global, no Estado, e de disputar, classe a classe, em todos os níveis, com a que exerce o monopólio da riqueza, da cultura e do poder político. Por isso, é crucial desenvolver consciência social de classe e capacidade de luta política organizada, coisas que estão ligadas entre si. A partir desse patamar, pode-se falar de movimento socialista e de desalienação dos de baixo. Os trabalhadores formam, nesse momento, uma classe em si, capaz de lutar por seus objetivos, independentemente de qualquer ligação — associação, submissão, cooptação — com o capital, com a burguesia e com outras classes intermediárias (pequena burguesia, estratos médios mais altos, mais ricos, mas que não são proprietários dos meios de produção).

Por fim, o terceiro e último objetivo dos comunistas é a conquista do poder. Esta é a etapa mais avançada, na qual o trabalhador pode sair para a luta política não, mais para resolver problemas de sua classe, mas para construir uma sociedade nova e um Estado de novo tipo, nos quais a democracia se inicia como democracia da maioria e não como democracia da minoria, não como democracia representativa que favoreça os poderosos e subalternize aqueles que são menos iguais, que são dependentes e vivem em condições de desigualdade social.

É algo importante distinguir entre ocupar o poder e conquistar o poder. Há vários exemplos históricos nos quais os trabalhadores, os partidos socialistas ou social-democratas ocuparam o poder. Mas a conquista do poder significa que o movimento social de transformação da ordem existente atingiu seu objetivo, a classe capitalista não terá mais condições sociais e políticas de se reproduzir como classe dominante e terá que ser reeducada, para viver na sociedade nova e sobreviver dentro dela. Esta é a concepção central de Marx e Engels. São estes os objetivos capitais do socialismo proletário e revolucionário.

Devemos recuperar algumas afirmações de Marx e Engels, redigidas logo depois da derrota da revolução na Alemanha. Ocorreram revoluções na Europa, desencadeadas pela burguesia, a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa, que se anteciparam historicamente a outras revoluções burguesas (lembrem-se, a Revolução Inglesa se desencadeou primeiro; a Revolução Francesa logo depois; e irão suceder-se outras revoluções em seguida, na Alemanha, Itália, Espanha e em vários países da Europa, com resultados variados). Marx e Engels, como alemães, voltaram à Alemanha. Marx, que saiu da Alemanha como jornalista, fundou então um jornal e pretendeu utilizá-lo para agitar os trabalhadores e avivar a sua consciência social. Engels, que tinha treino e vocação militares, se engajou militarmente na revolução, além de politicamente. E a história acaba com Marx sendo banido da Alemanha primeiro e Engels foragido logo depois. Voltam à Inglaterra, onde vão experimentar uma situação difícil, a situação amarga da derrota. A revolução burguesa não alcançou na Alemanha o mesmo êxito que lograra na França, porque na França o setor mais avançado da aristocracia se alia com a burguesia ascendente e os outros setores fogem, para retornar mais tarde, chefiando a reação. Na Alemanha, a burguesia, apesar de ter conquistado representação parlamentar, se mostrou muito covarde e, principalmente, descobriu que seu aliado principal na revolução, os trabalhadores, representavam um perigo muito maior para si própria, pois se os nobres e a Casa Real representavam uma limitação do poder, os trabalhadores apontavam o fim da burguesia como classe. Orientou-se no sentido da acomodação e do oportunismo no Parlamento, traíndo a revolução e recuando nos propósitos nacionalistas e democráticos que estavam em jogo. Em consequência disso, a revolução se esgotou num processo de conciliação entre a aristocracia prussiana e não-prussiana com a burguesia. A Casa Imperial prevaleceu e a defesa da democracia circunscreveu-se às relações históricas entre a burguesia, a

aristocracia, a burocracia e o poder imperial. Max Weber, entre os sociólogos, dedicou-se a análises sobre o assunto que são muito esclarecedoras e merecem nossa atenção (inclusive por causa do papel da burguesia nos anos decisivos, que começam no Brasil com a Revolução de 1930).

Marx e Engels, na Inglaterra, vão encontrar um ambiente dramático e um grande desânimo entre os revolucionários, pois estes, especialmente os de extrema-esquerda, pensavam que, logo de cara, iriam conquistar o poder e acabar com todas as desigualdades e injustiças sociais, construir um Estado democrático e igualitário, etc. Quando descobriram que isso não era possível, se recolheram a si mesmos, ressentidos. Marx diz, numa carta, que eles se deitam no sofá, esperando que a revolução se faça enquanto eles dormem. Mas Marx e Engels empenharam-se em outra coisa, depois de algumas vacilações: começaram a estudar as revoluções. Logo escreveram uma carta à Liga dos Comunistas, com o fito de defender os ideais revolucionários e proletários. Convém citar um ou dois trechos dessa carta, que é muito importante, pois trata também da organização política da classe trabalhadora. É o primeiro escrito onde se esboça o programa de um partido dos trabalhadores de uma perspectiva marxista. Nela vem a célebre afirmação, característica desse socialismo revolucionário: "Nós não queremos melhorar as classes, nós queremos eliminá-las. Nós não queremos aperfeiçoar a sociedade de classes, queremos suprimi-la."

Essa é a concepção originária de Marx e Engels. Precisamos resgatar essa concepção, porque se ataca o marxismo, dizem que ele está em crise, que ele morreu. Mas, se se perguntar a uma pessoa o que é o marxismo, ela não sabe, "não estudou isso". O marxismo está enterrado e a classe trabalhadora está condenada a ser subalterna na sociedade capitalista recente, com um melhor padrão de vida, mas com profundas desigualdades sociais e cicatrizes insanáveis. Tanto é assim que na Inglaterra, nos EUA, nesses países "avançados", a proporção de desempregados aumenta o número dos que vivem abaixo da linha de pobreza. Quais são as perspectivas de resolver esses problemas crônicos através da assistência social?

Aceitar esta visão significa comprometer-se com a idéia de que os trabalhadores não têm condições nem meios para organizar, com suas próprias mãos, suas próprias cabeças, uma sociedade nova, diferente da democracia ampliada e que evoluirá até o comunismo.

A civilização engendra a barbárie e só através do socialismo é que se pode produzir uma civilização sem barbárie. Mesmo nos países avançados enfrenta-se esse dilema, que é estudado por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Onde persiste e se multiplica a conexão entre civilização e barbárie, como nos países adiantados, o socialismo é necessário como alternativa para gestar outro tipo de civilização, realmente igualitária e democrática. De acordo com o filósofo italiano Della Volpe, que designa a liberdade maior como liberdade com igualdade, é fantasia falar em democracia sem a sua existência. A democracia é uma palavra e é preciso saber o que ela significa, quem a aproveita e o que é um Estado capitalista.

Quanto à periferia, aí não há nem o que discutir. O retrato traçado é tão válido quanto na época em que ele apareceu na Inglaterra, na França ou na Alemanha. É claro que o capitalismo se transformou, as sociedades de classes se modificaram, o próprio marxismo sofreu inovações, através de autores como Hilferding, Lênin, Trótski, Bukhárin, Lukács, Gramsci, etc. Todos eles mostram como estas transformações podem ser absorvidas pelo marxismo e refinaram a explicação marxista da sociedade e da revolução.

Não se trata de dizer que não há transformações. Porém, na periferia, as condições existentes (por exemplo, no Brasil) se casam com a descrição do primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*. E em outros países da América Latina é a mesma coisa. Toda a periferia está sujeita à problemática do desenvolvimento capitalista desigual. E o desenvolvimento capitalista desigual só pode ser enfrentado, corrigido e eliminado através de revoluções nacionalistas libertárias reforçadas por revoluções socialistas.

### Perguntas do plenário (em resumo)

P — O socialismo vai acontecer espontaneamente? Como aconteceriam as transformações para o socialismo, quais as condições? Qual o papel dos trabalhadores e intelectuais? Sobre a questão do proletariado, definir organizações culturais, expor sobre o assunto e sobre como se construirão estas organizações.

Florestan — É claro que, dentro das perspectivas de Marx e Engels, não se fala em espontaneísmo. Não basta que surjam as condições necessárias para a revolução e a revolução ecloda como se fosse um mila-

gre. Não é o que eles falam. Afinal de contas, o trabalhador não é uma macieira, nem a revolução é uma maçã. Existe a história e é preciso compreender o papel do trabalhador como agente histórico. Nos livros produzidos pelos intelectuais das classes burguesas, os papéis dos trabalhadores desapareceram, toda a história moderna foi constituída pela burguesia. Sem ela, não haveria civilização, ainda estaríamos na era feudal.

Na verdade, todas as transformações que ocorreram na sociedade burguesa e que são deveras importantes lançam suas raízes no modo pelo qual os trabalhadores enfrentaram as condições existentes de vida, manejando a organização coletiva e a luta de classes. Os trabalhadores formaram as associações e os sindicatos, reproduziram os partidos políticos, mas lhe conferiram outras formas e outras funções. Eles se bateram para conquistar a cidadania. Em toda parte surgiram direitos sociais, inovaram-se as condições de trabalho sob pressão operária, regularam-se as horas e condições de trabalho da mulher, proibiu-se o trabalho dos menores e se reduziram as horas de trabalho dos que arcaram com o trabalho precoce, e, por fim, a duração da jornada de trabalho, a elevação dos salários, o direito de greve, a legislação trabalhista se inscrevem entre suas vitórias. A vigente civilização, que é chamada "burguesa", expandiu-se e renovou-se não só graças aos recursos da tecnologia moderna, da ciência, do Estado. A classe trabalhadora lutou para implantar novos valores, novas condições de vida, novas aspirações sociais. A insatisfação do trabalhador operou como um dínamo e fomentou a reprodução permanente do movimento social reformista e revolucionário.

Naturalmente, o socialismo acaba sendo um objetivo das classes trabalhadoras, que visa não a eliminar a civilização, mas a dissociar a civilização da violência, da desigualdade social, da exploração econômica, sexual e por aí afora. Por isso, cabe ao trabalhador afastar a civilização da barbárie. Ao suprimir a classe e a sociedade de classes e ao infundir existência social ao socialismo, o movimento operário realiza seu objetivo maior: produzir a civilização sem barbárie.

Marx e Engels concebiam a revolução como um processo natural, quer dizer, não como o que se dá na natureza, na evolução das plantas, dos insetos ou dos peixes, mas como um processo objetivo intrínseco à sociedade. Na sociedade de classes é inerente a luta de classes e essa luta de classes se volta contra o monopólio do poder pela burguesia, por-

que a classe é para a burguesia o meio pelo qual ela exerce a sua dominação. Daí a necessidade que o trabalhador tem de destruir a classe para libertar-se e eliminar as desigualdades econômicas, sociais, culturais, políticas.

Marx e Engels também não pensavam que a revolução resultasse ao modo de um cataclisma. Ao contrário, eles sempre associaram a crise econômica à luta revolucionária. Constitui uma simplificação grosseira do marxismo afirmar que ambos supunham que haveria uma evolução cataclísmica natural da sociedade capitalista. Eles partiam de uma concepção dialética, objetiva e histórica da realidade. Só haveria alteração na medida em que os trabalhadores fossem capazes de aproveitar uma situação de crise de forma revolucionária. Se não fossem capazes de fazer isso, então as classes burguesas resolveriam a crise ou a própria evolução econômica superaria as crises e a ordem social continuaria como antes, se reproduziria intacta ou com transformações de porte reformista. Essa concepção do cataclisma como um evento espontâneo, natural e inevitável ou é sandice de economistas burgueses, que não leram as obras de Marx e Engels, ou é uma versão mecanicista do marxismo, difundida através do stalinismo.

Com relação à cultura e às instituições culturais, no livro *A Ideologia Alemã*<sup>1</sup>, cujos manuscritos foram descobertos e publicados em nossa época, Marx e Engels afirmam que a ideologia de uma sociedade é a ideologia da classe dominante — o que corresponde às idéias de Gramsci a respeito da hegemonia e dos papéis do intelectual orgânico. Gramsci se inspirou nos ensaios do jovem Marx, que também propõe o conceito de heteronomia, termo curiosamente importante no pensamento sociológico de Max Weber. Marx aprofundou suas reflexões sobre a colaboração recíproca entre o "filósofo" e o "proletário", buscando como produzir explicações radicais — que cheguem às raízes das coisas — e como, através do movimento proletário, converter as idéias em forças sociais. Sabia que o trabalhador constitui a chave do processo e declarou expressamente, em *A Miséria da Filosofia*, que o principal produto da produção capitalista era o proletário revolucionário. Nesse sentido, se a ideologia de uma sociedade

1. Esse livro foi redigido pouco antes do *Manifesto Comunista*, depois que Marx havia escrito a *Crítica do Direito de Hegel*, os *Ensaios Econômicos e Filosóficos* e Engels tinha divulgado seu ensaio sobre economia, que é uma antecipação original da concepção que o próprio Marx iria desenvolver da economia política, e elaborara o livro sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra em 1844*.

é a ideologia da classe dominante, o trabalhador, para desenvolver uma consciência social própria, independente, livre e revolucionária, teria de contar com meios próprios de cultura, técnicas específicas de compreensão e explicação da realidade, recursos coletivos de transformação do mundo e de criação de uma nova sociedade. Se a burguesia quer dominar, o trabalhador, em contraposição, quer se auto-emancipar coletivamente. Marx e Engels não ficam nos marcos convencionais da emancipação dos trabalhadores por classes esclarecidas ou por setores avançados da burguesia ou por doação do Espírito Santo. Eles suscitam uma auto-emancipação coletiva, e isso nasce de um processo que, naturalmente, tem de evoluir gradativamente, adquirindo uma aceleração cada vez maior à medida que o desenvolvimento capitalista aumenta, porque a força relativa do trabalhador depende do grau de desenvolvimento do capitalismo. Quanto mais baixo for o grau de desenvolvimento do capitalismo, mais baixo é o grau de desenvolvimento correspondente do trabalhador e mais violentas são as formas de exploração, opressão e repressão. Vejam a situação dos sem-terra no Brasil e como os dilemas estão sendo propostos de uma forma facinorosa. Os donos da terra massacram e os sem-terra tendem a responder com uma contraviolência igual à que vem de cima, cruel e sangrenta. O impasse já é, em si e por si, uma vantagem para os de cima. Ou como ocorreu com os índios, que recorreram à fuga e ao isolamento, desde o século XVI. Ou como fizeram os caipiras e os caboclos, nos diferentes momentos de expansão de fronteiras, na sociedade brasileira. No livro de Pierre Monbeig observa-se como a população pioneira é expulsa: depois que doméstica certo *habitat* para a vida humana, seguem-se a especulação com terras e a produção econômica dos de cima.

O trabalhador passa a ter a faculdade de uma produção intelectual específica quando ele se apropria das idéias socialistas. Quando se torna socialista, pode imaginar o mundo não mais de acordo com a ideologia burguesa, mas em confronto antagônico com essa ideologia. E não vai mais aceitar o sindicato como uma forma de luta e de auto-afirmação coletiva. Não vai enxergar o partido como um veículo de colaboração de classe, mas vai vê-lo como parte da luta de classes pela ocupação ou pela conquista do poder. E há avanços maiores: o que significa para os trabalhadores contar com uma concepção radical do mundo e deles próprios? O “movimento social” ou, em termos claros, o movimento operário transcende à “cultura popular” e, sem destruí-la, passa de criador de uma contra-ideologia a produtor de uma ideologia que disputa o espaço

psicológico, filosófico, histórico e sociológico da ideologia das classes dominantes. Essa é a função das organizações culturais, dos sindicatos, dos partidos, que infundem às classes trabalhadoras a faculdade de deslocar as classes dominantes, de aniquilar seu monopólio de saber e de poder, de libertar-se da alienação coletiva, de encaminhar a humanidade à “civilização sem barbárie”. Encerra-se, assim, o “fim da história” (ou da pré-história, segundo Marx) e inicia-se a história como afirmação da “liberdade maior”, a liberdade com igualdade.

A educação que o trabalhador adquire é uma educação predominantemente existente no meio proletário e que está em desnível em relação à educação que define os padrões de mudança social da sociedade como um todo. Então não basta a socialização e a educação no seio da família, na comunidade de vida. Não basta ir à escola. É preciso que o trabalhador tenha meios de ir além. Ou ele exige que esta escola seja uma escola de caráter universal, quer dizer, ensine a mesma coisa para todos, se preocupe com a formação básica do cidadão, coisa que aconteceu em alguns países da Europa. Nos EUA, por exemplo, a escola primária fundamental dá uma base universal para o exercício da cidadania. Mas o trabalhador precisa ir além, pois necessita de uma escola na qual atinja a capacidade de fugir à hegemonia ideológica que as classes dominantes exercem exatamente através da escola “para todos”. A escola é uma das instituições-chave da burguesia. A escola, a igreja, o Estado, incluindo a própria família, são instituições-chave na sociedade burguesa. Não se trata da família natural, mas da forma de família existente na sociedade de classes (capitalista). Quem determina essa forma de família em que a competição se impõe como o valor básico não é a família operária. O trabalhador tem de aceitar a competição como se ela fosse o valor supremo. Quando, da perspectiva libertária e igualitária, que nasce da própria natureza, da condição revolucionária das classes trabalhadoras, o importante é a cooperação e a solidariedade, a luta comum pela transformação da sociedade e a criação de uma sociedade nova.

Portanto torna-se essencial criar instituições que não estão estabelecidas e que, com frequência, acabam proibidas, proscritas, não sendo reconhecidas oficialmente. Trabalha-se e luta-se arduamente no Congresso para se ter uma lei de diretrizes e bases para consagrar certas liberdades, certas garantias educacionais, o acesso do trabalhador a todos os níveis da educação. Mas esse acesso não garante nada. O que seria o Florestan Fernandes hoje, se eu não ficasse fiel à minha situação originária de

classe? Eu não seria o “companheiro” e, certamente, não estaria aqui. Desfrutaria satisfeito o padrão de vida que tenho, de classe média. Trata-se de uma contradição que afeta aqueles que são recrutados entre os de baixo para pertencer à nata intelectual da burguesia. Foi um sociólogo conservador italiano, Pareto, que analisou a fundo essa questão, a circulação das elites e a renovação das classes dominantes. Há um processo que os sociólogos chamam de acefalização. As classes dominantes precisam se renovar, pois o estoque genético não se reproduz na escala em que a civilização se expande. As classes dominantes, portanto, precisam selecionar os talentos, ter uma rede que, dentro da sociedade, permita aproveitar em seu benefício aqueles que tenham potencialidade criativa e empurram esses indivíduos para cima — o que se chama mobilidade social vertical ascendente — e eles vão naturalmente modificando os seus interesses sociais, sua visão de mundo, e se metamorfoseiam em burgueses. Em uma sociedade de classes todos têm um elemento burguês, uma predisposição a se conformar ao meio social. O trabalhador, por causa da própria ideologia embutida na sua condição de membro da sociedade, da educação que recebe na escola, nas instituições-chave da sociedade, de ambições variáveis, quer “vencer na vida” ou que seus filhos o consigam. É preciso que o trabalhador elabore meios educacionais específicos, para construir e reproduzir uma concepção de mundo independente, capaz de responder à sua visão de democracia da maioria, libertária, igualitária, e a seus anseios de revolução.

Por isso, é preciso multiplicar escolas no sindicato, escolas no partido, escolas que não só funcionem para alfabetizar, para ensinar técnicas, profissões, mas que funcionem também para fortalecer uma consciência social proletária, aberta, que dê ao trabalhador uma compreensão da sociedade global e reavive a necessidade de transformar a sociedade, tanto no sentido reformista quanto no revolucionário. As “escolas de partidos”, nos países avançados, chegaram a conter cursos como, por exemplo, pode-se observar em livros de Rosa Luxemburgo, Kautski, Bukhárin, etc. Livros que reproduzem programas de cursos dados nessas escolas, como conferências ou aulas propriamente ditas. O fundamental consiste em desentranhar a cabeça do trabalhador da subalternização cultural, mental e ideológica à burguesia, isto é, da alienação social. Pois a primeira condição a vencer para que o trabalhador deixe de ser um agente passivo ou defensivo e torne-se um agente construtivo e ofensivo é extrair dele tudo o que ele tenha de burguês, desaburguesá-lo para que ele não corra o risco da

acefalização e da cooptação. As mesmas reflexões se aplicam ao negro, submetido a um racismo informal. Os brancos costumam dizer: “Esse é um negro de alma branca”. É um negro de alma branca por quê? Ou por falta de educação sistemática ou porque ele teve uma educação através da qual aprendeu a pensar, a agir, a querer tudo o que os brancos valorizam e esperam dele! Ele vê o mundo não da perspectiva do negro, não nos termos da auto-emancipação racial, combinada à luta da classe operária, mas em termos das concepções das classes e da raça dominantes. Esse negro, do ponto de vista do movimento negro rebelde, é um “traidor”. Mas, de fato, ele não se confunde com o traidor, sendo apenas o produto de uma deformação cultural, predisposto a acatar uma “democracia racial” inexistente.

Os trabalhadores devem buscar o apoio dos professores dissidentes e, em especial, formar os seus próprios educadores, saídos de suas fileiras. Impõe-se que estejam à frente da luta para que os professores e as escolas deixem de ser servis à ideologia das elites das classes dominantes. A elite reacionária da classe dominante procura fixar os padrões educacionais da sociedade como um todo. Julgam isso “democrático” e “necessário para o equilíbrio da ordem”. No Brasil isso era regra. Em 1933 e 1934, quando se criou a Universidade de São Paulo, a burguesia paulistana, que perdera a Revolução de 1932, queria ganhar a batalha formando “novas elites”. Fundaram a USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Livre de Sociologia e Política. Como o ensino era extremamente avançado, o tiro saiu pela culatra. A Faculdade gerou intelectuais radicais ou semi-radicais, que não se prestavam a desempenhar o papel de instrumentos passivos de agentes dissimulados da burguesia. O movimento operário, o movimento sindical, o movimento racial, todos os demais movimentos devem opor-se firmemente à estreiteza ideológica de uma elite reacionária, que ainda hoje manda no Brasil e necessitam enfrentar a revolução educacional como tarefa essencial comum.

Essa elite impediu que a nossa Constituição de 1988 fosse mais avançada na esfera educacional, através do “Centrão”, e agora quer fazer uma revisão para “limpar” dela todas as concessões feitas. Repete-se, aqui, a farsa mantida secularmente com referência ao negro. Propala-se a existência da “democracia educacional” e da “distribuição democrática” das oportunidades educacionais. Onde elas se encontram? Isso mostra que o movimento operário está diante de um desafio histórico. Junto com outros movimentos, cabe-lhe exigir que a escola seja uma área livre, na qual im-

pere a liberdade, não só da instituição, como se pensa ao nível da classe dominante, mas a liberdade do professor, do estudante, do funcionário, de modo que todos possam deixar de ser eunucos políticos do harém dos partidos da ordem. Ainda recentemente houve a demissão escandalosa, em uma universidade particular conhecida, de professores petistas e socialistas, em atividade de greve como dirigentes sindicais. O AI-5 ainda está em vigor? O professor pode ser de direita mas não de esquerda, fascista mas não socialista? Todavia, o dilema é mais profundo. Trata-se de acabar com uma hegemonia ideológica que interfere na dinâmica da cultura e nas funções da educação. Nenhum país pode ser livre sem a liberdade do professor e do estudante (e, por implicação, dos técnicos em administração escolar, em orientação pedagógica, etc.). Sufocar ideologicamente a escola, com mão de ferro, pressupõe condenar a educação ao destino de instrumento de dominação de classe e em recusar à Nação autonomia cultural. O horizonte cultural médio fica bitolado pelos tacanhos interesses e valores de uma classe dirigente despótica, caolha e estéril, cultural e politicamente.

P — A visão dos caminhos para a transformação de nossa sociedade. Como se deve dar a construção do socialismo no Brasil hoje? De que forma o PT tem contribuído para isso?

Florestan — O PT representa uma novidade. Nasce em uma situação peculiar, porque os anarquistas, os socialistas e os comunistas surgiram, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Não se congregam politicamente, mas fizeram muita coisa importante. Produziram pequenos jornais, fizeram sociedades de auxílio mútuo, que foram as sementes dos sindicatos e chegaram a criar sindicatos por profissões.

Quando os comunistas sobem à cena, na década de 20, anarquistas e socialistas já tinham conseguido um avanço muito grande na luta sindical (em termos relativos), pois a greve de 1917 foi surpreendente e vigorosa para um país como o Brasil, naquele momento.

Os anarquistas foram protegidos por suas concepções libertárias. Como repudiavam a institucionalização, não valorizavam a conquista do poder através do Estado, preferindo a ação direta nas bases. Os anarquistas se isolaram, defendendo a luta de classes e repudiando alianças espúrias. Almejavam a revolução como alteração coletiva da sociedade pelos trabalhadores e pelo povo — a humanização de todos e o combate

às condições brutais da violência, ainda tão próximas da herança escravista. Pretendiam eliminar os fatores das terríveis iniquidades econômicas, desigualdades sociais e carências culturais vigentes. Mantiveram uma visão ultra-utópica, naturalmente libertária, profundamente democrática e igualitária da solidariedade operária. Mas isso os colocou em desvantagem, porque cederam terreno quando os comunistas começaram a competir pelo controle dos sindicatos (perderam todos os sindicatos que dirigiam). Depois os comunistas exerceram a hegemonia nos sindicatos e nas atividades propriamente políticas. Quando o Estado Novo se constituiu, os comunistas e os socialistas preservavam posições de liderança nos sindicatos. Os anarquistas exerciam uma participação pequena, seletiva, nos embates dos trabalhadores. Valiam mais como marcos emblemáticos do que como força política de luta direta organizada.

Como a classe operária estava em processo de formação, os trabalhadores tiveram que usar o espaço deixado pelas distensões dentro da classe burguesa, para se afirmarem na esfera política. E se aliaram à Revolução Liberal, apoiaram Vargas e seu movimento vitorioso, ajudaram a construir o edifício de base burguesa que construiu o sindicalismo oficial, atrelado ao Estado. Atacavam o latifúndio e o Imperialismo e defendiam uma colaboração de classes (com burguesia industrial), segundo a estratégia que na periferia era possível fomentar conflitos entre interesses burgueses contrastantes e colocar os setores mais radicais à testa da revolução nacional. Tudo isso já é muito conhecido!

O Partido Comunista procurou, apesar de seu cunho revolucionário, despertar as classes burguesas para sua revolução. As tentativas que o Partido fez, pois ele luta no plano político de uma forma intensa e ofensiva, culminou em sua clandestinidade. A Aliança Nacional Libertadora inspirava-se em uma concepção geral, que não era destituída de congruência, mas não possuía sentido nas condições históricas concretas. Os comunistas foram duramente reprimidos e perseguidos. Luiz Carlos Prestes mostrou sua bravura em vários anos de reclusão. Porém, ao ser libertado pela ação do Partido e da pressão popular, surpreendeu a todos endossando as bandeiras da posição política de Vargas. Os comunistas se empenharam em campanhas memoráveis e conseguiram eleger uma ativa bancada parlamentar, com Prestes como senador. A tática da colaboração de classe e da “revolução de cima para baixo” malogrou. Logo os parlamentares do PCB foram vilmente banidos do Parlamento. Voltando à clandestinidade, mantiveram acesa a chama da militância ardorosa e denodada.

Mas, ao longo do tempo, eclodiram cisões insanáveis. A tática da conciliação com os setores burgueses nacionalistas e a estratégia que concedia prioridade à revolução a partir de cima, através de alianças antifeudais e antiimperialistas, conduziram a sucessivas fragmentações e à paralisação do partido como força operária capaz de acumular poder real. Essa evolução não deve ser vista caolhamente, à luz exclusiva do Partido tomado isoladamente. O movimento operário e sindical ainda se achava em situação débil e o meio social burguês mostrou-se agressivamente intolerante, absorvendo as ingerências dos países imperialistas de expurgar os sindicatos e a vida política do “perigo vermelho”.

Embora a conciliação de classe tenha sido o calcanhar de Aquiles do PCB, outros elementos devem ser levados em consideração. Muitas técnicas de luta e bandeiras políticas se tornaram obsoletas. Basta lembrar a combinação do peleguismo com alvos políticos mais amplos e as vacilações diante da reforma agrária para se ter uma idéia clara do que acontecia. O livro de Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, descreve os principais aspectos desse painel. Além disso, a “onda revolucionária” na América Latina alcançou o Brasil e compeliu líderes proeminentes a tomar a dianteira na defesa de linhas de ação especificamente revolucionárias e anticonciliatórias.

Sob o governo de João Goulart o PCB se envolveu contraditoriamente com suas ambigüidades políticas. Aliás, os comunistas foram um dos motores do fraco dinamismo desse governo. Seus avanços, em grande parte, se devem à presença dos comunistas. Ao mesmo tempo, os comunistas incentivaram e frearam várias reformas como, por exemplo, a reforma agrária. Proclamavam sua necessidade. Porém, achavam que a luta camponesa não progrediria tanto no Brasil, que não havia condições objetivas para ligar a luta do trabalhador urbano com a do trabalhador da terra, e, principalmente, temiam o terror da burguesia, que seria fatal ao governo. Em suas memórias, Gregório Bezerra desmascarou as indecisões, mostrando que o campo constituía um barril de pólvora ao alcance dos revolucionários. Seguir em frente ou manter o *status quo* era uma decisão puramente política. Dependia de saber se o governo se dispunha ou não a sair de sua moldura demagógica mas conservadora.

Havia, pois, contradições internas no partido que explicam a tragédia do PCB, que antes de ser dizimado pela ditadura militar, viu-se fragmentado por causa de suas contradições, de sua maneira de conceber a relação entre a colaboração de classes e os objetivos do movimento ope-

rário, reforma e revolução como alternativas históricas. A ditadura militar encerrou os dilemas. Reprimiu de maneira sangrenta e violenta todas as manifestações que se ligassem aos trabalhadores, aos jovens, aos estudantes, aos negros, aos trabalhadores da terra, reduzindo os focos da rebelião aos que se dispusessem à luta armada. Naturalmente, os intelectuais se rebelaram, mas não era um capítulo especial, por serem poucos numerosos. Os militares podiam colher em momentos sucessivos esses intelectuais, ou como políticos ou como professores, escritores e artistas. A primeira derubada foi dirigida naturalmente aos políticos profissionais e aos próprios militares dissidentes.

A ditadura militar reconstruiu a máquina da repressão. Colocou os operários e o movimento sindical em sua mira, como inimigos públicos prioritários do regime. Coibiu o movimento negro, que perdeu o ritmo de protesto que estava reconquistando. Esfacelou a relação dos estudantes radicais e dos jovens rebeldes com a sociedade. As universidades foram inundadas pelo aumento rápido das matrículas, como técnica militar para destruir a base social da contestação estudantil. O intelectual rebelde foi silenciado de várias maneiras e afastado dos públicos orgânicos que poderiam ser os focos de agitação cultural e política. O trabalhador podia ver a olho nu, sem auxílio do sociólogo, que a exploração econômica da burguesia na fábrica e em outros setores ocultava a repressão ditatorial. Estado e empresa eram a cara e a coroa da opressão e da repressão. O Estado se desnudava como instrumento da luta de classes e da dominação de classes. Ficava patente que era preciso insurgir-se contra dois, o empresário e o governo, para reduzir a exploração econômica, através dos salários, dos preços e da manipulação de políticas favoráveis aos patrões. Dadas as condições de repressão, dada a perseguição cega ao movimento operário e aos sindicatos — alguns foram banidos, outros tiveram suas direções substituídas por pelegos — impunha-se estabelecer novas táticas de luta sindical. Os trabalhadores haviam sido atirados ao fundo do poço. Tinha que sair dele, escalando um a um os tijolos da amurada. Foi o que fizeram, mostrando com orgulho uma capacidade de luta, uma gana de vencer, uma disposição de organizar-se em suas bases de trabalho.

Portanto, a luta contra a ditadura e o capital abre um novo estágio, que rompe com o passado e a tradição de peleguismo ou de co-optação. Agora, o movimento vinha a partir de dentro da fábrica. A fábrica, que era o núcleo da exploração burguesa, acabou sendo também um lugar de conspiração, de organização e de sublevação do trabalhador

na luta econômica e política. E é por aí que iria emergir o novo sindicalismo. Inventam-se as técnicas de sabotagem da produção, preparam-se os alicerces da renovação sindical e de recrutamento dos novos líderes e militantes que colocariam os operários e suas reivindicações nas primeiras páginas dos jornais. É claro que várias instituições e entidades da sociedade civil colaboraram nesse processo e abriram-lhe amplo espaço político. Mas mesmo sem tal colaboração os trabalhadores chegariam a seus fins. A história mostra que os adversários aparentemente mais fracos são os mais perigosos. Os operários nada tinham a perder, como diria Marx, e tudo a ganhar. Recobram sua liberdade de luta de classes e sua capacidade de combater o despotismo burguês.

O “novo sindicalismo” nasce nesse contexto social. Leva os pelegos de roldão e deita suas raízes diretamente na situação de trabalho e nas comissões de fábrica. Seus laços orgânicos com as classes trabalhadoras dissociam-se dos vínculos com o capital e com as classes dominantes. Ele não se põe a reboque dos patrões e, em particular, não faz a luta política dos trabalhadores passar pela luta política entre as facções da burguesia. Ele vai alimentar uma luta própria. Em 1978 isso é comprovado por uma explosão tremenda, que é o verdadeiro marco do fim da ditadura como sistema de governo. A ditadura ainda durou algum tempo e implantou a rota burguesa antidemocrática, de transição lenta, gradual e segura. Ao eclodir, contudo, essa greve marca uma ruptura na história: a sociedade civil tomava a iniciativa de derrotar um governo despótico, através dos operários, seus membros mais humildes.

É por isso que o PT inaugura uma nova história de partido de classe, formado com operários e sindicalistas com seus aliados orgânicos. Esses setores vão se ligar com intelectuais rebeldes, com a vanguarda humanitária ou radical da Igreja Católica, com categorias excluídas ou vilipendiadas (negros, mulheres, etc.), com grupos dissidentes dos antigos partidos socialista e comunista, com estratos revoltados da pequena burguesia e da classe média (estudantes, professores, intelectuais, profissionais liberais, com suas entidades de grande prestígio, como a OAB, a Andes, a Apeoesp, etc.). O PT constitui-se como um partido diferente, marca uma direção nova. Não é à-toa que ele responde às angústias e às aspirações das massas, avançando numa direção de reivindicações de caráter reformista, para acelerar o processo de consciência social crítica e libertária, no afã de ocupar o poder e não de conquistá-lo, que é o que o PT está

fazendo. Porém, tendo como escopo central a implantação do socialismo e como alvo extremo a revolução social.

O futuro do socialismo, eis uma questão difícil, que depende de condições históricas que não se pode imaginar aqui e agora. O marxismo não proíbe a autocrítica, mas elimina as ilusões na observação e na análise da realidade. Por exemplo, pode-se asseverar que teremos uma sociedade socialista no Brasil dentro de dez anos? Existem condições objetivas para uma eclosão revolucionária desse porte. Mas faltam outras condições essenciais, que não dispomos de tempo para examinar. Tudo depende do modo pelo qual as classes trabalhadoras — através do PT e de outros partidos de esquerda, e com o apoio da pequena burguesia e de setores radicais das classes médias — respondam à situação histórica existente. É pouco provável que essa situação se altere dentro do capitalismo oligopolista e de seu padrão de imperialismo, pois foram eles que a produziram e agravaram infernalmente.

Como socialista, prefiro pensar que o Brasil tem perspectivas de evolução na direção do socialismo. Porque só há uma alternativa para a forma imperante de capitalismo dependente e ela é oferecida pelo socialismo revolucionário. Reforma social, dentro desse contexto, pressupõe que optamos conscientemente pela “rendição silenciosa”, como dizem os canadenses — a subalternização passiva, em troca de migalhas, da superexploração capitalista intrínseca ao destino da periferia no mundo das multinacionais, das grandes potências capitalistas e das promessas do consumo de massa para as minorias dos “mais iguais”.

Se o que aconteceu no leste da Europa e na União Soviética desenha-se como o nosso futuro é uma questão discutível. Não devemos ter a pretensão de imitar as vias bolchevique, chinesa ou cubana da conquista do poder. Vivemos em uma época histórica muito distinta e temos de procurar outras vias para chegar à revolução e ao socialismo. Isso me parece muito claro e deve ser o ponto de partida da reflexão socialista revolucionária. Se essa perspectiva não fosse viável, as nações capitalistas centrais não procurariam esmagar tudo o que podem da herança daquelas revoluções. O que explicaria tanta animosidade e tanto ódio se todas as vias de chegar ao socialismo fossem inviáveis em nossos dias?

Portanto, não adianta pensar no passado revolucionário de outras nações. Antes eu acreditava que, para o Brasil, o modelo de revolução seria o chinês, por causa de certas condições: grande massa

agrícola, a migração para a cidade, a densidade proletária de algumas metrópoles, provocando descontinuidades muito grandes entre regiões, o domínio lingüístico e total das elites das classes dominantes, que equivalem ao do senhor feudal chinês, senhor da guerra. Cheguei a pensar que esse era o "modelo", pois permitia garantir a hegemonia operária, associar a guerrilha ao Exército e basear a revolução na guerra prolongada! Mas logo ficou claro que semelhante opção seria impraticável. As revoluções que ocorreram na ciência e na tecnologia, que produziram a automação, os computadores, a energia nuclear e os meios de guerra, que foram aplicados no Japão (e, ainda agora, no Iraque), evidenciavam que a questão não se punha na repetição de um modelo explorado, porém em atinar com um modelo novo, adequado ao Brasil, à América Latina e aos requisitos da guerra atual.

Fala-se muito em guerra de movimento e em guerra de posição. Que sentido possui essa terminologia diante da guerra de hoje? Que guerra de movimento? Que guerra de posição? Qual é a burguesia central que não recorrerá aos meios militares fulminantes de seus exércitos? Isso quer dizer que as técnicas de revolução precisam ser alteradas e adaptadas às condições tecnológicas, produtivas e históricas do mundo em que vivemos. Nosso paradigma não está no passado, está na relação do presente com o futuro. Por isso, torna-se difícil imaginar o futuro da perspectiva socialista. Nós estamos convictos da necessidade da alternativa socialista revolucionária; contudo, ainda não sabemos como torná-la vitoriosa. O desafio "que fazer?" complicou-se para os de baixo.

Para fazer a alternativa vencer, a classe trabalhadora, hoje, tem que estabelecer laços mais estreitos não só com o setor agrário, mas também com a pequena burguesia, os intelectuais radicais e estratos que se sintam esbulhados da classe média. Por exemplo, a pequena burguesia, certos segmentos da classe média e pessoas ou grupos em crise moral de todas as classes burguesas podem romper com os limites da reforma social. Chegando ao Congresso Nacional, descobri deputados milionários ou apoiados por *lobbies* poderosos instalando em seus gabinetes computadores ultramodernos, o que lhes proporciona um nível de informação assustador. Pensei, eles nos esmagam. Imaginem o Estado burguês brasileiro, apesar de seu atraso e assincronia, a colaboração entre esse Estado e o mundo de interesses no qual ele está incorporado, dirigida por uma opção burguesa suicida (não só do presidente, mas dos vários setores das classes dominantes). A sua força destrutiva precisa ser vista como uma totalidade e em todo

o seu vigor. Elas temem arriscar o governo; ao mesmo tempo, continuam a endossar a dependência como um belo negócio.

O problema, portanto, é difícil. Mas problemas difíceis não são insolúveis. O que é preciso é atinar com a sua solução, no solo histórico do vir a ser, isto é, de condições que ainda não se apresentam completamente hoje. Não se pode predizer quando se descortinará a fórmula da revolução socialista no Brasil. Não está ao alcance comum fazer tal prognóstico. Mas a idéia fundamental de que o enriquecimento resultante da dominação de classe atingiu o intolerável e a dissimulação de que ele se reveste adquiriu significado imoral suscita ânimo redobrado para que os de baixo acordem e se rebelem. Nos países capitalistas centrais a dominação de classe é muito menos visível e, nos países de maior desenvolvimento, ela chega a se tornar até dissimulada, a mistificação oculta suas causas e seus efeitos. Quando se diz que não há mais ideologia, não há mais classes, não há mais luta de classes, o marxismo morreu, o socialismo não é mais alternativa para nada, chegamos ao fim da história, etc., o que é que estão tentando fazer? Estão querendo esmagar as convicções de que há, indestrutíveis, soluções para os problemas legados pelo capitalismo e que elas se encontram no socialismo.

O que se pode fazer hoje? Retomar as esperanças nascidas com o socialismo, fortalecê-las e construir uma nova sociedade que combine, de fato, democracia com liberdade, igualdade e felicidade. No Brasil, essa é a única perspectiva que nos resta para escapar às iniquidades do capital e à exploração sem entranhas do imperialismo oligopolista. Em toda a periferia essa é a saída que possui atualidade vibrante e que seduz a imaginação dos de baixo, que sonham em superar o opróbio, o subdesenvolvimento e uma condição servil disfarçada.

Por isso devemos lutar pelo socialismo e, através dele, atingir esses e outros objetivos. As vias e os modelos da ação política são realidades históricas. A própria luta de classes definirá os caminhos e as relações entre reforma e revolução. Lembremos Rosa Luxemburgo: a força das classes trabalhadoras e dos partidos de esquerda permitirá atingir (ou não) as várias reivindicações populares e dos assalariados. A reforma não é negativa por si mesma. Ela só se torna um perigo quando entrosada e instrumentalizada pela reprodução do capitalismo. Depende das forças sociais antagônicas ao capital usá-la para seus fins e encadeá-la à revolução. O duro é aceitar a social-democracia de modelo europeu como um

parâmetro único e final. Isso significa decapitar coletivamente os trabalhadores e seus aliados em troca de um padrão de vida mais alto e do conforto do consumo em massa, com crescente aumento da pobreza e da impotência das gerações maduras e ascendentes. A imaginação das classes subalternas não pode ser esterilizada de modo tão barato. Os seus alvos são mais amplos: converterem-se nas classes dominantes, auto-emancipar-se da alienação que as impede de realizar-se plenamente como seres humanos e abolir as classes e a sociedade de classes para assegurar o desenvolvimento da civilização sem barbárie.

O desfecho desta resposta pode estar no livro de Ralph Miliband sobre o Estado capitalista. É um livro dedicado à unidade capitalista e seu último capítulo enfatiza que a sociedade de classe oscila entre promessa e repressão. Os países capitalistas, em épocas de crescimento e prosperidade, asseguram muitas promessas. Quando chegam os amargos momentos de crises profundas, a linguagem e os procedimentos se alteram: até o *welfare state* e a social-democracia mostram suas garras, revelando a face cruel que a violência reserva aos assalariados e às massas populares sob o capitalismo. Esse é o gênero de democracia que este nos oferece, como se ela fosse a cabeça de João Batista em uma bandeja de prata. Isso comprova que os trabalhadores e as massas populares devem combater pela democracia, mas uma democracia sem hipocrisia, fundada na liberdade com igualdade e solidariedade humana integral.

Essa dialética entre promessas e repressão é o cerne da história do mundo capitalista atual. Há momentos em que o capitalismo atinge um pico alto e pode prometer abundância para todos. Ele “dispensaria” a necessidade do socialismo. E há momentos em que suas promessas grandiosas se volatilizam e se transmutam no seu contrário, o da “face pior”. Ora, na verdade esta é a face permanente da produção oligopolista, da sociedade de classes e do Estado capitalista para o assalariado e o subalternizado. Ou eles se submetem ao despotismo do capital, ao aparelho de Estado e à exploração sem tréguas, ou eles caem nas malhas da estigmatização, da polícia e dos indesejáveis. Portanto, o capitalismo nada tem a oferecer-lhes. A conquista do futuro, para eles, incide no socialismo, ou seja, depende da conquista do poder pelos de baixo e a construção, por eles, de uma nova sociedade e de uma nova civilização.

A última pergunta abrange temas que já tenho posto em discussão com frequência.<sup>2</sup> O PT conseguiu, em pouco tempo, reunir um amplo apoio de base popular e operária e converteu-se numa estrela que ilumina o horizonte político da sociedade brasileira — especialmente os mais carentes, aqueles que Dostoiévski já arrolou como os “humilhados e ofendidos”. Esteve à beira da ocupação do poder e ainda mantém Lula como o chefe do “governo paralelo”, uma arma de luta política que aguarda uma análise correta dentro do Partido. Cresceu em todas as direções, reunindo representantes na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembléias Legislativas de vários estados, nas Câmaras de Vereadores de muitas cidades e prefeitos que vão desde São Paulo a pequenas cidades obscuras.

Dispensar-me de voltar ao assunto neste debate. Mas a responsabilidade obriga-me a indicar certos riscos que corremos pelo crescimento rápido do PT e por causa da obsessão de alguns companheiros de meter o PT dentro dos moldes que não vicejem nos ideais que prevaleceram em suas origens. O maior problema diz respeito aos vínculos do Partido com os trabalhadores, as massas populares e os movimentos sociais verticais, que lhe conferem extrema radicalidade. No I Congresso, por exemplo, podia-se contar o número reduzido de operários. Defendemos a participação popular e os conselhos populares. Pois bem, alguns companheiros latino-americanos vieram perguntar-me onde estavam os operários. Era numeroso o grupo de sindicalistas, mas escassos os trabalhadores e os estigmatizados ou excluídos. Pior que isso, impera a preocupação de “construir o Partido”. O material escrito sobre a questão é rico, variado e, como regra, de boa qualidade formal. No entanto, publicações e panfletos de agitação e propaganda escasseiam — melhor, estas possuem natureza vocal e só emergem nas campanhas, graças aos comícios. Esse é um risco grave. A falta de socialização política socialista conduz a retórica dos que falam pelo Partido em uma direção. Contudo, a fidelidade e a dedicação exemplar das bases flutuam dentro das correntes de idéias variadas da sociedade ambiente (inclusive burguesas e conservadoras ou reacionárias). Não se trata de padronizar sentimentos, aspirações e comportamentos concretos. Mas de

2. Em vários artigos e escritos debati esse assunto. Ao leitor interessado recomendo duas leituras: em *Pensamento e Ação. O PT e os Rumos do Socialismo* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1989) o ensaio final (p. 209-226), e *O PT em Movimento. Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores* (São Paulo, Cortez Editora, 1991), todo o ensaio.

injetar-lhes os valores fundamentais do socialismo e da ruptura com a ordem social capitalista e a violência antipopular que ela destila no Brasil.

Há uma propensão inevitável a povoar o poder oficial com militantes e quadros do Partido. A atual sociedade só pode ser alterada por um longo processo de saturação do poder especificamente político e estatal pelos que representam os de baixo. Mas acabamos fomentando, por trás das cortinas, um novo tipo de “substituísmo”, ignorando, nos momentos decisivos, que o PT é um partido dos trabalhadores, para os trabalhadores e pelos trabalhadores! À custa de “acelerar as mudanças”, foi absorvida uma imitação barata do pessebedismo. Confia-se demais na alternativa cômoda da “reforma de cima para baixo”, que não se harmoniza com a concepção radical de socialismo dos operários, dos trabalhadores da terra e dos rebeldes recrutados entre intelectuais orgânicos do Partido. A “reforma de cima para baixo” está a milhões de anos-luz da reforma que nasce da tensão operária, dos sem-terra e dos excluídos contra uma organização social, cultural e política que os reduza a bagaço.

Por último, parece-me penoso que o Partido valorize tanto uma revisão de sua imagem procurando unir-se a partidos com vínculos fortes com a classe média mais convencional e ociosa, aliada certa ou potencial das classes dominantes e do capital, interno ou imperialista. Está em processo um deslocamento político e ideológico do PT para o centro, como parte do trauma da derrota de Lula nos segmentos mais conservadores e reacionários da pequena burguesia e dos estratos mais altos das classes médias. Não obstante, a nossa derrota resultou de muitos fatores — e um deles foi a preferência de eleitores pobres e até paupérrimos pelo populismo carismático, totalitário e autocrático de um representante típico dos “donos dos votos”, que são também “donos” das fazendas, das fábricas, das pessoas, do poder, etc., e não acreditam no consenso entre os de baixo: mandam e eles obedecem! Esse diferencial da derrota de nosso partido poderia ter sido eliminado ou reduzido democraticamente. Não se buscou essa alternativa. Preferiu-se correr atrás de alianças “respeitáveis”, que se omitiram até quando deram seu apoio (com exceções conhecidas), tisonando-se o Partido com o medo de disputar o voto que deveria ser o mais apreciado e querido, por falta de iniciativa e temor da “ralé”. Os lapsos em questão — são vários — patenteiam a existência de preconceitos inconcebíveis dentro do PT. Os companheiros potenciais que mais precisam do PT ficaram entregues ao apetite e à insensibilidade da demagogia do poder, que tudo promete para não perder as eleições e nada cumpre! Foi

essa a única vez que me senti perturbado como petista, pois constatei que a cultura política eurocêntrica contra o *lumpen* e os desenraizados achava guardada nos trópicos, debaixo da bandeira redentora do PT.

A política é rica de zigue-zagues. O PT deve rasgar um horizonte cultural mais amplo e convictamente socialista para travar e vencer suas lutas. Para a pseudo ou a vesga “revolução dentro da ordem” o Brasil não precisa de nós. As classes possuidoras sabem como simular essa revolução, engendrar projetos “nacionalistas” e metamorfosear a política em meio para outros fins (ou seja, o enriquecimento ilícito e a defesa inteligente de suas posições na estrutura social e de poder da Nação). Ao PT cabe dar um paradeiro a esse estado de coisas, através de uma ruptura verdadeira e definitiva com a herança política das classes dominantes. A “recuperação das origens” só tem esse sentido ideológico e cabe a Lula submeter-se a um novo sacrifício, para impedir que resvalem nas rotas traçadas pelas elites. Impõem-se descobrir o que determinam as classes trabalhadoras da cidade e do campo, as massas populares, o movimento sindical e as entidades dos vários movimentos verticais petistas ou simpatizantes, os estratos revoltados da pequena burguesia e das classes médias e o próprio pêndulo político do PT, o qual absorve essas determinações e expressa a centralidade da impulsão do radicalismo nascido de dentro para fora do Partido.

## Problemas da esquerda brasileira\*

**O**s escritos de Adelmo Genro Filho, de Wladimir Pomar ou deste em colaboração com José Dirceu possuem um perfil próprio. O que é mais importante, sustentam-se sobre argumentos que atravessam a interpretação do desenvolvimento da sociedade brasileira e propõem o enigma histórico que o PT terá de responder para tornar-se (ou não) um partido proletário revolucionário.

Hoje, todos se proclamam revolucionários e exercem o direito legítimo de escolha dos caminhos distintos, que podem levar à revolução proletária. Desde que Togliatti endossou o conceito de policentrismo, Garaudy reconheceu que vários caminhos conduzem ao socialismo, Gorz (antes de abjurar Marx e o proletariado) descobriu o impulso revolucionário do trabalhador intelectualizado e o eurocomunismo entrou em circulação, a revolução socialista perdeu a sua poesia e o advento do comunismo passou a ser negligenciado. O arco capitalista revelou-se muito forte e desorientou a imaginação criativa dos intelectuais, gerando a tragédia que Hobsbawm descreveu com sábia ironia, bem documentada, de uma disjunção entre “tradição cultural revolucionária” e “tendências políticas conservadoras” do regime de classes, sob o capitalismo avançado.

Sou acima de tudo um intelectual com uma experiência militante magra, de uma dezena de anos, nas condições de uma ditadura ultra-repressiva (a do Estado Novo) e uma prática acadêmica mais profunda e marcante. Mas, como Lênin, desconfio dos intelectuais. Eles inventaram o cooperativismo, o socialismo, o anarquismo, o comunismo — mas existem intelectuais e intelectuais. Sem teoria não há revolução. No entanto, depois da derrota das revoluções de 1848-1850, Marx ironizou os extremistas, todos intelectuais, que se deitavam em seus sofás e maldiziam a revolução, que era impossível... E Lênin, um intelectual da cabeça aos pés

\*Prólogo a Adelmo Genro F<sup>º</sup>, *O Socialismo Legalista*, Porto Alegre, Ed. Tchê, 1987.

— o “estrategista da Revolução Russa”, segundo Trótski — indicou repetidas vezes o quanto os intelectuais contribuíam para aburguesar o marxismo. Os “socialistas de cátedra” foram, como são em nossos dias os marxistas de cátedra, um perigo para os ritmos históricos oscilantes da luta de classes. De repente, homens como Gorz desabam e os marxistas de gabinete não sabem o que fazer com seus conhecimentos sobre Marx e Engels, a revolução russa, a revolução e a contra-revolução sob o capitalismo monopolista da era atual, etc.

A questão é mais grave no Brasil. Os intelectuais são universitários e sua erudição se prende à carreira acadêmica, não à atividade revolucionária. Pode-se arrolar as várias modas, que procedem da Europa e em parte dos Estados Unidos, como “pacotes culturais” da esquerda: Lukács, Sartre, Goldman, Gramsci, Althusser, a Escola de Frankfurt, Castoriadis e Lefort, Habermas... As estrelas sobem, empalidecem e somem! Fica como permanente a ânsia de entrar na “nova onda”, de caminhar à frente, de estar sempre na moda. Ora, os operários não têm nada a ver com esse mundo de idéias, escavado nos livros. Marx foi, desde o princípio, contra essa espécie de “marxismo”. O socialismo científico ou o comunismo não brotaram só da crítica da filosofia, da economia e da história “burguesas”. Eles nasceram do confronto da crítica com o concreto, fornecido pela existência da força de trabalho como mercadoria, da mais-valia, da aceleração da acumulação capitalista, da luta de classes e da forma política de democracia corporificada na ditadura do proletariado. No Brasil, como no resto da América Latina, ficamos prisioneiros de sucessivas reflexões sobre o marxismo, que vinham prontas e acabadas de fora. Os “intérpretes” fabricavam colonialmente a cabeça dos revolucionários de gabinete...

Enquanto isso, a partir do último decênio do século XIX (e em particular do primeiro quartel do século XX) os trabalhadores construía a categoria histórica de trabalho livre, inexistente no universo escravista. Foram largos e difíceis anos de dura guerra cotidiana contra o despotismo patronal e a repressão policial. Ao fim, a categoria histórica trabalho livre se forja historicamente e os intelectuais, anarquistas, socialistas ou comunistas não se dão conta dessa realidade e o que ela significava! Os patrões resistiram, nas fazendas e nas fábricas, tentando manter a condição do trabalhador como substituto e equivalente do escravo, nas relações de produção e nas relações de mercado. Os trabalhadores resistiram, primeiro,

e defenderam ofensivamente a sua dignidade humana, em seguida, e a história do Brasil ganhou essa categoria, que marca o início da modernidade, a manifestação primordial do proletariado como classe e o desabroçar do movimento operário. Esses trabalhadores raramente eram ativistas. Trabalhavam no campo e nas fábricas, sem noções claras a respeito do novo mundo que estavam construindo historicamente. Os dirigentes sindicalistas, anarquistas, socialistas e comunistas sequer tiveram consciência da grandeza do momento histórico que estavam vivendo e não concorreram voluntariamente para a formação objetiva dessa categoria, como dado da condição proletária e da transformação histórica da sociedade brasileira. Suas “teorias” (mais ou menos confusas e dogmáticas), já pressupunham o trabalho livre como premissa histórica e legal. Eles não se indagavam como a categoria se constituiria socialmente, na desagregação do modo de produção escravista e da desorganização do trabalho escravo. Parecia-lhes que uma coisa gerava a outra, automaticamente, de forma mecanicista. A transformação dialética não veio, pois, da cabeça dos intelectuais, surgiu dos antagonismos dos trabalhadores e da elaboração de uma totalidade histórica na qual a oposição entre capital e trabalho exigia concretamente aquela premissa histórica.

Poder-se-ia percorrer toda a evolução da sociedade de classes no Brasil assinalando tais desencontros, produto de uma vanguarda intelectual “radical” de origem burguesa ou aburguesada e de seus contatos tangenciais com a formação da classe operária e o desenvolvimento das lutas sociais dos trabalhadores. Os sindicatos e, principalmente, os partidos reclamam uma descrição diversa, porque se vêem como demiurgos do real, como criadores do movimento operário. Todavia, os trabalhadores ergueram pedra a pedra o seu mundo, por sua conta e risco, apesar de suas limitações de organização de classe, de consciência social e de potencial de autodefesa ou de ofensiva políticas. Em consequência, ocorreu algo paradoxal: o movimento operário estava “teoricamente” atrás das doutrinas sustentadas pelos partidos ou pelos intelectuais acadêmicos, mas sempre estiveram à sua frente “praticamente”, nos enfrentamentos com a burguesia.

A obsessão por imitar os centros estrangeiros de difusão cultural ou a necessidade de submissão às diretrizes de direções sindicais e partidárias autoritárias omitiram do campo de visão dos intelectuais (nesse caso ativistas ou acadêmicos) o quanto ficavam atrás do movimento dos

trabalhadores (e suas oscilações) e, o pior, o quanto era literalmente inútil o arsenal teórico importado, aplicável às condições da luta de classes nos países industriais avançados ou nos quais eclodiam as revoluções proletárias. Só muito mais tarde, sob a incorporação ao capitalismo monopolista, pois da Segunda Guerra Mundial e, em especial, sob a industrialização maciça desencadeada pelo novo modelo de associação da burguesia nacional ao imperialismo, que a opacidade começou a dissipar-se e que os estudos dos trabalhadores abriram novas vias à construção teórica. Não é o caso de fazer-se um balanço, aqui e agora, das descobertas feitas. Mas tais estudos abriram as portas para encadear as lutas dentro das fábricas (até 1978) e as greves com a produção teórica de cunho empírico e a reflexão de âmbito revolucionário.

Houve, também, um desdobramento, mas sem continuidade: os que foram à guerrilha, na crítica aos partidos e organizações a que pertenciam, fizeram diagnósticos de profundidade, inovadores e enraizados na situação histórica brasileira e latino-americana. Os dois florescimentos teóricos não se interpenetraram e seria bom se isso tivesse acontecido, por causa dos conhecimentos críticos que se acumularam sobre a reforma agrária, o potencial revolucionário espontâneo dos trabalhadores do campo e da cidade e as equações políticas dos tipos de partidos proletários, que tais contribuições sugeriam ou deixavam implícitas.

No fim do século XX, as perspectivas parecem alterar-se rápida e profundamente. A hibernação dos dois PCs não deve provocar ilusões: ambos sofreram progressos teóricos. As fraturas internas e as dissenções doutrinárias enriqueceram o quadro da meditação política centrada na luta de classes. De outro lado, como em outros países da América Latina, apareceram partidos que abrangem um leque interno de opções, que vão do humanitarismo e do reformismo radical à social-democracia, ao socialismo revolucionário e ao comunismo. O PT é o partido típico, mas o PDT e o PSB participam de algumas dessas características. A reviravolta que se delineia é dupla. De um lado, a fermentação teórica revolucionária imbrica-se com o ativismo político e enquadra-se nas condições concretas da luta de classes. Os sindicatos encorpam, acompanhando o amadurecimento da classe, e as centrais operárias marcham em nova direção, como se exemplifica com a CUT e com sua Oposição Sindical, empenhadas em transcender ao radicalismo burguês em ultrapassar o sindicalismo economicista. A questão central sobe à tona: como organizar o partido e

quais são, no Brasil, as vias da revolução proletária? Mesmo antigos líderes, como Luiz Carlos Prestes, se voltam com espírito objetivo para essa indagação. Luta de classes e revolução, não mais como revolução dentro da ordem (como aprofundamento da revolução burguesa), mas como revolução contra a ordem (como meio para criar uma nova sociedade sob hegemonia do proletariado e de chegar ao socialismo e ao comunismo).

Se se tomar a década de 20 como ponto de referência, demoramos mais de sessenta anos para chegarmos a um ponto de partida correto e superarmos os dramas da fraseologia revolucionária. Se se compara essa evolução com a vitória da revolução em Cuba, gastamos mais de um quarto de século para entrelaçar a construção da teoria com as potencialidades revolucionárias dos trabalhadores. Ora, tudo poderia ser mais simples se a história brasileira caminhasse mais depressa e se se tivesse posto de lado as ficções transplantadas como “verdades científicas”. Confiou-se demais na prioridade da revolução burguesa; na importância estratégica do desenvolvimento democrático prévio da sociedade civil, como etapa necessária de um “salto qualitativo”, mito que a Revolução Cubana desmontou para sempre, com referência às correntes históricas da América Latina. Várias ilusões se sedimentaram e se soldaram entre si, bloqueando o horizonte intelectual dos dirigentes sindicais e partidários e, através deles, fazendo estragos irreparáveis nas orientações e na velocidade dos movimentos sociais dos proletários. Essas ilusões voaram pelos ares graças à contra-revolução de 1964, à intensidade da repressão e da opressão dos trabalhadores sob a ditadura e à busca de saídas lastreadas na situação brasileira, com as exigências teóricas e práticas que elas impõem aos novos partidos proletários e à renovação dos velhos partidos proletários.

Este livro contém ensaios escritos dentro desse contexto histórico e político. O seu desafio situa-se no PT. Como ele deve encarnar as tarefas políticas das classes trabalhadoras? O que ele representa como agente dinâmico de difusão institucional do socialismo no seio das classes trabalhadoras e no meio ambiente (isto é, entre os seus aliados de classes possíveis)? Quais são os meios e os objetivos da revolução socialista dentro do PT? Como se aprofundará e se superará a carência de organização da classe e do Partido, enfim que tipo de revolução proletária está ao alcance e na mira do PT? Há polémicas estéreis e artificiais, como se o PT devesse ser um “partido de frente” e de “massas” ou um “partido de quadros” e de “vanguarda”. Os revolucionários devem aprender a ter paciência e a

acompanhar as classes trabalhadoras. Até hoje, ficaram a reboque de seus avanços, no solo histórico brasileiro. Não podem, agora, retomar a práxis ultrapassada de vanguardas fictícias, que supunham que a história caminhava em uma direção, enquanto ela ia em outro rumo bem diferente.

Daí a importância dos debates e até dos embates melindrosos. Eles são duros, porém amadurecem a capacidade de ação política organizada. O PT não pode repetir os erros danosos do dogmatismo e, se puder, deve evitar a todo custo os erros ainda mais graves do oportunismo e das ilusões utópicas ou românticas. Não estamos na Europa, na Rússia da década de 10, na China revolucionária e, sequer, em situação comparável à de Cuba em 1959. Por isso, é aconselhável não pensar que “Marx e o marxismo estão mortos” e entender que as classes trabalhadoras negam a ordem social existente na sociedade capitalista, aqui e alhures. Cabe-lhes destruir a classe e o regime de classes. Cabe-lhes, também, conduzir a transição para o socialismo. A conquista do poder tem de situar-se no momento certo e não como artifício para resolver, dentro do capitalismo e para o capitalismo, os problemas e os dilemas sociais que a burguesia não consegue enfrentar.

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social”. Penso ser esta a principal resposta deste livro às indagações, às esperanças e às convicções que nos lançam, dentro do PT, à luta pelo socialismo proletário e revolucionário.



A



B



C



E



D



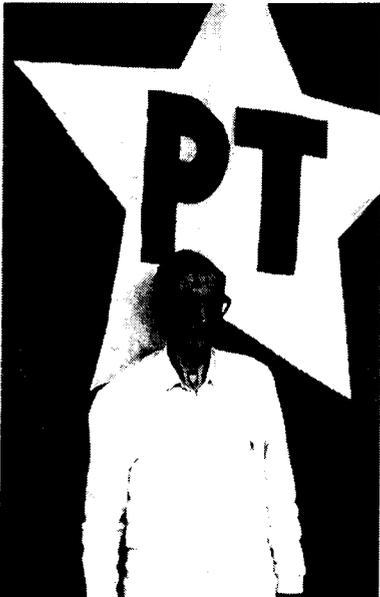
F



G



J



H



I





M



N



O